

**Casa de Oswaldo Cruz  
Fundação Oswaldo Cruz  
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

**DANIELLE CRISTINA DOS SANTOS BARRETO**

**UMA TRAJETÓRIA FAMILIAR NA CIÊNCIA: EVANDRO  
CHAGAS (1905-1940) E O ESTUDO DAS ENDEMIAS RURAIS NO  
BRASIL**

**Rio de Janeiro  
2012**

**DANIELLE CRISTINA DOS SANTOS BARRETO**

**UMA TRAJETÓRIA FAMILIAR NA CIÊNCIA: EVANDRO  
CHAGAS (1905-1940) E O ESTUDO DAS ENDEMIAS RURAIS NO  
BRASIL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Simone Petraglia Kropf

Rio de Janeiro  
2012

### Ficha catalográfica

B273t Barreto, Danielle Cristina dos Santos.

Uma trajetória familiar na ciência: Evandro Chagas (1905-1940) e o estudo das endemias rurais no Brasil / Danielle Cristina dos Santos Barreto – Rio de Janeiro: s.n., 2012.  
295 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2012.  
Bibliografia: f. 274-293.

1. Saúde pública - História. 2. Doenças endêmicas. 3. Trajetória profissional 4. Ciência. 5. Chagas, Evandro. 6. Instituto Oswaldo Cruz. 7. Brasil.

CDD 614.981

**DANIELLE CRISTINA DOS SANTOS BARRETO**

**UMA TRAJETÓRIA FAMILIAR NA CIÊNCIA: EVANDRO CHAGAS (1905-1940) E O ESTUDO DAS ENDEMIAS RURAIS NO BRASIL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Simone Petraglia Kropf – Orientadora  
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde/Casa de Oswaldo Cruz)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Maria Bomeny Garchet  
(CPDOC - Fundação Getúlio Vargas / Departamento de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dominichi Miranda de Sá  
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde/Casa de Oswaldo Cruz)

**Suplentes:**

---

Prof. Dr. Gilberto Hochman (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde/Casa de Oswaldo Cruz)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gisele Porto Sanglard  
(Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra / Pesquisadora Visitante da Casa de Casa de Oswaldo Cruz)

Rio de Janeiro  
2012

Aos meus pais, Tereza e Walter, porque dedicaram  
uma vida inteira a mim e ao meu irmão, Rafael.  
E por confiarem, sempre.

## AGRADECIMENTOS

Penso que agradecer é um modo de reconhecer e retribuir um bem recebido. Parafraseando o compositor Gonzaguinha, “aprendi que se depende sempre, de tanta, muita diferente gente” e que “toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas”. Ainda que a pesquisa e a escrita sejam processos solitários, contei com a ajuda inestimável de muitas pessoas, cujas “marcas” são evidentes nesse trabalho.

Minha orientadora, a professora Simone Kropf, merece um registro muito especial. Simone sempre demonstrou bastante entusiasmo e envolvimento com minha pesquisa, o que, para mim, foi um grande incentivo para prosseguir com confiança nessa difícil tarefa que é a escrita. Minha orientadora apontou caminhos de pesquisa e fez uma leitura atenta e crítica de todas as versões desse trabalho. Também mostrou grande sensibilidade em relação aos compromissos que tenho no magistério, como professora de história e de sociologia, de 12 turmas... Tive que trancar um semestre durante o mestrado e enfrentei inúmeras dificuldades para cumprir prazos, mas minha orientadora procurou, em cada ocasião, ouvir e entender meus motivos. Simone se dispôs a me ajudar nas variadas circunstâncias em que fui acometida pela ‘síndrome da tela em branco’, me deixando à vontade para dividir com ela as aflições e angústias desses momentos de paralisia. Tive uma orientadora presente e que acompanhou muito de perto toda a minha pesquisa. Sou profundamente grata a sua dedicação, solicitude e generosidade, porque foram imprescindíveis para que eu pudesse concluir esta dissertação. Obrigada pela força, estímulo e amizade, querida Simone! Considero este trabalho tão meu quanto seu.

Aos professores e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação da Casa de Oswaldo Cruz, agradeço por me mostrarem um novo e fascinante mundo, o da história das ciências e da saúde. Menciono, em especial, os professores Luiz Otávio Ferreira, Nara Azevedo, Luiz Antônio Teixeira, Robert Wegner, Dominichi Miranda de Sá e Simone Kropf, que ministraram os cursos que frequentei, sempre movidos por calorosas discussões e debate de nossas leituras e interpretações. Às professoras Dominichi Sá e Helena Bomeny agradeço pelos apontamentos e sugestões feitas durante a qualificação, e que me fizeram redimensionar meu próprio objeto de pesquisa. Muito me alegra que tenham aceito o convite para participar da banca de defesa dessa dissertação. Aos professores Gilberto Hochman e Gisele Sanglard, suplentes da banca. Ao Gilberto

Hochman devo um duplo agradecimento, pela ajuda no começo de tudo, quando se dispôs a ler o pré-projeto que apresentei no processo de seleção do mestrado. Suas críticas foram fundamentais para dar um novo acabamento às minhas intenções iniciais de pesquisa. Aos colegas da turma de mestrado, pela troca de experiências. Eduardo Gomes, Agostinho Coé e André Vital merecem menção à parte, pela amizade e boas conversas.

Aos colegas do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, onde ingressei como bolsista de iniciação científica, em 2002. A Ana Luce Girão, Iracy Guerra, Renata Borges, Ricardo Augusto dos Santos, Francisco Lourenço (o “Chico-Chicote”), Stefanny Oliveira, José Carlos Camello (o “Camellot”), Roberto de Jesus e os demais funcionários, agradeço pelo agradável ambiente de trabalho e o alegre convívio que estabelecemos ao longo dos sete anos em que permaneci na instituição. Àqueles que, apesar do curto tempo de convivência na Fiocruz, se tornaram amigos queridos, como Fátima Morado (Fatinha), Rene Leal, Leonardo Arruda e Cecília Chagas, a ‘*Ceci Bon*’. Ao professor Darcy Fontoura de Almeida, nosso querido e ilustre visitante, pelas boas conversas, pelos incentivos e pela atenção constante aos meus apelos, quando recorria a sua ‘consultoria’ na tentativa de desvendar o conteúdo de alguns documentos cujo conteúdo era específico da área médica. De Marcela Thimóteo, Marcos Bhering, Nicole Garcia, Tatiana Pinto, Allan Ferreira e Eduardo Reis, meus colegas de equipe, em diferentes projetos, guardo a lembrança das boas gargalhadas dos nossos almoços, invariavelmente divertidos. Tati até hoje me ajuda a encarar meus insolúveis dilemas e conflitos. Nicole e Marcos são ‘figurinhas’ com quem esbarro, vez ou outra, em minhas andanças. Com o Eduardo trabalharia minha vida inteira, e até hoje sinto falta de nossa parceria, colaboração e amizade.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Maria Cláudia da Cruz e Paulo Henrique Chagas da Cunha, e da Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz, pela presteza e auxílio em minhas demandas. A Jean Maciel, por atender sempre meus pedidos urgentes com a documentação do arquivo pessoal de Evandro Chagas. Frederico Gualandi (Fred), colega de pós-graduação e companheiro nos estudos sobre Evandro Chagas, agradeço seu interesse por minhas pesquisas e o acesso a alguns documentos que se extraviaram subitamente de meus arquivos, em períodos cruciais desse trabalho. A Vânia Barbosa da Cunha Araújo, bibliotecária do Instituto Evandro Chagas, pela gentil recepção em Belém e pelos agradáveis passeios que fiz em sua companhia.

Agradeço ainda à direção da Escola Municipal Abraão Jabour pela compreensão e apoio nesses anos em que estive envolvida com a dissertação. Aos colegas do município, pela solidariedade e pela injeção diária de bom humor, que tornam o nosso convívio extremamente prazeroso. Os professores Glauco Salatino e Rose Mari me ajudaram muito em meus primeiros meses de trabalho, ouvindo pacientemente meus estranhamentos e me aconselhando a enfrentar mais este desafio. Sinesio Silva, Junior (José Marcos Couto) e Omar Almeida, da equipe de história, e ao nosso ‘agregado’, Thiago Belinato, pela amizade construída. Sinesio é ‘fechamento’ no trabalho, no lazer e nas confidências.

Aos meus alunos do Colégio Estadual República de Cabo Verde, ensino médio, por tornarem nossas aulas mais animadas e descontraídas.

Aos amigos ‘de sempre’, anuncio: *Galera, tô liberada!* Agora posso ir a todas às rodas de samba da cidade, participar dos encontros informais, viajar, acompanhá-los em cinemas, exposições e teatros e dividir os comentários de todos os livros de literatura deixados de lado durante esse período em que estive com a ‘dirce’, forma bem-humorada como alguns se referiam a minha dissertação. Àqueles que estiveram por perto nesse processo, aturando minhas lamentações e rabugices: Sabrina Campos, Rachel Viana, Wagner Silva, Paulo Inácio Villaça, Alex Côrtes, Maria Cristina de Azevedo (Niki) e Athos Luiz Vieira. Também sou grata ao carinho e à amizade de Danilo Caruso, Dayala Vargens e Daniel Campos.

Ao Alessandro Ventura, meu companheiro-irmão, amigo querido! Alessandro me ouviu falar diversas vezes sobre Evandro Chagas, endemias rurais e saneamento dos sertões; usou seus conhecimentos de inglês para me auxiliar na leitura de alguns textos específicos da área da ciência, mesmo sem entender absolutamente nada do que lia. Ainda assim, ele estava ali, ao meu lado, simplesmente para me ajudar. Quero contar uma história sobre o Alessandro, no período em que dividiu a casa comigo. Lembro-me de uma vez, quando andávamos em direção ao mercado, em que ele fez questão de passar numa determinada banca de jornal para me mostrar a foto que tinha visto numa revista, semanas antes. No dia do ocorrido, chegou em casa com um sorrisinho revelador, afirmando ter visto o Evandro Chagas numa publicação da tal banca de jornal. Achei o fato pouco provável, mas diante de sua convicção, decidi dar, ao menos, algum crédito. Qual não foi a sua decepção quando falou, já com o dedo na cara do homem que ilustrava a capa da revista, que se tratava do Evandro Chagas. Meu riso foi incontrolável, porque a foto era do Carlos Chagas (era uma publicação sobre questões



de concursos da Fundação Carlos Chagas). Do riso passei a uma tremenda gargalhada, porque o Alessandro tinha um semblante de total desolação e inconformismo. Acho que até ele, de alguma forma, sentia-se ‘íntimo’ de Evandro Chagas.

Aos meus pais, Tereza e Walter, e ao meu irmão, Rafael, pelo amor, pela admiração e pela gratidão. Não é possível imaginar como seria minha vida, mesmo hoje, adulta, sem o carinho e o zelo constante de minha família. Que bom tê-los comigo! A minha mãe, que tanto dizia “*acaba logo com isso pra gente sair!*”. Pronto, mãe! Agora vamos passear sem horário restrito, sem preocupações. Ao meu pai, que sempre sonhou em ter filhos “doutores”. Bom, pai... para isso ainda falta um pouco... Ao vô José, porque sempre me comove quando diz que acha “muito bacana” me ouvir falar sobre meu trabalho. A tia (‘teacher’) Marcia, que muito me ajudou com as tarefas escolares. A vó Marcília (*in memoriam*), porque é a grande saudade que guardo. A dinda Carmen, ao ‘sobrinho’ Arthur, ao tio Paulo, aos primos Paulinho e Flavinha, tia Wilma, tio Washington e as primonas Natália, Liz, Luana e Laís pela alegria que sinto em nossos encontros. Espero por vocês, agora a casa é toda nossa!

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	16
<b>CAPÍTULO 1 – SEGUINDO OS PASSOS DO PAI: A FORMAÇÃO MÉDICA E O INÍCIO DA VIDA PROFISSIONAL (1921-1935)</b>	49
1.1 – As origens mineiras da família Chagas .....	51
1.2 – O primogênito de um cientista consagrado: Carlos Chagas e sua descoberta .....	56
1.3 – A formação médica: o laboratório e a clínica no Hospital São Francisco de Assis e no Hospital Oswaldo Cruz .....	63
1.4 – Conclusão do curso médico: a pesquisa e o ensino das doenças tropicais .....	75
1.5 – O lugar do pai em disputa: o concurso para a Cátedra de Doenças Tropicais e Infecciosas da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro .....	84
1.6 – Representando o pai: a viagem para a Argentina e as pesquisas sobre a doença de Chagas .....	99
<b>CAPÍTULO 2 – RUMO AOS ‘SERTÕES’ DO BRASIL: AS PESQUISAS SOBRE A LEISHMANIOSE VISCERAL AMERICANA E A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO DE PATOLOGIA EXPERIMENTAL DO NORTE (1936-1937)</b>	104
2.1 – Em busca de uma ‘nova’ doença: as pesquisas sobre a leishmaniose visceral no norte do país .....	105
2.2 – De Manguinhos para a Amazônia: a criação do Instituto de Patologia Experimental do Norte .....	116
2.3 – A ‘descoberta’ de uma nova doença do Brasil .....	127
2.4 – Os discípulos de Evandro Chagas: uma nova geração de médicos sanitaristas na região amazônica .....	134
<b>CAPÍTULO 3 – AS DOENÇAS RURAIS NA AGENDA DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ: A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ESTUDO DE GRANDES ENDEMIAS (1937-1938)</b>	143
3.1 – Uma nova organização científica no Instituto Oswaldo Cruz: o Serviço de Estudo de Grandes Endemias (SEGE) .....	144

3.2 – O projeto científico e institucional do SEGE: a ação conjunta do Instituto Oswaldo Cruz e dos órgãos federais de saúde no combate às endemias rurais .....	156
3.3 – O Instituto Oswaldo Cruz e a saúde pública brasileira na década de 1930 .....	162
3.4 – O SEGE e o ideário do saneamento dos sertões: a ressignificação da agenda sanitária na década de 1930 .....	172
3.5 – O SEGE na visão particular de Evandro Chagas .....	183

**CAPÍTULO 4 – O SERVIÇO DE ESTUDOS DE GRANDES ENDEMIAS NA CAMPANHA DE ERRADICAÇÃO DO *ANOPHELES GAMBIAE* (1939-1940)** 196

4.1 – A viagem de Evandro Chagas ao nordeste do Brasil e a denúncia da epidemia de malária no Ceará .....	197
4.2 – “Os primeiros combatentes da difícil peleja”: a batalha contra o mosquito .....	213
4.3 – “No final das contas vão ser uns heróis”: a visão de Evandro Chagas sobre a liderança de Fred Soper .....	229

**CAPÍTULO 5 – O SERVIÇO DE ESTUDOS DE GRANDES ENDEMIAS E O COMBATE À MALÁRIA NA REGIÃO AMAZÔNICA (1940)** 240

5.1 – As pesquisas no Instituto de Patologia Experimental do Norte .....	241
5.2 – O inquérito epidemiológico no vale amazônico: base para a formulação do Plano de Saneamento da Amazônia .....	246
5.3 – A nova reforma dos serviços de saúde e o projeto de criação do Instituto Nacional de Doenças Tropicais .....	258
5.4 – O SEGE após a morte de Evandro Chagas .....	266

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** .....269

**FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** .....274

**ANEXO** .....294

## LISTA DE ABREVIATURAS

AMN – Academia Nacional de Medicina  
CEELVA – Comissão Encarregada do Estudo da Leishmaniose Visceral Americana  
CEPEN – Comissão de Estudos de Patologia Experimental do Nordeste  
DEE – Divisão de Endemias Rurais  
DFS - Delegacia Federal de Saúde  
DGSP – Diretoria Geral de Saúde Pública  
DNSP – Departamento Nacional de Saúde Pública  
DNS – Departamento Nacional de Saúde  
DSP – Divisão de Saúde Pública  
FMRJ – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro  
FMURJ – Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro  
HOC – Hospital Oswaldo Cruz  
HSFA – Hospital São Francisco de Assis  
MEPRA – Missão de Estudos de Patologia Regional da Argentina  
MES – Ministério da Educação e Saúde  
IEC – Instituto Evandro Chagas  
IOC – Instituto Oswaldo Cruz  
INDT - Instituto Nacional de Doenças Tropicais  
INSP – Instituto Nacional de Saúde Pública  
IPEN – Instituto de Patologia Experimental do Norte  
SEGE – Serviço de Estudos de Grandes Endemias  
SMNE – Serviço de Malária do Nordeste  
SOCM – Serviço de Obras Contra a Malária  
SPFA – Serviço de Profilaxia da Febre Amarela  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## RESUMO

Esta dissertação analisa a trajetória científica de Evandro Chagas (1905-1940), pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), e seus estudos sobre as endemias rurais do Brasil. Filho de Carlos Chagas (1878-1934), reconhecido como um dos grandes nomes da ciência brasileira, Evandro Chagas construiu sua trajetória profissional como discípulo da tradição de pesquisa estabelecida no IOC nas primeiras décadas do século XX, segundo a qual a produção de conhecimentos no campo da medicina tropical estava diretamente relacionada aos problemas sanitários do país, especialmente das doenças endêmicas do interior. O Serviço de Estudos de Grandes Endemias (SEGE), criado por Evandro Chagas no IOC em 1937, foi o principal projeto pelo qual o cientista procurou dar continuidade a esta tradição, num contexto em que a saúde pública vivia importantes transformações, durante o primeiro governo Vargas (1930-1945). Utilizando, sobretudo, as fontes de seu arquivo pessoal, são analisadas as origens e as relações familiares de Evandro Chagas, sua formação acadêmica e sua atividade profissional, com ênfase em sua atuação à frente do SEGE. Argumenta-se que sua trajetória foi decisivamente marcada pela herança familiar e científica de Carlos Chagas, tanto em referência à sua figura como pai quanto ao que diz respeito à sua imagem pública, como representante da tradição de ciência do IOC. Analisando as articulações estabelecidas pelo cientista para implementar seu projeto de estudo e combate às endemias rurais no Brasil, visto como a continuidade da agenda e do ideário sanitarista firmados durante a Primeira República, a dissertação evidencia que tal continuidade foi construída por meio da convergência de interesses entre os cientistas e os gestores da saúde pública do governo Vargas, mas, ao mesmo tempo, permeada por tensões e conflitos, relativos aos novos espaços sociais e institucionais ocupados por esses atores no pós-1930. Além do diálogo com a historiografia das ciências e da saúde, a dissertação insere-se no debate historiográfico sobre biografias e trajetórias, com o objetivo de refletir sobre a intrincada associação entre elementos de natureza subjetiva, referentes a lógicas e motivações específicas à esfera individual, e fatores relacionados ao contexto político e social mais amplo no qual se inserem estas trajetórias individuais.

Palavras-chave: Evandro Chagas, trajetória familiar, Instituto Oswaldo Cruz, Serviço de Estudos de Grandes Endemias, saúde pública.

## ABSTRACT

This thesis analyzes the scientific trajectory of Oswaldo Cruz Institute (IOC) researcher Evandro Chagas (1905-1940) and his studies of rural endemic diseases in Brazil. The son of Carlos Chagas (1878-1934), who is recognized as one of the great names in Brazilian science, Evandro Chagas built his career as a disciple of the research tradition that had been established at the IOC in the early decades of the twentieth century and that saw knowledge production in the field of tropical medicine as tied directly to the country's sanitary problems, especially rural endemic diseases. His main project to lend continuity to this tradition was the Service for the Study of Major Endemic Diseases (SEGE), created at the IOC by Evandro Chagas in 1937 in a context of noteworthy changes in public health under the first Vargas administration (1930-1945). Relying primarily on sources from Evandro Chagas's personal archives, the study analyzes the scientist's origins, family relationships, academic training, and professional life, with a focus on his time as head of SEGE. I argue that his career was influenced decisively by the familial and scientific legacy that Carlos Chagas left him, both as a father and as a public figure representative of the IOC's science tradition. In analyzing the relations and efforts that Evandro Chagas developed in order to realize his project to study and fight rural endemic diseases in Brazil, and thereby give continuity to the sanitary agenda and ideas planted under the First Republic, I demonstrate how the achievement of this continuity was based on a convergence of interests between scientists and public health managers in the Vargas government, although the process was simultaneously marked by tension and conflict over the new social and institutional spaces occupied by these actors in the post-1930 era. In addition to dialoguing with the historiography of science and health, this thesis contributes to the historiographic debate on biographies and trajectories by offering reflections on the complex relations between subjective elements (which involve logic and motivations specific to the realm of the individual) and elements related to the broader political and social context that frames individual trajectories.

Keywords: Evandro Chagas, family trajectory, Oswaldo Cruz Institute, Service for the Study of Major Endemic Diseases, public health.

“... não posso deixar de atender a um ideal que foi do Paizinho, pelo qual ele morreu e que, se visse realizado, teria de mim outra opinião, bem diferente da que levou para o túmulo”.

(Carta de Evandro Chagas para a sua mãe, em 12 de julho de 1937)

“Mas eu sei que lá no céu o velho tem vaidade  
E orgulho de seu filho ser igual seu pai  
Pois me beijaram a boca e me tornei poeta  
Mas tão habituado com o adverso  
Eu temo se um dia me machuca o verso  
E o meu medo maior é o espelho se quebrar”.

(Espelho, música de João Nogueira)

## INTRODUÇÃO

Era uma tarde clara, o céu estava sem nuvens baixas ou nevoeiro. A visibilidade era perfeita e não havia qualquer prenúncio de transtorno no ar. Evandro Chagas seguiu para o aeródromo do Santos Dumont e tomou assento no avião “Cidade de Santos”, da companhia aérea Vasp, que conduzia mais 15 passageiros do Rio de Janeiro à capital paulista<sup>1</sup>. Evandro Chagas decidiu visitar a filha, Tatiana, antes de embarcar para o norte a fim de acompanhar os inquéritos que pesquisadores do Serviço de Estudos de Grandes Endemias do Instituto Oswaldo Cruz (SEGE/IOC) e do Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN), de Belém, realizavam sobre a incidência da malária no Vale Amazônico<sup>2</sup>. Havia alguns anos, Evandro Chagas e os pesquisadores do IPEN, sob sua coordenação, desenvolviam pesquisas sobre doenças endêmicas na região amazônica, e os êxitos alcançados renderam-lhe um convite do Ministério da Educação e Saúde (MES) para que integrasse a Comissão de Saneamento da Amazônia, encarregada de formular, entre outras medidas, um inquérito epidemiológico sobre a malária na região.

Um avião argentino sobrevoava a Baía de Guanabara na mesma rota de vôo do avião da Vasp, no qual estava Evandro Chagas. O primeiro era um avião particular, e o segundo, um avião comercial, seguia uma rota regulamentada e dentro do seu horário de serviço. Logo após a decolagem, ainda na enseada de Botafogo, o aparelho da Vasp alcançou posição paralela à do avião particular, um aparelho da Shell, que se mantinha a poucos metros abaixo do primeiro. Nenhum dos pilotos tinha consciência da existência do outro. Ao realizar uma espiral descendente, o avião particular atingiu em cheio uma das asas do “Cidade de Santos”. O choque foi brutal. O avião da Vasp deu meia volta em torno de si, caindo em parafuso no mar, com a cabine despedaçada. O aparelho da Shell foi praticamente partido ao meio e o piloto lançado para fora do avião, com uma parte do assento, alcançando o interior do Instituto Jurema. Tamanha foi a força da

---

<sup>1</sup> Dentre os passageiros, além de Evandro Chagas, estavam: Fernando Hernandez Cata, Ministro de Cuba; Alex Grieg, Cônsul da Noruega em Santos; Arganti Fanucchi, comerciante italiano que residia em São Paulo; Ladislau Romano, fotógrafo do Departamento de Propaganda do Estado de São Paulo; Sebastião Leme Franco Salles, advogado; Edward Pingelly, funcionário da Embaixada Inglesa; Gustavo Godoy Filho, Soubhy Chadoud, Aron Belynuki, Theodor Weber, Paulo Anterghetthi, Loius Perlman, Laerte Araújo, Nadine Kaner e mais três tripulantes. A grafia dos nomes dos passageiros varia em alguns jornais.

<sup>2</sup> Tatiana Chagas (Memória, após o casamento) era a única filha de Evandro Chagas. Nasceu em 10 de setembro de 1927, de sua união com a jornalista Maria da Graça Dutra. Desde a separação dos pais a adolescente vivia com a mãe em São Paulo.



queda que seu corpo abriu um sulco no chão do pátio da instituição<sup>3</sup>. Destroços do avião espalharam-se e atingiram uma casa comercial contígua ao Instituto Jurema, ferindo um morador. Outras peças do avião ficaram penduradas por algumas árvores próximas à rua Marquês de Abrantes. Barcos dos clubes de regata Botafogo e Guanabara, aportados na enseada de Botafogo, saíram imediatamente para prestar socorro às vítimas. O reforço das lanchas da Polícia Marítima e da Marinha chegou em seguida, juntamente com as ambulâncias, por terra.

Transeuntes assistiram estarelecidos ao acidente, e o local foi rapidamente tomado por uma multidão atraída pelo caráter espetacular da tragédia. Um estudante, que viu o exato momento da queda, lançou-se ao mar para ajudar a resgatar os passageiros, mas com a explosão do avião a gasolina inflamada alastrou-se pela água, provocando queimaduras de primeiro grau no rapaz. Os corpos, terrivelmente mutilados, eram retirados do mar e postos no chão, cobertos com jornais. A tragédia foi anunciada por alguns jornais como “o maior desastre aéreo da América do Sul”. O acidente fatal ocorreu em 08 de novembro de 1940, dia em que se encerrou a vida de Evandro Chagas. Jovem ainda, aos 35 anos, e com uma carreira em visível ascensão, o pesquisador do IOC ganhava crescente destaque no cenário científico nacional e internacional e na saúde pública brasileira. Seu féretro saiu da Academia Nacional de Medicina (ANM) e sua cerimônia de sepultamento mereceu honras de Estado, custeada pelo MES e com a presença do presidente Getúlio Vargas e do ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, entre outros<sup>4</sup>.

Exatamente nesse mesmo dia, seis anos antes, Evandro Chagas viveu uma outra experiência de morte: a de seu pai, Carlos Chagas. Na manhã do dia 08 de novembro de 1934, o então diretor do IOC, renomado pela descoberta da doença que leva seu nome, dirigiu-se ao Pavilhão anexo ao Hospital São Francisco de Assis (HSFA), onde eram realizadas as aulas do curso de doenças tropicais e infecciosas da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro (FMURJ), disciplina da qual era professor catedrático desde 1925. Ao invés seguir para o Hospital Oswaldo Cruz (HOC), como de hábito, Carlos Chagas decidiu almoçar em casa. Pretendia, à tarde, dedicar-se à elaboração de uma conferência. A ausência de Carlos Chagas no turno da tarde chamou

---

<sup>3</sup> Não conseguimos localizar nenhuma informação sobre o Instituto Jurema.

<sup>4</sup> O arquivo pessoal de Evandro Chagas possui um álbum de recortes de jornais com notas e matérias sobre seu falecimento, bem como as homenagens póstumas que lhe foram prestadas. As informações aqui reunidas representam um resumo dessas várias reportagens. O arquivo pessoal de Evandro Chagas encontra-se sob a guarda do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (doravante referenciado como BR RJCOC EC). Ver BR RJCOC EC 01.024.

a atenção de Evandro Chagas – era a primeira vez que o pai não comparecia à instituição. Pai e filho trabalhavam juntos no Pavilhão anexo ao HSFA, onde Evandro Chagas era responsável pelo curso equiparado da disciplina ministrada por Carlos Chagas no turno da manhã. Ao chegar em casa, Evandro Chagas ouviu o pai reclamar de dores na região do coração. Antes de tomar-lhe a pressão, viu sinais evidentes de um edema pulmonar e tentou uma sangria, mas o resultado foi nulo. Carlos Chagas teve uma morte fulminante, em poucos segundos, ao lado de seu filho, que tentava salvar-lhe a vida. Carlos Chagas Filho, o irmão mais novo, chegou logo em seguida, e ainda pode presenciar Evandro Chagas ajoelhado ao lado da cadeira do pai. Ele assim rememora o ocorrido:

“Fui para Mangueiros e voltei para casa a fim de preparar-me para jantar com os Mello Franco. Quando entrei, notei que Evandro já havia chegado e percebi também uma certa inquietação no olhar da nossa doméstica. Surpreendeu-me ainda o que me disse: ‘Estão todos lá em cima’. Subi as escadas correndo e, ao chegar ao escritório de meu pai, encontrei minha mãe em pranto e Evandro ajoelhado ao lado da cadeira de repouso e leitura de meu pai. Este, imóvel, com o braço descoberto, no qual Evandro tentava realizar uma sangria sem que um centímetro cúbico de sangue tivesse sido derramado. Corri escada abaixo e fui buscar meu tio, Astrogildo Machado, cuja residência ficava no fundo de nosso jardim, para ver se ele poderia fazer qualquer coisa. Saímos os dois e, pelo portãozinho de comunicação, corremos até onde estava meu pai. Encontramo-lo já sem vida. Minha mãe e Evandro desesperados. (...) A morte fulminara meu pai em poucos segundos. Eram sete e meia da noite do dia 8 de novembro [de 1934]” (Chagas Filho, 1993, p.264)<sup>5</sup>.

O fato de pai e filho terem falecido no mesmo dia, com um intervalo de seis anos, evoca, aos que buscam reconstruir a trajetória de Evandro Chagas, um significado que vai além do que poderia ser apenas uma coincidência dramática: a morte, neste caso, reforça o sentido de uma vida inspirada e construída em estreita afinidade com a trajetória do pai. Trata-se da morte de um filho que norteou sua carreira pelo exemplo do pai, e que após a sua morte esforçou-se por dar continuidade aos seus projetos e à sua obra junto ao IOC, instituição dirigida por Carlos Chagas durante quase duas décadas

---

<sup>5</sup> Chagas Filho conta ainda que ele e o irmão seriam perguntados inúmeras vezes sobre a causa da morte súbita de seu pai. Muitos suspeitavam de que Carlos Chagas havia sido vítima da própria doença que descobrira – um caso da forma cardíaca da tripanossomíase americana, também conhecida como doença de Chagas. Carlos Chagas Filho afirma que essa questão nunca poderá ser esclarecida, porque seu pai se recusava a fazer exames complementares que pudessem diagnosticar o mal que sentia e escondia da família. Há alguns meses, a saúde de Carlos Chagas era motivo de preocupação entre seus filhos, que chegaram a sugerir-lhe que diminuísse o ritmo de trabalho, ideia recusada pelo pai. Chagas Filho e Evandro Chagas consideravam “temerária” a suposição de que seu pai pudesse ter se infectado com o parasito da tripanossomíase americana durante as experiências de laboratório. Para eles, o pai morrera em decorrência de um edema pulmonar, hipótese corroborada pelo fato de ser Carlos Chagas um “inveterado fumante” desde a juventude (Chagas Filho, 1993, p.263-265).

(1917-1934), como discípulo e sucessor direto de Oswaldo Cruz. A trajetória profissional de Evandro Chagas, fortemente referenciada à vida e à imagem de seu pai, seria marcada pela herança do capital científico e social de sua família, pela tradição de pesquisa da ‘escola de Manguinhos’ e pelo senso de dever de um filho em relação à memória de seu pai. O acaso inexplicável da morte parece selar, de modo muito simbólico e significativo, o percurso dessas duas biografias que se entrelaçaram na vida familiar e profissional, em seus valores, ideais e propósitos.

Os necrológios e artigos de homenagem póstuma dedicados a Evandro Chagas o descrevem, quase que invariavelmente, como o herdeiro natural e legítimo sucessor de Carlos Chagas, no duplo sentido do termo, como filho e discípulo. Nesses textos, sua trajetória profissional é apresentada como uma continuidade do legado científico de seu pai, e tal identificação e reconhecimento, manifestos pelo meio científico de sua época, encontravam respaldo na própria carreira e imagem pública que o cientista vinha construindo para si. Na visão de alguns contemporâneos, a funesta coincidência na data de falecimento de ambos viria fortalecer ainda mais a identidade entre pai e filho, entre mestre e discípulo:

“A medicina brasileira deplora a perda de uma de suas mais jovens e ilustres figuras. Justamente ontem, ao transcorrer o sexto aniversário de morte de Carlos Chagas, quis o Destino levar também, e de maneira pavorosamente trágica, o cientista moço, que lhe herdara o nome, o talento e o patriotismo. (...). Quando a ciência médica universal lamentou a perda de Chagas, foi Evandro que se propôs a continuar-lhe a sagrada missão de devotamento às mais árduas pesquisas científicas. Prosseguindo nos trabalhos do sábio patricio, Evandro Chagas enriqueceu de forma notável o patrimônio de nossa medicina experimental. De tal maneira, que a seu descortínio, à sua cultura e ao seu patriotismo, o governo da República entregará a gigantesca tarefa de expulsar do território os fantasmas das endemias. Era o velho e grandioso sonho de Carlos Chagas, em cuja realização o filho empregava dia e noite toda a pujança espiritual que dele recebera (...).”<sup>6</sup>

Evandro Chagas teve sua vida interrompida de forma abrupta e violenta, e este incidente contribuiria para acrescentar à sua trajetória uma outra imagem: a de um jovem e promissor cientista a quem o trágico destino teria impedido de realizar uma grande e notável obra. Este é um ponto ressaltado com alguma frequência em seus necrológios. Aníbal Matos, em discurso no Rotary Club de Minas Gerais, explorou esse aspecto através de uma metáfora. Em suas palavras, Evandro Chagas “morre como um

---

<sup>6</sup> C.F. Evandro Chagas. *A Tarde*, 09 de novembro 1940 (BR RJCOE EC 01.024). A título de exemplo, ver também o artigo de Póvoa, Hélio. A epopeia dos dois Chagas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 08 de novembro de 1941 (BR RJCOE EC 01.024) e a nota publicada na revista *Brasil-Médico* – A morte de Evandro Chagas (n. 46, 16 de novembro de 1940, p.769).

semeador que não viu a colheita do plantio”<sup>7</sup>. O orador deu especial ênfase a essa morte repentina que o atingiu aos 35 anos, em plena e vigorosa fase de produção científica. Comparando as carreiras de Evandro Chagas e Adolpho Lutz, também pesquisador do IOC e falecido recentemente, Aníbal Matos atentava para o fato de que Lutz “desapareceu da vida depois de a ter vivido intensa e proficuamente, realizando uma obra imensa de clínica e laboratório, com o tempo preciso para o término e êxito de suas alentadas pesquisas e experiências dos fenômenos biológicos”. Por isso, sua morte seria sentida como um acontecimento previsível e até “natural”<sup>8</sup>. Já Evandro Chagas, ao contrário:

“(…) teve a morte sensacional em uma tragédia abaladora (...) e o que mais doeu no coração de todos foi a destruição desse vasto terreno de possibilidades, que se abriam diante do moço que defendia com bravura e dignidade a herança da sabedoria paterna de Carlos Chagas (...). A aspiração de Evandro Chagas, essa de continuador da obra esboçada por dois grandes mestres de sua vida: Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, não se realizaria, entretanto. O imprevisto, que é o maior inimigo oculto da existência, e contra qual não existem meios de defesa, revogou todas as aspirações do jovem sábio brasileiro”.

A morte de Evandro Chagas também seria noticiada em jornais da região norte, onde ele e sua equipe desenvolviam, havia alguns anos, pesquisas sobre doenças endêmicas de grande incidência. Ele seria lembrado como um cientista de “espírito prático e inquieto”, que “abominava o teorismo contemplativo e vazio para amar, acima de tudo, o movimento e a ação”. As investigações de campo e a disposição física para ‘desbravar’ os longínquos ‘sertões’ do país seriam enaltecidas como um elemento diferencial em sua trajetória científica:

“E ajudado por uma resistência física que espantava os seus discípulos, viamol-o, frequentemente, virar as costas ao Método, ao Gabinete e às Fórmulas, para se atirar a verdadeiras aventuras científicas através da hinterlandia, qual novo bandeirante que, em vez de esmeraldas, ia em busca de germes patogênicos que explicassem as causas do atraso e da letalidade amazônicas. E fazia-o não no bojo confortável de um navio de linha, nem nos estofos macios de uma carruagem de inspeção ferroviária; mas na estreiteza desconfortável de uma lanchinha com motor de popa que ele mesmo manjava e que, nos momentos de ‘pane’, substituía por dois remos que os seus dois pulsos fortes movimentavam. E era assim que ele penetrava nos recessos da gleba, subindo igarapés que homens de cidade jamais penetraram,

---

<sup>7</sup> Homenagem à memória do cientista Evandro Chagas – Discurso do prof. Aníbal Matos na sessão realizada ontem no Rotary Club. Minas Gerais, 28 de novembro de 1940 (jornal indeterminado). (BR RJCOE EC 01.024).

<sup>8</sup> Adolpho Lutz faleceu em 06 de outubro de 1940, pouco antes de completar 85 anos, em consequência de uma pneumonia.

e indo acampar, não sob telhas, nem colmos, nem toldos improvisados, mas sob a ramagem das próprias árvores, a cuja sombra instalava seu pequeno laboratório e trabalhava, incansavelmente, dias sucessivos, dorso nu e se alimentando de conservas e frutos. Foi assim que o surpreendemos, certa feita, na cabeceira do rio ‘Camotim’, em Abaeté, fazendo pesquisa sobre a leishmaniose visceral – e pasmamos diante de tamanha disposição física e espiritual para o trabalho e para a ciência!”<sup>9</sup>

As circunstâncias que acarretaram o fim de sua vida também seriam apontadas como mais uma inexplicável ‘ironia’ pregada pelo destino: ele morreu justamente dentro de um avião, seu principal meio de transporte para se locomover ao interior do país e realizar suas investigações científicas. A perplexidade em torno desta fatalidade era que o cientista, acostumado a enfrentar situações inseguras e até de risco, viajava, dessa vez, em condições que lhe ofereciam absoluta segurança. Este fato seria mencionado com bastante indignação por Maurício de Medeiros, professor catedrático de clínica propedêutica médica da FMURJ e colaborador do jornal *A Gazeta*:

“Dizem todos quantos acompanharam sua atividade no Norte do país que a obra, que ele estava ali realizando, era estupenda. E – coisa curiosa – seu meio predileto de comunicação era um avião de que dispunha para o seu serviço. Nele percorria lugares os mais remotos, onde seus auxiliares recebiam sua visita frequente e suas instruções pessoais. Sobrevoando ininterruptamente as florestas amazonenses nunca lhe aconteceu nada de desagradável, para, afinal, vir morrer estupidamente no mais estúpido dos desastres de que pode haver notícia hoje em dia em aviação: dois aviões que se chocam no espaço, por um dia límpido e sereno! Compreende-se um desastre de avião quando há nevoeiro, ou quando há tempestades (...). Mas um encontro no espaço, por um dia claro, sem nuvens baixas, sem nevoeiro, com visibilidade perfeita! E um encontro com um avião de carreira, que tem a sua hora fixa e invariável de partida e sua rota fixa e predeterminada, que todos conhecem, mesmo os que nada têm com aviação! É tudo quanto mais de estúpido que pode acontecer”<sup>10</sup>.

A intensa capacidade de trabalho demonstrada por Evandro Chagas também ganharia novo sentido após o prematuro falecimento. O artigo publicado no *Diário de*

---

<sup>9</sup> J. M. A Amazônia de luto. *Folha da Noite*, Belém, 09 de novembro de 1940. (BR RJCOC EC 01.024).

<sup>10</sup> Luto da inteligência. Originais de Maurício de Medeiros para *A Gazeta* (sem referência completa). (BR RJCOC EC 01.024). O acidente aéreo envolvendo Evandro Chagas e outras pessoas “pertencentes aos nossos mais distintos círculos sociais” deu ensejo a alguns protestos na imprensa em relação à fiscalização do cumprimento das normas de tráfego aéreo, conforme denunciou o jornal *A Vanguarda*: “O grave acidente de avião verificado ontem à tarde em pleno céu carioca, no bairro de Botafogo, foi o maior e o mais espetacular já registrado na América do Sul em ocorrências dessa natureza. As condições absolutamente imprevisas e até certo ponto inexplicáveis da tragédia, dão a mesma um aspecto frio e desconcertante de fatalidade. (...) É preciso, porém, fixar-se um ponto que parece se revestir de marcada significação: foi mais uma vez desobedecido, ontem, o regulamento do voo sobre a baía e a cidade. O malogrado aviador argentino, que tinha vindo ao Rio participar das festas e das alegrias brasileiras, alçou voo de Manguinhos num momento em que são proibidas evoluções na zona sul – quando transitam os aviões regulares de passageiros... Decerto, desconhecia tais proibições e tais circunstâncias – e esse aspecto da tragédia deve, naturalmente, merecer atenções das autoridades aeronáuticas”. O maior desastre de avião da América do Sul. *A Vanguarda*, 09 novembro de 1940. (BR RJCOC EC 01.024).

*Notícias* afirmava que “parece que alguma coisa o advertia de que não deveria viver muito. Daí essa atividade febril de quem não tinha tempo a perder”<sup>11</sup>. É curioso notar que o próprio Evandro Chagas parecia ter a sensação de que morreria cedo, antes de envelhecer, em consequência dos problemas de saúde que começava a apresentar, semelhantes àqueles que ocasionaram a morte de seu pai. Sete meses antes do acidente fatal, o cientista escreveu uma carta à filha (e que seria a última), relatando sua doença e seus pressentimentos negativos em relação ao futuro:

“Por aqui vai tudo bem menos a saúde do papai. Tenho estado com a pressão arterial muito alta e creio que vou seguir o mesmo caminho do vovô Chagas. Em todo o caso, espero que possa viver ainda o bastante para ver você crescida, com sua vida feita e que possa deixar o Serviço [de Estudos de Grandes Endemias] completamente organizado. Para impedir que a moléstia evoluísse, teria de deixar todo o sistema de trabalho que tenho, não fazer grandes esforços, não voar, enfim, mudar totalmente a vida, o que importaria em deixar paralisar o trabalho que, por enquanto, está com caráter muito pessoal e na completa dependência de minha atividade. E, como dispus-me inteiramente a levar avante a idéia de estudar, tanto quanto possível, os problemas médicos do Brasil, não modificarei as normas que tenho tido e tratarei de, no menor prazo, conseguir obter o máximo de resultados. Decidi levar a coisa até estourar e só me entristece a idéia de talvez não poder ver você crescer e desenvolver-se. Você não deve se deixar impressionar pela doença do papai e nem pelas perspectivas que tenho para o futuro. Eu mesmo não estou dando a menor importância ao caso porque acho que desde que se viva com proveito para o meio, não importa que se viva pouco ou muito, mesmo porque quando se vive muito, o fim é sempre com decadência e muito triste. O vovô Chagas sempre dizia que a vida só vale ser vivida em toda a sua plenitude e foi assim que ele viveu; morreu no trabalho e no máximo da carreira profissional, respeitado por todos e muito querido”<sup>12</sup>.

Evandro Serafim Lobo Chagas nasceu em 1905, filho primogênito do renomado cientista Carlos Chagas, notabilizado pela descoberta, em 1909, de uma nova doença tropical, que ficaria conhecida como doença de Chagas. Esse ‘grande feito da medicina brasileira’, como foi enaltecido à época, rendeu a Carlos Chagas, pesquisador do IOC, grande prestígio e reconhecimento no mundo científico nacional e internacional. Paralelamente às atividades de pesquisa sobre diversos aspectos da nova doença, Carlos Chagas exerceu cargos de gestão na ciência e na saúde pública. Foi diretor do IOC entre os anos de 1917-1934, e diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), durante os anos de 1920-1926.

---

<sup>11</sup> Lintz, Zuleika. Evandro Chagas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 1940. (BR RJCOE EC 01.024).

<sup>12</sup> Carta de Evandro Chagas a Tatiana Chagas (Memória), em 10.04.1940 (*apud* Guimarães, 2009, p.26).

Em 1921, Evandro Chagas ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro (FMURJ). No ano seguinte, iniciou o internato no Hospital Oswaldo Cruz (HOC), do IOC, e no Hospital São Francisco de Assis (HSFA), este vinculado à FMURJ. Foi orientado, nesses dois espaços, por Carlos Chagas e Eurico Villela, pesquisador do IOC e estudioso da doença de Chagas. O início de sua vida profissional se daria ao lado do pai, de quem se tornou discípulo e colaborador nos estudos sobre a forma cardíaca da doença por ele descoberta. Após a formatura, ocorrida em 1926, Evandro Chagas permaneceu no IOC, assumindo, pouco tempo depois, a chefia da Seção de Patologia Humana do HOC. Também ingressaria na FMURJ como assistente da cátedra de doenças tropicais e infecciosas, ocupada por Carlos Chagas, sendo nomeado, posteriormente, livre-docente da disciplina. Com a morte de seu pai, Evandro Chagas prestou concurso, em 1935, para substituir-lhe na cátedra, mas foi classificado em 2º lugar, perdendo a vaga. Diante do resultado, exonerou-se da FMURJ, permanecendo exclusivamente em Manguinhos.

Durante os anos de 1936-1940, Evandro Chagas realizou uma série de investigações científicas pelo interior do país. Em 1936, chefiou uma comissão de estudos do IOC sobre a leishmaniose visceral americana que, segundo ele, constituía uma nova enfermidade do continente americano, diferente da leishmaniose visceral descrita em outras regiões. Por meio de acordos com o governo do Pará, fundou, em fins de 1936, o Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN), atualmente denominado Instituto Evandro Chagas (IEC), localizado em Belém. A partir de suas relações familiares, conseguiu angariar o apoio financeiro do empresário Guilherme Guinle, e com a visibilidade alcançada por suas pesquisas, obteve do governo federal um subsídio que lhe possibilitou ampliar suas atividades no IOC. Surgiria, deste modo, o Serviço de Estudos de Grandes Endemias (SEGE), uma organização científica voltada para a investigação e o combate das principais doenças endêmicas em diversas regiões do país.

As atividades do SEGE conjugaram pesquisa de campo e de laboratório, estudos clínicos e formação de especialistas em doenças tropicais, com o objetivo de produzir conhecimentos científicos que auxiliassem ações efetivas na solução dos problemas sanitários, sobretudo aqueles que afetavam as áreas rurais. O projeto científico de Evandro Chagas retomava em seus princípios e objetivos os ideais defendidos pelo movimento sanitarista da década de 1910, que reuniu médicos e intelectuais em prol da melhoria nas condições de vida e de saúde das populações do interior, e que teria em

Carlos Chagas uma de suas principais lideranças. Para executar seu plano de saneamento rural, Evandro Chagas firmou parcerias com os órgãos sanitários dos governos estaduais e do governo federal, trabalhando em estreita colaboração com as Delegacias Federais de Saúde e com os Serviços Nacionais de Saúde do MES. O cientista também atuou junto à Fundação Rockefeller numa campanha federal contra o *Anopheles gambiae*, mosquito transmissor de uma terrível epidemia de malária que assolou os estados do Rio Grande do Norte e Ceará durante os anos de 1938-1941. Após a morte de Evandro Chagas, o SEGE passou a ser dirigido por seu irmão, Carlos Chagas Filho, até ser incorporado formalmente à estrutura organizacional do IOC, em 1942, quando foi aprovado um novo estatuto para a instituição. O SEGE, então, transformou-se na Divisão de Estudos de Endemias.

Esta pesquisa tem como objetivo reconstruir a trajetória profissional de Evandro Chagas. Grande parte dos trabalhos existentes sobre sua trajetória compõe-se de necrológicos ou textos memorialistas, escritos em sua maioria por cientistas contemporâneos ou que com ele conviveram. Tais registros, em função de sua própria finalidade, foram produzidos com o intuito de homenageá-lo e, não raro, exaltar sua carreira, sem qualquer ambição analítica. Muitos desses textos parecem tomar como natural a trajetória profissional trilhada por Evandro Chagas, um caminho já previsível para alguém que nasceu ‘filho de Carlos Chagas’ e que escolheu seguir a mesma carreira do pai. Esses relatos transmitem ainda a impressão de que a trajetória do cientista obedeceu a um percurso linear que ‘naturalmente’ o conduziria às realizações que viria a fazer no decorrer de sua atuação profissional. De modo geral, essas narrativas tratam sua trajetória como uma espécie de prelúdio ao que seria destacado como a obra maior e marca de sua singularidade no campo científico: a criação do SEGE.

Este trabalho representa um estudo inédito sobre a trajetória profissional deste cientista, e por isso mesmo, deve ser avaliado como um primeiro esforço de sistematização e análise de sua carreira científica. Não foi nossa pretensão esgotar *todas* as atividades por ele desempenhadas, mas sim, examinar quais iniciativas profissionais tiveram maior alcance ou importância para a construção de sua carreira. Nosso principal interesse foi compreender de que forma Evandro Chagas via e concebia sua prática científica, e de que maneira ele foi forjando e moldando a identidade profissional que assumiu para si. Procuramos demonstrar que sua trajetória profissional foi fortemente



inspirada na imagem e na carreira de seu pai, de quem se auto-proclamava herdeiro e continuador, e no modelo de ciência institucionalizado no IOC, ao qual filiaría sua prática profissional ao identificar-se como um discípulo desta tradição de pesquisa.

A construção da carreira de Evandro Chagas, ao invés de um percurso previamente delineado por sua filiação ou já direcionado desde a sua formação médica, conforme sugerem os textos memorialistas, foi permeada por difíceis escolhas, redirecionamentos, negociações estratégicas e intensos embates de ideias com cientistas ou lideranças políticas junto aos quais atuou profissionalmente. Nesse processo, o cientista alcançou êxito e reconhecimento, como exaltam seus necrológios, mas também enfrentou dificuldades e retrocessos que o impediram de viabilizar ou de executar plenamente seus projetos. Nossa perspectiva, ao reconstruir sua trajetória, foi a de dar destaque não apenas às suas conquistas, mas também às tensões e aos limites (alguns incontornáveis) com os quais se deparou ao longo de sua atuação profissional. Esses conflitos se evidenciam claramente nas relações mantidas por Evandro Chagas com os seus ‘superiores’, como o diretor do IOC, Antônio Cardoso Fontes, e os dirigentes da saúde pública do país, notadamente os que ocupavam o alto escalão do Ministério da Educação e Saúde (MES), como João de Barros Barreto (diretor do Departamento Nacional de Saúde) e Valério Konder (delegado federal de saúde). Além desses, Evandro Chagas também vivenciou problemas com Fred Soper, diretor da Divisão Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller no Brasil e encarregado da direção da campanha de erradicação do *Anopheles gambiae* no nordeste brasileiro.

Um outro desdobramento dessa pesquisa refere-se à compreensão dos sentidos particulares que Evandro Chagas imprimiu a sua trajetória profissional, isto é, das intenções e motivações subjetivas que o orientaram em suas ações e decisões, e os significados que suas atividades científicas tiveram enquanto conquista e realização pessoal. As motivações de Evandro Chagas revelam os sentimentos ambíguos de um filho que nutria um forte senso de responsabilidade quanto à memória e ao legado científico de seu pai, mas que, ao mesmo tempo, tentava se ‘redimir’ de uma culpa que carregava em relação a este mesmo pai e à família. Nossa intenção, ao recuperar essa dimensão mais íntima da vida de Evandro Chagas, foi a de captar, por meio desses elementos de natureza subjetiva, os aspectos que singularizam essa trajetória, em seus dramas e conflitos individuais.

Embora não existam estudos dedicados à trajetória de Evandro Chagas, em nosso levantamento bibliográfico encontramos alguns poucos trabalhos que se reportam

à sua carreira ou às suas iniciativas profissionais. De modo geral, são estudos centrados em outras temáticas, mas que tangenciam nosso objeto de pesquisa. Estes trabalhos são os de Simone Kropf (2009a), Gisele Sanglard (2008) e Rômulo Andrade (2007).

Simone Kropf, em estudo sobre as pesquisas e debates acerca da doença de Chagas, analisou o processo pelo qual esta enfermidade, descrita em 1909, se estabeleceu como fato científico e social, ou seja, como ela foi reconhecida e socialmente aceita como uma nova doença e, ao mesmo tempo, como um problema de saúde pública. Ao percorrer a história da doença de Chagas, a autora focou seus estudos em dois momentos. O primeiro está relacionado às pesquisas desenvolvidas por Carlos Chagas e seus colaboradores no IOC, no sentido de definir o quadro clínico e a importância médico-social da nova enfermidade. Já o segundo diz respeito à continuidade dessas pesquisas após a morte de Carlos Chagas, em 1934, por dois de seus discípulos, seu filho Evandro Chagas e seu afilhado de batismo, Emmanuel Dias. A autora, ao examinar a criação do SEGE por Evandro Chagas no âmbito do IOC, analisa o significado que esta iniciativa teve face às mudanças institucionais vivenciadas por Manguinhos na década de 1930, em função das transformações mais amplas que se processavam no campo da saúde pública brasileira, sobretudo a partir da reforma implementada pelo ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, em 1937. Para Kropf, o SEGE constituiu o caminho pelo qual o IOC refez, sob as novas condições políticas e institucionais daquele momento, seus vínculos com a saúde pública, em termos de valores, identidade e práticas. O SEGE, ao recolocar o tema das grandes endemias e sua importância para o desenvolvimento do país, reafirmou os vínculos de Manguinhos com a saúde pública e deu continuidade a uma tradição e a um modelo de ciência construído por Oswaldo Cruz e Carlos Chagas.

Nossa pesquisa retoma e aprofunda esse argumento da autora, procurando demonstrar, por meio da análise da trajetória profissional de Evandro Chagas, que o SEGE foi uma experiência que evidencia o próprio processo de construção de sua carreira e os esforços pessoais que ele empregou para tornar esse projeto científico um empreendimento real. De igual modo, procuramos examinar detalhadamente de que forma o SEGE representou a recriação da tradição de pesquisa do IOC, tal como defende Kropf. Nesse sentido, nosso trabalho, além de considerar a conjuntura política e institucional em que o SEGE foi criado, como indica a autora, amplia o alcance de seu argumento ao retroceder ao período de formação científica de Evandro Chagas e ao recuperar as razões pessoais que o impulsionaram a dar ‘vida’ a esse projeto. Nosso

trabalho complexifica o argumento de Kropf ao mostrar que a continuidade da tradição de pesquisa do IOC, expresso no projeto institucional do SEGE, foi marcada por tensões e encontrou limites importantes. Além disso, o trabalho da autora, na medida em que analisa a trajetória científica de Carlos Chagas, também nos auxiliou na reconstrução da origem familiar de Evandro Chagas e, sobretudo, nos levou a refletir sobre os significados científicos e sociais associados à figura de seu pai, imagem esta que muito marcaria a trajetória de Evandro Chagas.

Gisele Sanglard (2008) analisa a prática do mecenato e da filantropia no campo da ciência e da saúde, particularmente no Rio de Janeiro, durante as décadas de 1920-40. Seu trabalho tem como ponto de partida a relação do industrial Guilherme Guinle com Carlos Chagas, marcada pelo apoio e patrocínio de Guinle aos projetos desenvolvidos pelo cientista na direção do DNSP, na década de 1920. Após a morte de Carlos Chagas, em 1934, o patrocínio de Guinle foi dirigido aos seus filhos, Evandro Chagas e Carlos Chagas Filho, e a Walter Oswaldo Cruz, filho de Oswaldo Cruz, impulsionando e viabilizando seus projetos científicos. A “verba Guinle”, como eram chamadas as doações rotineiras feitas pelo industrial, subsidiou as atividades de Evandro Chagas no SEGE, de Walter Oswaldo Cruz no Laboratório de Hematologia (também no IOC) e de Chagas Filho no laboratório de biofísica da Universidade do Brasil, transformado, em 1945, no Instituto de Biofísica. O trabalho de Sanglard nos permitiu refletir sobre a importância das redes de sociabilidade, das quais Evandro Chagas participava, como instância decisiva para a implementação e realização das atividades do SEGE. Sob uma perspectiva mais abrangente, o estudo da autora nos remete a uma dimensão fundamental do processo de institucionalização da ciência no Brasil na primeira metade do século XX, ao indicar as interfaces entre os espaços e práticas específicas do mundo da ciência e outras esferas e atores do mundo social.

A dissertação de Rômulo Andrade (2007), que aborda as políticas de saúde e saneamento para a Amazônia durante o primeiro governo Vargas (1930-1945), destaca a atuação de Evandro Chagas na formulação do Plano de Saneamento da Amazônia, em 1940. O saneamento da Amazônia foi uma medida proposta pelo governo federal para incentivar a ocupação territorial e promover o desenvolvimento econômico da região, em especial o da indústria da borracha. Evandro Chagas não chegou a participar da elaboração final do plano, pois faleceu exatamente na fase inicial de discussões (o plano, por sua vez, também não foi adiante). Entretanto, sua presença entre os membros encarregados de formular as diretrizes para o saneamento da Amazônia é indicativa da

estreita vinculação entre o projeto científico do SEGE e certas dimensões do projeto político e social mais amplo do governo Vargas, o que demonstra a importância política assumida pelo trabalho de Evandro Chagas e sua inserção nos projetos de desenvolvimento preconizados pelo governo federal. Ao contextualizar a inclusão da Amazônia na agenda e no discurso varguista, cerne do trabalho de Andrade, o autor nos fornece elementos para melhor compreender o caráter e o sentido das pesquisas de Evandro Chagas na região. Foi exatamente nesse quadro de valorização da Amazônia que o cientista deu início a um inquérito epidemiológico sobre a malária no vale amazônico, e que seria apresentado ao ministro Capanema como um estudo com vistas a subsidiar uma política de saneamento para a região.

A década de 1930, momento de criação do SEGE, é marcada por intensas transformações no campo da saúde pública brasileira, expressas principalmente com a criação do MES. Deste modo, sua atuação profissional pode oferecer uma nova percepção sobre a forma de participação e o tipo de relacionamento dos médicos sanitaristas com o novo aparelho estatal e seus agentes, ou, de modo mais específico, sobre o ‘lugar’ que os cientistas (ou as instituições científicas) ocuparam nesse processo de implementação de novas estruturas sanitárias para o país. Embora nossa pesquisa não tenha como foco a análise das políticas públicas de saúde da era Vargas, o acompanhamento da trajetória de Evandro Chagas indica que, ainda que houvesse um canal de diálogo e de abertura para que os cientistas intervissem na formulação de políticas sanitárias, a associação entre estes e os gestores estatais não foi nada harmônica. Essas divergências refletiram, fundamentalmente, as práticas profissionais e as posições sociais distintas dos atores envolvidos nesse processo. Neste trabalho, procuramos analisar a trajetória de Evandro Chagas dentro desse cenário de transformações na saúde pública, atentando para os limites e as tensões que existiram entre o projeto institucional do IOC e as políticas formuladas pelo MES para a saúde pública. Nossa pesquisa pretende, assim, contribuir para os estudos sobre as relações entre ciência, saúde e sociedade no Brasil durante a década de 1930.

O argumento central de nosso trabalho é que a trajetória profissional de Evandro Chagas foi construída e moldada a partir de dois princípios que, no seu caso, se mostram interligados: herança familiar e tradição científica. Evandro Chagas herdou, por nascimento, o que Pierre Bourdieu chama de “uma espécie particular de capital social”, isto é, “um ‘nome’ (...) um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue

imediatamente seu portador, arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum” (Bourdieu, 1983, p.132). No caso, Evandro Chagas herdou um *sobrenome* que o identificava imediatamente a um mito da ciência, laureado nacional e internacionalmente por ter realizado o que é considerado, no imaginário social, como a própria essência da atividade científica: uma descoberta (Kropf, 2009a). Carlos Chagas, ao descrever uma nova doença e vincular seu nome tanto à ciência quanto à saúde pública brasileira, agregou ao sobrenome da família Chagas um importante capital científico e social, convertido em herança familiar para seus dois filhos. Evandro Chagas teria sua vida irrevogavelmente marcada por esse capital simbólico herdado, que o beneficiaria em sua inserção no campo científico e em uma determinada rede de sociabilidade, fatores que se configurariam como eixos centrais para a construção de sua própria carreira.

Por outro lado, essa herança, que tanto auxiliaria os filhos de Carlos Chagas em suas trajetórias profissionais, trazia consigo (como ocorre, aliás, com qualquer herança) uma responsabilidade: a missão de resguardar este ‘patrimônio’, o que pode ser entendido não só como o dever de preservá-lo, mas também como a expectativa de que este ‘patrimônio’ prossiga em constante expansão, que seja permanentemente ampliado. Evandro Chagas nasceu com um ‘nome a zelar’ e assumiria o dever implicitamente contido nessa herança paterna, qual seja, o de dar continuidade ao ‘nome’ (ou à trajetória) que originou esse capital científico e social<sup>13</sup>. A decisão de perpetuar o legado familiar se evidencia e toma forma em sua escolha profissional, quando, além de seguir a mesma carreira de seu pai, se torna seu discípulo direto.

---

<sup>13</sup> Jacques Derrida expôs, numa entrevista, o que definiu como “algumas generalidades” acerca da noção de herança. Não é nossa intenção, nesta pequena apresentação, fazer uma reflexão aprofundada sobre este conceito, tão complexo em si. No entanto, consideramos muito oportunas as análises feitas pelo filósofo porque exprimem de modo interessante as tensões internas da herança, ainda que o faça sob uma perspectiva mais abrangente do que o direcionamento que demos à sua interpretação, cujo recorte corresponde apenas ao esclarecimento de nosso argumento. Diz Derrida: “É verdade, sempre me reconheci, quer se tratasse da vida ou do trabalho do pensamento, na figura do herdeiro – e cada vez mais, de maneira cada vez mais assumida, às vezes feliz. Ao me explicar de maneira insistente com esse conceito ou com essa figura de legatário, cheguei a pensar que, longe do conforto seguro que se associa um pouco rápido demais a essa palavra, o herdeiro devia sempre responder a uma dupla injunção, a uma designação [*assignation*] contraditória: é primeiro preciso saber e saber *reafirmar* o que vem ‘antes de nós’, e que portanto recebemos antes mesmo de escolhê-lo, e nos comportar sob esse aspecto como sujeito livre. Ora, *é preciso* (e este *é preciso* está inscrito diretamente na herança recebida), é preciso fazer de tudo para se apropriar de um passado que sabemos no fundo permanecer inapropriável, quer se trate aliás de memória filosófica, da precedência de uma língua, de uma cultura ou da filiação em geral. Reafirmar, o que significa isso? Não apenas aceitar essa herança, mas relançá-la de outra maneira e mantê-la viva. Não escolhê-la (pois o que caracteriza a herança é primeiramente que não é escolhida, sendo ela que nos elege violentamente), mas escolher preservá-la viva. (...). Essa reafirmação, que ao mesmo tempo continua e interrompe, no mínimo se assemelha a uma eleição, a uma seleção, a uma decisão. A sua *como* a do outro: assinatura contra assinatura” (Derrida, 2004, p.12-13. Grifos no original).

De acordo com João Batista Araújo e Oliveira, a relação entre mestres e discípulos constitui o mecanismo básico de socialização na atividade científica. É por meio dessa relação que são transmitidos os conhecimentos, perspectivas, valores, atitudes, conceitos e preconceitos acerca do trabalho científico, ou seja, é por meio desse processo que ocorre a transmissão de tradições entre gerações de pesquisadores e a própria reprodução social da prática científica. Segundo o autor, os mestres representam modelos profissionais e intelectuais a serem imitados, e diferentemente do que ocorre em situações escolares ou formais, seus ensinamentos se dão mais pelo exemplo do que propriamente pelos preceitos (Oliveira, 1985). A referência dos mestres como “modelos a serem imitados” assume, no caso de Evandro Chagas, uma dupla dimensão, pois ele tinha no próprio pai um modelo profissional “exemplar”. Seguramente, esta experiência familiar foi um fator determinante em sua escolha profissional, bem como a admiração despertada pela figura de Carlos Chagas. Como discípulo do pai, sua socialização científica se daria no âmbito da tradição de pesquisa do IOC, voltada para o estudo e o combate das doenças tropicais, modelo este construído e legitimado, em grande medida, por Carlos Chagas, principal discípulo e herdeiro de outro mestre, Oswaldo Cruz, a quem substituiu na direção de Manguinhos.

A trajetória profissional de Evandro Chagas pode ser conceituada, por suas características, como uma trajetória familiar em carreiras científicas. Em termos mais específicos, pode ser definida como uma trajetória científica que se inscreve numa tradição de pesquisa que é tanto institucional quanto familiar. Conforme assinala Oliveira, a presença de linhagens familiares é um fenômeno bastante comum no campo científico. O autor referencia o trabalho de Simon Schwartzman (1984) para mostrar que “os processos endogênicos de reprodução social da ciência” já estavam presentes desde o contexto inicial de formação da comunidade científica brasileira:

“Aproximar-se de uma grande figura da ciência e com ela estabelecer um relacionamento pessoal, tornando-se útil dentro do seu trabalho e sob sua orientação, era a única forma de ingresso segura na atividade científica. Assim, não é surpreendente a frequência de linhagens familiares de cientistas, principalmente na biologia, que já estava desenvolvida há mais tempo: os filhos e parentes próximos já partiam com a vantagem inicial propiciada pela proximidade e familiaridade com a atividade científica, adquirida através da observação e das conversas domésticas, e não era difícil que, mesmo por padrões acadêmicos, levassem vantagem num confronto com os não iniciados. Os exemplos de Walter Oswaldo Cruz, filho de Oswaldo Cruz, de Evandro e Carlos Chagas Filho e Emmanuel Dias, filho de Ezequiel Dias, são ilustrativos” (Schwartzman *apud* Oliveira, 1985, p.112).

Odaci Luiz Coradini aponta que a origem social é um elemento determinante na formação da elite médica no Brasil nos séculos XIX e XX (Coradini, 1997). Seu estudo aborda a trajetória de três médicos que pertenceram à Academia Nacional de Medicina (ANM), num período que se estende do início da instituição, em 1829, à década de 1980. Os personagens analisados são José da Cruz Jobim e João Vicente Torres Homem, representantes das trajetórias profissionais e sociais do Império, e Pedro Nava, símbolo de uma carreira científica do século XX. Apesar de analisar um período longo e que assiste a importantes mudanças no próprio campo da medicina, como a profissionalização das carreiras médicas, o autor afirma a existência de um padrão geral de relações e de práticas sociais e políticas que constitui a base social e ideológica de seleção da elite médica do país. Para Coradini, é a construção de relações de reciprocidade (ou de “uma rede durável de relações”) que marca o ingresso do indivíduo num determinado grupo, cargo ou posto de trabalho. A titulação escolar, que para alguns estudiosos representa o principal elemento de seleção e unificação das elites, assume papel secundário em sua argumentação. O acompanhamento de três trajetórias profissionais, em diferentes tempos históricos e espaços políticos-institucionais, indica que, em todos os casos, a consagração profissional (ou a aquisição de títulos e postos de trabalho) dependeu menos do capital escolar e, fundamentalmente, da origem, posição social e respectivas relações do indivíduo com a cultura dominante e os círculos de poder. Na visão do autor, é na relação com outros títulos que o título escolar adquire valor:

“são as possibilidades de inserção de seu portador nas redes de relações personificadas que garantem valor deste título escolar não apenas como atestação de determinado capital escolar, mas, principalmente, como elemento consagrador de uma posição social já ocupada de antemão com base no capital social” (idem, p. 435).

Para Coradini, o grupo familiar é o ponto inicial de formação de uma rede de sociabilidade, que é um tipo de capital social que pode ser transmitido a sucessivas gerações. A importância deste capital social para a ascensão profissional torna-se ainda mais decisiva no século XX, quando as relações deixaram de ser centradas na figura do Imperador e se diversificaram nas novas burocracias públicas e nos novos agentes e espaços sócio-profissionais. Além disso, os critérios de consagração profissional se tornaram mais complexos, com a ampliação da quantidade e das exigências quanto aos títulos escolares, profissionais e honoríficos. A trajetória de Pedro Nava é emblemática

tanto para ressaltar as mudanças do período, quanto para expressar a importância da criação ou mobilização dos vínculos familiares, profissionais ou sociais para a ascensão e consagração profissional<sup>14</sup>. O autor nota, como um dado importante, que essa rede de relações de reciprocidade é reconhecida e aceita como legítimo *modus operandi* de colocação profissional, sendo a amizade ou a patronagem política e profissional mencionada, não raro com certo orgulho e exaltação, em escritos biográficos, orações, discursos e homenagens da ANM, conforme demonstram as memórias de Pedro Nava e os documentos da própria instituição por ele analisados.

O estudo da trajetória profissional de Evandro Chagas representa uma contribuição às pesquisas dedicadas à análise das trajetórias familiares em carreiras científicas. Sob o viés de uma abordagem psicossocial, podemos dizer que os pais (ou a família) exercem papel fundamental na escolha profissional de seus filhos, seja influenciando de maneira sutil (às vezes de modo inconsciente) ou pressionando abertamente para que eles sigam uma determinada carreira. Além da transmissão de conceitos e valores no âmbito da convivência doméstica, os pais tendem a projetar diversas expectativas sobre seus filhos, o que, de alguma maneira, se reflete no seu desenvolvimento vocacional e na sua orientação profissional (Almeida e Pinho, 2008). De acordo com os autores, a “opinião dos pais” ou “o sentimento gerado pela opinião dos pais” são considerados aspectos relevantes para a escolha profissional de um jovem (idem, p.178). A profissão dos familiares e a forma como vivenciam suas ocupações (ou falam de outras) também representam um fator influente no momento de decisão sobre que carreira seguir. Na maior parte dos casos, tais influências não são percebidas ou

---

<sup>14</sup> Toda a carreira de Pedro Nava, de acordo com Coradini, foi assentada na utilização dessa rede de relacionamentos. As etapas mais significativas de sua formação e inserção profissional são exemplares: o ingresso no Colégio Pedro II, que educava os filhos da elite e os selecionava partir de exames específicos, foi facilitado pela amizade de sua tia com um dos membros da banca (“um dos componentes da banca se interessou mais pelo meu sobrenome que por minha leitura e análise”. Pedro Nava *apud* Coradini, p.451). Para obter matrícula gratuita, Pedro Nava contou com uma carta que um tio enviou a um senador, que, por sua vez, recorreu a um ministro que satisfez o pedido. O emprego que arranhou, ainda estudante, foi conquistado mediante um outro pedido feito ao tio, que logo conseguiu três cartas de recomendação. Com uma delas, foi contratado pelo diretor de Higiene de Belo Horizonte, ainda que a contragosto. A mudança para o Rio de Janeiro e a colocação profissional no circuito médico carioca foi feita por intermédio de Afonso Arinos de Mello Franco, que obteve de seu irmão, Virgílio de Mello Franco, uma carta endereçada ao então prefeito do Rio, Pedro Ernesto. Conseguida a vaga no serviço público, foi procurar o prefeito para agradecê-lo: “e quando eu ia abrindo a boca ele estendeu a mão me interrompendo. Não me agradeça... Agradeço eu ... porque graças a você vou ter a oportunidade de prestar um serviço ao Virgílio” (idem, p.455). Esforços semelhantes marcaram também seu ingresso na ANM (Coradini, 1997). Pedro Nava era próximo da família Chagas, e chegou a escrever um poema por ocasião do falecimento de Evandro Chagas. O médico possuía forte relação de amizade com a família Mello Franco e era muito amigo de Afonso Arinos de Mello Franco, com quem dividiu os bancos escolares no ensino básico, ainda em Belo Horizonte, e no Colégio Pedro II. Carlos Chagas Filho, através do casamento com Anna Leopoldina, unira-se à família Mello Franco.



reconhecidas pelos filhos, posto que estão, muitas vezes, implícitas tanto na “ideologia familiar” quanto no “legado familiar”. Este último é entendido como um vínculo de lealdade – ou uma rede de obrigações dentro do sistema familiar – que une os membros de uma família, inclusive em relação às expectativas que deverão cumprir ou alcançar em suas vidas profissionais. Os vínculos de lealdade estabelecidos são essencialmente psicológicos, e quando o comportamento de algum membro não corresponde às expectativas projetadas, pode ocorrer o enfraquecimento desses laços de lealdade familiar.

A partir dessas diferentes abordagens, buscamos, em nosso trabalho, avançar em relação a alguns argumentos que comumente são utilizados para explicar a opção dos filhos em seguir as carreiras familiares, como a origem social, o estímulo do ambiente doméstico ou a possibilidade de um emprego garantido, fatores também observados no caso de Evandro Chagas. Nesse sentido, o que procuramos foi enfatizar os aspectos que distinguem a sua trajetória, na tentativa de apreender as características que a individualizam. Para isso, foi necessário imergir nos valores familiares que Evandro Chagas cultivava e, principalmente, compreender que tipo de imagem ele fazia si e como imaginava ser visto por sua família. Tais questões, entretanto, só ‘se revelaram’ no decurso da pesquisa, através do exame atento da correspondência enviada pelo cientista a sua mãe.

Ao centrar-se na análise da trajetória profissional de um cientista, nosso trabalho insere-se na discussão historiográfica sobre biografias, ou, mais especificamente, sobre a importância dos estudos biográficos para a história das ciências. Impõe-se como ponto de reflexão a validade ou a significância da utilização das biografias como método ou recurso para a compreensão histórica da atividade científica. É importante ressaltar, entretanto, que biografia e trajetória são categorias analíticas diferentes. De forma resumida, podemos dizer que as biografias tratam de histórias de vida, sendo as trajetórias, em geral, delimitadas por um percurso intelectual ou profissional. As trajetórias seriam, portanto, um recorte dentro de uma biografia. De acordo com Pierre Bourdieu, a trajetória representa “uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (Bourdieu, 1996, p.81. Grifos no original). A definição de Bourdieu está referida a outros pressupostos teóricos, dos quais nos ocuparemos mais adiante. São as trajetórias, mais particularmente as carreiras científicas, que nos interessam.

A presença de histórias de vida não é uma novidade no campo da história das ciências, que guarda uma larga tradição de biografias. Olagüe de Ros, indagando-se justamente sobre a pertinência de se reforçar o componente biográfico no ensino de história da medicina, afirma que o gênero biográfico cumpria uma função pedagógica e exemplar ao ressaltar os gênios criadores. A produção de ‘hagiografias’ ou de ‘vidas exemplares’ foi reforçada com o positivismo e o cientificismo, que viam nas biografias um meio de se conhecer a evolução do pensamento de mentes ‘geniais’. Contudo, as narrativas biográficas são anteriores ao século XIX e também cumpriram funções em sua época: através da glorificação de alguns, contribuía-se para legitimar socialmente a profissão médica; por outro lado, eram úteis por ajudar a construir o próprio conhecimento médico a partir da prática dos predecessores (Olagüe de Ros, 2005). Assim, durante séculos, as biografias científicas estiveram associadas “aos ‘grandes vultos’ (...) ‘pais fundadores’ de disciplinas e autores incontestes de descobertas que, para dizer o mínimo, teriam nos conduzido a patamares de progresso inalcançáveis de outro modo” (Figueirôa, 2007, p.8).

O comentário de Silvia Figueirôa indica a crítica a que foi submetido o modelo de ‘vidas exemplares’, especialmente a partir da década de 1980, quando os estudos biográficos passaram a despertar renovado interesse, seguindo as transformações conceituais e metodológicas que se processavam no campo historiográfico. De modo geral, tal modelo foi criticado por se caracterizar como uma ‘história de realizações’, geralmente precursoras, centradas na competência individual (o que, não raro, redundou na criação de mitos); por serem trajetórias coerentes e lineares, cujo encadeamento apontava irrevogavelmente para as conquistas bem sucedidas alcançadas posteriormente; e por estabelecerem uma clara seleção que definia que tipo de indivíduo e obra científica seriam dignas do ‘panteão da história’. Essas questões estão presentes em artigo de Figueirôa (2007), que discute as principais tendências e questionamentos que envolvem atualmente os estudos biográficos no campo da história das ciências.

Destaco aqui duas importantes transformações trazidas pela nova historiografia, apontadas por Figueirôa. A primeira é o resgate dos esquecidos ou anônimos, dos cientistas comuns que “participam e sustentam o cotidiano das práticas científicas” (Figueirôa, 2007, p.9). A segunda refere-se à percepção da dimensão relacional que marca não só a atividade científica, mas a vida de qualquer indivíduo. Assim, ao invés de uma trajetória linear, coerente e de explicação unívoca, os novos estudos atentaram para as incoerências e contradições inerentes à vida de todo indivíduo e, sobretudo, para

as negociações que este realiza em um dado contexto. Por isso, é preciso inserir o indivíduo em sua época para entender (e analisar) suas formas de relacionamento e interação com a sociedade. Os chamados estudos sociais da ciência também contribuíram, a partir da década de 1970, para essa transformação. Figueirôa cita esses trabalhos para explicar que a postura renovada desse campo, ao propor uma nova concepção de ciência (que enfatizava sua dimensão sociocognitiva), influiu sobre a importância do papel desempenhado pelos indivíduos. Esses novos estudos advogam que ciência é uma

“(...) atividade científica exercida por seres humanos agindo e interagindo; portanto, uma atividade social. Seu conhecimento, suas afirmações, suas técnicas, foram criadas por seres humanos e desenvolvidos, implementados e compartilhados por grupos de seres humanos. Conhecimento científico é, fundamentalmente, portanto, conhecimento social. Como atividade social, a ciência é claramente um produto da História e dos processos que ocorreram no tempo e no espaço envolvendo seres humanos. Esses atores tiveram vidas não somente na ciência, mas nas sociedades mais amplas das quais eles eram membros” (Figueirôa, 2007, p.10).

Essa proposição afirma a importância de se examinar a relação do indivíduo com seu meio e seu grupo social, numa espécie de ‘rede’ que envolve tanto seus pares quanto outros grupos existentes na sociedade. Isso significa recuperar a dimensão ‘extra-científica’ que tem implicações fundamentais à própria atividade científica.

Para Pierre Bourdieu é indispensável, na reconstrução de uma trajetória, resgatar o espaço social ao qual o indivíduo está necessariamente vinculado. Ele afirma que:

“Os acontecimentos biográficos definem-se antes como *alocações* e como *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura de distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. É evidente que o sentido dos movimentos que levam de uma posição a outra (...) define-se na relação objetiva entre o sentido dessas posições no momento considerado, no interior de um espaço orientado. Isto é, não podemos compreender uma trajetória (...) a menos que tenhamos construído os estados sucessivos no campo no qual ela se desenrolou; logo, o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado (...) ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo espaço dos possíveis” (Bourdieu, 1996b, p.82. Grifos no original).

O que Bourdieu defende é que para se compreender uma trajetória é preciso situar o indivíduo dentro de seu campo específico (ou no “espaço dos possíveis”, que é o universo comum de problemas, referências, marcas intelectuais, etc, que orienta, dá unidade e autonomia aos diversos campos, inclusive o científico) para entender as

escolhas e decisões que lhe conferem uma posição social. Estas posições, que são sucessivos deslocamentos num campo em constante transformação, são resultantes das relações objetivas que o indivíduo mantém. A dimensão relacional é fundamental para entender as estratégias, escolhas e as tomadas de posição do indivíduo. Igualmente, o indivíduo pode herdar um “espaço de possibilidades” em função de sua origem social: “se nota uma correspondência extraordinária entre a hierarquia de posições (...) e a hierarquia das origens sociais, logo, de disposições associadas” (Bourdieu, 1996a, p.72).

Outro aspecto igualmente salientado por Bourdieu são os riscos da “ilusão biográfica”. Suas críticas estão direcionadas às narrativas biográficas ou autobiográficas dotadas de razão, sentido e lógica, apresentadas de modo a cumprir uma espécie de “projeto original” previamente estabelecido pelo autor. Para Bourdieu, é importante não esquecer a intenção global daquele que narra sua própria vida, e a essa narrativa atribui sentidos e significados, selecionando acontecimentos visando à construção de uma imagem de si. “Tudo leva a supor que a história de vida mais se aproxima do modelo oficial da apresentação oficial de si”, afirma Bourdieu (1996b, p.80).

Para Giovanni Levi (2006), as produções biográficas têm levantado a maior parte das questões metodológicas discutidas pela historiografia contemporânea<sup>15</sup>. Segundo o autor, vivemos uma fase intermediária em relação aos modelos anteriores, quando era possível narrar a vida de um indivíduo abstraindo-se de qualquer fato histórico (ou, igualmente, relatar um acontecimento histórico sem fazer menção aos destinos individuais). Entretanto, Levi percebe uma clara ambiguidade nos usos e sentidos dados às produções biográficas mais recentes: em muitos casos, as histórias de vida são recuperadas com o intuito de ressaltar, com base na experiência vivida, a irredutibilidade dos indivíduos face aos sistemas normativos gerais, e numa perspectiva oposta, podem ser utilizadas como uma espécie de ‘amostra’ do funcionamento efetivo das leis e regras sociais. Nesse sentido, ele aponta que os estudos biográficos atuais, ao estabelecerem uma aproximação com as ciências sociais, trouxeram novas interrogações

---

<sup>15</sup> Embora Levi não faça menção a este aspecto, é oportuno lembrar que os estudos biográficos ganharam um significativo impulso com a chamada micro-história, que representou, em linhas gerais, um movimento de crítica a uma abordagem essencialmente macrosocial que por muito tempo dominou a pesquisa histórica. De acordo com Jacques Revel, este projeto nasceu de um conjunto de questões e proposições formuladas por um pequeno grupo de historiadores italianos, notadamente Carlo Ginzburg e o próprio Giovanni Levi, que na década de 1980 dirigiam uma coleção publicada pela Editora Einaudi, intitulada *Microstorie*. A micro-história procurou dar ênfase à experiência (ou à subjetividade) e ao cotidiano dos atores sociais – em geral, homens comuns ou anônimos – frente às conjunturas/estruturas sociais ou à cultura dominante, o que não só conferiu novo ímpeto aos estudos das trajetórias individuais como reabriu o debate acerca do valor do método biográfico nas análises históricas. Sobre os novos temas e questões suscitadas pela abordagem ‘microanalítica’, ver Revel, 1998.

metodológicas, como a relação entre as regras sociais e as práticas individuais e a problematização dos complexos limites da liberdade e da racionalidade humanas.

Apesar do notável crescimento das biografias<sup>16</sup>, a possibilidade de se apreender as trajetórias de vida em toda a sua plenitude, complexidade e singularidade permanece como um ponto de reflexão entre os historiadores: “Pode-se escrever a vida de um indivíduo?”, pergunta Levi (idem, p.169). Ele assinala que uma das “distorções mais gritantes” cometidas pelos historiadores é supor que os atores sociais agem segundo um modelo de racionalidade que é anacrônico e limitado, o que se traduz em biografias cronologicamente ordenadas e personalidades estáveis e coerentes, sem dúvidas, incertezas ou momentos de inércia, conforme avaliou “acertadamente” Pierre Bourdieu ao tratar da “ilusão biográfica” (idem). O autor reconhece que as fontes de pesquisa de que dispõe o historiador muito contribuem para esse tipo de narrativa monocausal e linear, posto que elas informam, em geral, apenas as decisões finais, e não o ‘tortuoso’ processo de ações que permeiam e que resultam nas tomadas de posicionamento. Contudo, Levi afirma que os historiadores estão cada vez mais cientes da ilusão de uma identidade coerente e sem contradições, ainda que sua complexidade, sua formação progressiva e não-linear e seus contrassensos permaneçam como problemas irresolutos nos estudos biográficos.

Levi identifica quatro tipos de métodos adotados de modo recorrente em análises biográficas. O primeiro deles seria uma abordagem modal (“biografias modais”), onde o indivíduo é tomado como uma espécie de ‘representante’ uma determinada categoria social, servindo como ‘tipo exemplar’ para ilustrar comportamentos, atitudes e práticas associadas ao grupo ao qual pertence. Nestes casos, o interesse do biógrafo não é retratar um indivíduo singular, e sim, utilizar seus dados biográficos para fins prosopográficos. Ele observa que nesse tipo de abordagem é bastante comum anunciar primeiramente o sistema e as normas estruturais antes de apresentar as experiências individuais (os “exemplos modais”), como se as regras e padrões de condutas sociais se impusessem de modo determinante sobre as escolhas e condutas individuais.

Segundo Levi, este tipo de análise está ancorada nas proposições defendidas por Pierre Bourdieu, em particular na relação que ele estabelece entre *habitus* do grupo e *habitus* individual. O autor argumenta que, embora Bourdieu considere “a infinidade

---

<sup>16</sup> Sobre a “febre biográfica” no mercado editorial francês, ver o prólogo escrito por François Dosse (2009). Para um balanço geral do “biografismo nativo” em suas diferentes vertentes – na história, literatura, reportagens, cinema e telenovelas brasileiras, ver Galvão, 2005.

das experiências singulares”, estas seriam apenas variantes “das combinações possíveis a partir das experiências estatisticamente comuns aos indivíduos de um mesmo grupo” (idem, p.174). Assim, as escolhas particulares estariam sempre em conformidade com certos elementos estruturais e funcionalistas que unem o indivíduo ao seu grupo, e os afastamentos e desvios identificados numa trajetória adquirem, nesta concepção, caráter pouco significativo. Para Giovanni Levi, Pierre Bourdieu concede excessiva relevância à escolha estratégica e consciente em detrimento dos fatores subjetivos que orientam as decisões individuais. Nesse sentido, sua argumentação traz como discussão a questão do determinismo e da intencionalidade das ações humanas.

O segundo modelo descrito, denominado “biografia e contexto”, tende a equilibrar, de acordo com Levi, o destino individual e o conjunto do sistema social no qual se desenvolveu esta trajetória. A reconstrução do contexto histórico é feita de modo a explicar e dar sentido a uma história de vida que, via de regra, é preservada na expressão de sua singularidade. No entanto, na visão do autor, este tipo de abordagem traz implícita a ideia de que as biografias só têm lugar e só podem ser compreendidas a partir de um contexto histórico que as autoriza. Assim, o problema é que o contexto vira um pano de fundo imóvel que esclarece, mas não interfere, sobre a vida do indivíduo – ou seja, o contexto transforma-se em algo dado e que não é modificado pela ação dos atores sociais. Os comportamentos individuais são ‘normalizados’ à medida que se revelam típicos de um meio social ou de uma época, o que, por outro lado, permite retratar um determinado período histórico.

Já nos “casos extremos”, terceiro modelo de análise aludido por Levi, os biógrafos recorrem a um método oposto ao anterior, recuperando histórias de vida consideradas atípicas ou não condizentes com o comportamento padrão vigente em sua época (a biografia de Menocchio, escrita por Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes*, é uma referência nesse sentido). Em tal abordagem, o contexto histórico não é analisado em sua integridade ou exaustão, sendo apreendido por meio de suas margens, o que, em contrapartida, permite identificar as possibilidades latentes (e nem sempre exploradas) do campo social dentro qual essa trajetória se desenvolveu. A crítica feita pelo autor é que o destaque dado a esses casos ‘desviantes’ amplia sobremaneira a liberdade de movimento de que podem dispor os atores, que acabam perdendo quase toda sua ligação com a sociedade ‘normal’.

O último modelo, “biografia e hermenêutica”, prima pela dimensão dialógica: a finalidade não é expor a ‘natureza real’ do indivíduo, e tampouco a totalidade de

significados presentes em uma história de vida. Seu aspecto mais expressivo está justamente no ato de interpretação, que sempre comportará distintas maneiras de avaliação. O principal interesse desse tipo de abordagem reside na observação e análise dos processos de subjetivação do sujeito, o que remete também ao processo de comunicação entre dois personagens – é como se o autor virasse, ao mesmo tempo, o *alter ego* e uma entidade diversa de seu biografado, num movimento de reflexividade. Levi assinala que tal metodologia, diretamente influenciada pelos estudos da antropologia interpretativa, apesar de bastante promissora, pode incorrer em um perigoso relativismo, reforçando a hipótese da impossibilidade da escrita biográfica. Mas o mérito desse estilo narrativo é que ele rejeita a interpretação unívoca das trajetórias individuais e estimula os historiadores a refletirem com maior sensibilidade acerca do caráter aberto e dinâmico das escolhas e ações humanas (Levi, 2006)<sup>17</sup>.

Apesar da variedade e das diferentes contribuições que cada modelo trouxe para os estudos biográficos – e que, conforme alerta Giovanni Levi, não foram esgotados na tipologia por ele traçada – há, na sua visão, algumas questões fundamentais ainda intocadas pelos estudiosos. A primeira delas seria a problematização das incoerências que são próprias às normas de funcionamento de um sistema social – ou, em outras palavras, a discussão entre determinismo e liberdade individual – e o tipo de racionalidade (absoluta ou limitada) atribuída aos atores quando se relata uma história de vida.

Sobre o primeiro aspecto, Giovanni Levi (2006) argumenta que nenhum sistema normativo “é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação” (idem, p.179-180). Ainda que a liberdade humana seja cultural e socialmente determinada e limitada, “ela continua sendo no entanto uma liberdade consciente, que os interstícios inerentes aos sistemas gerais de normas deixam aos atores” (idem, p.179). Neste sentido, as biografias representam o campo ideal para se verificar “a liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradição (idem, p.180). Nesta assertiva, o autor dirige uma clara crítica aos “elementos de determinação, necessários e inconscientes” salientados por Pierre Bourdieu ao tratar das trajetórias individuais. Levi assim sintetiza sua visão sobre a relação entre normas sociais e práticas individuais:

---

<sup>17</sup> A tipologia aqui apresentada, proposta por Levi, foi aprofundada por Dosse em livro inteiramente dedicado à análise dos diversos estilos de escrita biográfica, em diferentes épocas. Ver Dosse, 2009.

“A importância da biografia é permitir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas. Parece-me que assim evitamos abordar a realidade histórica a partir de um esquema único de ações e reações, mostrando, ao contrário, que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem então impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis. Talvez seja apenas uma nuance, mas me parece que não se pode analisar a mudança social sem que se reconheça previamente a existência irreduzível de uma certa liberdade *vis-à-vis* as formas rígidas e as origens da reprodução das estruturas de dominação” (idem).

Na esteira dessa argumentação, o autor introduz seu ponto de vista acerca da racionalidade dos atos individuais, criticando mais detidamente o “esquema único de ações e reações” referidos na citação acima:

“Na verdade raramente nos afastamos dos esquemas funcionalistas ou da economia neoclássica; e estes supõem atores perfeitamente informados e consideram, por convenção, que todos os indivíduos têm as mesmas disposições cognitivas, obedecem aos mesmos mecanismos de decisão e agem em função de um cálculo, socialmente normal e uniforme, de lucros e perdas. Tais esquemas levam pois à construção de um homem inteiramente racional, sem dúvidas, sem incertezas, sem inércia. A maioria das biografias assumiria porém outra feição se imaginássemos uma forma de racionalidade seletiva que não busca exclusivamente a maximização do lucro, uma forma de ação na qual seria possível abster-se de reduzir as individualidades e coerências de grupo, sem renunciar à explicação dinâmica das condutas coletivas como sistemas de relação” (idem, p.180-181)

François Dosse também problematiza as concepções defendidas por Pierre Bourdieu em sua aludida “ilusão biográfica”. Apesar de avaliar positivamente a crítica acerca da linearidade que os biógrafos imprimem aos relatos de vida, o autor, em análise semelhante àquela empreendida por Giovanni Levi, considera que Bourdieu valoriza em demasia os esquemas estruturais para explicar as trajetórias individuais, o que resulta em agentes excessivamente ‘presos’ a uma determinada estrutura, por onde vagueariam “às cegas” (Dosse, 2009, p.209). As principais implicações de tal abordagem é que o indivíduo fica privado de sua historicidade, e enquanto sujeito, perde sua importância. Segundo Dosse, tal postura se explica pelo fato de Bourdieu desprezar as biografias. Para fundamentar esses argumentos, Dosse apresenta alguns trabalhos de crítica e revisão do “modelo estruturalista” proposto por Bourdieu, como o do sociólogo Jean-Claude Passeron, para quem este tipo de análise “só toma por traço pertinente os sistemas de relação, as leis da reprodução, o que torna anônimos os atores, reduzidos ao



papel de ‘unidades estáticas’” (Passeron *apud* Dosse, 2009, p.210). Dosse indica que Passeron se distancia desse modelo ao adotar o quadro sartriano de “tensão entre a atitude prático-inerte e a liberdade individual” e recuperar o duplo movimento de “ação social dos indivíduos e o determinismo social das estruturas” (idem).

Um outro autor citado por Dosse é Oliver Schwartz, que questiona a tese bourdiesiana do “efeito biográfico”, ou seja, da intencionalidade do narrador em produzir um ‘eu’ “todo-poderoso”. Na visão desse autor, esta afirmação suscita em seu próprio enunciado a interrogação inversa: “o registro biográfico será inteiramente, exclusivamente dirigido para a produção de um efeito?” (Schwartz *apud* Dosse, 2009, p.211). Segundo Schwartz, é impossível que o sujeito atinja essa meta de totalidade, posto que está imerso em um “campo de força animado pelo múltiplo”, sendo ele mesmo múltiplo e diverso em sua natureza (idem).

François Dosse assinala que o exame da diversidade nas trajetórias individuais foi adotado como um método de produção biográfica por Howard S. Becker. Este sociólogo toma como ponto de partida o discurso dos próprios atores a fim de recuperar o “campo do possível” e explicar, simultaneamente, os comportamentos individuais. Dosse argumenta que a vantagem do método biográfico reside exatamente nessa particularidade da ‘fala’ individual, pois é ela que oferece “acesso ao sistema de subjetivação das normas institucionais e permite, só ela, resgatar a dinâmica em jogo” (Dosse, 2009, p.212). Este tipo de abordagem, ao dar credibilidade aos dizeres, intenções explícitas e motivações dos indivíduos, rompe com a lógica da “suspeita” ou a intenção de “desmascaramento da má-fé” que, segundo o autor, marcavam as análises da sociologia crítica (idem, p.213). A singularidade das interações (ou combinações) individuais, bem como a perspectiva de um ‘homem plural’, ‘multiplicado’ em diversas (e por vezes incoerentes) identidades, são apontadas por Dosse como uma das principais tendências dos estudos biográficos atuais.

Procuramos incorporar ao nosso trabalho as recomendações e indicações que estes autores apresentam. O ‘método biográfico’ que utilizamos para retratar a trajetória de Evandro Chagas parte da ótica desse protagonista, com o intuito de dar expressão às suas representações, projeções e anseios. Consideramos suas lógicas particulares de escolha face ao contexto histórico e social vivido, na tentativa de entender comportamentos, atitudes e posturas assumidas em determinadas circunstâncias. Por isso, o fio condutor de nossa análise foi a narrativa deixada pelo próprio Evandro Chagas acerca de sua trajetória, recuperada por meio da documentação reunida em seu

arquivo pessoal, sob a guarda do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (DAD/COC).

De acordo com a literatura sobre arquivos pessoais, toda prática de arquivamento guarda uma “intenção autobiográfica”. Segundo Philippe Artières, “arquivar a própria vida é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (Artières, 1998, p.11). Na sua avaliação, o arquivamento não é uma prática neutra, e representa “muitas vezes, a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto” (idem, p.31). Arquivar a própria vida, portanto, é uma forma de construir uma identidade para si em contraposição à representação social que nos é imposta.

Já Angela de Castro Gomes nos adverte sobre o “efeito de verdade” que este tipo de documentação pode transmitir, seja como ‘verdade dos fatos’ ou como prova da sinceridade do autor. Para a autora, é preciso ter sempre em vista que esta documentação, justamente por sua natureza íntima e subjetiva, reflete única e exclusivamente o ponto de vista e a vivência do narrador, sendo sua autenticidade circunscrita a essa experiência pessoal (Gomes, 2004)<sup>18</sup>. Tais questões serão desenvolvidas mais detidamente ao longo deste trabalho, quando examinarmos a narrativa que o cientista produziu em seus documentos pessoais.

Antes de dar prosseguimento à descrição das fontes documentais utilizadas neste trabalho, cumprirei o “rito quase obrigatório” de apresentar o percurso que nos levou ao ‘encontro’ deste personagem. Isso porque, de acordo com Dosse, a prática de expor as intenções e motivações de pesquisas, tão comum nas notas introdutórias de trabalhos acadêmicos, assume no gênero biográfico “uma importância singular” (Dosse, 2009, p.95). A explicação para esta particularidade é que nenhuma biografia é escrita a partir de uma exterioridade total em relação ao seu objeto de pesquisa. Sobre essa questão, o autor cita uma interessante indagação feita por Philippe Lejeune, outro estudioso do tema: “Por que se escrevem biografias? Nunca, sem dúvida, alguém escreveu a vida de outro homem com vistas só ao conhecimento” (Lejeune *apud* Dosse, 2009, p.96).

---

<sup>18</sup> A revista *Estudos Históricos* publicou, há alguns anos atrás, um número especial dedicado ao tema, e que traz uma discussão muito interessante sobre a utilização dos arquivos pessoais enquanto fonte de pesquisa histórica, ressaltando suas potencialidades, particulares e as posturas metodológicas específicas que a análise deste tipo de documentação exige. Ver *Estudos Históricos*, 1998.

Dentre as justificativas mais recorrentes em estudos biográficos, Dosse aponta a necessidade de se recuperar a grandeza real do biografado, numa espécie de justiça posterior, seja pelo seu esquecimento ou pela correção de uma memória difamada e amplamente difundida; o oposto também pode ocorrer, ou seja, a tentativa de desmistificar uma lenda romântica que envolve a vida de um determinado indivíduo, em nome da ‘verdade histórica’. Há ainda estudiosos que veem na trajetória individual um pretexto para resgatar um contexto histórico, uma porta de entrada para recuperar ou ampliar o entendimento sobre uma determinada época. Um outro argumento muito frequente é a descoberta de novas fontes arquivísticas, via de regra, o acesso a novos documentos que permitem uma nova leitura sobre a vida de um indivíduo. Este último item é o que melhor se aplica para explicar nosso interesse pela trajetória de Evandro Chagas.

As ideias iniciais desta pesquisa resultaram dos questionamentos desenvolvidos junto à equipe responsável pela reorganização do arquivo pessoal de Evandro Chagas, onde ingressamos em 2008, quando foi praticamente finalizada a reorganização do arquivo pessoal de Carlos Chagas (também sob a guarda do DAD/COC/Fiocruz), da qual participávamos desde 2006. Um dos problemas enfrentados pela equipe na tarefa preliminar de leitura para organização da nova documentação foi a escassez de estudos sobre a carreira de Evandro Chagas e do SEGE. Como dito, grande parte das informações levantadas, sobretudo aquelas relativas à biografia do cientista, foram extraídas principalmente de textos memorialistas. A percepção de que tínhamos um farto e inexplorado material de pesquisa foi o que nos animou a investigar sua trajetória científica. À luz das questões trazidas por Dosse, podemos dizer que nosso trabalho tem, em certa medida, a pretensão de ‘tirar do esquecimento’ um personagem que é importante não só para a história do IOC, mas para a ciência e a saúde pública brasileiras na década de 1930.

O fundo Evandro Chagas (FEC) possui aproximadamente 6500 documentos. A maior parte deste acervo é composta por documentos que refletem a atuação científica e administrativa do titular à frente do SEGE e na coordenação científica do IPEN, sendo bastante reduzida a documentação relativa à vida pessoal, formação acadêmica e atividade docente. O FEC é um arquivo pessoal de claro perfil institucional, mas, de acordo com Paulo Roberto Elian dos Santos, essa não é uma característica específica do arquivo de Evandro Chagas. O autor diz que até a década de 1970 não era possível identificar uma rígida diferenciação entre os arquivos pessoais de cientistas e os

arquivos de laboratório, que se assemelhavam e por vezes se confundiam, sobretudo quando os pesquisadores exerciam papel de “chefe” ou de líderes de grupos de pesquisa – como ocorre no caso de Evandro Chagas (Santos, 2005). A descrição de Santos aplica-se perfeitamente ao arquivo pessoal de Evandro Chagas, onde é difícil distinguir os ‘papéis’ gerados pela pesquisa daqueles produzidos por seu ‘administrador’, responsável pela concepção e execução de projetos científicos.

Apesar de ser um arquivo científico, o FEC possui um pequeno e apreciável conjunto de documentos que expressam um tipo de escrita auto-referencial (ou “escrita de si”, conforme a expressão de Gomes, 2004) e que foram tomados como fontes privilegiadas em nossa pesquisa<sup>19</sup>. Esse pequeno conjunto é formado pela correspondência enviada à mãe (Íris Lobo Chagas) e à esposa (Agnes Wendell Chagas), e por seus diários, onde Evandro Chagas anotava detalhadamente suas atividades de trabalho. Esses documentos nos revelaram informações confidenciais, percepções e juízos por vezes (e intencionalmente) ‘abafados’ na documentação produzida com uma função pública, conforme constatamos ao longo de nossa pesquisa. Em variadas circunstâncias, foi essa documentação que nos forneceu subsídios, como contraponto ou complemento, para compreender os sentidos e os propósitos das ações de Evandro Chagas. Igualmente, esses documentos nos mostraram as tensões vivenciadas pelo cientista para empreender seu projeto científico, tanto em âmbito profissional quanto pessoal, tensões estas que, como dito, muitas vezes eram silenciadas na documentação de caráter ‘oficial’.

Quanto às informações confidenciais, as cartas enviadas por Evandro Chagas a sua mãe são particularmente ‘ricas’, e graças a essa correspondência é que nos foi possível apreender, principalmente, o sentido de ‘missão familiar’ dado pelo cientista à sua trajetória profissional. Lamentavelmente, essas cartas estão circunscritas basicamente ao ano de 1937. Já os diários de Evandro Chagas encontram-se separados em três grandes volumes, correspondentes aos anos de 1938, 1939 e 1940 (cada volume contém, em média, 200 páginas). A produção de diários (ou de cadernetas) com

---

<sup>19</sup> Os arquivos científicos são assim definidos por conterem, em essência, documentos que refletem atividades relacionadas à pesquisa ou à gestão de instituições/organizações científicas. Tal classificação é preferencialmente usada pelos arquivistas franceses, mas sua denominação não é consensual. Há um grupo que considera que a classificação dos arquivos por assunto pouco contribui para o conhecimento das funções e atividades exercidas por um indivíduo, no caso dos arquivos pessoais. Além disso, argumentam que esta classificação confere características “especiais” aos arquivos, quando, na realidade, esta especificidade está ligada apenas à ação (individual ou coletiva) que gerou tais documentos. Por isso, muitos arquivistas optam pela designação “arquivos pessoais de cientistas” para tratar desse tipo de documentação. Ver Santos, 2005.

registros de experiências de campo ou de laboratório é uma prática bastante difundida entre os cientistas, mas nos diários de Evandro Chagas tais registros de pesquisa são descritos conjuntamente com as tarefas administrativas que desempenhava à frente do SEGE ou na coordenação científica do IPEN, sem uma separação clara entre as funções que ele exercia simultaneamente, a de pesquisador e a de ‘chefe’ de uma seção de pesquisa no IOC. Estes diários, além de possibilitarem o acompanhamento minucioso de sua rotina profissional e do tipo de relacionamento que o cientista mantinha com seus pares e outros grupos sociais, representam fontes de conteúdo relevantes para aqueles que se dedicam ao estudo da história da saúde pública brasileira durante a era Vargas.

Além do fundo Evandro Chagas, base de nossa pesquisa, consultamos também o arquivo pessoal do ministro Gustavo Capanema, sob a guarda do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), e os arquivos da Faculdade de Medicina, localizado no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CSS/UFRJ). Para recuperar parte dos artigos científicos de Evandro Chagas (aqueles que interessavam a nossa pesquisa), recorreremos principalmente às publicações das *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, editadas pelo IOC.

Diante dos objetivos de nosso trabalho, também consideramos como fonte de pesquisa os relatos produzidos pelo irmão de Evandro Chagas. Os escritos de Carlos Chagas Filho nos auxiliaram a preencher algumas lacunas documentais, a exemplo da atmosfera familiar em que Evandro Chagas cresceu e o período de estudos na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Contudo, esses relatos adquirem importância em nossa pesquisa por representarem, em analogia, uma ‘escrita familiar’, de onde é possível depreender a construção de uma determinada memória sobre trajetória da família Chagas. Após a morte de seu pai e de seu irmão, Carlos Chagas Filho se tornou o representante oficial da família, o porta-voz de um ‘discurso autorizado’ sobre ‘os Chagas’, prerrogativa que lhe era assegurada justamente por sua condição de membro e herdeiro dessa família. O papel de ‘guardião da história familiar’ pode ser verificado, por exemplo, no interesse de Carlos Chagas Filho em escrever o livro “Meu pai” (título este que já indica o olhar e a dimensão afetiva de sua narrativa) e no cuidado que dedicou à preservação dos documentos pessoais de seu pai e de seu irmão. É digno de nota, inclusive, que os arquivos pessoais de Carlos Chagas e de Evandro Chagas, depositados no DAD/COC, possuem uma história arquivística bastante sugestiva e peculiar.

Em meados da década de 1990, Carlos Chagas Filho doou à Casa de Oswaldo Cruz parte dos documentos de Carlos Chagas, Evandro Chagas e dele próprio, os quais foram inicialmente organizados como fundo Família Chagas. Com a morte de Carlos Chagas Filho, em 2000, sua viúva, Anna Leopoldina de Mello Franco Chagas, doou os documentos do marido que se encontravam sob sua posse. Ao ser transferida para a instituição, essa documentação passou por um processo de identificação preliminar, por meio da qual foi possível detectar que havia uma quantidade expressiva de documentos que originalmente pertenciam a Carlos Chagas e a Evandro Chagas. Diante disso, a instituição optou pela reorganização dos documentos desses titulares, por considerar que se tratavam de fundos distintos, com trajetórias profissionais bem delimitadas. Deste modo, o fundo Família Chagas foi desmembrado e transformado nos arquivos pessoais de Carlos Chagas e Evandro Chagas, que foram ampliados com o acréscimo da documentação oriunda do Fundo Carlos Chagas Filho<sup>20</sup>.

Com esta exposição quero chamar a atenção para o fato de que, a despeito do tipo de organização dada pela Casa de Oswaldo Cruz à documentação pessoal de Carlos e Evandro Chagas, na lógica familiar de guarda e preservação esses documentos estavam reunidos como um único conjunto, o que nos faz pensar que esses ‘papéis’ tinham um *valor familiar* para Carlos Chagas Filho, o doador do acervo. De acordo com estudiosos da área, os arquivos de família também se caracterizam por uma dimensão afetiva, definida como “a ligação sentimental que une determinado ou determinados indivíduos a um conjunto documental” (Gonçalves, Guimarães e Peixoto, 1996, p.18). Esses estudiosos apontam que, para avaliar se o plano afetivo constitui um elemento de valor num arquivo de família, é preciso considerar os seguintes aspectos:

“se o arquivo pertence à família do proprietário; se a custódia do arquivo equivale ou não a uma partilha de poder sobre os mesmos; se existe uma consciência do real valor documental e patrimonial do arquivo; se o proprietário mantém o arquivo por mera curiosidade ou por consciência de herança e se o interesse pelo arquivo é de mero colecionismo” (idem, p.18-19).

Não é nossa pretensão empreender aqui uma discussão conceitual sobre arquivos familiares. No entanto, as ponderações citadas acima nos fazem acreditar que Carlos Chagas Filho atribuía um valor familiar aos documentos de seu pai e de seu irmão,

---

<sup>20</sup> Além de documentos do arquivo de Carlos Chagas Filho, foram incorporados ao fundo Evandro Chagas, entre 1999 e 2001, os documentos doados por Tatiana Chagas Memória, sua filha, e pela Casa de Cultura Carlos Chagas, localizada em Oliveira (MG), cidade natal do cientista.

sobretudo por sua consciência de herdeiro – talvez, pela consciência de que era o último herdeiro direto do ‘grande’ Carlos Chagas. A afirmação do valor familiar desses documentos, ainda que óbvia diante dos vínculos afetivos que uniam esses três personagens, se faz necessária porque confere ao fundo Evandro Chagas um ‘valor a mais’. Com isso, quero chamar a atenção para o fato de que a análise de seus documentos pessoais – ou seja, seu uso como fonte histórica – exige que consideremos essa dimensão familiar que orientou a sua própria formação enquanto arquivo – refiro-me, neste caso, à lógica do doador, responsável pela preservação inicial desses ‘papéis’. Ainda que não tomemos o fundo Evandro Chagas como objeto de pesquisa (e sim, como fonte), julgo pertinente recuperar e ressaltar esse valor familiar como um aspecto constitutivo de seu arquivo. Isto indica que, de alguma forma, e ainda que por diferentes caminhos, essas três trajetórias permaneceriam referenciadas entre si.

Esta dissertação está dividida em cinco capítulos. Começamos a análise da trajetória profissional de Evandro Chagas a partir de sua formação médica. Este é o tema de nosso primeiro capítulo, onde procuramos compreender a influência exercida por Carlos Chagas em sua formação acadêmica, bem como os princípios e valores que orientariam a prática científica de Evandro Chagas. Tratamos ainda do início de sua vida profissional, marcada pela atuação conjunta com o pai no ensino da cadeira de doenças tropicais e infecciosas na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. A morte de Carlos Chagas e o resultado do concurso prestado por Evandro Chagas para ocupar o seu lugar na cátedra são ressaltados como um momento decisivo para a redefinição de sua trajetória profissional. Foi partir desse evento que o cientista passou a se dedicar ao estudo das endemias rurais pelo interior do país, tema de nosso segundo capítulo, onde foram analisadas as investigações científicas empreendidas por Evandro Chagas em torno da leishmaniose visceral americana e o seu projeto de criação de uma instituição científica na região amazônica, que culminou com a fundação do Instituto de Patologia Experimental do Norte, atual Instituto Evandro Chagas. No terceiro capítulo, direcionamos nossas análises para a criação do SEGE. Procuramos destacar a representatividade que este projeto de Evandro Chagas teve no (e para) o IOC e as motivações pessoais que o guiaram na realização desse empreendimento.

Nos dois últimos capítulos, examinamos a atuação do SEGE junto aos órgãos federais de saúde. O quarto capítulo trata da participação de Evandro Chagas na campanha de erradicação do *Anopheles gambiae*, mosquito transmissor da malária,

doença que grassava de modo epidêmico em alguns estados da região nordeste. Esta campanha, dirigida pela Fundação Rockefeller, foi um evento de grande visibilidade na saúde pública brasileira, e que projetou também, de modo decisivo, a carreira do cientista. No quinto capítulo analisamos o plano de saneamento formulado por Evandro Chagas para a região amazônica, cujo principal alvo seria o combate à malária. Também abordamos sua tentativa de transformar o SEGE em um instituto federal de pesquisas sobre endemias rurais e a solução dada pelo IOC a esta organização científica após a morte de Evandro Chagas.



## CAPÍTULO 1

### SEGUINDO OS PASSOS DO PAI: A FORMAÇÃO MÉDICA E O INÍCIO DA VIDA PROFISSIONAL (1921-1935)

O objetivo desse capítulo é reconstruir e analisar o período de formação acadêmica e os primeiros anos da trajetória profissional de Evandro Chagas, fase que compreende os anos de 1921-1935. Entre 1921-1926, Evandro Chagas realizou seus estudos médicos na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro (FMURJ), quando também foi interno no Hospital Oswaldo Cruz (HOC), do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), e no Hospital São Francisco de Assis (HSFA), vinculado à FMURJ. Após a formatura, a vida profissional de Evandro Chagas prosseguiria nesses mesmos espaços institucionais, como chefe do laboratório da Seção de Patologia Humana do HOC (1930-1940) e docente da disciplina de doenças tropicais e infecciosas da FMURJ (1931-1935). Nessas instituições, conviveria estreitamente com seu pai, Carlos Chagas, de quem se tornou discípulo e colaborador. Com o pai, Evandro Chagas aprenderia os preceitos norteadores da prática científica e compartilharia os valores e diretrizes que, no âmbito do projeto institucional do IOC, Carlos Chagas conferia à ciência em sua relação mais ampla com a sociedade brasileira. Tendo em vista esta relação fundamental entre pai e filho, determinante na trajetória de Evandro Chagas, apresentaremos também neste capítulo suas origens familiares.

Para reconstruir o período de formação acadêmica e início da carreira científica de Evandro Chagas, utilizamos, como principal fonte, o memorial escrito e apresentado pelo próprio cientista no concurso que prestou para a cátedra de doenças tropicais e infecciosas da FMURJ, em 1935<sup>21</sup>. Consultamos também alguns artigos de homenagem póstuma e necrológicos sobre Evandro Chagas. Priorizamos, na seleção dessas fontes, textos que traziam informações sobre as funções ou atividades desempenhadas pelo cientista<sup>22</sup>. Do conjunto de relatos sobre Evandro Chagas destacamos os textos

---

<sup>21</sup> “Memorial apresentado pelo Dr. Evandro Serafim Lobo Chagas à Comissão Julgadora do concurso para a cadeira de doenças tropicais e infecciosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1935”. Este documento encontra-se sob a guarda do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (doravante referenciado como CCS/UFRJ), no dossiê “Universidade do Rio de Janeiro / Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – Evandro Serafim Lobo Chagas”, pasta 59-4-23-A. Este memorial foi reproduzido em artigo de homenagem póstuma a Evandro Chagas, escrito por Eurico Villela. Ver Villela, 1941.

<sup>22</sup> Os textos consultados foram: uma separata da Revista da Associação Paulista de Medicina (1941) e um necrológico publicado na revista Brasil-Médico (1940). Esse material encontra-se no arquivo pessoal de

produzidos por seu irmão, Carlos Chagas Filho. Seus escritos têm o diferencial de nos apresentar aspectos da infância e do ambiente familiar de Evandro Chagas, indicando ainda características mais particulares de seu comportamento. Além da convivência doméstica, Chagas Filho, cinco anos mais novo que Evandro Chagas, seguiu o mesmo percurso de formação do irmão, estudando e frequentando as mesmas instituições de ensino. Nessa fase, há uma interseção na vida de ambos, e através da autobiografia e das memórias de Chagas Filho é possível conhecer um pouco mais da ambiência e da dinâmica de funcionamento da FMURJ e do HSFA<sup>23</sup>.

Ao reconstruir a ‘primeira fase’ da vida de Evandro Chagas, pretendemos analisar como e de que maneira ocorreu a sua formação médica, e sob quais princípios, valores e práticas o cientista orientaria sua atuação profissional e sua visão da ciência. Toda a sua formação científica e profissional foi fortemente marcada pelo modelo de ciência institucionalizado no IOC, voltado para o estudo e o combate das doenças tropicais, modelo este construído e legitimado, em boa medida, pelo lugar que Carlos Chagas ocupou em Manguinhos como principal discípulo e herdeiro do “mestre” Oswaldo Cruz, tanto como pesquisador quanto como diretor da instituição. Neste sentido, nosso interesse é situar a formação de Evandro Chagas na tradição de pesquisa de Manguinhos, de maneira que possamos compreender a identidade profissional que construiria para si, filiada a uma determinada visão de ciência e da prática científica. Analisar a formação acadêmica e profissional do cientista é um dos caminhos para se compreender sob que bases seria concebido o projeto científico e institucional do SEGE, desenvolvido anos mais tarde no âmbito do IOC, e como o próprio Evandro Chagas apresentaria e defenderia o sentido e a importância deste projeto em estreita relação com o ‘legado’ de Carlos Chagas e da ‘escola de Manguinhos’.

Dada a importância da figura de Carlos Chagas na formação científica e profissional de Evandro Chagas, procuramos relacionar a trajetória de ambos, destacando na trajetória de Carlos Chagas alguns aspectos e acontecimentos que consideramos relevantes para a compreensão das escolhas e dos caminhos trilhados por seu filho. Evandro Chagas era uma criança de quatro anos quando seu pai realizou a

---

Evandro Chagas (doravante referenciado sob a sigla BR RJCOE EC), depositado no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (DAD/COE). Ver BR RJCOE EC 01.022.

<sup>23</sup> Carlos Chagas Filho ingressou na FMURJ em 1926, ano em que Evandro Chagas se formou. No entanto, o convívio de ambos nessa instituição e no HSFA foi possível porque, como dito, Evandro Chagas continuou atuando profissionalmente nesses espaços. A autobiografia a que nos referimos é Chagas Filho, 2000. Além deste livro, encontramos referências a Evandro Chagas em outros trabalhos e depoimentos de seu irmão. Ver Chagas Filho, 1986; 1987; 1993.

descoberta científica que o consagraria. Este ‘grande feito da medicina brasileira’, como foi enaltecido na época, marcaria de modo indelével o sobrenome da família Chagas: impresso no próprio objeto que a ciência de Manguinhos ‘desvendava’ (Kropf, 2009a), a doença de Chagas tornou-se, a partir de então, o ‘emblema’ não apenas de uma família, mas de uma linhagem da ciência brasileira. O capital científico e simbólico que Evandro Chagas herdaria do pai seria decisivo na construção de uma carreira própria e singularizada (ainda que marcada pelo sobrenome Chagas) no campo da ciência e da saúde pública brasileira, que ganharia sua expressão máxima com a criação do SEGE. Consideramos ainda que relacionar tais trajetórias é uma maneira de demonstrar o peso (ou a admiração e o fascínio) que a carreira e a imagem de um pai consagrado podem exercer sobre as escolhas e motivações profissionais de um filho.

### **1.1 - As origens mineiras da família Chagas**

Evandro Serafim Lobo Chagas nasceu no Rio de Janeiro, em 10 de agosto de 1905. Foi o primeiro filho do casal Carlos Justiniano Ribeiro Chagas e Íris Lobo Chagas. Seu irmão mais novo, Carlos Chagas Filho, nasceria cinco anos depois, em 12 de setembro de 1910.

Seus pais eram mineiros e descendiam de famílias de proprietários de terras em Minas Gerais<sup>24</sup>. A família de sua mãe era ligada à política. O pai de Íris Lobo Chagas, Fernando Lobo Leite Pereira (1851-1918), era advogado, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Pouco depois de seu casamento com Maria Barroso Lobo, mudou-se para Juiz de Fora (MG), onde ingressou na carreira política. Foi, por um breve período, vice-presidente da província de Minas Gerais, e em 1890 transferiu-se com a família para o Rio de Janeiro, onde ocupou importantes cargos públicos. Por indicação de um grande chefe político de Juiz de Fora, foi nomeado ministro das Relações Exteriores e ministro da Justiça e do Interior durante o governo do marechal Floriano Peixoto (1891-1894) (Lima, 2009). Em 1896, Fernando Lobo foi eleito senador pelo estado de Minas Gerais. Por ocasião das eleições presidenciais, apresentou-se como candidato a vice-presidente na chapa de Lauro Sodré. Seu nome foi derrotado em seu

---

<sup>24</sup> As informações que se seguem, sobre a origem familiar de Íris Lobo Chagas e Carlos Chagas, baseiam-se, salvo indicação em contrário, nos relatos de Carlos Chagas Filho escritos no livro de memórias sobre o pai. Ver Chagas Filho, 1993.

estado natal, e por isso, renunciou ao cargo de senador, após três anos de exercício do mandato. Fernando Lobo retornou com a família para Juiz de Fora, onde voltou a exercer a advocacia. Pouco tempo depois, foi nomeado diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Carlos Chagas Filho, em suas memórias, ressalta que a família de sua mãe, apesar do prestígio político, tinha uma vida bastante simples e de poucos gastos. Grande parte do “modesto” subsídio parlamentar que seu avô Fernando Lobo recebia era usado para pagar o colégio de seus oitos filhos e custear o transporte (um tálburi) que o levava até o Senado. Sua avó, Maria Barroso Lobo, “senhora de caráter muito forte”, ajudava a manter a economia doméstica costurando para a família, ofício que ensinou às suas filhas (Chagas Filho, 1993, p.52). Ele recorda que a avó era uma exímia costureira, e viria a confeccionar os ternos de linho branco com que Carlos Chagas se apresentava, fazendo o mesmo para o seu filho Hélio Lobo, diplomata de carreira. Fernando Lobo morreu em 1918, sem fortuna, numa casa alugada no Rio de Janeiro.

Além de um pai ministro e senador da República, Íris Lobo Chagas tinha um irmão que, como dito, era diplomata. Hélio Lobo Leite Pereira (1883-1960), bacharel em direito, ingressou no Ministério das Relações Exteriores em 1907, onde construiu uma sólida e reconhecida carreira. Foi delegado do Brasil na IV e na V Conferência Internacional Americana (1910 a 1923) e secretário da Junta de Jurisconsultos Americanos, encarregada de codificar o Direito Internacional Americano (1912). Foi designado, em 1919, secretário geral na Conferência de Versalhes. Entre 1920 e 1926 foi cônsul-geral em Londres e Nova Iorque, e entre 1926 e 1932, embaixador do Brasil em Montevideu e Haia<sup>25</sup>. Embora não proviesse de uma família abastada, conforme ressalta Chagas Filho, Iris Lobo Chagas legaria aos seus filhos um importante capital social, relacionado à atuação política de seu pai e de seu irmão.

A família de Carlos Chagas possuía fazendas de café nas proximidades de Oliveira, município do oeste de Minas Gerais. Carlos Chagas nasceu em 1878, na Fazenda Bom Retiro, situada nesta localidade. O casamento de seus pais, José Justiniano Chagas e Mariana Candida Ribeiro de Castro, durou apenas cinco anos, em decorrência do falecimento prematuro de seu pai. Carlos Chagas tinha na ocasião quatro anos de idade. Sua mãe, então, assumiu a administração da Fazenda Bom Retiro e da

---

<sup>25</sup> Hélio Lobo também foi membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), eleito em 1918. Nesta breve apresentação sobre sua carreira, destacamos apenas os cargos ocupados durante o período de vida de Evandro Chagas. As informações sobre sua atuação na diplomacia foram retiradas do site da ABL. Ver: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=622&sid=174>. Acesso em 27.03.2012.

Fazenda Bela Vista, próxima à cidade de Juiz de Fora, que havia sido adquirida pelo marido antes de morrer. Decidiu mudar-se com os quatro filhos para a Fazenda Bela Vista, onde o cultivo do café estava em plena expansão. A convivência de Carlos Chagas com um de seus tios maternos, Carlos Ribeiro Castro – chamado de tio Calito – teria despertado, ainda jovem, o seu interesse pela medicina. “Tio Calito” era médico, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), e possuía uma casa de saúde em Oliveira. Seu outro tio materno, Olegário Ribeiro Castro, também era médico e possuía um consultório no terreno de sua casa. Apesar de ter dois tios médicos, Carlos Chagas não pertencia a uma família de tradição profissional na medicina, e tampouco ligada ao circuito da elite médica do Rio de Janeiro.

Carlos Chagas e Íris Lobo (Chagas) se conheceram num sarau promovido na casa da família Lobo, no Rio de Janeiro. Carlos Chagas vivia na cidade desde 1897, para onde se transferiu a fim de iniciar os estudos médicos na FMRJ, concluídos em 1903. O convite para a festa veio do renomado médico e professor Miguel Couto, considerado por Carlos Chagas como um de seus principais mestres na faculdade, e que viria a tornar-se seu grande amigo. A cerimônia de casamento de Carlos Chagas e Íris Lobo ocorreria em 1904, em Juiz de Fora. O casal foi morar em uma pequena casa gemelada no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. Ali nasceu Evandro Chagas, em 1905. Durante o período de férias escolares, ele e seu irmão mais novo visitavam a família em Minas Gerais. Em sua autobiografia, Chagas Filho refere-se especialmente às férias passadas numa pequena fazenda em Sobragi (localidade próxima a Juiz de Fora), propriedade de seus tios Otávio Barbosa Carneiro e Aurora Lobo, irmã de sua mãe, à qual era mais chegada. Dessa época, Chagas Filho guardaria as seguintes lembranças:

“Sobragi era um sonho de calma e beleza campestre. Nosso passeio principal era ir à beira do Paraibuna para tentarmos fisgar um lambari – tarefa um tanto difícil nas águas um tanto revoltas da região. Desse modo, à grande alegria na pesca de um peixe se juntava aquela de ver a passagem dos comboios na linha férrea situada na outra margem do rio” (Chagas Filho, 2000, p.23).

O retorno ao Rio de Janeiro era, para Chagas Filho, motivo de grande tristeza. Para ele, o regresso significava o fim da liberdade proporcionada pela vida no interior, que seria substituída pela rotina da vida da cidade, onde deveria cumprir suas obrigações escolares:

“O retorno de Sobragi era sempre tristonho. Deixava a liberdade – ainda que supervisionada, de longe, por minha tia Aurora, pelos capatazes e pela Nica, ama de meus primos – para a vida regrada da rua Paissandu e do Colégio Rezende” (idem, p.25).

Encontramos nos documentos pessoais de Evandro Chagas cartas enviadas à mãe durante alguns períodos de férias passadas em Sobragi. A maior parte dessas cartas foram escritas em 1917, quando Evandro Chagas tinha 12 anos de idade. Nelas, o adolescente dava breves notícias da vivência em companhia da família, das visitas a outros parentes e das atividades que realizava na fazenda: andar a cavalo, tirar leite de vaca e alimentar o gado, entre outros afazeres típicos e cotidianos da vida rural. Suas cartas também relatavam o ambiente no interior, onde havia muitas formigas (“aqui há formigas que é uma praga”<sup>26</sup>), e davam informações sobre as pequenas moléstias adquiridas na fazenda, que eram menos comuns na cidade: “anteontem e ontem estive descalço por ter um dedo inchado de tanto bicho de pé, mas hoje já pude calçar”<sup>27</sup>. Seu irmão, que chegaria pouco depois em companhia da governanta, também seria acometido do mesmo mal: “o Carlinhos hoje já gritou muito para tirar um bicho de pé”<sup>28</sup>. Ambos sofreriam com este problema durante todo o período de férias – e o “Carlinhos”, que era mais novo (com 7 anos de idade), tinha sempre “medo de tirar”<sup>29</sup>.

Evandro Chagas tinha a preocupação de escrever todos os dias para a mãe (“tenho escrito todos os dias desde que vim. Ainda não deixei de escrever um só dia”<sup>30</sup>), e a ela pedia que fizesse o mesmo: “Quero também que você escreva também todos os dias para mim”<sup>31</sup>. O adolescente não descuidava dessa tarefa e arranjava tempo nos intervalos de uma brincadeira ou outra com os primos: “desculpe [*termo ilegível*] a letra, mas é que não tenho tempo bastante, esperam-me para brincar”<sup>32</sup>. Com a promessa de escrever todos os dias à mãe, via-se com a responsabilidade de justificar qualquer ausência nesse sentido: “você não recebeu minha carta outro dia foi porque ela ficou esquecida, quando iam levando, deixaram-na cair no chão”<sup>33</sup>. Evandro Chagas também zelava para que seu irmão seguisse seu exemplo, e para convencê-lo, apelava para a

---

<sup>26</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 21.03.1917. BR JJCOC EC 01.003.

<sup>27</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 27.03.1917. BR JJCOC EC 01.003.

<sup>28</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 21.03.1917. BR JJCOC EC 01.003.

<sup>29</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 25.03.1917. BR JJCOC EC 01.003.

<sup>30</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 15.03.1917. BR JJCOC EC 01.003.

<sup>31</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 12.03.1917. BR JJCOC EC 01.003.

<sup>32</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, s.d. BR JJCOC EC 01.003.

<sup>33</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 18.03.1917. BR JJCOC EC 01.003.

tristeza da mãe em não ter notícias do filho: “Carlinhos ontem teve preguiça de escrever mas hoje talvez ele escreva porque eu lhe disse que você ficaria muito triste se não recebesse cartas dele”<sup>34</sup>.

Evandro Chagas levava sua correspondência todos os dias à estação, antes do horário de partida do trem. Era sempre acompanhando de um empregado “de muita confiança” da família. Um dia escreveu à sua mãe contando, com orgulho, que este empregado lhe dissera “que lá em Pirapora e Lassance todos os meninos e homens conheciam o paizinho, ele disse que já estive na serra do Cabral, onde o paizinho conta as suas caçadas”<sup>35</sup>. Foi no povoado de Lassance, localizado próximo a Pirapora, que Carlos Chagas realizou a descoberta da tripanossomíase americana, fato que o consagraria cientificamente no Brasil e no exterior. Evandro Chagas parecia contente em saber que seu pai era conhecido pelos habitantes da região, mostrando-se animado ainda com o fato de uma pessoa, que agora lhe era próxima, conhecer o local onde se passavam as histórias contadas pelo pai sobre suas caçadas, seu hobby preferido.

As lembranças e menções a Carlos Chagas são constantes nas cartas de Evandro Chagas. Indagações como estas eram recorrentes: “Como vai o paizinho? Quando é que ele acha tempo para me escrever? Ainda não li nenhuma carta do paizinho”<sup>36</sup>. Era junto à mãe que ele insistia para que o pai lhe redigisse algumas linhas: “peço-lhe para fazer o Paizinho escrever”<sup>37</sup>. Evandro Chagas parecia sentir a ausência e o silêncio do pai, embora este o escrevesse – mas não com a regularidade desejada. No entanto, o adolescente demonstrava compreensão quanto às inúmeras exigências de seu trabalho: “o Paizinho ainda está muito [atarantado]? Está sempre, mas pergunto se está menos”<sup>38</sup>. Um pouco mais velho, com 15 anos, já acompanharia de longe sua atuação pública através da imprensa. Diz ele numa carta à mãe:

“Querida mamãezinha,  
Continuamos graças a Deus, bem. Diga ao Paizinho que estou muito zangado com ele, por ainda não haver me escrito. Creio porém que ele não tem tempo para isto. Dou-lhe parabéns pelas enérgicas medidas que tem tomado em defesa do nosso porto. Tenho tido notícias dele, pelos jornais”<sup>39</sup>.

---

<sup>34</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 19.03.1917. BR JJCOC EC 01.003.

<sup>35</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 14.03.1917. BR JJCOC EC 01.003.

<sup>36</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 17.03.1917. BR JJCOC EC 01.003.

<sup>37</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, s.d. BR JJCOC EC 01.003.

<sup>38</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 21.01.1920. BR JJCOC EC 01.003.

<sup>39</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, s.d. BR JJCOC EC 01.003. É muito provável que essa carta tenha sido escrita em 1920, em virtude da referência às ações de seu pai no porto, com medidas que visavam prevenir a entrada de doenças no país por meio de navios estrangeiros. Nesse ano, Carlos Chagas assumiu a direção do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), cargo que ocuparia até 1926.

Carlos Chagas Filho conta que ele e o irmão tinham uma “admiração profunda e sem limites” por seu pai, e seguiam de perto sua vida científica e pública (Chagas Filho, 1986, s.p). A trajetória profissional de Carlos Chagas ganhou grande ascensão e visibilidade em 1909, quando Evandro Chagas ainda era uma criança. Aos quatro anos de idade, ele teria um pai consagrado e glorificado por um ‘grande feito científico’: a descoberta de uma nova doença no interior do país, que levaria seu nome.

## 1.2 - O primogênito de um cientista consagrado: Carlos Chagas e sua descoberta

Carlos Chagas deixou a pequena localidade de Oliveira, em Minas Gerais, para realizar seus estudos médicos na FMRJ, onde ingressou em 1897 (Kropf, 2009a)<sup>40</sup>. Sua formação médica ocorreu num momento de transformação e reformulação dos paradigmas científicos no campo da medicina, expressas, principalmente, pela emergência da microbiologia e da medicina tropical. O ambiente de renovação das teorias médicas foi acompanhado pela FMRJ, que procurou incorporar ao seu currículo os novos postulados de Louis Pasteur e Robert Koch sobre a ação dos microorganismos como agentes causais de doenças. Por esta razão, vários professores da faculdade passariam a defender a incorporação da pesquisa experimental (a pesquisa no laboratório) na formação dos estudantes, como forma de se produzir novos conhecimentos e recursos, como soros e vacinas, para o combate das doenças.

A formação de Carlos Chagas foi fortemente marcada pelos novos conhecimentos produzidos no campo da medicina tropical, que afirmava o papel dos insetos (em particular dos insetos hematófagos) na transmissão de microorganismos causadores de doenças. A emergência da nova especialidade médica – institucionalizada com a criação das primeiras escolas de medicina tropical na Inglaterra em 1899 – relacionava-se diretamente ao processo de expansão imperialista dos países europeus,

---

Reforça ainda esta hipótese uma charge publicada na revista *Careta*, em 07 de fevereiro de 1920, na qual Carlos Chagas é representado como um “porteiro implacável” vetando a entrada da morte que vinha mascarada para ‘brincar’ carnaval no Rio de Janeiro. A charge pode ser vista em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/careta/careta\\_1920/careta\\_1920\\_607.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_1920/careta_1920_607.pdf). Acesso em 27.03.2012.

<sup>40</sup> Sobre a trajetória de Carlos Chagas, ver também Kropf e Lacerda, 2009. É possível ainda consultar a carreira do cientista na Biblioteca Virtual Carlos Chagas: <http://www.bvschagas.coc.fiocruz.br/php/>. Acesso em 12.01.2012. Todas as informações que se seguem, sobre a formação científica e o início da vida profissional de Carlos Chagas, bem como a análise sobre a descoberta da tripanossomíase americana, foram baseadas nos trabalhos de Kropf.



quando algumas doenças infecciosas (em especial a malária, no continente africano) passaram a representar um obstáculo à ocupação e exploração das terras coloniais. Carlos Chagas realizou seu curso médico num momento de grandes “descobertas” da medicina tropical: em 1898-99, médicos ingleses e italianos comprovaram que a malária era transmitida por mosquitos, o que seria demonstrado, logo em seguida, por médicos norte-americanos, para a febre amarela. Abriam-se, então, novas e promissoras perspectivas de estudo e de combate de temidas doenças, até então atribuídas à ação de miasmas<sup>41</sup>.

Dois professores, particularmente atentos aos novos conhecimentos médicos desenvolvidos na Europa, e que dariam contribuições importantes nos campos da bacteriologia e da medicina tropical no Brasil, desempenharam papel central na formação médica de Carlos Chagas: Miguel Couto e Francisco Fajardo. Com o primeiro, Carlos Chagas aprendeu a utilizar os métodos e os princípios da medicina experimental para o diagnóstico e estudo clínico das doenças. Miguel Couto transmitiu a Carlos Chagas a noção de que a clínica médica deveria ser baseada e renovada a partir dos novos conhecimentos produzidos pela pesquisa científica. Com Francisco Fajardo, que se destacava nas pesquisas sobre a malária no Brasil, Carlos Chagas iniciou seus estudos em medicina tropical. Foi auxiliar desse professor no pequeno laboratório que este possuía na Santa Casa de Misericórdia. Sua função era realizar exames hematológicos e identificar as diferentes espécies de parasito da malária, o que servia como base para diagnóstico das várias formas clínicas da doença.

O ingresso de Carlos Chagas no Instituto de Manguinhos ocorreu em 1902, quando procurou o diretor da instituição, Oswaldo Cruz, para realizar ali as pesquisas para sua tese de doutoramento, pré-requisito para a conclusão do curso médico<sup>42</sup>. Carlos Chagas concluiu o curso de medicina em 1903, defendendo uma tese sobre os aspectos hematológicos da malária. Apesar de convidado por Oswaldo Cruz a integrar a equipe de pesquisadores do IOC, Carlos Chagas preferiu instalar um consultório na cidade. No ano seguinte, em 1904, foi nomeado médico da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) e passou a trabalhar no Hospital de Isolamento Paula Cândido, em Jurujuba, Niterói.

---

<sup>41</sup> Sobre a história da medicina tropical, ver Arnold, 1996; Worboys, 1997; Benchimol, 1999; Stepan, 2001; Kropf, 2009a; Edler, 2011.

<sup>42</sup> O Instituto Soroterápico Federal (também conhecido como Instituto de Manguinhos) foi criado em 1900 para produzir soros e vacina contra a peste bubônica, que ameaçava a capital federal. Passou a se chamar Instituto Oswaldo Cruz em 1908. Ver Stepan, 1976, Benchimol, 1990a; Benchimol e Teixeira, 1993.

Em 1905, Carlos Chagas foi designado por Oswaldo Cruz (diretor da DGSP) para coordenar uma campanha de profilaxia da malária junto aos trabalhadores da Companhia Docas de Santos, empresa dos sócios Cândido Gaffré e Eduardo Guinle. A doença atrapalhava o andamento das obras de construção de uma central hidrelétrica em Itatinga, município de São Paulo, que abasteceria o porto de Santos. Foi durante esta experiência que Carlos Chagas formulou uma doutrina sobre a transmissão da malária: a teoria do contágio domiciliar. Para o cientista, as ações de combate ao mosquito não deveriam se restringir às medidas anti-larvárias, mas sim priorizar ataque ao vetor nas residências. Isto porque os mosquitos, após picarem suas vítimas no interior de suas habitações, adquiriam um peso que os fazia permanecer ali por um longo tempo, digerindo o sangue e maturando os ovos. Carlos Chagas defenderia que para destruir o mosquito era necessário aplicar substâncias inseticidas, como o enxofre e o piretro, no interior das casas.

Além da campanha em Itatinga, Carlos Chagas participaria de uma outra missão de combate à malária, no início de 1907. Nessa empreitada, acompanhado de Arthur Neiva, pesquisador de Manguinhos, deveria debelar a doença que prejudicava os trabalhos de captação de água para a capital federal, realizados pela Inspetoria de Geral de Obras Públicas.

Em junho de 1907, Carlos Chagas foi designado para combater uma epidemia de malária no norte de Minas Gerais, entre Corinto e Pirapora, que estava prejudicando as obras de prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil. No povoado de Lassance, às margens do Rio das Velhas, Carlos Chagas improvisou, num vagão de trem, um pequeno laboratório. Ao mesmo tempo em que realizava o trabalho de profilaxia da malária, o cientista costumava coletar insetos, dado seu interesse pela entomologia e protozoologia. Em 1908 (ano em que foi nomeado pesquisador assistente do IOC), tomou conhecimento da existência de um inseto sugador de sangue muito comum na região, chamado de barbeiro. Este inseto escondia-se nas frestas das paredes de barro de casas de pau a pique, habitação típica da população pobre das áreas rurais, e era assim denominado pelo hábito de picar suas vítimas preferencialmente no rosto, enquanto dormiam. Carlos Chagas, ciente do papel que os insetos hematófagos desempenhavam como vetores de doenças parasitárias, como a malária, examinou alguns desses insetos e encontrou, em seu intestino, um protozoário. Sem condições laboratoriais adequadas para realizar as experiências necessárias para identificar a espécie do protozoário, enviou ao IOC alguns desses barbeiros para análise. Oswaldo

Cruz os colocou em contato com saguis criados em laboratórios (livres, portanto, de qualquer infecção) e percebeu, pouco depois, que alguns animais haviam adoecido e apresentavam formas de tripanossoma no sangue. De volta ao IOC, Carlos Chagas constatou que se tratava de uma nova espécie de tripanossoma, a qual denominaria de *Trypanosoma cruzi*, em homenagem a Oswaldo Cruz. A descoberta do parasito seria anunciada em nota no início de 1909, em uma revista alemã<sup>43</sup>.

Com a suspeita de que o novo parasito pudesse ser patogênico para os seres humanos, Carlos Chagas voltou a Lassance e realizou exames de sangue sistemáticos em moradores de casas onde havia barbeiros. Em abril de 1909, encontrou o *T. cruzi* no sangue de Berenice, uma menina de dois anos, e anunciou então a descoberta de uma nova doença humana, causada pelo *T. cruzi* e transmitida pelo barbeiro. Por sugestão de Miguel Couto, a nova tripanossomíase ficaria logo conhecida como doença de Chagas. A descoberta de Carlos Chagas foi comunicada em 22 de abril de 1909 à Academia Nacional de Medicina (ANM) por Oswaldo Cruz, e ganharia bastante divulgação na imprensa. A descoberta de uma nova tripanossomíase humana foi tratada pelos contemporâneos e pela memorialística médica como um feito único na história da medicina, pelo fato de um mesmo (e único) pesquisador ter descoberto, num curto espaço de tempo, uma nova enfermidade, seu agente causal e seu transmissor. A reforçar a excepcionalidade da descoberta de Carlos Chagas, acrescia-se o fato de o cientista tê-la realizado invertendo a lógica da sequência que, via de regra, ocorria na identificação de uma doença: ao invés do doente (de um caso clínico), suas pesquisas tiveram como ponto de partida o vetor e o parasito. A descoberta da doença de Chagas passou a ser comemorada como um mito glorificador da ciência brasileira.

A descoberta da nova tripanossomíase humana e os estudos que se iniciaram sobre esta enfermidade deram grande prestígio à carreira de Carlos Chagas. No ano seguinte, em 1910, ele seria nomeado membro titular da ANM, em caráter excepcional, pois a instituição não dispunha de vagas na ocasião. Em 1911, a doença de Chagas seria apresentada com destaque durante a Exposição Internacional de Higiene e Demografia, em Desdren, na Alemanha. Em 1912, Carlos Chagas receberia uma importante distinção no campo científico internacional: o Prêmio Schaudinn, concedido pelo Instituto de Doenças Tropicais de Hamburgo ao melhor trabalho na área da protozoologia. No ano

---

<sup>43</sup> Sobre a descoberta da doença de Chagas, além do citado livro de Kropf (2009a), ver outros artigos da autora: Kropf, 2009b; Kropf e Sá, 2009; Kropf, 2010.

seguinte, Carlos Chagas foi indicado ao Prêmio Nobel de Medicina, o que se repetiria em 1921.

De acordo com Simone Kropf (2009a), a descoberta da doença de Chagas assumiu diferentes sentidos e significados no campo científico, político e social. A descoberta do cientista, realizada a partir dos postulados e referenciais teóricos da medicina tropical europeia, insere-se no contexto de afirmação e institucionalização desse novo campo do saber médico, posto que foi estruturada nos novos conhecimentos produzidos sobre as doenças parasitárias transmitidas por insetos-vetores. Igualmente, a descoberta da nova tripanossomíase americana e os estudos dela decorrentes, sobre a relação entre vetores, parasitos e doenças humanas, significaram uma relevante contribuição da medicina tropical brasileira para a própria legitimação e consolidação dessa nova especialidade.

Um outro aspecto salientado por Kropf (2009a) refere-se à importância que a descoberta assumiu para o projeto científico e institucional do IOC, ao tornar-se um evento exemplar do tipo de atividade científica que era ali desenvolvida. Carlos Chagas colocava-se e seria reverenciado como um discípulo de Oswaldo Cruz, consagrando sua descoberta aos ensinamentos da ‘escola de Manguinhos’. Com isto, o IOC adquiria visibilidade como um centro de pesquisa de excelência, sintonizado com a agenda científica internacional e, ao mesmo tempo, comprometido com os problemas sanitários que eram específicos da sociedade brasileira. Nesse aspecto, a descoberta assumiu também um papel central no próprio processo de institucionalização da ciência brasileira<sup>44</sup>. A associação da descoberta da doença de Chagas à ‘obra de Manguinhos’ reforçava a imagem do IOC como instituição cuja prática científica era voltada para a identificação e solução de questões referentes à saúde pública do país, legitimando sua atuação nesse campo<sup>45</sup>. Por outro lado, conforme salienta a autora, a descoberta só ganhou sentido como um ‘grande feito’ da ciência nacional justamente pela representação social que o projeto institucional do IOC adquiria, representação esta que ela própria ajudou a construir.

Seguindo ainda a argumentação de Kropf (2009a), a descoberta teve grande repercussão não só como um ‘grande feito científico’, mas pela dimensão política e

---

<sup>44</sup> Sobre o tema, ver Stepan, 1990; Benchimol e Teixeira, 1993.

<sup>45</sup> Desde os primeiros anos do Instituto de Manguinhos, Oswaldo Cruz buscou ampliar o escopo de suas atividades para além da área de produção (objetivo para o qual havia sido criada), de modo transformar o instituto num renomado centro de pesquisa e ensino no campo da medicina experimental, em especial de estudo das doenças tropicais.

social que lhe foi atribuída. Na conferência realizada na ANM, quando foi recebido como membro titular da instituição, em outubro de 1910, Carlos Chagas apresentou os primeiros estudos clínicos feitos sobre a enfermidade. Segundo tais estudos, a doença provocava, em sua fase crônica, sérios distúrbios endócrinos, neurológicos e cardíacos, como a hipertrofia da tireóide (bócio ou “papo”), perturbações motoras (na linguagem e na inteligência) e arritmias cardíacas que causavam insuficiência cardíaca e morte súbita em indivíduos ainda jovens. A caracterização da nova doença ganharia expressão ‘real’ com a exibição de imagens cinematográficas feitas em Lassance. O quadro impactante oferecido pelos doentes, entre eles crianças com problemas graves neurológicos, respaldava a afirmação de Carlos Chagas de que a nova doença constituía um problema médico-social de alta importância, pois causava a “degeneração humana” e comprometia a capacidade de trabalho de pessoas ainda jovens, afetando, portanto, o próprio progresso do país. O ‘espetáculo’ da doença e das precárias condições de vida e de saúde das populações do interior revelavam à capital do país, que vivia o processo de modernização e o otimismo da *Belle Époque*, a existência de um ‘outro’ Brasil – pobre, doente e abandonado. É a partir dessa imagem de um ‘sertão’ desassistido e esquecido pelo poder público que se formaria, ainda na década de 1910, um movimento político e intelectual que defenderia o saneamento dos sertões como forma de viabilizar o progresso do país, o chamado movimento sanitarista<sup>46</sup>. O pai de Evandro Chagas seria uma das lideranças deste movimento.

Carlos Chagas sucedeu a Oswaldo Cruz na direção do IOC quando este faleceu, em 1917, permanecendo à frente da instituição até a sua morte, em 1934<sup>47</sup>. Além da direção do IOC, Carlos Chagas assumiu ainda o cargo de diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) durante os anos de 1920-1926. De acordo com Chagas Filho, seu pai fora nomeado para a direção da saúde pública do país devido ao prestígio conquistado em sua carreira científica: era o “legítimo” sucessor de Oswaldo Cruz (legítimo, neste caso, como discípulo e diretor do IOC) e autor de uma descoberta

---

<sup>46</sup> O movimento sanitarista reuniu, durante a década de 1910, médicos, políticos, intelectuais e outros setores da sociedade em torno de uma campanha pelo melhoramento das condições sanitárias do interior do país. A campanha defendia como principal bandeira a ampliação da ação do governo federal e a expansão das ações e serviços de saúde para as áreas rurais. Ver Lima e Hochman, 1996; Castro-Santos, 1985.

<sup>47</sup> A gestão de Carlos Chagas foi marcada pela ampliação das estruturas internas de Manguinhos, como a criação de novas seções científicas e a expansão e diversificação dos medicamentos e produtos biológicos fabricados pelo instituto. Sob a direção de Carlos Chagas também seriam modificados a estrutura e o funcionamento dos Cursos de Aplicação, que eram oferecidos desde 1908 para a formação de pesquisadores na área da microbiologia e zoologia médica. Sobre a história do IOC, ver Benchimol, 1990a; Benchimol e Teixeira, 1993.

científica de grande repercussão nacional e internacional (Chagas Filho, 1993, p.162-163). Seu filho acrescenta ainda um outro fator, este mais circunstancial: sua atuação destacada durante a recente epidemia de gripe espanhola ocorrida na cidade do Rio de Janeiro (1918), na qual foi responsável pela organização do serviço emergencial de atendimento à população<sup>48</sup>.

Foi neste cenário familiar, marcado pela proeminência de seu pai na vida intelectual e pública do país, que Evandro Chagas cresceu. O ambiente cultural de sua casa contava com a presença constante de importantes cientistas e intelectuais brasileiros e estrangeiros, com quem Carlos Chagas convivia<sup>49</sup>. Dadas as funções públicas exercidas por Carlos Chagas, é plausível considerar que desde jovem Evandro Chagas tivesse contato com a elite dirigente e as principais lideranças políticas da época. Ainda adolescente, passaria a frequentar o IOC, sobretudo depois que seu pai passou a dirigir a instituição. As lembranças de Chagas Filho sobre suas primeiras visitas a Manguinhos podem ser, em grande medida, estendidas a Evandro Chagas:

“(...) eu creio que a minha primeira visita a Manguinhos deve ter sido logo depois que meu pai foi feito diretor. Isto, portanto, em meados de [19]17. (...) Posteriormente eu ia freqüentemente a Manguinhos. Ainda estudante secundário, ir a Manguinhos era uma espécie de passeio para mim. Isso se dava principalmente nas férias de fim de junho e quando não havia aula no colégio. Porque, como eu acentuei já, meus pais e eu mesmo éramos muito exigentes na frequência ao colégio” (Chagas Filho, 1987, 3ª entrevista, fita 6, lado A, p.65-66).

Ao iniciar os estudos médicos, Evandro Chagas levaria esta ‘bagagem’ científica e cultural adquirida em casa. Segundo seu irmão, “com a formação no Colégio Rezende e o ambiente médico cultural vivido em nossa casa, não terá sido difícil a Evandro adquirir, desde cedo, a projeção com que o encontrei na Faculdade de Medicina em 1926” (Chagas Filho, 1986, s.p).

---

<sup>48</sup> Além dessas credenciais, Carlos Chagas era primo do sogro do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922), que o nomeou para o cargo.

<sup>49</sup> Chagas Filho conta: “porque depois que ele [Carlos Chagas] ficou diretor de Manguinhos (...) começou a haver um intercâmbio muito grande de cientistas europeus com o Brasil. Franceses e alemães. E ingleses, menos, mas franceses e alemães muito. E eles vinham. E sempre havia um jantar ou um almoço lá em casa”. Chagas Filho, 1987, 2ª entrevista, fita 4, lado B. p.58. As relações e o convívio familiar de Carlos Chagas com outros cientistas, em especial os pesquisadores do IOC, são narrados também em Chagas Filho, 2000.

### 1.3 - A formação médica: o laboratório e a clínica no Hospital São Francisco de Assis e no Hospital Oswaldo Cruz

Evandro Chagas cursou o ensino ginasial no Colégio Rezende. De acordo com Chagas Filho, este colégio era uma das grandes instituições de ensino secundário do Rio de Janeiro, cujo padrão de qualidade era comparável ao do Colégio Pedro II (Chagas Filho, 2000). Em março de 1921 ingressou na FMURJ, localizada na Praia Vermelha<sup>50</sup>. Evandro Chagas tinha 15 anos e não possuía a idade regulamentada para iniciar os estudos médicos, necessitando de uma autorização especial (“dispensa de idade”) do diretor da Faculdade, Raul Leitão da Cunha<sup>51</sup>. Ainda no 1º ano do curso médico, Evandro Chagas acompanhou seu pai em viagem aos Estados Unidos, onde percorreram cerca de dez estados<sup>52</sup>. Evandro Chagas possuía grande habilidade com idiomas e dominava o inglês fluentemente. Como ele mesmo dizia, acompanhava seu pai “com a função de secretário”<sup>53</sup>. Carlos Chagas pretendia, nessa viagem, observar o modelo de organização dos serviços de saúde norte-americanos, pois havia assumido a direção do recém-criado DNSP, e tinha como missão a reforma dos serviços de saúde pública do país.

O DNSP representou um movimento de centralização das ações e serviços sanitários pelo governo federal, e foi criado para substituir a DGSP, que tinha sua atuação restrita ao Distrito Federal e ao saneamento dos portos (Hochman, 1998). Ainda em campanha eleitoral, o presidente Epitácio Pessoa (1918-1922) afirmou que considerava a reorganização dos serviços sanitários como uma medida de caráter

---

<sup>50</sup> A Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, era formada pela Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito e Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Ver o verbete Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em [www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br](http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br). Acesso em 04/02/2010.

<sup>51</sup> Toda a documentação referente ao período de formação acadêmica de Evandro Chagas encontra-se sob a guarda do CCS/UFRJ, no dossiê “Universidade do Rio de Janeiro / Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – Evandro Serafim Lobo Chagas” (pasta 59-4-23-A). Para o processo de seleção e ingresso na Faculdade de Medicina, foram apresentados os seguintes documentos: certificados de avaliação das disciplinas estudadas ao longo do curso ginasial (à época, a avaliação das disciplinas e a emissão dos certificados eram prerrogativas do Colégio Pedro II), pagamento de taxa de inscrição no vestibular, certificado do exame vestibular, atestado de vacinação (acompanhado de uma declaração em que afirmava não portar doença contagiosa) e pagamento da taxa de matrícula.

<sup>52</sup> Nesta ocasião, Carlos Chagas foi agraciado com o título de *Doutor Honoris Causa* pela Universidade de Harvard, sendo o primeiro brasileiro a recebê-lo (Chagas Filho, 1993; Kropf e Lacerda, 2009). Os títulos recebidos por Carlos Chagas podem ser consultados também em: <http://www.bvschagas.coc.fiocruz.br/php/trajetoria.php#titulos>. Acesso em 02/02/2011.

<sup>53</sup> “Memorial apresentado pelo Dr Evandro Serafim Lobo Chagas à Comissão Julgadora do concurso para a cadeira de doenças tropicais e infecciosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1935” (Villela, 1941).

inadiável e, assumindo a presidência, daria início à reestruturação e à ampliação dos serviços federais de saúde a todo o país. A iniciativa do presidente vinha ao encontro das principais propostas defendidas pelo movimento sanitarista, em suas críticas sobre a falta de assistência às populações rurais, que viviam em situação de abandono, em péssimas condições sanitárias e acometidas por uma série de doenças. A chegada da pandemia de gripe espanhola ao Rio de Janeiro, em 1918, foi outro fator que tornou premente a reforma dos serviços de saúde, pois revelou a precariedade e ineficiência dos serviços de atendimento médico na capital federal. Como dito, Carlos Chagas foi encarregado da organização da assistência médica à população, instalando hospitais emergenciais e postos de consulta em vários pontos da cidade. Nomeado para a direção do DNSP, que teria como uma de suas prioridades a instalação de serviços sanitários nas localidades rurais do país, Carlos Chagas também daria especial atenção ao problema da assistência hospitalar na cidade do Rio de Janeiro.

Antes mesmo de ocupar a direção do DNSP, em discurso em homenagem aos médicos baianos no Derby Clube do Rio de Janeiro, em 1918, Carlos Chagas defenderia a necessidade de novos e modernos hospitais, tendo em vista a incapacidade da Santa Casa de Misericórdia em prover uma assistência hospitalar ampla e satisfatória na capital e zonas limítrofes. Seu modelo de assistência hospitalar previa a criação de

“hospitais destinados a grupos de doenças, com adaptações especiais, nos quais funcionariam serviços permanentes de assistência aos casos das nosologias habituais, e haveria a possibilidade de instalações urgentes para atender a ocorrência de grandes epidemias. Desse modo, um hospital geral além do que já existe, o São Sebastião, ou este ampliado, para doenças infecciosas, agudas e crônicas, outro para doenças da nutrição, um terceiro para crianças, e, finalmente, um último, destinado a afecções ou doenças cirúrgicas, viriam a preencher uma das grandes lacunas da nossa administração sanitária, a assistência hospitalar. (...). Além de que, para salvar a vida de Brasileiros, não podemos restringir nossas vistas à capital do país, quando no interior grassam endemias mortíferas, com a ausência absoluta de quaisquer medidas necessárias. Hospitais regionais, nas zonas endêmicas intensas, viriam a atender uma das indicações sanitárias e de assistência pública mais urgentes em nossos sertões” (Carlos Chagas *apud* Sanglard, 2008, p.141).

A primeira medida de Carlos Chagas para suprir a carência de hospitais na cidade foi a transformação do antigo Asilo São Francisco de Assis num hospital-geral de assistência, subordinado ao DNSP. Para Sanglard, “o Hospital São Francisco de Assis pode ser considerado a primeira resposta oficial à falta de leitos para a população do Rio de Janeiro” (idem, p.140). Com o decreto presidencial de janeiro de 1921, que



autorizava a construção de hospitais e pavilhões, bem como a adaptação de edifícios existentes para esse fim (Brasil, 1921), foram iniciadas as obras de adaptação do asilo de mendicidade, escolhido para sediar o novo hospital da cidade devido a sua disposição arquitetônica e fácil acesso, localizado no centro da cidade<sup>54</sup>. O HSFA foi inaugurado em 10 de novembro de 1922, pelo decreto nº 15.799 (Brasil, 1922). Evandro Chagas ingressou no HSFA tão logo suas atividades foram iniciadas, ainda em 1922. Estava no 2º ano do curso médico e tornou-se interno da 12ª enfermaria, chefiada por Eurico Villela<sup>55</sup>.

As obras para adaptação do HSFA foram supervisionadas por Eurico Villela, a quem coube ainda a organização e chefia dos serviços clínicos. A direção do hospital foi entregue a Garfield de Almeida. A reforma do HSFA obedeceu aos modernos preceitos de concepção hospitalar da época, expressos em sua estrutura arquitetônica e nos serviços técnicos de que dispunha. O hospital possuía 13 enfermarias, um gabinete de raio-X, um laboratório de pesquisas clínicas e um serviço de anatomia patológica, este vinculado ao IOC (Aguinaga, 1997)<sup>56</sup>.

Conforme afirma Chagas Filho, o HSFA tornou-se um hospital “padrão” por conseguir reunir um corpo médico de reconhecida qualificação profissional e ter uma estrutura centralizada de serviços médicos, como o laboratório clínico e o de raio-X, assegurando a permanência do paciente no hospital para a realização de todos os

---

<sup>54</sup> O asilo São Francisco de Assis, inaugurado em 1879, foi o primeiro prédio de caráter monumental construído na região do Mangue, situado na atual avenida Presidente Vargas, n. 2863. Em 1946, o Hospital São Francisco de Assis foi incorporado à Universidade do Brasil, integrando, atualmente, o Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sobre a história do HSFA, ver Aguinaga, 1997. Informações sobre as atividades assistenciais desenvolvidas atualmente pelo Hospital-Escola São Francisco de Assis podem ser vistas no site da instituição: <http://www.hesfa.ufrj.br/indexhist.html>. Acesso em 05/02/2010.

<sup>55</sup> “Memorial apresentado pelo Dr Evandro Serafim Lobo Chagas à Comissão Julgadora do concurso para a cadeira de doenças tropicais e infecciosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1935” (Villela, 1941).

<sup>56</sup> A preocupação de Carlos Chagas com a organização do serviço hospitalar foi seguida do investimento na formação profissional de enfermeiras. Até então, o exercício da enfermagem no Brasil estava a cargo dos visitantes de saúde – “agentes ‘leigos’ que assistiam a população com conhecimento empírico, sem organização e controle formais” (Moreira, 1999, p.622). Conforme salienta Martha Moreira, a enfermagem foi uma profissão estratégica na organização sanitária da cidade, e sua estruturação enquanto prática profissional regulamentada se deu por meio de uma ação conjunta do governo brasileiro com a Fundação Rockefeller. Por ocasião de sua viagem aos Estados Unidos, Carlos Chagas formalizou, em maio de 1921, um convênio entre o DNSP e o Escritório Internacional de Saúde, e poucos meses depois, em julho, Ethel Parsons chegou ao Rio de Janeiro com a missão de organizar uma escola e implantar um serviço de enfermagem no Brasil, destinado a capacitar, dentro dos padrões técnicos e científicos vigentes, as enfermeiras visitantes que já atuavam junto à Inspetoria de Tuberculose e nas divisões de Higiene Infantil e Doenças Venéreas. No ano seguinte, em 1922, seria inaugurado o Serviço de Enfermeiras do DNSP, e no início de 1923, a Escola de Enfermeiras do DNSP (posteriormente denominada Escola de Enfermagem Ana Nery), que funcionaria anexo ao HSFA. Ver Moreira, 1999.

exames necessários ao diagnóstico e ao tratamento (Chagas Filho, 1993, p.176)<sup>57</sup>. Hélio Aguinaga acrescenta que o HSFA desenvolveu uma série de atividades pioneiras na época, contribuindo para transformar o campo da prática médica e “revolucionar” o ensino médico (Aguinaga, 1997, p.61). No hospital eram mantidos alguns cursos oficiais da FMURJ, a exemplo do curso de doenças tropicais e infecciosas, cadeira criada em 1925, tendo como professor catedrático Carlos Chagas, e na qual Evandro Chagas também lecionava. Suas enfermarias funcionavam como verdadeiros centros de estudos, frequentadas por médicos e estudantes tanto da FMURJ quanto das escolas livres. O serviço de anatomia patológica instalado no hospital foi o primeiro do país a instituir as autópsias como práticas obrigatórias para a orientação clínica e diagnóstico, e o material recolhido era enviado aos laboratórios do IOC para estudos microscópicos e confirmação de diagnósticos<sup>58</sup>. Os achados propiciados pelas pesquisas anatomopatológicas – que identificavam e analisavam as lesões produzidas pelos agentes e os processos patogênicos no organismo humano, correlacionando-os aos sintomas e sinais clínicos – eram de grande importância para subsidiar as pesquisas realizadas em Manguinhos sobre as doenças infecciosas.

Desse modo, o novo hospital concebido por Carlos Chagas cumpria duas funções: era uma primeira iniciativa com o objetivo de solucionar a precária situação da rede hospitalar no Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, um espaço onde os estudantes podiam completar sua formação profissional unindo a experiência clínica à pesquisa experimental. Na época, a FMURJ não dispunha de um hospital próprio ou que a ela estivesse vinculado formalmente<sup>59</sup>.

A orientação institucional dada por Carlos Chagas ao HSFA, a de conjugar a clínica com a pesquisa científica, expressava suas divergências acerca do tipo de formação profissional oferecida aos estudantes na Faculdade de Medicina. Para ele, o método de ensino praticado nas faculdades médicas era de uma “ciência feita e

---

<sup>57</sup> O corpo clínico do HSFA era formado pelos seguintes chefes de enfermarias: Agenor Porto, Garfield de Almeida, Carlos Chagas, Jorge de Gouveia, Raul Batista, João Marinho, Nabuco de Gouveia, Fernando Vaz, Nascimento Gurgel, Eurico Villela e Sales Guerra (Decano do Hospital). O ambulatório de oftalmologia era chefiado por Joaquim Vidal, o serviço de raio-X por Duque Estrada e Arnaldo Campelo, o laboratório por Roquette Pinto e o serviço de anatomia patológica por Carlos Bastos de Magarinos Torres (pesquisador de Manguinhos) e Osvino Penna (Aguinaga, 1997).

<sup>58</sup> Carlos Chagas Filho também foi interno no HSFA e trabalhou nesse serviço como auxiliar de autópsias. Sua função era justamente a abertura dos cadáveres que seriam analisados posteriormente pelos clínicos do hospital e patologistas do IOC. Chagas Filho, 2000.

<sup>59</sup> A experiência clínica dos estudantes de medicina era adquirida na Santa Casa de Misericórdia. Um dos pontos positivos na criação do HSFA é que ele viria a amenizar os atritos existentes entre a Faculdade de Medicina e a Santa Casa, que eventualmente dificultava o livre acesso dos estudantes às suas dependências (Sanglard, 2008).

acabada”, o que, por sua vez, desviava o aluno “do terreno especulativo, a fim de instruí-lo em noções adquiridas, em verdades irrecusáveis, em doutrinas ratificadas, e ainda em hipóteses prováveis e necessárias” (Chagas, 1935b, p.169). O cientista defendia que o ensino da medicina deveria ampliar-se no sentido da pesquisa original, de modo a despertar nos alunos “as faculdades de observação, de raciocínio e de crítica, fortalecidas na experiência de observação pessoal, que conduziam ao acerto das conclusões” (idem, p.170). O que ele procurou fazer no HSFA foi transformar a enfermaria, o laboratório e o instituto anatomo-patológico numa só unidade técnica de prática e de formação médica, dirimindo a tradicional dualidade que opunha a orientação do ensino da medicina para a clínica ou para a pesquisa. A defesa desse modelo de ensino seria formalmente colocada por Carlos Chagas durante uma aula inaugural dos cursos de medicina da FMURJ, quando já pertencia ao quadro de professores catedráticos da instituição, conforme veremos mais adiante.

Evandro Chagas, que ingressou no HSFA no 2º ano do curso médico, realizaria sua formação acadêmica dentro dos preceitos defendidos por seu pai, e sob seu acompanhamento direto, pois Carlos Chagas também trabalhava no hospital. No HSFA, o estudante tinha a oportunidade de exercer a experiência clínica e, ao mesmo tempo, praticar atividades de pesquisa, adquirindo conhecimentos científicos a partir de suas observações empíricas. Suas atividades no HSFA seriam complementadas no Hospital Oswaldo Cruz, do IOC, onde ingressou no mesmo ano, em 1922<sup>60</sup>. Como ocorria no HSFA, receberia ali a orientação de seu pai e de Eurico Villela, que dirigia o HOC.

O HOC havia sido inaugurado alguns anos antes, em 1918, e sua construção foi uma iniciativa de Oswaldo Cruz, que acalentava criar em Manguinhos um espaço onde fosse possível a observação clínica dos doentes de forma contínua e constante, considerada por ele como prática fundamental para o entendimento e esclarecimento de inúmeras doenças endêmicas e epidêmicas. Benchimol afirma que a construção do hospital era parte de uma “ambiciosa estratégia de transformar o Instituto na ponta de lança dos inquéritos epidemiológicos e da intervenção profilática nas zonas rurais do país, inteiramente negligenciadas pela Saúde Pública que mal dava conta das demandas da capital” (Benchimol, 1990a, p.215). O HOC era destinado ao tratamento de doenças infecto-contagiosas e tinha como um de seus carros-chefes, nesse momento, as

---

<sup>60</sup> Em 1942, o HOC foi denominado de Hospital Evandro Chagas. Atualmente, o antigo hospital abriga o Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas (IPEC), uma unidade técnico-científica da Fiocruz. Para uma rápida consulta à história do IPEC, ver o site do instituto: <http://www.ipec.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=6>. Acesso em 14.01.2012.

pesquisas sobre a doença de Chagas (Stepan, 1976; Benchimol e Teixeira, 1993; Kropf, 2009a). Evandro Chagas permaneceu como interno no HOC durante todo o curso médico, no Serviço de Eletrocardiografia, também sob a orientação de Eurico Villela, pesquisador do IOC que desde 1912 integrava a equipe que estudava a doença de Chagas em Lassance e que se tornaria um dos principais colaboradores de seu pai no estudo da forma cardíaca da doença.

Evandro Chagas atribuiria toda sua formação técnica e profissional à ‘escola de Manguinhos’ e à orientação direta de Carlos Chagas e Eurico Villela, a quem creditaria o seu aprendizado clínico. Ele afirmava que foi no IOC que iniciou sua atividade de pesquisa sobre as doenças tropicais, campo de investigação ao qual se dedicaria por toda a vida. Ainda estudante, frequentou os Cursos de Aplicação oferecidos pelo IOC e realizou, na instituição, pesquisas sobre a malária, ancilostomose e tripanossomíase americana, consideradas pelos partidários do movimento sanitaria como as três principais endemias do país. Além das pesquisas de laboratório e a clínica nos hospitais, sua formação foi complementada pelas investigações de campo no interior do país. Em 1924, no 4º ano do curso médico, Evandro Chagas fez uma viagem ao Triângulo Mineiro e uma longa excursão pelo Vale do Rio São Francisco, “em busca de novos dados acerca da epidemiologia da malária e ao mesmo tempo investigando a existência, em tal região, da doença de Chagas”<sup>61</sup>. A importância atribuída ao estudo da medicina tropical no Brasil, conforme defendia Carlos Chagas, relacionava-se, sobretudo, à produção de conhecimentos científicos acerca das principais doenças endêmicas do país (Chagas, 1935a). O projeto científico e institucional do IOC, voltado para o estudo das doenças tropicais, afirmava sua legitimidade social justamente por sua capacidade de identificar e propor soluções para os problemas sanitários brasileiros. Evandro Chagas se identificaria, por toda a vida, como um discípulo desta tradição de pesquisa, à qual filiaría sua prática profissional.

Evandro Chagas iniciou seus estudos exatamente pela doença descoberta por seu pai e que, segundo Carlos Chagas, representava um dos mais importantes flagelos do interior do país. Ele logo manifestou particular interesse pelos aspectos cardíacos da doença e se dedicou à investigação da forma cardíaca da doença de Chagas, utilizando

---

<sup>61</sup> “Memorial apresentado pelo Dr Evandro Serafim Lobo Chagas à Comissão Julgadora do concurso para a cadeira de doenças tropicais e infecciosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1935” (Villela, 1941).

para isso as modernas técnicas da eletrocardiografia, uma novidade no campo médico brasileiro. Seu irmão, Carlos Chagas Filho, explica que

“[Foi] no Hospital de Manguinhos [e com Eurico Villela] que Evandro aprendeu os fundamentos da cardiologia em que logo se tornaria um ás, e a manejar com a maior perfeição o eletrocardiógrafo de então maior uso, de fabricação francesa, um ‘Boulitte’, do qual existiam no Rio, na época, apenas dois exemplares. O aparelho utilizava como medidor de corrente um tenuíssimo fio de quartzo, colocado num campo magnético, fragilíssimo e de difícil substituição, tarefa que Evandro executava com a mesma perfeição com a qual sabia interpretar o registro obtido” (Chagas Filho, 1986, s.p).

O campo de estudos da cardiologia experimentava, na década de 1920, um momento de expansão, propiciado pela invenção do eletrocardiógrafo pelo holandês Willian Einthoven, em 1902. O galvanômetro de cordas elaborado por Einthoven possibilitou um registro eletrocardiográfico mais fidedigno, sem a necessidade de correção matemática, como ocorria com os instrumentos anteriores (Giffoni e Torres, 2010). O eletrocardiógrafo pesava cerca de 270 kg e era de difícil operação (exigia o esforço de cinco pessoas), mas já na década de 1910 seu tamanho reduzira-se consideravelmente<sup>62</sup>. O novo instrumento representou uma importante ferramenta diagnóstica e foi fundamental para a compreensão das arritmias, campo de estudo que ganhou grande impulso com as pesquisas de Thomas Lewis, considerado sucessor de Einthoven. Os estudos do ritmo cardíaco contribuíram significativamente para elucidar os mecanismos de funcionamento do coração. Conforme sintetiza Kropf,

“Em contraposição a uma tradição que via o coração sobretudo em seus aspectos anatômicos e estruturais, a nova cardiologia, em estreita associação com a fisiologia experimental, passou a privilegiar o estudo de suas características dinâmicas, ou seja, o seu funcionamento. Um dos focos desse novo olhar foi o estudo da atividade rítmica do órgão” (Kropf, 2009a, p.258).

Evandro Chagas iniciava seu aprendizado sobre cardiologia exatamente no momento em que esse campo de estudo alcançava significativo desenvolvimento no cenário internacional. Em 1925, quando cursava o 5º ano médico, acompanhou o pai numa viagem à França e à Alemanha com o intuito de estudar questões gerais de patologia cardíaca e patologia infecciosa. Nesta ocasião, teve a oportunidade de frequentar, em Paris, cursos de especiais de patologia cardíaca, e em Berlim e

---

<sup>62</sup> Simone Kropf informa que em 1912, quando Carlos Chagas fez sua primeira menção ao eletrocardiograma em suas pesquisas, o eletrocardiógrafo já havia se reduzido substancialmente, e podia ser instalado num hospital ou consultório (Kropf, 2009a).

Hamburgo acompanhou, respectivamente, os serviços de doenças tropicais e infecciosas do Hospital São Jorge e do Hospital de Doenças Tropicais do Instituto de Doenças Tropicais de Hamburgo<sup>63</sup>. Ainda nesta viagem, novamente na condição de “secretário” do pai, pronunciou as conferências que Carlos Chagas realizaria nas Universidades de Hamburgo e de Berlim e na Academia Nacional de Medicina de Berlim sobre a tripanossomíase americana<sup>64</sup>. Evandro Chagas conhecia e falava perfeitamente o alemão, idioma que aprendera em casa, ainda na infância (aos cinco anos de idade), com a governanta (a “Fraülein”) Elza Dinges, recém-chegada da Alemanha e pouco hábil com o português. Chagas Filho rememora que

“ao ler as conferências que [Carlos] Chagas pronunciou em Berlim em alemão, Evandro o fez com tal perfeição que os amigos de [Carlos] Chagas ficaram certos, dado o seu tipo físico, loiro e de olhos azuis, de tratar-se o leitor de um jovem estudante tedesco” (Chagas Filho, 1986, s.p).

O conhecimento adquirido em seus estudos sobre cardiologia e o talento que possuía para operar o ‘complicado’ aparelho eletrocardiográfico possibilitaram a Evandro Chagas, ainda estudante, ministrar um curso no HSFA sobre eletrocardiografia, destinado a médicos e estudantes do sexto ano do curso de medicina (Chagas Filho, 1986, s.p)<sup>65</sup>. Seguindo os passos da pesquisa de seu pai e de Eurico Villela, colaborador de Carlos Chagas durante muitos anos, Evandro Chagas direcionou seus estudos para a elucidação dos aspectos cardíacos da doença de Chagas.

Mais do que uma contribuição às pesquisas realizadas sobre a moléstia descoberta por seu pai, o estudo da doença de Chagas nesse contexto, em especial de sua forma cardíaca, tinha um significado mais amplo e também simbólico, relacionado com a polêmica que pôs em xeque o estatuto científico e a importância médico-social da doença. A polêmica sobre a doença de Chagas, ocorrida durante os anos de 1922 e 1923, transformou a ANM em palco de intensos debates. A controvérsia científica atingiu Carlos Chagas num momento de grande visibilidade, na gestão da saúde pública do país. As questões que foram suscitadas, como bem definiu Simone Kropf,

---

<sup>63</sup> O Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo era uma das mais renomadas instituições de medicina tropical da Europa, e mantinha estreitos vínculos com a comunidade científica brasileira, em especial com o IOC, por intermédio do pesquisador Henrique da Rocha Lima, que para lá se transferiu em 1909. Sobre o intercâmbio entre Brasil e Alemanha, e sobre a importância de Carlos Chagas neste processo, ver Silva, 2011.

<sup>64</sup> “Memorial apresentado pelo Dr Evandro Serafim Lobo Chagas à Comissão Julgadora do concurso para a cadeira de doenças tropicais e infecciosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1935” (Villela, 1941).

<sup>65</sup> Evandro Chagas cursava o último ano da faculdade de medicina.

“coloc[aram] em suspeita todos os elementos do ‘grande feito científico’ produzido por [Carlos Chagas]: a doença, o parasito e a própria descoberta” (Kropf, 2009a, p.226)<sup>66</sup>. Os debates da ANM tornaram-se públicos e ganharam a cobertura da imprensa. Chagas Filho qualifica o episódio como “um drama íntimo de grandes proporções” para o seu pai, cujo impacto também foi sentido pela família (Chagas Filho, 1993). Evandro Chagas, ainda estudante, acompanhou todo o desenrolar da controvérsia que envolvia seu pai e a doença por ele descoberta. Carlos Chagas Filho lembra

“da ansiedade com que esperava a chegada de Evandro das sessões da Academia de Medicina que eram noturnas e se realizavam às quintas-feiras e onde os inimigos de meu pai haviam, em 1922, posto em discussão a existência da doença de Chagas e, até mesmo, a legitimidade da sua descoberta. Ouvia-o atentamente e a exaltação que me transmitia impedia-me o sono até altas horas da noite” (Chagas Filho, 1986, s.p).

Para Chagas Filho, a controvérsia que se abria em torno do ‘grande feito científico’ de seu pai era motivada por questões pessoais e alimentada por “ciúmes, para não dizer inveja” (Chagas Filho, 1993, p.188-189). Ele argumenta que a polêmica surgiu depois que seu pai ganhou notável prestígio nacional e internacional com a descoberta da tripanossomíase americana. A partir desse evento, Carlos Chagas receberia importantes distinções científicas (como o Prêmio Schaudinn e a indicação para o Prêmio Nobel de Medicina), seria convidado a proferir palestras na Europa e nos Estados Unidos e eleito membro do Comitê de Higiene da Liga das Nações (1922). Além disso, havia sido nomeado recentemente para a direção do DNSP, órgão que, como ressalta seu filho, equivalia a um nível ministerial e era cobiçado por um de seus principais ‘detratores’, Afrânio Peixoto. Para Chagas Filho, “o embate teve caráter essencialmente pessoal, pois procurou-se, muito mais, destruir Carlos Chagas do que realizar um debate de caráter científico” (idem). É muito provável que esta visão particular de Chagas Filho fosse também compartilhada por seu irmão, Evandro Chagas.

O fato deflagrador da contenda foi o discurso pronunciado em novembro de 1922 pelo catedrático de higiene da FMURJ, Afrânio Peixoto, na ANM, em recepção a um novo membro honorário da ANM. Ao discorrer sobre a trajetória do colega Henrique Figueiredo de Vasconcellos, Peixoto ironizou:

---

<sup>66</sup> As considerações que se seguem sobre a polêmica em torno da doença de Chagas foram baseadas no trabalho da autora. Sobre o assunto, ver também Kropf, 2009b.

“Durante o vosso consulado poderíeis ter feito mais (...). Poderíeis ter achado alguns mosquitos, inventado uma doença rara e desconhecida, doença de que se falasse muito, mas quase ninguém conhecesse os doentes, encantoada lá num viveiro sertanejo de vossa província, que magnanimamente distribuiríeis por alguns milhões de vossos patrícios, acusados de cretinos. Poderíeis ter feito uma reforma suntuária, gastando cinco vezes mais que Oswaldo Cruz, para fazer cinquenta vezes menos (...)” (Afrânio Peixoto *apud* Kropf, 2009a, p.232).

A referência a Carlos Chagas era explícita. Nesse pequeno e contundente trecho de seu discurso, Peixoto atacava, ao mesmo tempo, o mérito do trabalho científico de Carlos Chagas e sua administração na direção da saúde pública do país. As acusações de Peixoto, levadas ao extremo com a afirmação de que Carlos Chagas havia “inventado” uma doença desconhecida (o que negava sua própria existência), baseavam-se nas dúvidas e incertezas que existiam desde o debate travado na Argentina em 1915-16, em torno da caracterização do quadro clínico da tripanossomíase americana e de sua distribuição pelo país. Um dos principais pontos de controvérsia relacionava-se à dimensão social que lhe era conferida pela campanha sanitária. Segundo Belisário Penna, criador e diretor da Liga Pró-Saneamento do Brasil, a doença de Chagas era uma endemia que acometia milhões de pessoas no interior do país, proporção que contrastava com o número de casos concretos registrados na literatura médica (as publicações de Carlos Chagas e seus colaboradores), que se limitavam a algumas dezenas. Ainda que as pesquisas de Carlos Chagas demonstrassem a existência de barbeiros infectados pelo *Trypanosoma cruzi* em várias áreas do país onde havia casos de bócio (considerado por Carlos Chagas um sinal clínico da tripanossomíase, tese que seria contestada a partir de 1915 e abandonada após a sua morte), o número de casos comprovados pelo diagnóstico do parasito no sangue dos doentes era muito pequeno. Tal ‘incompatibilidade’, além de colocar em dúvida a hipótese que correlacionava o bócio à infecção pelo *T. cruzi*, gerou especulações acerca da intensidade da ação patogênica do parasito em seres humanos e, conseqüentemente, sobre a própria caracterização da tripanossomíase como entidade mórbida.

O número reduzido de casos registrados também gerou questionamentos sobre a extensão geográfica da doença e a importância médico-social que lhe vinha sendo atribuída. As críticas ressaltavam o exagero dos que apontavam ‘milhões’ de brasileiros acometidos por uma enfermidade que afetava todo o país, quando os casos comprovados da doença restringiam-se a poucas localidades. Afrânio Peixoto chegou a tratá-la como o “mal de Lassance”, num claro esvaziamento da dimensão simbólica que,



como indicou Kropf (2009a), a caracterizava como “doença do Brasil”, a representar os males do interior da nação, alvos da campanha sanitária.

A autoria da descoberta do *T. cruzi* também seria posta em dúvida. Para alguns, ela deveria ser creditada a Oswaldo Cruz, por ter sido ele o autor das infecções experimentais que levaram à descrição de um novo parasito. Tal acusação mereceu a intervenção de Bento Oswaldo Cruz, filho de Oswaldo Cruz, que escreveu uma carta, em nome de sua família, afirmando que “Oswaldo Cruz sempre atribuiu a descoberta integralmente a Carlos Chagas”, e que considerava tal disputa um desrespeito à memória de seu pai (Bento Oswaldo Cruz *apud* Kropf, 2009a, p.239-240).

A polêmica, que em seus elementos estruturantes expunha questões de natureza científica, trouxe à tona um debate político de forte tom nacionalista, como argumenta Kropf (2009a). Os críticos de Carlos Chagas argumentavam que a ideia de ‘milhões de papudos e cretinos’ acometidos pela doença de Chagas repercutia negativamente sobre a imagem do país, e poderia acarretar sérias implicações políticas e econômicas, afugentando investimentos e imigrantes. A “doença do Brasil” ganhava agora um caráter antipatriótico. Como assinalou Kropf,

“(…) a polêmica em torno da tripanossomíase americana deve ser compreendida como controvérsia que mobilizou elementos de natureza científica (relativos às dúvidas que, de fato, cercavam a caracterização clínica e epidemiológica da doença) e também política. Além das rivalidades com Chagas e das críticas de que foi alvo em sua vida pública, (...) há que destacar a dimensão política relativa ao próprio debate nacionalista da década de 1920. Constituindo fase específica da trajetória de construção e legitimação desse fato científico e social, a polêmica expressou o confronto entre duas posições no debate nacionalista da época, os que defendiam e os que negavam o diagnóstico do ‘Brasil imenso hospital’, mas que, sob perspectivas opostas, compartilhavam a crença de que a doença de Chagas era o emblema desse olhar sobre a nação” (Kropf, 2009b, p. 220).

A pedido de Carlos Chagas, que declarou-se ofendido em sua honra pessoal e profissional diante das suspeitas levantadas, foi instituída na ANM uma comissão para avaliar os questionamentos projetados sobre a tripanossomíase americana. No parecer da comissão, que concluiu suas atividades em 1923, foi reconhecida a autoria de Carlos Chagas na descoberta do parasito e negada a tese de que o *T. cruzi* não seria patogênico aos seres humanos. Para avaliar a procedência do elevado índice endêmico da doença, Chagas propôs que a comissão realizasse uma excursão ao interior do país, a fim de verificar, *in loco*, sua vasta difusão e incidência. A comissão, sob a alegação de que tal empreendimento demandava grande ônus financeiro e sacrifício de seus membros, não

cumpriu tal requisição. No entanto, no relatório final, a questão recebeu um tratamento conciliatório, com o reconhecimento de que a doença, ainda que não se dispusesse de dados precisos sobre sua dimensão epidemiológica, possuía relevância social como um problema de saúde pública.

Apenas um ponto da polêmica, relativo ao diagnóstico dos casos crônicos, permaneceu sem solução. Ainda que no caso da forma cardíaca as especificidades da ocorrência das arritmias indicassem, de acordo com as observações de Carlos Chagas e seus seguidores, sinais clínicos peculiares e evidentes da tripanossomíase americana, considerava-se que só a partir da verificação da presença do *T. cruzi* é que se poderia estabelecer, de fato, a existência da doença. A dificuldade do diagnóstico parasitário nos casos crônicos (a maioria dos doentes) trazia implicações sobre a própria definição da doença de Chagas como entidade mórbida específica, e sobre esse aspecto, a comissão declarou não possuir elementos suficientemente satisfatórios para dar seu veredito. Com o impasse gerado acerca da especificidade clínica da tripanossomíase americana, Carlos Chagas passou a enfatizar ainda mais, como vinha fazendo desde as dúvidas levantadas em 1916 na Argentina, os distúrbios cardíacos como elemento singularizador da doença. A partir da polêmica na ANM, a forma cardíaca passou a ser tratada por ele e seus colaboradores como “o aspecto mais interessante e característico da tripanossomíase americana” (Carlos Chagas *apud* Kropf, 2009a, p.247). Os estudos realizados por Evandro Chagas seguirão esse novo direcionamento, no qual se passou a ressaltar a importância das alterações cardíacas na caracterização da doença de Chagas. Sobre o assunto, desenvolveria uma importante monografia, intitulada “A forma cardíaca da Tripanossomíase Americana”, publicada em 1930 (Chagas, 1930).

Desse modo, o primogênito do descobridor da tripanossomíase americana iniciava suas pesquisas atribuindo-se o desafio de contribuir diretamente para superar as dúvidas lançadas sobre o trabalho e os méritos de seu pai, dúvidas estas que, segundo Carlos Chagas Filho, seriam responsáveis por uma longa fase de “esquecimento” e desinteresse pelo estudo da doença. Seu filho ressalta ainda que Carlos Chagas “muito sofreu emocionalmente” com esse episódio, e esse desgosto o acompanharia até sua morte, aos 56 anos (Chagas Filho, 1993, p.229).

#### 1.4 - Conclusão do curso médico: a pesquisa e o ensino das doenças tropicais

Terminada a faculdade, em 1926, Evandro Chagas continuou a desempenhar as mesmas atividades profissionais que vinha desenvolvendo durante o curso médico. O cientista permaneceu no HOC como assistente voluntário até 1928, quando foi contratado pelo IOC como pesquisador assistente adjunto. O início de sua trajetória profissional lembra, em muitos aspectos, aquela que foi trilhada por Carlos Chagas. Como ele, Evandro Chagas teria um consultório particular, o qual equiparia com um eletrocardiógrafo e um aparelho de Raio-X, comprados “com certa dificuldade” e com o auxílio de seu pai (Chagas Filho, 1986, s.p). Para complementar a renda familiar – ele havia casado e tinha uma filha pequena, Tatiana<sup>67</sup> – aceitou o posto de radiologista no sanatório de Palmira, localizado no município de Santos Dumont (MG), para onde seguia nos fins de semana. De acordo com seu irmão, Evandro Chagas exerceu este “mister exauriente” por mais de dois anos (idem).

O primeiro contrato de trabalho de Evandro Chagas como recém-formado foi firmado com a Comissão Federal de Estradas de Rodagem, ainda em 1926, para realizar uma campanha anti-malárica entre os operários empregados na construção da Estrada de Rodagem Rio-Petrópolis, na Baixada Fluminense. O trabalho teve a duração de um ano. Apesar dos recursos materiais insuficientes para a realização de uma campanha profilática “perfeita”, Evandro Chagas avaliava que o empreendimento tinha alcançado bom êxito, resultando na proteção de cerca de 90% dos operários<sup>68</sup>. O método preventivo utilizado foi a quinização sistemática dos trabalhadores e o combate às larvas dos mosquitos transmissores<sup>69</sup>. Sua participação nessa campanha assemelha-se bastante aos trabalhos desempenhados por seu pai logo no início de sua carreira, quando também se envolveu em missões junto a operários para debelar surtos de malária que

---

<sup>67</sup> Evandro Chagas casou-se com Maria da Graça Dutra, jornalista e militante do Partido Comunista Brasileiro. Tatiana Chagas Memória (sobrenome que adotou após o casamento) nasceu em 10 de setembro de 1927, e foi a única filha do cientista. Seu casamento com Maria da Graça se desfez poucos anos depois (no início da década de 1930), e o cientista casou-se pela segunda vez com Agnes Wendell Chagas, com quem viveu e trabalhou até a morte. Na documentação consultada não encontramos nenhum registro de seus dois casamentos, e a separação de sua primeira esposa é mencionada numa carta datada de 1932. As informações sobre Maria da Graça Dutra foram retiradas da seguinte publicação: *Fazimentos*, s.d.

<sup>68</sup> “Memorial apresentado pelo Dr Evandro Serafim Lobo Chagas à Comissão Julgadora do concurso para a cadeira de doenças tropicais e infecciosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1935”. (Villela, 1941).

<sup>69</sup> A quinina era usada tanto para prevenir a malária quanto para eliminar o parasito do sangue dos doentes.

comprometiam o desenvolvimento de obras de modernização, como a construção de ferrovias.

No ano seguinte, em 1927, Evandro Chagas foi convidado por Juvenil da Rocha Vaz, professor catedrático de Clínica Médica Propedêutica da FMURJ, para auxiliá-lo no ensino da disciplina, sendo nomeado assistente efetivo da cadeira. A experiência significou para o cientista “a oportunidade de colaborar com o referido Professor no ensino da disciplina, não só realizando parte do curso prático como ainda lições doutrinárias sobre assuntos diversos do programa da Clínica”<sup>70</sup>. Evandro Chagas havia sido interno nas enfermarias do HSFA e no HOC, e nesses espaços adquirira conhecimento e experiência clínica. Seu irmão considerava-o um “clínico notável” (Chagas Filho, 2000, p.90). Ademais, possuía alguma prática de ensino, tendo ministrado, ainda estudante, um curso sobre eletrocardiografia no HSFA, de “larga procura” por médicos e estudantes. Evandro Chagas permaneceu como assistente da cadeira por um ano, quando pediu demissão, em 1928<sup>71</sup>.

Após desligar-se da cadeira de Clínica Propedêutica da FMURJ, Evandro Chagas foi nomeado, em 1929, assistente efetivo da cadeira de Clínica de Doenças Tropicais e Infecciosas da FMURJ, disciplina criada pela nova legislação de ensino aprovada em 1925. Nessa mesma época, foi contratado para lecionar a referida disciplina na Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemanniano<sup>72</sup>. O cientista

---

<sup>70</sup> “Memorial apresentado pelo Dr Evandro Serafim Lobo Chagas à Comissão Julgadora do concurso para a cadeira de doenças tropicais e infecciosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1935” (Villela, 1941).

<sup>71</sup> As datas da nomeação e da demissão são, respectivamente, 03.01.1927 e 08.04.1928 (Dossiê “Dr. Evandro Chagas – Livre Docente / Cadeira de Doenças Tropicais e Infecciosas” – CCS/UFRJ).

<sup>72</sup> “Memorial apresentado pelo Dr Evandro Serafim Lobo Chagas à Comissão Julgadora do concurso para a cadeira de doenças tropicais e infecciosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1935” (Villela, 1941). A Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemanniano foi criada em 1912 sob a denominação de Faculdade de Medicina Homeopática do Rio de Janeiro. A Faculdade era vinculada ao Instituto Hahnemanniano do Brasil e tinha como atribuição a formação de médicos farmacêuticos e homeopatas. Em 1914, o Instituto Hahnemanniano obteve a cessão gratuita de um terreno na rua Frei Caneca (n.94), no centro da cidade, para a construção de um hospital que abrigaria, em alas anexas, os cursos e laboratórios da Faculdade. Em 1921, a instituição foi equiparada às suas congêneres federais, dando aos seus diplomados os mesmos direitos que possuíam os diplomados pelas faculdades oficiais. O ensino da doutrina homeopática era ministrado conjuntamente ao da medicina alopática, e com o passar do tempo, grande parte dos médicos diplomados optaram pelo exercício da medicina alopática. Na década de 1930, devido às fortes críticas às instituições homeopáticas, o ensino da homeopatia tornou-se facultativo, mantendo-se obrigatórias as disciplinas de medicina alopática. Ver o verbete Faculdade de Medicina Homeopática do Rio de Janeiro. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em [www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br](http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br). Acesso em 04/02/2010. Em 1957, a Escola foi incorporada ao sistema federal de ensino e subordinada ao Ministério da Educação e Cultura. Desde 1979 integra o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade do Rio de Janeiro (Unirio), e funciona no mesmo terreno da rua Frei Caneca. Sobre as atividades desenvolvidas atualmente pela instituição, ver o site [www.unirio.br/ccbs](http://www.unirio.br/ccbs). Acesso em 06/04/2011.

mantinha, paralelamente às atividades de ensino, o trabalho no HOC, sendo nomeado, em 1930, chefe de laboratório da Seção de Patologia Humana do IOC.

A criação da cadeira de doenças tropicais e infecciosas (inicialmente denominada cadeira de medicina tropical) foi fruto de uma mudança na legislação de ensino promovida pela Reforma Rocha Vaz, promulgada em 1925<sup>73</sup>. De acordo com a nova legislação, o ensino médico ficaria dividido em três ciclos: os três primeiros anos correspondentes ao curso fundamental, um curso geral de aplicação abrangendo os dois anos seguintes e o último ano destinado à especialização clínica. A nova disciplina seria oferecida exatamente no último período de formação profissional, com o intuito de aprimorar o conhecimento das doenças tropicais, em especial daquelas relacionadas à nosologia do país<sup>74</sup>. A criação da cadeira, entretanto, não foi consensual e seria objeto de críticas e debates<sup>75</sup>. O argumento daqueles que eram contrários a sua criação como uma especialidade médica no Brasil pautava-se, principalmente, na ideia de que não existiam doenças ‘tropicais’, ou seja, específicas dos climas quentes. Na visão desse grupo, as doenças que ocorriam no Brasil não apresentavam nenhuma particularidade em relação às patologias ditas cosmopolitas, e tal designação significava a reedição do antigo determinismo climático que havia norteado o olhar europeu sobre os trópicos, vistos como espaços insalubres e inviáveis à civilização<sup>76</sup>.

Carlos Chagas foi nomeado para reger a cátedra de doenças tropicais e infecciosas, por determinação do presidente da República, Artur Bernardes (1922-1926). Para justificar o ‘ato de exceção’, pois Carlos Chagas ingressava na FMURJ sem a realização de concurso, foi criado, na ocasião, o conceito de notório saber, que o habilitava, pelos títulos científicos que possuía, a ocupar o cargo (Chagas Filho, 1993). O cientista tomou posse em 1925, mas o ensino da disciplina de doenças tropicais só

---

<sup>73</sup> Em 1931, por proposição de Carlos Chagas, a cadeira passou a chamar-se Clínica de Doenças Tropicais e Infecciosas, com o objetivo estratégico de ampliar seu escopo (Pereira, 2006).

<sup>74</sup> A nova legislação estabeleceu ainda a criação do Curso Especial de Higiene e Saúde Pública, anexo à FMURJ, destinado ao aperfeiçoamento técnico dos médicos que desejassem ocupar cargos nos serviços sanitários dos órgãos federais. O curso seria dirigido pelo diretor do IOC e ministrado pelos pesquisadores da instituição. Sobre a reformulação do currículo médico, proposta pela Reforma Rocha Vaz, ver o verbete Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio Janeiro. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em [www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br](http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br). Acesso em 04/02/2010. Sobre a o curso de Higiene e Saúde Pública, ver Castro-Santos e Faria, 2006; Fonseca, 2007.

<sup>75</sup> A primeira proposta para a criação de uma cátedra de ‘patologias tropicais’ foi feita por Carlos Seidl em 1900, durante o IV Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, tendo sido derrotada na ocasião (Kropf, 2009a). Sobre as discussões acerca da criação da cátedra de medicina tropical nas faculdades latino-americanas, ver Almeida, 2011.

<sup>76</sup> Um dos defensores desse argumento foi Afrânio Peixoto, professor catedrático da Cadeira de Higiene da FMURJ. Ver Peixoto, 1938.

teve início, efetivamente, a partir de 1930, pois os alunos já matriculados (a exemplo de Evandro Chagas, no penúltimo ano do curso médico), pelo princípio de direito adquirido, não eram obrigados a cumprir as exigências do novo currículo (Chagas Filho, 1993; Pereira, 2006). No entanto, antes da realização do curso oficial, Carlos Chagas ministrou um curso de aperfeiçoamento na FMURJ, procurado principalmente por médicos que queriam se aprimorar no estudo das doenças tropicais (Pereira, 2006). Durante este intervalo, foi construído o Pavilhão de Medicina Tropical (denominado posteriormente de Pavilhão Carlos Chagas), anexo ao HSFA, onde seriam realizadas as aulas da cátedra. O Pavilhão, inaugurado em 1932, possuía dois pavimentos e, além de enfermarias, dispunha de laboratórios de pesquisas e análises. Próximo a ele ficava também o serviço de necropsias do HSFA, sob a responsabilidade do IOC. As aulas da cátedra eram oferecidas no anfiteatro, e como lembra Chagas Filho, “nele [infelizmente], cabiam apenas oitenta alunos, o que fez com que, desde o primeiro dia as salas ficassem superlotadas” (Chagas Filho, 1993, p.238)<sup>77</sup>.

Carlos Chagas apresentou, em seu discurso de posse (1925) e na aula inaugural da cátedra (1926), os fundamentos teóricos e metodológicos que, segundo ele, justificavam a criação da cadeira de medicina tropical na Faculdade de Medicina (Jornal do Comércio, 1925; Chagas, 1935a). O início de ambas as comunicações seria marcado exatamente por essa preocupação em definir o escopo da disciplina, em razão das contestações que existiam em torno da nomenclatura e da caracterização das patologias tropicais. Carlos Chagas defendia que o ensino das doenças tropicais serviria, fundamentalmente, para ampliar o entendimento dos médicos brasileiros acerca da nosologia de seu próprio país, mais propriamente das doenças endêmicas rurais, indicando que, para ele, a medicina tropical era indissociável do projeto nacionalista do movimento pelo saneamento rural do Brasil. Este era, na sua visão, o principal argumento a legitimar a criação da nova especialidade médica. Comparando a criação da medicina tropical na Europa e no Brasil, Carlos Chagas apontava que nos países europeus a organização da nova especialidade médica relacionava-se ao processo de expansão colonialista, em especial no continente africano. Já no Brasil, tal iniciativa revestia-se de um sentido patriótico:

“Aqui, não tanto interesses de ordem econômica quanto deveres do mais exaltado e previdente nacionalismo nos obrigam ao estudo e à pesquisa da

---

<sup>77</sup> O antigo Pavilhão Carlos Chagas abriga, atualmente, o Centro Municipal de Saúde Marcolino Candau.

nosologia brasileira, a fim de prover o aperfeiçoamento de nossa raça, dos raros predados nativos, e de realizar, pelo método profilático, a redenção sanitária de nosso vasto território” (Chagas, 1935a, p.138).

Outro fator apontado por Carlos Chagas era a especificidade da nova disciplina em relação à cadeira de clínica médica. No bojo deste argumento estava a convicção de Carlos Chagas quanto à importância do ensino da medicina experimental como parte fundamental do curso médico. Para ele, o aprendizado das doenças tropicais exigia o acompanhamento dos avanços que então se processavam no conhecimento médico, o que por sua vez levava os alunos ao terreno da pesquisa experimental:

“Mas por que não estudá-las [as doenças tropicais] no curso de clínica médica? Porque seria anti-didático que o professor de clínica (...) a estas dedicasse (...) a maior parte de sua atividade, assim sacrificando o ensino de largos capítulos da patologia humana. E além disso é essencial insistir em que, para os objetivos da higiene preventiva, de modo algum poderíamos restringir o ensino das doenças tropicais à interpretação etio-patogênica e sintomática do caso clínico. Temos que ir além nessa disciplina, e avançar até os domínios da entomologia médica, da parasitologia, da bacteriologia, da micologia, e nesses vastos capítulos encontrar subsídios que esclareçam o caso concreto, mas que também instruem os alunos nos assuntos correlatos da epidemiologia e do contágio, e nos métodos profiláticos (...). Assim, e com ilação natural do que entendemos, é de concluir que o ensino das doenças tropicais tanto exige da enfermaria, para a observação zelosa e interpretativa do fato concreto, quanto do laboratório, que a experimenta, generaliza e convence” (Jornal do Comércio, 1925, p.3).

Além de demarcar a especificidade do campo e do objeto de estudo da medicina tropical, as considerações de Carlos Chagas expõem ainda suas críticas particulares acerca da orientação didática e metodológica dada à cadeira de clínica médica, que investia e incentivava, na formação dos estudantes, apenas a experiência clínica no leito do hospital, negligenciando, assim, um aspecto fundamental para a própria evolução do conhecimento científico: as pesquisas experimentais. Suas críticas ao sistema de ensino da Faculdade de Medicina seriam claramente expostas numa conferência de abertura do ano letivo de 1928, conforme veremos mais adiante.

Para Carlos Chagas, a relevância de se criar uma disciplina especial para o estudo das patologias tropicais explicava-se ainda por sua importância científica e social. Ao conceituar o que seriam as chamadas doenças tropicais, Carlos Chagas o fez a partir de uma problematização recorrente entre os estudiosos do tema. Diz o cientista: “alegar-se-á, alguma vez, que sendo tropical e inter-tropical o clima do Brasil, tropical é entre nós toda patologia” (Chagas, 1935a, p.137). A fim de esclarecer o objetivo do ensino da disciplina e desfazer a armadilha conceitual implícita em sua nomenclatura,

que sugere a existência de uma delimitação geográfica das doenças, Carlos Chagas explicava que no quadro das doenças cosmopolitas, comuns em quaisquer regiões do mundo, algumas adquiriam variações quanto à ação e reação patogênica, o que ocorria devido aos fatores geográficos locais, o que significava dizer que algumas doenças estão condicionadas às influências do clima, relevo e da vegetação locais. Nos trópicos, onde se “extremam” os fatores climáticos, algumas doenças ganhavam características particulares que distinguem sua forma de incidência em outras regiões do planeta. Um dos principais aspectos nesse sentido era que o clima tropical provia condições particularmente favoráveis à existência de determinados microorganismos (como os protozoários causadores de doenças, a exemplo da malária), propiciando ainda a abundante ocorrência dos insetos-vetores que os transmitiam. Carlos Chagas sintetiza este raciocínio na seguinte passagem:

“A nosologia dos países tropicais, ou inter-tropicais, apresenta decerto aspectos idênticos a de países frios ou temperados, porque nuns e noutros se verificam as mesmas doenças cosmopolitas, mas nos primeiros, e pela abundância da flora e da fauna parasitárias, pela interferência de fatores epidemiológicos resultantes das condições climatológicas especiais, a feição nosológica é profundamente diversa, ou seja, na modalidade de algumas doenças, que apresentam características etio-patogênicas, epidemiológicas e sintomáticas bem diferenciadas (...)” (Jornal do Comércio, 1925, p.3).

Contudo, para além da argumentação teórica sobre o conceito de doenças tropicais, Carlos Chagas recorria a um argumento de natureza explicitamente política para justificar a existência da especialidade<sup>78</sup>. Como dito, para o cientista o estudo da medicina tropical no Brasil tinha um sentido diverso ao daquele que motivara a criação da especialidade na Europa, onde estava imediatamente associada aos interesses colonialistas. O estudo das doenças tropicais representava aqui o conhecimento e aprendizado sobre as principais endemias que afetavam o interior do país, e que impediam o pleno progresso da nação. Partindo desse princípio, Carlos Chagas conferia ao estudo da medicina tropical um sentido essencialmente nacionalista:

“E mais importa atentar que tais doenças constituem grandes flagelos de nossos campos, onde depreciam o homem que trabalha e que produz, onde subtraem de nossa raça o predado de robustez, de resistência e de beleza, e onde diminuem as possibilidades econômicas da nação” (Jornal do Comércio, 1925, p.3).

---

<sup>78</sup> Sobre a argumentação apresentada por Carlos Chagas em sua aula inaugural, e sobre como ela expressa uma determinada interpretação do Brasil, ver Kropf, Simone. “Carlos Chagas e as doenças do Brasil”. In: Hochman e Lima (orgs.). *Médicos interpretes do Brasil* (no prelo).



A principal função de sua cátedra era, portanto, formar os médicos que levariam às populações do interior a “redenção sanitária definitiva”. Nos estudantes também deveria ser inculcada a noção de que seu o ofício representava um dever patriótico, pois seriam eles os responsáveis por ‘libertar’ e ‘salvar’ o país do ‘atraso’ simbolizado pela doença:

“No Brasil, para libertá-lo da doença que pretende destruí-lo, é primordial a ação do médico, a quem cabe levar ao nosso imenso território, aos últimos recantos dessas terras sem limites, a verdade científica que defende a vida (...). É para o desempenho desse cargo (...) que se torna indispensável (...) o aprendizado de nossas doenças rurais” (idem).

Segundo Carlos Chagas, longe de corroborar o determinismo climático, os caminhos abertos e as realizações práticas propiciadas pela medicina tropical permitiriam destruir o velho preconceito da “fatalidade climática” dos trópicos, que restringia a imigração e limitava a expansão da população em direção aos territórios considerados inóspitos, dentre outros motivos, pelas inúmeras doenças que ali predominavam (Chagas, 1935a, p.166).

Embora reforçasse a importância da pesquisa experimental para o estudo das doenças tropicais, para Carlos Chagas a pesquisa deveria se desenvolver conjuntamente com a investigação clínica, sem que uma tivesse ascendência ou prioridade sobre a outra. Para ele, a pesquisa e a clínica eram indissociáveis do processo de formação médica, e era esta a orientação didática e metodológica a ser adotada em seu curso.

Chagas Filho, que ingressou na Faculdade de Medicina no ano seguinte à criação da cátedra de doenças tropicais, recorda que, após as aulas no anfiteatro do Pavilhão de Medicina Tropical do HSFA, os alunos eram encaminhados às enfermarias, onde tinham contato direto com os pacientes, para que pudessem observar, a partir de uma experiência pessoal, o que havia sido ensinado durante as aulas. Um expediente muito utilizado por Carlos Chagas e que contribuía para despertar e aguçar o interesse dos alunos era a apresentação, durante as aulas, de pacientes com as mais variadas doenças. De acordo com seu filho, o Pavilhão de Medicina Tropical era procurado por médicos e estudantes que não tinham nenhum vínculo formal com a FMURJ ou com o HSFA, mas que desejavam se especializar na matéria. Em torno de Carlos Chagas formou-se um grupo de jovens médicos, dentre os quais Evandro Chagas, Raul de Almeida Magalhães,

Hebster Pereira, José de Castro Teixeira, Lincoln de Freitas Filho, Alfredo Norberto Bica, Aristides Paz de Almeida e Almir Castro (Chagas Filho, 1993).

No discurso de abertura do ano letivo da Faculdade de Medicina, em 1928, Carlos Chagas defenderia junto aos estudantes e professores a importância de se ampliar o ensino médico por meio do incentivo às pesquisas experimentais, entendidas por ele como alavanca para o próprio processo de produção de novos conhecimentos científicos, imprescindíveis à ‘evolução’ da medicina. Ao iniciar sua conferência, o cientista lançaria a seguinte questão:

“Acertará V. Excia, nesse conceito moderno de que o ensino didático da medicina se deva ampliar na pesquisa científica original? E, então, as ciências médicas, objeto do aprendizado escolar, haveriam de constituir, a mais, largos domínios de indagação experimental, destinada a acrescentar, a transmutar, a renovar doutrinas, e a perceber o eterno desconhecido, que sempre perdura na doença?” (Chagas, 1935b, p.171).

Expressando com convicção a resposta positiva a estas perguntas, Carlos Chagas considerava uma “concepção anacrônica” a dualidade até então existente na formação médica, que punha em polos opostos uma orientação de ensino voltada “para o leito do hospital” e outra “para os laboratórios de pesquisa”, ou seja, “definindo, uma escola clínica, que mais demorava na indagação dos sintomas, e uma escola científica que mais insistia na pesquisa experimental” (idem, p.171). Nessa assertiva, o cientista referia-se à divisão existente entre o tipo de ensino oferecido no IOC, voltado para as pesquisas experimentais, e o ensino ministrado na Faculdade de Medicina, que muitos consideravam essencialmente centrado no “uso do método descritivo”. Sua visão era a de que:

“a medicina não é ainda uma ciência acabada, de leis imutáveis, de verdades definitivas, de doutrinas integrais. É, sim, uma ciência em evolução, cada dia ampliada nos inventos do gênio médico universal (...). E se os conhecimentos médicos desse modo crescem e se renovam, se a verdade de ontem na de hoje se transforma e modifica, não mais atenderá o ensino ao espírito científico moderno, quando perdure nessa fase do passado, puramente descritiva, e não acerte na direção fecunda da pesquisa experimental” (idem, p.169).

Carlos Chagas considerava fundamental para desenvolver o “espírito científico” despertar nos estudantes a capacidade de observação, de raciocínio e de crítica, a partir de suas próprias experiências. Para ele, era lastimável que os alunos, distantes dos laboratórios, aguardassem que até a eles chegassem, de longe, “em peças anatômicas,

em tubos de reações químicas e de culturas microbianas, em preparações microscópicas, e às vezes em projeções luminosas, a demonstração experimental do acerto clínico” (idem, p.174). Em síntese, o cientista defendia que a Faculdade de Medicina não poderia se limitar ao objetivo único de transmitir conhecimentos, e sim, estimular a própria renovação do conhecimento com base na pesquisa experimental. Isto porque somente a partir desta é que se poderia desviar das “generalidades de aplicações de métodos criados sob o critério de elementos estranhos ao nosso meio, de conceitos epidemiológicos referentes a outros países” (idem, p.184). Neste sentido, a sua trajetória pessoal poderia ser considerada como exemplar. De acordo com Carlos Chagas, a doença que leva seu nome só havia sido considerada um importante problema científico e também médico-social à luz das indagações da pesquisa experimental, numa clara demonstração de que esta constituía a via para a “nacionalização da medicina brasileira”, o caminho para o êxito e prosperidade da atividade científica nacional. Ele assim concluía: “nos objetivos de ciência, nos encargos de zelar a fama e o renome da medicina brasileira (...) eu não posso admitir divisas entre Manguinhos e esta Faculdade” (idem, p.185).

Seguindo essas concepções, Carlos Chagas iniciaria o curso de doenças tropicais abordando exatamente a tripanossomíase americana. Para o cientista, esta era a enfermidade que melhor representava as doenças brasileiras, não por ser “uma entidade mórbida (...) exclusiva de nosso país, mas pela razão maior de haver sido aqui verificada e esclarecida em seus grandes aspectos (...) pela atividade de pesquisadores brasileiros” (Chagas, 1935a, p.163). Ademais, como ele próprio assinalou, esta enfermidade “forma um capítulo novo da patologia tropical” (idem). Como se nota, o ensino da disciplina, além dos objetivos já descritos, era também um espaço de estímulo à formação de novos discípulos para o estudo da “doença do Brasil”.

Evandro Chagas foi nomeado assistente efetivo da clínica de doenças tropicais e infecciosas em 1929, e dois anos depois, por meio de um concurso, tornou-se livre docente da cadeira, apresentando uma tese sobre a forma cardíaca da tripanossomíase americana<sup>79</sup>. Devido ao grande número de alunos interessados em cursar a disciplina,

---

<sup>79</sup> De acordo com Evandro Chagas, sua inscrição para o concurso foi realizada em 1930, mas este seria adiado para o ano seguinte, 1931. O processo seletivo para o cargo consistiu numa prova prática e didática, concurso de títulos e trabalhos, e defesa de uma tese. “Memorial apresentado pelo Dr Evandro Serafim Lobo Chagas à Comissão Julgadora do concurso para a cadeira de doenças tropicais e infecciosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1935” (Villela, 1941). A tese apresentada foi escrita em 1930: “Forma cardíaca da tripanossomíase americana – Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro para o concurso de livre docência da Cadeira de Medicina Tropical” (BR

Evandro Chagas passou a ministrar um curso equiparado, no turno da tarde<sup>80</sup>. De acordo com seu irmão, era “curioso” observar que para o curso de Evandro Chagas compareciam, praticamente, os mesmos alunos que haviam assistido à aula no turno da manhã, com Carlos Chagas (Chagas Filho, 1986, s.p). Além da regência da disciplina de doenças tropicais, o cientista também lecionava no Curso Especial de Higiene e Saúde Pública da FMURJ, que era realizado em parceria com o IOC. As aulas aconteciam no HOC e eram destinadas aos alunos do 6º ano médico<sup>81</sup>.

Evandro Chagas dividiu o ensino da cadeira de doenças tropicais e infecciosas com seu pai durante cinco anos, e chegaram a publicar, em co-autoria, um Manual de Doenças Tropicais, que reunia os temas estudados na disciplina, editado em 1935 (Chagas e Chagas, 1935). Em novembro de 1934, Carlos Chagas faleceu, deixando vaga a cátedra. Em decorrência disso, no ano seguinte seria aberto na FMURJ um concurso para escolher o seu sucessor.

### **1.5 - O lugar do pai em disputa: o concurso para a Cátedra de Doenças Tropicais e Infecciosas da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro**

O concurso para a cátedra de doenças tropicais e infecciosas, aberto por ocasião da morte de Carlos Chagas, foi um episódio decisivo na trajetória profissional de seu filho mais velho. Esse acontecimento teve grande significado na vida do cientista, e determinou a reorientação de sua carreira profissional. A partir desse evento, ele se dedicaria exclusivamente à pesquisa científica, abandonando a atividade docente na FMURJ.

Ao explicar sobre os motivos que o levaram a se inscrever no concurso, Evandro Chagas declarou:

---

RJCOC EC 02.001). A tese foi publicada pelo IOC, nas Memórias do Instituto Oswaldo Cruz. Ver Chagas, 1930.

<sup>80</sup> O curso seguia o programa oficial da disciplina e foi oferecido durante três anos consecutivos (1933-1935). Evandro Chagas tinha como auxiliares na regência do curso Aristides Paz de Almeida e Almir Castro (ambos diplomados pelo IOC), Edmundo Martins (assistente do HSFA) e Carlos Chagas Filho (assistente efetivo da cadeira de Anatomia Patológica da FMURJ, responsável pelos trabalhos de autópsia). Memorandos de Evandro Chagas ao Diretor da Faculdade de Medicina, em 01.03.1933, 11.03.1933, 14.11.1933 e 28.01.1934. (Dossiê “Dr. Evandro Chagas – Livre Docente / Cadeira de Doenças Tropicais e Infecciosas” – CCS/UFRJ).

<sup>81</sup> Evandro Chagas ministrou o curso durante três anos, de 1934-1936. Ver a correspondência trocada entre Evandro Chagas e Leocádio Chaves (assistente-secretário do IOC) nas seguintes séries de seu arquivo pessoal: BR RJCOC EC 03.001 e BR RJCOC EC 03.002.

“Cumprimos, ao tomar parte nessa competição, um dever para com a memória do Prof. Carlos Chagas; seu assistente durante todo o tempo em que exerceu o magistério oficial, docente livre e auxiliar imediato desse professor em suas pesquisas, não poderíamos deixar de tentar ocupar o lugar deixado vago por sua morte” (Correio da Noite, 25 de julho de 1935)<sup>82</sup>.

O concurso para a cátedra, com todos os rituais característicos destes eventos, foi uma ocasião particularmente propícia para que Evandro Chagas se apresentasse publicamente no campo científico como herdeiro de seu pai, em todos os sentidos ‘destinado’ a dar seguimento à sua trajetória. Sua declaração deixa entrever que para ele era ‘natural’ postular o lugar que fora Carlos Chagas: como assistente e docente da disciplina, acompanhou todo o seu processo de criação, ajudando a consolidá-la em um curto espaço de tempo. Junto a esses argumentos que ressaltam seus méritos profissionais, necessários para justificar e legitimar sua pretensão ao cargo, estava, entretanto, uma outra motivação que, não por acaso, figura como sua primeira explicação: a intenção de cumprir um “dever” para com a “memória” de Carlos Chagas. A partir da morte de seu pai, seria este o sentido que Evandro Chagas daria a sua carreira. A crença de que tinha um ‘dever’ ou uma ‘missão’ em relação à memória e ao legado de seu pai seria, a partir de então, uma constante em seus pronunciamentos. Se até então Evandro Chagas havia se colocado como “secretário” ou “assistente” de Carlos Chagas, após a sua morte, era chegada a ocasião de assumir o seu lugar, e ele assim o faria posicionando-se como seu legítimo herdeiro e ‘continuador’. Trata-se, portanto, de um momento decisivo no processo de automodelação de sua identidade profissional e de ‘escrita de si’, ou seja, da narrativa que ele (e outros) construiria(m) sobre a sua trajetória.

No ano seguinte à morte de Carlos Chagas, em 1935, Evandro Chagas continuou a ministrar o curso equiparado da disciplina, seguindo o mesmo programa dos anos anteriores. Já inscrito no concurso que preencheria a vaga para professor catedrático da cadeira de doenças tropicais e infecciosas, solicitou ao diretor da Faculdade de Medicina que o nomeasse interinamente para a regência da cadeira até a posse do novo catedrático<sup>83</sup>. Mas foi Eurico Villela o escolhido para o cargo.

Nelson Pereira, professor da cadeira doenças tropicais e infecciosas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) por mais de quarenta anos, afirma que

---

<sup>82</sup> O jornal pode ser consultado em BR RJCOE EC 01.024.

<sup>83</sup> Requerimento de Evandro Chagas ao Diretor da FMURJ, 28.01.1935 (Dossiê “Dr. Evandro Chagas – Livre Docente / Cadeira de Doenças Tropicais e Infecciosas” – CCS/UFRJ).

este concurso de 1935 foi “um dos mais disputados da história da Faculdade de Medicina” (Pereira, 2006, p.15). Concorreram à vaga 14 candidatos, número que na época foi considerado muito elevado<sup>84</sup>. Foi também um concurso bastante polêmico, contra o qual se interpuseram recursos exigindo a anulação do resultado final. Impetrados por dois candidatos, tais recursos, de modo geral, questionavam os critérios estabelecidos para a seleção, acusavam a comissão julgadora de cometer irregularidades e de emitir um diagnóstico equivocado na avaliação de um doente que serviu às provas práticas. As críticas e suspeitas sobre o concurso, que em razão do cargo pleiteado envolveu médicos de reconhecido mérito profissional, alguns deles com uma sólida e consagrada carreira, tomou uma dimensão pública e ganhou as páginas do jornal *Correio da Noite*, que realizou entrevistas com eminentes professores e cientistas a fim de colher impressões sobre a polêmica instituída na Faculdade de Medicina. O nome de Evandro Chagas também figuraria entre as questões polêmicas do concurso.

A comissão julgadora do concurso foi composta pelos professores Rocha Vaz, Oswaldo de Oliveira, Celestino Bourroul, Décio Parreiras e Flávio da Fonseca<sup>85</sup>. O processo de seleção consistiu na avaliação de títulos e trabalhos publicados, prova escrita, prova prática e prova didática. Na classificação final do concurso, Joaquim Moreira da Fonseca alcançou o 1º lugar com 169 pontos<sup>86</sup>. Evandro Chagas foi o 2º colocado, com 156 pontos. O parecer da comissão, com o resultado final, foi aprovado com dois votos contrários: um de Olímpio da Fonseca Filho, professor de catedrático de Parasitologia (e pesquisador do IOC), e outro do representante dos docentes, que

---

<sup>84</sup> Inscreveram-se para o concurso: Aluizio Cavalcante Marques, Antônio Pires Salgado, Augusto Marques Torres, Evandro Serafim Lobo Chagas, Fábio Carneiro de Mendonça, Francisco Eugênio Coutinho, Genserico Aragão de Sousa Pinto, Hamilton Lacerda Nogueira, Heitor Prager Fróes, Irineu Malagueta de Pontes, Joaquim Moreira da Fonseca, Luiz Amadeu Capriglione, Manoel Machado Cardoso Fontes e Oswaldo Boaventura. O professor Fábio Carneiro de Mendonça não compareceu ao processo seletivo e Oswaldo Boaventura desistiu durante as provas (Pereira, 2006).

<sup>85</sup> Juvenil da Rocha Vaz era catedrático de Clínica Propedêutica da FMURJ e havia sido diretor da Faculdade de Medicina por ocasião da reforma que criou a cátedra em 1925; Oswaldo Coelho de Oliveira, catedrático de Clínica Médica da FMURJ; Celestino Bourroul, catedrático de Doenças Tropicais e Infecciosas da Faculdade de Medicina de São Paulo; Décio Parreiras, catedrático de Doenças Tropicais e Infecciosas da Faculdade Fluminense de Medicina; Flávio Oliveira Ribeiro da Fonseca, catedrático de Parasitologia da Escola Médica Paulista. Oswaldo Oliveira substituiu Clementino Fraga, que não pode participar da comissão devido a uma viagem em que se ausentaria do país. Atas da Congregação da Faculdade de Medicina (1931-1940), sessão do dia 08 de junho de 1935 (CCS-UFRJ).

<sup>86</sup> Joaquim Moreira da Fonseca (1886-1970) nasceu na cidade do Rio de Janeiro e formou-se pela FMRJ em 1910. Em 1913, tornou-se livre docente da cadeira de Clínica Médica desta faculdade, onde era assistente de Miguel Couto, de quem era considerado um dos mais destacados discípulos. Em 1919, foi eleito membro titular da ANM e participou da comissão formada nesta instituição por ocasião da polêmica que envolveu a doença de Chagas, em 1922-1923. Foi também membro da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal do Rio de Janeiro e um dos fundadores da Liga Brasileira de Higiene Mental (Arquivo do Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz). Ver também Pereira, 2006.

pediram a releitura das atas relativas às provas práticas de Evandro Chagas e Francisco Eugênio Coutinho, este em 4º lugar<sup>87</sup>.

De acordo com Chagas Filho, seu irmão era o mais jovens dos candidatos, com 29 anos de idade. Ele conta que Evandro Chagas era um dos nomes mais cotados para ocupar a cátedra que pertencera a Carlos Chagas, como seu herdeiro natural, crença que era respaldada na própria trajetória científica que vinha construindo. A colocação alcançada por Evandro Chagas teria surpreendido a muitos dos que acompanharam seu desempenho nos exames, especialmente na prova didática (Chagas Filho, 1986, 2000). A visão de Chagas Filho é compartilhada por Maurício de Medeiros, que na época era livre docente da cadeira de Patologia Geral da FMURJ e assistiu à apresentação de Evandro Chagas<sup>88</sup>. Sua impressão, relatada alguns anos depois, era a de que o cientista tinha tido um desempenho excelente:

“Eu não o conhecia, quando lhe assisti uma prova oral no concurso para a cadeira que seu pai deixara vaga. Na minha longa vida de professor, raras vezes me foi dado ouvir lição tão perfeita. Dicção excelente. Clareza cristalina de exposição. Ordem admirável na sequência das noções. Concatenação formidável das idéias. E um espantoso senso de medida, dizendo tudo o que cumpria dizer, sem se perder em divagações ou detalhes inúteis. E, finalmente, uma rigorosa compreensão do tempo. Sua lição se terminou, no assunto, precisamente no instante que se terminava o tempo consagrado (...)”<sup>89</sup>.

Carlos Chagas Filho relata que um dos examinadores da banca, quando interrogado por um amigo acerca da nota que dera a Evandro Chagas na prova didática (uma nota inferior à do candidato vencedor), insinuou que o mérito por ele demonstrado nesta prova era fruto de um acaso circunstancial: “É que para Evandro foi sorteado um caso de doença de Chagas, que ele tinha obrigação de saber muito bem” (Chagas Filho, 2000, p.91)<sup>90</sup>. Evandro Chagas era um estudioso da tripanossomíase americana e possuía vários trabalhos publicados sobre o tema. Contudo, o que poderia ser interpretado como ‘sorte’, por um lado, tinha como reverso outras implicações. Falar

---

<sup>87</sup> Atas da Congregação da Faculdade de Medicina (1931-1940), sessão do dia 15 de julho de 1935 (CCS-UFRJ).

<sup>88</sup> As sessões eram públicas, e no caso da prova escrita, procedia-se à leitura da prova em sessões também abertas.

<sup>89</sup> Luto da inteligência – Originais de Maurício de Medeiros para *A Gazeta* (sem referência). Ver EC BR RJCOO 01.024.

<sup>90</sup> Chagas Filho não revela os nomes do examinador e do amigo. O tema sorteado para a prova didática de Evandro Chagas foi “O sistema vegetativo na doença de Chagas”. Atas da Congregação da Faculdade de Medicina, sessão do dia 11 de julho de 1935 (CCS-UFRJ).

sobre doença de Chagas era evocar a grande obra científica de seu pai e discorrer sobre um assunto que, poucos anos antes, havia sido objeto de intensos debates pela comunidade médica, capitaneados por um catedrático da própria Faculdade de Medicina, Afrânio Peixoto.

Olímpio da Fonseca Filho, professor catedrático de Parasitologia da FMURJ, em entrevista ao jornal *Correio da Noite*, é quem chama a atenção para esse aspecto, em análise extremamente positiva da atuação de Evandro Chagas. Ele conviveu estreitamente com Carlos Chagas em Manguinhos, desde que ingressou no Curso de Aplicação do IOC, em 1913, permanecendo na instituição como pesquisador. Para Fonseca Filho, Evandro Chagas possuía qualidades científicas comparáveis às de Carlos Chagas. A semelhança estabelecida, nesse contexto, era um fator importante que legitimava a pretensão do filho em ocupar o lugar que havia sido de seu pai:

“Várias das provas didáticas mereceriam uma referência elogiosa de qualquer crítico imparcial (...). Mas de todas elas, uma houve que se destacou extraordinariamente de todas as demais. Foi sem dúvida essa a do professor Evandro Chagas que aí se revelou, para quem ainda não conhecesse os seus dotes oratórios e a firmeza dos conceitos a que está habituado a expor a seus alunos, um professor de escol, um desses mestres cujas lições deixam no espírito dos discípulos uma impressão inapagável de competência técnica, de erudição ampla e de capacidade didática. Não me recordo de ter jamais ouvido qualquer outra prova de concurso que tão fortemente impressionasse pela eloquência do expositor e pela segurança da exposição. Realçava ainda essa impressão o fato de ter a sorte imposto ao jovem tropicalista uma tarefa difícil e da mais alta responsabilidade: expor a grande obra de seu pai, o professor Carlos Chagas, nos seus aspectos mais delicados e mais amplamente controvertidos, naquilo em que era preciso manter uma atitude crítica das mais seguras. Por isso mesmo talvez, na exposição que fez magistralmente sobre “Sistema vegetativo na doença de Chagas” o professor Evandro Chagas se não poupou para dar ao auditório, sobretudo à banca examinadora, a impressão do ponto de vista elevado e impessoal em que soubera levantar. Recordava-me eu, então, e comigo muitos outros dos presentes àquela noite na sala da congregação da Faculdade de Medicina, de uma outra cena semelhante, essa passada há mais de quinze anos antes e em outro local: da defesa magistral que fez Carlos Chagas, na Academia Nacional de Medicina, da sua obra fundamental. Revia eu, então, no jovem concorrente o entusiasmo e a convicção, a eloquência e a sabedoria que foram os apanágios do grande espírito de seu pai. Eis a impressão que tive da mais brilhante das provas não só do concurso de Medicina Tropical, como de qualquer outro a que até hoje assisti” (*Correio da Noite*, 24 de julho de 1935)<sup>91</sup>.

Evandro Chagas conseguiu a nota máxima de quase todos os membros da banca na prova didática (Pereira, 2006). Na prova de títulos somou 8,2 pontos, numa diferença mínima da nota alcançada pelo primeiro colocado, que obteve 8,6 pontos. Mas no

---

<sup>91</sup> O jornal pode ser consultado em BR RJCOE EC 01.024.



resultado final, a diferença entre ambos totalizava 13 pontos. Portanto, pode-se inferir que foi na prova prática que se estabeleceu a grande diferença de pontuação entre os dois candidatos<sup>92</sup>. Talvez por essa discrepância de pontuação entre os colocados, Olimpio da Fonseca Filho, que tão bem avaliou o desempenho de Evandro Chagas na prova didática, tenha pedido a revisão de sua prova prática.

O resultado final do concurso foi contestado por dois candidatos, Heitor Prager Froes e Francisco Eugênio Coutinho, que formularam recursos requisitando a anulação do pleito<sup>93</sup>. Os pontos constantes nos recursos, alguns deles repetidos pelos dois candidatos, permitem-nos recuperar as questões e os aspectos mais controversos que cercaram o concurso para a cátedra de doenças tropicais e infecciosas. Por meio das repostas oferecidas pela comissão julgadora podemos ainda analisar o posicionamento da banca diante das críticas que lhe foram impostas.<sup>94</sup> De modo geral, é possível afirmar que os recursos contestavam praticamente todos os procedimentos adotados pela banca examinadora na avaliação dos candidatos.

Uma das críticas referia-se à própria constituição da comissão julgadora, e questionava a competência dos examinadores para participar do tipo de julgamento exigido no concurso. Na opinião de Eugênio Coutinho, “não são os membros da Comissão Julgadora especializados na disciplina em causa”. Segundo ele, os dois únicos membros

“considerados como especializados na matéria pelo título de professores que carregam, nunca deram demonstrações públicas de suas capacidades no assunto por meio de um concurso de provas públicas, nem publicaram trabalhos relativos à clínica de doenças tropicais e infecciosas”<sup>95</sup>.

A comissão se defendeu da acusação evocando a autoridade exclusiva do Conselho Técnico Administrativo e da Congregação da Faculdade de Medicina para julgar a competência dos professores escolhidos.

---

<sup>92</sup> Ainda que Evandro Chagas tenha obtido notas inferiores às de Moreira da Fonseca nessa etapa da prova prática, para muitos, era a prova didática (na qual Evandro Chagas recebeu nota dez de quase toda a banca) a avaliação determinante para o preenchimento da vaga de professor catedrático.

<sup>93</sup> Os dois candidatos foram classificados em 4º lugar. Heitor Froes redigiu um recurso com 13 pontos. Já o recurso de Eugênio Coutinho possuía 8 pontos.

<sup>94</sup> Os recursos encaminhados contra o concurso foram discutidos pela Congregação da Faculdade de Medicina e registrados em seu livro de atas. A comissão julgadora, criada especialmente para o concurso, também possuía um livro de atas. Infelizmente, não tivemos acesso às atas da comissão julgadora, e por esta razão a análise feita sobre o concurso está baseada somente nas atas da Congregação da Faculdade de Medicina (1931-1940).

<sup>95</sup> Atas da Congregação da Faculdade de Medicina, sessão do dia 08 de agosto de 1935 (CCS-UFRJ).

O candidato Eugênio Coutinho levantaria ainda uma outra questão, mais grave e que teria maior repercussão. Insistindo que os membros da comissão “desconhec[iam] a matéria até nos seus princípios mais elementares”, acusou a banca de cometer um erro na avaliação de um doente que serviu às provas práticas. O candidato defendeu seu diagnóstico com base nas pesquisas microscópicas que realizou durante a prova, e reforçou sua interpretação apresentando um laudo de exame do doente (feito por um assistente que dele tratava na enfermaria do HSFA) e uma carta recebida de Raul de Almeida Magalhães, pesquisador do IOC, que confirmava, por meio de um exame feito no laboratório de protozoologia da instituição, o acerto de sua avaliação clínica. Eugênio Coutinho divulgaria o laudo do IOC como uma prova incontestada da validade de seu diagnóstico, buscando respaldo e embasamento na reputação científica do IOC. O candidato também alegou que sua prova prática não havia sido acompanhada por todos os membros da banca. A comissão julgadora, em resposta, afirmou não haver dispositivo legal que determinasse a anulação de um concurso em casos onde um dos membros julgadores seja “obrigado a *afastar-se momentaneamente* do local da prova” (grifos nossos)<sup>96</sup>. A resposta dada pela banca, nos termos em que foi colocada, não correspondia exatamente à acusação do candidato.

Eugênio Coutinho levou o caso à ANM, onde fez um pronunciamento. Em sua comunicação, afirmou que o diagnóstico por ele fornecido na prova prática do concurso fora comprovado posteriormente, o que evidenciava um “erro magistral” por parte da banca (Correio da Noite, 29 de julho de 1935)<sup>97</sup>. A polêmica gerada em torno do diagnóstico do doente alcançou a imprensa. Para a comissão julgadora, a acusação de “erro” e a “grande celeuma levantada em torno disto” eram artifícios do candidato “para estabelecer confusão e impressionar os ingênuos”. A réplica da comissão julgadora também assumiu um tom acusatório: o candidato pretendia “colocar-se na situação de vítima da Comissão, o que às vezes é bem melhor perante o público, no que diz respeito aos proveitos materiais da profissão, do que uma cátedra na Faculdade de Medicina”<sup>98</sup>. As desavenças entre os candidatos e a comissão julgadora adquiriram, com bastante frequência, um tom combativo. No desfecho do caso, prevaleceu o diagnóstico emitido pela banca.

---

<sup>96</sup> Idem.

<sup>97</sup> O documento pode ser consultado em BR RJCOE EC 01.024.

<sup>98</sup> Atas da Congregação da Faculdade de Medicina, sessão do dia 08 de agosto de 1935 (CCS-UFRJ).

Em entrevista ao jornal *Correio da Noite*, Heraldo Maciel, membro titular da ANM e docente livre de medicina tropical, expôs, de forma contundente (e até agressiva) o seu ponto de vista sobre o andamento do concurso. O trecho destacado é longo, mas vale a pena analisá-lo (quase) na íntegra porque a opinião expressa pelo cientista resume algumas das principais críticas dirigidas à seleção do novo catedrático da FMURJ. Para Maciel, o concurso era

“Uma decepção. Todos os que assistiram às provas tiveram a mesma decepção. Desde a prova inicial – a escrita, em que foi sorteado um ponto estranho à cadeira, até a classificação final, tudo foi desnorteante naquele concurso. O caso do dr. Eugênio Coutinho é edificante. Dão-lhe para a prova prática um doente. O candidato esmera-se no exame clínico: realiza pesquisas laboratoriais, vai ao écran radioscópico; recorre a todos os meios propedêuticos modernos e firma o diagnóstico (...). No relatório final a comissão examinadora fulminou o dr. Coutinho: “o candidato revelou deficiência propedêutica; não viu uma ‘esplenomegalia acentuada’ que o doente tinha e que constituía a chave do diagnóstico; viu cistos de ameba imaginários; em suma, errou grosseiramente o diagnóstico”. O dr. Eugênio Coutinho, um dos valores reais da moderna geração médica, (...) afeito às pesquisas clínicas, com um tirocínio de ensino já comprovado por muitos anos de cátedra, revoltou-se com a pecha gratuita de ignorância que lhe queriam dar e da falta de probidade científica que tentavam lhe emprestar, resolveu levar a termo final a exatidão do seu diagnóstico. Enviou fezes do doente à seção de protozoologia de Manguinhos, e ali são achados os cistos de ameba desintérica que havia encontrado! (...) A esplenomegalia tão decantada pela comissão examinadora não existia! Tudo o que disse o candidato estava certo; tudo o que disse a comissão examinadora estava errado! Mas o prejudicado foi apenas o primeiro; prejudicado pela falta de escrúpulo profissional dos membros da comissão examinadora, que escolheram para a prova de concurso um caso que não conheciam, e que não souberam ou não procuraram estudar convenientemente, para firmar um diagnóstico que ao menos se aproximasse da verdade. (...). Prejudicado assim o dr. Eugênio Coutinho, naturalmente tendo obtido notas baixas ou negativas dos que estavam escolhidos para o julgamento do concurso, reduziu-se o número de favoritos à cadeira em disputa (...)” (*Correio da Noite*, 29 de julho de 1935).

A primeira observação de Maciel, de que no programa da prova foram incluídos pontos estranhos à cadeira de doenças tropicais e infecciosas, foi corroborada pelos dois candidatos. Para Heitor Froes, a comissão havia dado ao concurso “a feição de um concurso de clínica médica, ou antes, de patologia clínica”. No entendimento da banca, tal tendência era possível devido à natureza da própria disciplina: “mas que é a cadeira de Clínica Tropicais e Infecciosas senão um desdobramento da cadeira de Clínica Médica especializada?”<sup>99</sup>. A resposta dos examinadores, apesar de evocar uma tese aparentemente óbvia, deixa antever uma visão bastante diferente da posição dos que defendiam a existência da cadeira de doenças tropicais e infecciosas como disciplina

---

<sup>99</sup> Atas da Congregação da Faculdade de Medicina, sessão do dia 08 de agosto de 1935 (CCS-UFRJ).

totalmente específica e distinta da de clínica médica. Isto indica que, talvez, a crença na necessidade de criação de uma cadeira para o ensino da medicina tropical, como disciplina separada no currículo médico, ainda não fosse tão consensual. Mais do que ‘mera’ especialização da clínica médica, na orientação dada por Carlos Chagas à cátedra, a disciplina tinha como principal objetivo o estudo da nosologia brasileira, em particular das endemias rurais. A “missão” de sua cátedra, tal como concebia o cientista, era produzir conhecimentos científicos que pudessem ser levados ao interior do país e aplicados na resolução dos problemas sanitários das populações rurais. Neste sentido, é muito provável que os candidatos esperassem que para o concurso fosse adotado um conteúdo programático bastante semelhante àquele já seguido no ensino da disciplina de Carlos Chagas<sup>100</sup>.

Uma outra crítica de Heraldo Maciel, acerca do erro cometido pela banca no caso de Eugênio Coutinho, também encontrava apoio num dos pontos do recurso de Heitor Froes. Se para Eugênio Coutinho a comissão errara o diagnóstico do doente por não serem os examinadores “especialistas na matéria”, na opinião de Heitor Froes havia entre os doentes sorteados para a prova prática

“indivíduos insuficientemente estudados, quiçá não examinados anteriormente pela Comissão Julgadora e, pois, sem diagnóstico devidamente apurado, ou desacompanhado das informações indispensáveis à apreciação retrospectiva da evolução do processo mórbido”<sup>101</sup>.

Outro aspecto mencionado por Heraldo Maciel foi formalmente colocado por Heitor Froes. Para Maciel, a nota atribuída a Eugênio Coutinho na prova prática fez com que sua colocação baixasse, reduzindo o “número de favoritos à cadeira”. No recurso redigido por Heitor Froes, havia a afirmação de que a avaliação que a comissão fez dos títulos e trabalhos apresentados possibilitou o favorecimento de candidatos que eram ‘amigos da banca’:

“[improvisaram-se], de um momento para o outro ‘especialistas’, concorrendo muitas vezes à vaga de cadeiras pelas quais não se teriam

---

<sup>100</sup> A declaração de Olympio da Fonseca Filho sobre o elevado número de pretendentes à vaga, fato que “causou estranheza” a todos, é ilustrativa das ‘confusões’ ainda existentes em torno da caracterização da nova especialidade médica: “O número de candidatos foi excessivamente elevado, tendo sem dúvida para isso concorrido a circunstância de se tratar de uma cadeira mista à qual se aplicam conhecimentos de clínica e de laboratório. Essa circunstância, entretanto, deveria ter concorrido para excluir alguns candidatos e restringir o concurso ao pequeno número daqueles que entre nós se ocupam tanto da investigação clínica quanto da de laboratório (...)” (Correio da Noite, 24 de julho de 1935).

<sup>101</sup> Atas da Congregação da Faculdade de Medicina, sessão do dia 08 de agosto de 1935 (CCS-UFRJ).

interessado se não fora a simpatia excessiva de certos julgadores, ou a interferência de fatores, por vezes [inconfessáveis], de ordem extracientífica, não raro decisivamente influentes (como se tem, infelizmente, verificado nesta e em outras Faculdades) no resultado final do prelis (sic) realizado” (grifos no original)<sup>102</sup>.

Defendendo-se da acusação, a comissão julgadora declarou que a escolha dos membros da banca foi realizada após o encerramento da inscrição dos candidatos e envio de seus respectivos currículos. E ironizou:

“Quanto à segurança de simpatia, nenhum outro candidato poderia ter maior, ao menos do Presidente da Comissão, do que o próprio Heitor Froes, que foi levado a sua casa para apresentação por um venerando mestre e idolatrado amigo de sua família”<sup>103</sup>.

O julgamento das provas de títulos e trabalhos publicados foi outro ponto que atraiu severas críticas. Heitor Froes afirmou em seu recurso que o julgamento dos títulos e trabalhos foi feito após a realização da prova prática e da prova escrita, numa clara insinuação (que viria a formalizar em outro ponto de seu recurso) de que a banca poderia atribuir ou “sonegar elementos de valor apresentados por alguns candidatos”<sup>104</sup>, decidindo assim, de forma arbitrária, o resultado final do concurso. Somava-se a isso, conforme assinalou Eugênio Coutinho, o fato de a banca não ter emitido nenhum parecer minucioso sobre a prova de títulos. A falta de documentos escritos e de pareceres foi outro ponto bastante criticado pelos candidatos. Heitor Froes já havia levantando a questão ao se referir às provas práticas, objetando que a ausência de um relatório resumindo as pesquisas realizadas e justificando as não efetuadas “torna[va] impossível qualquer confronto entre as provas dos diferentes candidatos e as notas respectivas, conferidas pela Comissão Julgadora”<sup>105</sup>. Parecia sentir-se, em vista desse procedimento, ‘refém’ da subjetividade dos avaliadores. Contudo, das críticas dirigidas à banca, nenhuma expressou de maneira mais enfática os sentimentos de injustiça por parte dos candidatos do que aquela que abordou a avaliação dos títulos e trabalhos científicos. Talvez a explicação para isso esteja relacionada às exigências do cargo em questão, que colocava em disputa médicos de alta competência e, não raro, elevada reputação científica. A ‘devida’ apreciação dos títulos e publicações, e a decorrente

---

<sup>102</sup> Idem.

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> Idem.

<sup>105</sup> Idem.

pontuação atribuída, representavam, dentro desse quadro, um importante filtro e símbolo de distinção de suas trajetórias e pesquisas científicas.

Heitor Froes considerou de grande injustiça sua classificação abaixo de Joaquim Moreira da Fonseca e Evandro Chagas, e desafiou a banca ao afirmar que a ausência de uma justificativa crítica sobre seus trabalhos parecia “indicar que a Comissão não os leu, ou leu apenas os títulos”<sup>106</sup>. Ele havia submetido à apreciação da banca um número verdadeiramente impressionante de trabalhos: 285 publicações. O seu caso particular possibilitava a desconfiança de que a banca não teria tempo hábil – ou mesmo ‘fôlego’ – para a leitura de todos os trabalhos enviados pelos candidatos, que, como dito, eram em grande número.

A acusação de Heitor Froes, “leviana” no juízo da banca, mereceu uma minuciosa observação dos examinadores. Nas críticas dirigidas a Froes foram colocadas, ainda que de forma indireta, importantes considerações sobre os critérios que definiam um trabalho de *real* valor científico. Na concepção dos examinadores, a maior parte das publicações de Froes carecia exatamente de alguns destes atributos essenciais: a originalidade e a contribuição que a pesquisa científica deve oferecer para a elucidação ou evolução do conhecimento em suas respectivas áreas de saber. A comissão iniciou sua resposta defendendo-se da acusação, mas ao final de sua argumentação parecia ter invertido os papéis, atacando o candidato:

“Porque lhe houve conferido nota inferior dizer que a Comissão não fez o discrimine (sic) dos títulos e não leu os seus trabalhos ou apenas leu os [destacados], é uma [lamentalíssima] incoerência. Não fosse o meticoloso estudo dos títulos e a cuidadosa leitura dos trabalhos, quem teria a primazia? Incontestavelmente, o Dr. Heitor Prager Froes. Os números seriam decisivos: 19 títulos e cargos exercidos, 06 diplomas e certificados, 285 publicações, algumas das quais apresentadas à Comissão em volumes esmeradamente impressos e cheios de vistosas ilustrações. (...). Contudo, pela simples leitura do memorial, viu-se logo que havia um grande grupo que tinha de tudo: assuntos de medicina, questões de ensino, literatura, lições, conferências, comunicações em sociedades científicas. Algumas eram de estudos da [termo ilegível] francesa, outros, cerca de 30, eram impressões de viagem, desde a “vida de bordo” até a “cidade da cançoneta”; várias sobre higiene da mulher ao alcance das leitoras da “Revista Feminina”; para as mesmas ainda as “Bases racionais da felicidade conjugal”. Importavam, sobretudo, 128 publicações relativas a assuntos da cadeira em curso. Destas, foram apresentadas à Comissão perto de 50. Examinados esses trabalhos e feito o estudo crítico do memorial, ficou patente que o candidato se preocupava mais com o volume de produção do que com o seu valor

---

<sup>106</sup> Eugênio Coutinho também manifestou, de modo mais sutil, o mesmo ressentimento, afirmando que suas provas não haviam sido julgadas “com o respectivo merecimento”. A banca replicou: “É inútil contrariar a presunção do recorrente; nunca se convenceria de que não se lhe fez injustiça” (Atas da Congregação da Faculdade de Medicina, sessão do dia 08 de agosto de 1935 – CCS-UFRJ).

*intrínseco*, e no interesse de multiplicar seus escritos, repetia a cada passo com algumas variantes de trabalhos anteriormente publicados. *Não se arreceiava (sic), tampouco, de incluir como estudos de medicina tropical análises bibliográficas (...). Não satisfeito de dar a tais registros o valor de produção pessoal*, desdobrava alguns deles para crescer a cifra final; assim, pela simples notícia de uma reunião anual da Sociedade Alemã de Medicina Tropical figuram como 4 trabalhos: 1º, notícia geral; 2º, uma sessão da manhã; 3º, uma sessão da tarde; 4º, uma sessão do dia seguinte (...) [e considera] tais como trabalhos porque o ‘Jornal das Clínicas’ publicou em tais números consecutivos. (...) *Além disso, deparou a Comissão com escritos de banalidades clínicas (...)*” (grifos nossos)<sup>107</sup>.

A repercussão alcançada em virtude dos protestos dos candidatos trouxe como desdobramento um debate acerca dos critérios estabelecidos para a seleção de catedráticos. Os dois cientistas entrevistados pelo jornal *Correio da Noite*, Olympio da Fonseca Filho e Heraldo Maciel, apresentaram diferentes pontos de vista sobre a questão. A prova prática de Eugênio Coutinho e a prova didática de Evandro Chagas forneciam-lhe bons exemplos das vicissitudes a que os candidatos estavam submetidos com o sistema de provas. Após o resultado da prova de Eugênio Coutinho (sobre a qual se manifestou numa crítica mordaz à banca, como vimos), Heraldo Maciel discorreu, no mesmo tom de indignação, sobre o caso de Evandro Chagas. Ele levanta a suspeita de que a banca tinha a prévia intenção de não aprovar a entrada do cientista na cátedra:

“Restavam, porém, outros elementos de valor para a prova final. Entre eles estava o dr. Evandro Chagas. Era a prova de aula que devia decidir a classificação definitiva. Esta chegou. O dr. Evandro fez uma prova fora do comum, mostrou qualidades raras de professor, foi didático e foi profundo, mostrou erudição e facilidade de exposição, revelou-se um mestre já afeito ao seu mister. Pois bem, o que aconteceu? Qual o resultado do concurso? A própria comissão teve peio de revelá-lo: manteve-se em sigilo, e só dias depois a Congregação da Faculdade de Medicina divulgou-o. O dr. Evandro teve apenas a ficha de consolação de um segundo lugar. E olhem que podia ser pior, se o segundo lugar também desse vaga...” (Correio da Noite, 29 de julho de 1935).

Evandro Chagas adotou uma postura de silêncio diante de todo o debate que envolveu o concurso, abstendo-se de emitir qualquer juízo sobre o assunto. Ainda que seu nome figurasse entre os pontos polêmicos do concurso e que lhe fossem dirigidas manifestações favoráveis, grande parte delas exaltando o mérito de suas provas

---

<sup>107</sup> O memorial apresentado por Evandro Chagas à comissão julgadora do concurso contém em anexo uma listagem de seus títulos, atividades didáticas, trabalhos desempenhados (“comissões e atividades diversas”) e os artigos científicos publicados até a data. No entanto, por não ter tido acesso às atas da comissão julgadora, é impossível saber quais de seus títulos e publicações foram aceitos, e nem como a banca os avaliou. Mas é possível deduzir, pela pontuação obtida por Evandro Chagas (0,4 pontos de diferença da maior pontuação, que foi a do 1º lugar) que devem ter tido parecer bastante favorável.

(sobretudo da prova didática, etapa considerada decisiva para a escolha do novo professor catedrático), o cientista optou por não tomar parte nas discussões, mesmo quando procurado pelo *Correio da Noite*. Ao jornal declarou, polidamente:

“O concurso para preenchimento da vaga do Prof. Carlos Chagas na Faculdade de Medicina realizou-se perfeitamente de acordo com o atual regulamento de ensino, e forneceu oportunidade para que se definissem grandes capacidades no nosso meio médico” (*Correio da Noite*, 25 de julho de 1935).

De acordo com Chagas Filho, Evandro Chagas

“Sabendo de sua derrota, telefonou imediatamente ao candidato escolhido pela banca [Joaquim Moreira da Fonseca] felicitando-o e desejando que pudesse continuar a promover a ascendente trajetória de uma instituição que, com menos de seis anos, tornara-se um dos grandes centros científicos e médicos do país” (Chagas Filho, 1993, p.244)<sup>108</sup>.

Para Carlos Chagas Filho, em análise semelhante à que fez sobre a polêmica que envolveu seu pai e a doença por ele descoberta, no debate ocorrido na ANM em 1922-1923, Evandro Chagas havia sido vítima de uma “conspiração”. Se o concurso serviu, em seu início, para reforçar a associação entre pai e filho no sentido de uma substituição ‘natural’ do mestre pelo discípulo, por outro lado, seu resultado, também cercado por uma polêmica, viria a corroborar tal associação sob outro aspecto também marcante da trajetória de Carlos Chagas: as suspeitas de rivalidades e injustiças interpostas no caminho de sucesso do cientista de Manguinhos, envolvido numa polêmica que também estava referida ao espaço institucional da Faculdade de Medicina. Também aqui a narrativa de Carlos Chagas Filho seria decisiva para a construção de uma determinada imagem sobre a trajetória de seu irmão, assim como o foi na escrita biográfica de seu pai.

De acordo com Chagas Filho, o primeiro indício do ‘complô’ contra Evandro Chagas se configurou antes mesmo da realização do concurso, quando recusaram seu pedido para ocupar interinamente o lugar do pai na cátedra. Diz Chagas Filho:

“Dirigi-me ao diretor da Faculdade de Medicina para perguntar-lhe, cordialmente, a razão pela qual não se havia dado a Evandro, depois da morte de meu pai, a chefia interina da cátedra, já que o curso equiparado, que ministrava às tardes, tinha tanta frequência – e na maioria assistido pelos mesmos alunos – quanto aquele dado por meu pai, pelas manhãs. A resposta

---

<sup>108</sup> A instituição a que Evandro Chagas se refere é o Pavilhão de Doenças Tropicais, onde eram realizadas as aulas da disciplina.



que obtive foi que Evandro tinha levado uma vida de boêmio e que ninguém poderia garantir o seu comportamento como professor, informação essa que lhe fora dada por um dos maiores amigos de meu pai” (Chagas Filho, 2000, p.91)<sup>109</sup>.

O desenrolar do processo também corroborava, na opinião de Chagas Filho, o conluio contra seu irmão:

“Formou-se, assim, [para o concurso], uma banca relativamente medíocre, que deu a cátedra a um respeitável professor de grande conceito moral e pessoal, mas de pouco comércio com a ciência e com as doenças tropicais. Pôde-se perceber a diferença entre os dois candidatos pelas provas do concurso. As de Evandro foram de uma superioridade esmagadora, juízo que não é só meu, mas de todo mundo que lhes assistiu. (...). O resultado nada mais fez do que dar mão forte à cabala que se organizara, não só contra Evandro, mas, também, a favor do seu único adversário” (idem).

Ainda que Evandro Chagas não tenha manifestado publicamente qualquer tipo de descontentamento (ou mesmo indignação) com o resultado do concurso, as decisões que tomou posteriormente revelam o grande impacto que este acontecimento provocou em sua vida. No mesmo em dia em que a comissão julgadora aprovou a ata com classificação final do concurso, Evandro Chagas dirigiu ao diretor da Faculdade de Medicina um pedido de cancelamento do curso equiparado que oferecia da disciplina<sup>110</sup>. A interrupção do curso foi uma surpresa para seus 150 alunos (aproximadamente), que lhe encaminharam uma nota pedindo a continuidade das aulas. Aqui também a imagem de legítimo herdeiro do pai é central:

---

<sup>109</sup> Em entrevista concedida à Casa de Oswaldo Cruz, Chagas Filho revela que a informação foi dada por Eurico Villela que, ao lado de Carlos Chagas, fora um dos ‘grandes mestres’ de Evandro Chagas (Chagas Filho, 1987, 6ª entrevista, fita 10, lado A, p.133). A identificação de Evandro Chagas como “boêmio” é recorrente nas narrativas e memórias sobre o cientista, visão esta que contrastava com a imagem pública de Carlos Chagas, tido como um homem bastante sério, assim como Eurico Villela, de quem Chagas Filho guarda a seguinte impressão: “[Ele] era um homem muito severo. Muito austero e muito severo. Nós, por exemplo, todos tínhamos muito medo dele na enfermaria. (...) Ele era um homem engraçado no sentido de que ele fazia muitas (...) anedota[s], muita piada que ele dizia. Mas você não sabia que aquilo era para ser engraçado, de tal modo ele era um *pensant rire*. Quer dizer, aquela coisa, por exemplo, de nós chegarmos atrasados e ele virava para a gente e dizia assim: ‘tarde venientibus, ossa canis’ [aos que chegaram tarde só restam os ossos]. Isso era sistemático. Isso deixava a gente inteiramente... Um aluno que chega na faculdade, na enfermaria, na frente dos doentes todos, aquele senhor com umas olheiras, uns olhos muito fundos, porque ele tinha uma testa que se sobressaia muito, ele assim muito sério, diz assim: ‘tarde venientibus, ossa canis’ (...). Mas isso sem rir, sem nada, como se fosse uma coisa assim. Então esse era o gênio, que deixava a gente completamente... E por isso é que eu nunca vi ninguém levantar a voz nem falar nada com ele (idem, 3ª entrevista, fita 6, lado B, p.77).

<sup>110</sup> Evandro Chagas já havia pedido exoneração do cargo de assistente efetivo da cadeira antes da realização do concurso (Requerimento ao Diretor da FMURJ, em 06.03.1935 / Dossiê “Dr. Evandro Chagas – Livre Docente / Cadeira de Doenças Tropicais e Infecciosas” – CCS/UFRJ). O pedido de cancelamento consta do referido dossiê (Requerimento ao Diretor da FMURJ, em 15.07.1935) e o resultado final do concurso, com a classificação dos candidatos, das atas da Congregação da Faculdade (Atas da Congregação da Faculdade de Medicina (1931-1940), sessão do dia 15/07/1935 – CCS-UFRJ).

“Os alunos da 5ª série do curso médico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, surpreendidos pela vossa resolução de cessar a atividade docente (...) não conformes com tal decisão (na dependência de considerações sobre os motivos que a ela vos tenham levado), vêm, por esta forma, dirigir-vos veemente apelo para o prosseguimento de vossas lições na Faculdade de Medicina, no desenvolvimento de um programa que é o mesmo de Carlos Chagas, para que viva se mantenha a sábia orientação do Mestre, de cuja gloriosa tarefa sereis sempre o mais insigne continuador”<sup>111</sup>.

Evandro Chagas não recuou em sua decisão. O episódio marcou o fim, definitivo, de sua carreira como docente na FMURJ. De acordo com Nelson Pereira, o novo catedrático foi recebido com restrições por alguns professores e alunos, insatisfeitos com sua escolha em detrimento de Evandro Chagas (Pereira, 2006). Em entrevista ao jornal *Correio da Noite*, Evandro Chagas explicou as razões que o levaram a abandonar o ensino na Faculdade de Medicina, atribuindo à pesquisa científica a verdadeira vocação de sua carreira. É interessante observar que nas ‘entrelinhas’ ele reafirma um dos principais pontos de crítica do pai à Faculdade de Medicina: o pouco investimento e incentivo à pesquisa experimental. Em sua declaração, era o IOC, e não a FMURJ, a instituição ‘ideal’ para a produção de conhecimento científico:

“Nossa orientação profissional foi, entretanto, dirigida sempre no sentido da pesquisa original e, cumprido tal dever, pensamos poder abandonar a atividade didática na Faculdade, pois que, adotada com o fim único de prestar auxílio à obra de Carlos Chagas, sempre roubou uma grande parte do tempo a ser dedicado à investigação” (Correio da Noite, 25 de julho de 1935).

Apesar de não conquistar a vaga de catedrático da cadeira de doenças tropicais e infecciosas, a contribuição de Evandro Chagas para a institucionalização da nova especialidade médica seria reconhecida e reverenciada pelas gerações posteriores. Na entrada do Pavilhão Carlos Chagas (hoje o Centro Municipal de Saúde Marcolino Candau), há uma placa com a seguinte inscrição:

“Esta casa, que foi construída por Carlos Chagas, vivida por Evandro Chagas, preservada por Joaquim Moreira da Fonseca e renovada por José Rodrigues Silva e seus discípulos, guarda em memória o espírito da pesquisa como uma forma de vida”.

Essa placa, produzida recentemente, merece registro pelo caráter simbólico da homenagem prestada. Todos os nomes referenciados são de professores que ocuparam a

---

<sup>111</sup> A nota foi publicada em jornal, sem título e sem data. Ver BR RJCOE EC 01.024. O abaixo assinado pode ser consultado em BR RJCOE EC 03.009.

cátedra da disciplina, com uma única exceção: Evandro Chagas. Esta inscrição nos fornece um indício de que, apesar de não ter sido vitorioso no concurso, Evandro Chagas seria identificado como um dos principais herdeiros de Carlos Chagas, inclusive no lugar que formalmente ele não conseguiu ocupar em 1935. Esta era a identidade profissional e a imagem pública que o cientista assumia e construía para si, desde os bancos escolares, e que ganharia um sentido especial depois da morte de seu pai.

### **1.6 - Representando o pai: a viagem para a Argentina e as pesquisas sobre a doença de Chagas**

A decisão de Evandro Chagas, de abandonar o ensino e voltar-se inteiramente para a pesquisa científica no IOC (onde era diretor do Hospital Oswaldo Cruz), foi pautada também pelas novas perspectivas que se abriam em sua vida profissional. O cientista declarou ao jornal *Correio da Noite* que havia recebido um convite do governo argentino, por intermédio da Sociedade Argentina de Patologia Regional do Norte (SAPRN), para proferir uma série de conferências sobre a obra de Carlos Chagas, recém falecido e homenageado pela instituição. Também apresentaria, em Buenos Aires, as pesquisas que vinha desenvolvendo sobre a doença de Chagas. Evandro Chagas revelava ainda ao jornal o seu novo projeto de pesquisa: de volta ao Brasil, viajaria em missão científica do IOC para o norte do país, com o objetivo de estudar a epidemiologia da tripanossomíase americana e a leishmaniose visceral, doença cuja incidência havia sido verificada, recentemente, em alguns estados<sup>112</sup>.

Em outubro de 1935, Evandro Chagas seguiu viagem para a cidade de Mendoza, na Argentina, onde seria realizada a IX Reunião da Sociedade Argentina de Patologia Regional do Norte (SAPRN). Ele iria acompanhado de Emmanuel Dias, afilhado de batismo de Carlos Chagas, também pesquisador do IOC e estudioso da tripanossomíase americana. Os dois cientistas eram convidados especiais do encontro, realizado em homenagem a Carlos Chagas, e cuja proposta era divulgar as pesquisas e os progressos alcançados no estudo sobre a doença de Chagas no território argentino<sup>113</sup>.

---

<sup>112</sup> Idem.

<sup>113</sup> Em 1916, Carlos Chagas enfrentou acirrado debate com pesquisadores na Argentina a respeito da caracterização clínica da tripanossomíase, doença que, na época, ainda não havia sido identificada no país, apesar da abundância de vinchucas (barbeiros) infectados com o *T. cruzi*. Sobre este debate, ver Kropf, 2009a.

De acordo com Simone Kropf (2009a), desde 1926 os médicos da Missão de Estudos de Patologia Regional da Argentina (Mepra) vinham realizando estudos sobre os problemas sanitários do interior do país, em particular nas províncias do norte, consideradas por muitos como as mais ‘atrasadas’<sup>114</sup>. O projeto institucional da Mepra consistia na criação de postos de pesquisas nas províncias do interior, a fim de estabelecer uma cooperação direta entre os pesquisadores da Universidade de Buenos Aires e os médicos locais, cuja tarefa diária colocava-os em contato com as mais variadas doenças regionais. Para cumprir esse intento, foi criada a Sociedade Argentina de Patologia Regional do Norte (SAPRN), com filiais em diversas províncias. O objetivo primordial da Mepra era capacitar os médicos do interior para que pudessem colaborar com os cientistas em suas pesquisas sobre doenças regionais (Kropf, 2009a).

Os pesquisadores da Mepra obtiveram resultados significativos com relação à doença de Chagas, confirmando numerosos casos da moléstia na Argentina, contribuindo assim, para renovar o interesse pelo estudo da doença, que desde a polêmica da década de 1920 estava envolta em dúvidas e questionamentos. Um fator determinante e que muito contribuiu para elevar o número de casos diagnosticados da doença foi a descrição de um novo sinal clínico, feita por Cecílio Romaña, caracterizado por um inchaço das pálpebras superior e inferior do olho<sup>115</sup>. Os resultados das pesquisas empreendidas pela Mepra foram o tema central da IX Reunião da SAPRN, que foi prestigiada, na solenidade de abertura, pelo governador de Mendoza, ministros e autoridades diversas (idem).

Evandro Chagas compareceu ao encontro para representar o pai, homenageado pela SAPRN, e para apresentar suas próprias pesquisas sobre a tripanossomíase americana<sup>116</sup>. Findo o evento, que durou quatro dias, o cientista fez algumas viagens pela Argentina, onde permaneceu por um mês. Evandro Chagas visitou a capital portenha e ministrou uma aula na Faculdade de Medicina da Universidade de Buenos Aires. Também fez uma conferência na Academia de Medicina de Buenos Aires, que foi prestigiada pelo embaixador e por “um grande número dos maiores figurões da

---

<sup>114</sup> A Mepra, criada por Salvador Mazza, professor de bacteriologia da Universidade de Buenos Aires, tinha sua sede na cidade de Jujuy e estava vinculada à referida universidade.

<sup>115</sup> O inchaço é resultante de uma reação inflamatória provocada pela penetração do *T. cruzi* na conjuntiva, por meio das fezes contaminadas do barbeiro. O sinal ficaria conhecido como “sinal de Romaña”.

<sup>116</sup> Evandro Chagas fez uma conferência sobre seu pai, intitulada ‘A vida e a obra de Carlos Chagas’, e duas comunicações científicas: ‘Revisão dos processos patogênicos da Tripanossomíase Americana’ e ‘Infecção experimental do homem pelo *Schizotrypanum cruzi*’. Novena Reunión de la Sociedad Argentina de Patologia Regional, Mendoza, 1, 2, 3 y 4 de octubre de 1935 (BR RJCOC EC 02.002).

medicina”<sup>117</sup>. Em carta escrita à mãe, Evandro Chagas mostrou-se bastante animado com a receptividade encontrada em Buenos Aires. Afirmou que todos demonstravam muito ‘carinho’ com a memória do pai e que eram “incansáveis em gentilezas e amabilidades”<sup>118</sup>. A boa receptividade, com honrarias de “gente de importância”, como definiu, seria uma constante em todas as cidades percorridas.

Após deixar Buenos Aires, Evandro Chagas empreendeu uma verdadeira excursão pelo norte e noroeste da Argentina. Seguiu em direção a Jujuy para acompanhar o trabalho realizado por Salvador Mazza na Mepra, e aproveitou a ocasião para percorrer os vales vizinhos à província em busca de barbeiros e casos agudos e crônicos de doença de Chagas<sup>119</sup>. Após alguns dias partiu para Salta, onde proferiu uma conferência, e logo depois para Resistência, na província do Chaco, onde encontraria Cecílio Romaña, pesquisador da Mepra. Romaña havia passado, no ano anterior, seis meses em Manguinhos, frequentando o Curso de Aplicação do IOC. Ali, aperfeiçoara seus conhecimentos sobre a tripanossomíase americana, junto a Carlos Chagas e outros estudiosos da doença, como Evandro Chagas e Emmanuel Dias (Dias, 1997). Cecílio Romaña e Evandro Chagas estabeleceram laços profissionais que seriam duradouros, além de uma grande amizade.

Evandro Chagas deu palestras em todas as províncias por onde passou, fazendo demonstrações de diagnóstico em pacientes ou casos suspeitos de doença de Chagas. Em Reconquista, na província de Santa Fé, durante uma conferência para médicos locais, arriscou-se a provar que, embora não houvesse registro de casos de tripanossomíase americana na cidade, era capaz de encontrar barbeiros infectados com o *T. cruzi* na primeira cafua que entrasse. Descrentes, mas curiosos, os médicos levaram-no a uma choupana de palha, onde capturou dois barbeiros, estando um deles infectado, conforme lhes mostrou ao voltar para a sala de conferência<sup>120</sup>. Em algumas províncias, como em Resistência, a recepção a Evandro Chagas ganhou proporções e honrarias de uma cerimônia oficial. Agnes Chagas, que acompanhava o marido na excursão, relatou à sogra que ao chegarem à província, “sujos e amarrotados”, o governador os esperava, numa recepção coberta de prestígio: “entre a polícia enfileirada procedemos

---

<sup>117</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 11.10.1935 (BR RJCOE EC 01.003).

<sup>118</sup> Idem.

<sup>119</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 15.10.1935 (BR RJCOE EC 01.003).

<sup>120</sup> Carta de Agnes Chagas a Íris Lobo Chagas, em 21.10.1935 (BR RJCOE EC 01.003).

majestosamente para o carro do governador que nos conduziu ao melhor hotel em Resistência onde o governador havia reservado e pago uma suíte (...)”<sup>121</sup>.

As palestras e o ‘teatro da prova’ oferecidos por Evandro Chagas em cada localidade visitada despertaram o interesse dos médicos sobre a doença de Chagas e serviram de estímulo para que se buscassem novos casos clínicos<sup>122</sup>. Sua atuação representava, dessa forma, um incentivo à renovação e continuidade da grande ‘obra científica’ de seu pai, em um espaço bastante significativo: o país de onde tinham partido as primeiras dúvidas e críticas quanto à doença de Chagas e que, naquele momento, representava o início de uma intensa renovação no estudo da enfermidade como tema de interesse no continente latino-americano (Kropf, 2009a). Ao mesmo tempo, Evandro Chagas aumentava seu prestígio científico e ganhava visibilidade junto às comunidades médicas e autoridades políticas locais. A viagem também proporcionaria ao cientista a possibilidade de avaliar *in loco* a extensão da doença de Chagas (“não há sítio por aqui onde não exista”) e adquirir material para pesquisas futuras<sup>123</sup>. Ele voltaria para o Brasil entusiasmado para investigar algumas zonas do Mato Grosso, onde estava certo de que encontraria casos de doença de Chagas<sup>124</sup>.

Evandro Chagas ressentia-se de que a obra de seu pai fosse “cada vez menos cuidada no Brasil e no entanto observada com muita atenção aqui neste país”<sup>125</sup>. Ao regressar ao Brasil, uma de suas metas seria justamente empreender um estudo epidemiológico sobre a doença de Chagas. Na viagem que realizaria para as regiões norte e nordeste, para investigar o problema da leishmaniose visceral, procuraria também por zonas infestadas por barbeiros e novos casos da tripanossomíase.

As excursões de Evandro Chagas pelo interior da Argentina proporcionariam contribuições importantes para sua carreira e para seus projetos futuros de pesquisa. Uma delas refere-se ao intercâmbio que manteria com Cecílio Romaña, que muito o auxiliaria nos estudos sobre a leishmaniose visceral. Romaña já pesquisava esta enfermidade na Argentina, e as pesquisas desenvolvidas em seu país ajudariam Evandro Chagas na compreensão e caracterização epidemiológica da leishmaniose visceral no Brasil. Um outro aspecto muito importante, conforme observa Simone Kropf, é que Evandro Chagas traria dessa viagem um exemplo de projeto e estratégia para o combate

---

<sup>121</sup> Idem

<sup>122</sup> Carta de Evandro e Agnes Chagas a Íris Lobo Chagas, 25.10.1935 (BR RJCOE EC 01.003).

<sup>123</sup> Carta de Evandro e Agnes Chagas a Íris Lobo Chagas, em 01.11.1935 (BR RJCOE EC 01.003).

<sup>124</sup> Carta de Evandro e Agnes Chagas a Íris Lobo Chagas, em 25.10.1935 (BR RJCOE EC 01.003).

<sup>125</sup> Idem

às doenças rurais no Brasil, em muito inspirado na concepção institucional e nas diretrizes de pesquisa adotadas pela Mepra, que incorporou os atores locais – sobretudo os clínicos que trabalhavam nas áreas rurais – e o ‘interior’ como um espaço de pesquisa permanente. Sobre esse aspecto, a autora assinala uma importante diferença que caracterizaria a geração sanitarista de Evandro Chagas. Diz Kropf:

“Se, na década de 1910, os cientistas foram até os sertões e de lá voltaram para revelar ao litoral um país marcado pelo abandono e pelas doenças, e para pressionar o Estado em prol da criação de estruturas concretas para combater essa situação, os discípulos desta tradição, nas circunstâncias particulares de uma nova conjuntura nacional e internacional do pós-1930, incorporariam ao seu projeto os atores e os espaços locais deste interior (Kropf, 2009a, p.346).

Evandro Chagas é um discípulo desta tradição, e desempenharia papel fundamental na criação de novas estruturas institucionais para o saneamento dos sertões, conforme os ideais defendidos pela geração de seu pai. Ao retornar ao Brasil, além dos estudos sobre a leishmaniose visceral, o cientista incorporaria o interior como um espaço de pesquisa, fundando, na região amazônica, uma instituição científica voltada para o estudo das patologias regionais.

## CAPÍTULO 2

### **RUMO AOS ‘SERTÕES’ DO BRASIL: AS PESQUISAS SOBRE A LEISHMANIOSE VISCERAL AMERICANA E A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO DE PATOLOGIA EXPERIMENTAL DO NORTE (1936-1937)**

Neste capítulo, acompanharemos a nova orientação que Evandro Chagas deu a sua trajetória profissional após a morte de seu pai e do resultado do concurso para a cátedra de doenças tropicais e infecciosas da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro (FMURJ), em 1935, no qual não foi aprovado. A partir de então, sua atuação profissional seria direcionada para a investigação dos problemas sanitários do interior do país, em especial da região amazônica. Suas primeiras investigações científicas nesse sentido tiveram como foco o esclarecimento da leishmaniose visceral, doença cuja epidemiologia e incidência ainda eram desconhecidas no Brasil. Suas pesquisas, realizadas a partir de estudos de campo e de laboratório, representaram uma investigação pioneira sobre esta enfermidade, e levaram Evandro Chagas a considerar que se tratava de uma “nova” doença tropical autóctone do continente americano (daí a designação de “leishmaniose visceral americana”), anunciando-a como uma “descoberta” científica. A atuação do cientista no interior do país seria marcada ainda pela criação de uma instituição científica, o Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN), sediado em Belém, no Pará<sup>126</sup>. O IPEN foi fundado com o objetivo de desenvolver pesquisas e estudos acerca das principais doenças da região amazônica, visando fornecer aos órgãos estadual e federal de saúde subsídios para a formulação de ações e políticas voltadas para o combate das endemias rurais.

Nosso objetivo consiste em analisar sob que condições institucionais Evandro Chagas realizou seus estudos sobre a leishmaniose visceral americana, e que tipo de inserção e representatividade tais pesquisas encontraram no Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Nesta fase, o cientista começou a construir para si uma trajetória profissional própria, desvinculada da atuação conjunta com seu pai. No entanto, a singularização de sua carreira seria marcada justamente pela forte associação com a imagem do pai, seja pelo próprio caminho de pesquisa que ele trilhava no campo da medicina tropical e do estudo das endemias rurais no Brasil, seja pelos esforços que empreendeu para afirmar

---

<sup>126</sup> Após a morte de Evandro de Chagas, como homenagem ao seu fundador, o IPEN passou a chamar-se Instituto Evandro Chagas.



sua identidade profissional como herdeiro, discípulo e continuador da obra de Carlos Chagas e da ‘escola de Manguinhos’. A “descoberta” de uma “nova” doença pode ser vista como uma das expressões mais visíveis desse processo, e por isso analisaremos a significação deste episódio em sua vida pessoal e em sua trajetória profissional, bem como a representação social que foi construída pelo próprio cientista. Uma observação a ser feita é que nosso trabalho não tem a intenção de fazer uma abordagem detalhada das contribuições das pesquisas de Evandro Chagas e de sua equipe para a caracterização da leishmaniose visceral americana. Este é um assunto, inclusive, que permanece como temática inexplorada pelos estudos acadêmicos na área da história das ciências biomédicas. Deste modo, nossa preocupação é analisar em que medida os estudos sobre a “nova” doença moldariam tanto a sua carreira como cientista quanto os sentidos que Evandro Chagas atribuiu ao projeto institucional do SEGE, enquanto obra de continuidade em relação aos ideais e preceitos de seu pai e da ‘escola de Manguinhos’.

Analisar o processo de criação do IPEN representa um percurso importante para compreendermos as estratégias empregadas e as redes de relações mobilizadas por Evandro Chagas para dar viabilidade aos seus próprios projetos de pesquisa. A fundação de uma instituição científica na região amazônica, voltada para o estudo e combate das doenças tropicais, era por ele considerada como uma das primeiras medidas em prol do saneamento rural, numa proposta que retomava os ideais defendidos pela geração anterior de médicos envolvidos com o movimento sanitário, a exemplo de seu pai. Além de seus esforços pessoais para a criação do IPEN, ressaltaremos o papel central que o cientista desempenhou na orientação e conformação do perfil institucional do IPEN, bem como o investimento na formação de médicos sanitários na região amazônica.

## **2.1- Em busca de uma ‘nova’ doença: as pesquisas sobre a leishmaniose visceral no norte do país**

Em 1934, Henrique Penna, médico do Serviço de Febre Amarela da Fundação Rockefeller, encontrou em cerca de 40 preparações de fígado, que serviam aos estudos sobre a febre amarela, amostras positivas de parasitos do gênero *Leishmania*, colhidas

por viscerotomia<sup>127</sup>. O achado de Penna despertou grande atenção porque era a primeira vez que se detectava, por meio de exames parasitológicos, a presença de *Leishmania* em órgãos humanos, o que indicava a existência de casos de leishmaniose visceral no norte e nordeste do país, regiões onde havia sido realizada a coleta do material<sup>128</sup>. Fred Soper, diretor da Divisão Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller no Brasil, apresentou a questão a Carlos Chagas, diretor do IOC. Uma vez confirmadas as observações de Penna por Henrique Aragão, protozoologista e pesquisador do instituto, Carlos Chagas designou Evandro Chagas para verificar e esclarecer o que se apresentava como um novo problema médico. A descoberta de Penna intrigava não só pela quantidade de amostras encontradas – o que indicava uma frequência relativamente considerável de leishmaniose visceral no território brasileiro – mas, sobretudo, pelo fato de serem provenientes principalmente de crianças de zonas rurais, o que sugeria a possibilidade de se tratar de uma doença autóctone (Chagas; Cunha; Castro; Ferreira, 1937; Deane, 1986; Paraense, 2005).

Até então, a epidemiologia do calazar era praticamente desconhecida na América do Sul, embora se suspeitasse de sua ocorrência no continente, a partir do relato de alguns médicos e cientistas desde o início do século XX. O próprio Carlos Chagas, em expedição científica ao Vale do Rio Amazonas em 1912-1913, descreveu em seu relatório de pesquisa indícios de possíveis casos de calazar entre algumas crianças da região, mas as punções de baço realizadas (um dos processos utilizados para o diagnóstico do parasito) não confirmaram suas desconfianças. Na mesma época, foi diagnosticado um caso fatal de calazar em Assunção, e pela anamnese do doente

---

<sup>127</sup> A viscerotomia consistia na coleta de fragmento hepático em cadáveres de indivíduos que haviam apresentado sintomas suspeitos ou confirmados de febre amarela.

<sup>128</sup> A leishmaniose visceral americana é uma doença causada por protozoários do gênero *Leishmania*. É transmitida de animais silvestres (raposas e marsupiais) e domésticos (cães) para o homem por intermédio da picada de mosquitos denominados flebotomíneos, do gênero *Lutzomyia*. No Brasil, o agente etiológico da leishmaniose visceral é a *Leishmania chagasi*, e a principal espécie transmissora é o *Lutzomyia (Lutzomyia) longipalpis*. Em seu período inicial (a fase aguda) os sintomas verificados, na maior parte dos casos, são: febre, palidez (da pele e das mucosas) e aumento do volume do fígado e do baço. A leishmaniose visceral é mais frequente em crianças menores de 10 anos, em razão da relativa imaturidade imunológica que, nas áreas endêmicas, é agravada pela desnutrição. Inicialmente, a doença tinha um caráter eminentemente rural, mas nos últimos anos vem se expandido para cidades de médio e grande porte. Ainda hoje, a leishmaniose visceral apresenta grande incidência e alta letalidade, e a maior parte dos casos notificados concentram-se na região nordeste do país (Brasil, 2006). Uma outra forma de leishmaniose, conhecida como leishmaniose tegumentar, é causada por diferentes espécies de protozoários do gênero *Leishmania* e transmitida ao homem também por diferentes espécies de flebotomíneos do gênero *Lutzomyia*. Os sinais clínicos e os sintomas são variáveis devido à diversidade de parasitos, reservatórios e vetores, mas em todos os casos a doença provoca lesões na pele ou nas mucosas. O índice epidemiológico da leishmaniose tegumentar no Brasil é atualmente bastante elevado, tendo a região norte o maior registro de ocorrências (Brasil, 2007).

deduziu-se que a moléstia havia sido contraída no Brasil, no estado de Mato Grosso (MT), vindo o doente a falecer no Paraguai no estágio final de evolução da doença. Em 1926, Salvador Mazza, diretor da então criada Mepra, detectou dois casos de calazar infantil na província de Salta, na Argentina. O pesquisador considerou os dois casos observados como uma manifestação autóctone da leishmaniose visceral, embora não descartasse a possibilidade de uma introdução recente da enfermidade no país, importada do Mediterrâneo e/ou da Ásia, onde se manifestava de modo endêmico e epidêmico (Chagas; Cunha; Castro; Ferreira, 1937).

De modo geral, a literatura médica existente na época sobre a leishmaniose visceral encontrada na América do Sul a caracterizava como uma doença importada, identificada com o calazar indiano ou com a leishmaniose infantil do Mediterrâneo, não constituindo, portanto, uma entidade mórbida autóctone do continente americano. No Brasil, publicações de pesquisadores de Recife e da Bahia referiam-se a uma provável presença de leishmaniose visceral no nordeste, deduzida a partir da observação de síndromes clínicas associadas à doença (idem). A descoberta de Henrique Penna viria a reforçar, pela pesquisa parasitológica, tais suspeitas, atribuindo à doença um novo significado. No entanto, suas verificações foram realizadas *post-mortem*, e para início de qualquer estudo sobre o calazar era necessário encontrar um portador vivo. Este seria o intuito da viagem de Evandro Chagas para o nordeste do país.

A morte de Carlos Chagas, em novembro de 1934, os preparativos para o concurso de professor catedrático de doenças tropicais e infecciosas da FMURJ e a viagem para o congresso médico na Argentina, em 1935, impediram que Evandro Chagas iniciasse imediatamente a investigação, conforme determinado por seu pai em 1934. Por esses motivos, sua viagem só ocorreria no início de 1936. Durante os meses de fevereiro e março, o cientista realizou duas excursões ao nordeste, onde visitou os estados do Ceará e Sergipe, percorrendo as mesmas localidades e todos os domicílios onde havia sido recolhido o material analisado por Henrique Penna no Serviço de Viscerotomia da Fundação Rockefeller. Além de fornecer material de pesquisa (amostras de fígado) e dados epidemiológicos para investigação, a Fundação Rockefeller disponibilizou seu pessoal para colaborar nas pesquisas e automóveis para a inspeção das zonas de foco. Evandro Chagas também contou com o auxílio da Força Aérea do Exército, utilizando seus aviões para transporte.

Após percorrer algumas localidades do Ceará em busca de um caso clínico de leishmaniose visceral, o cientista encontrou, em Sergipe, o primeiro indivíduo infectado

e o encaminhou ao HOC, onde foi submetido a um detalhado estudo clínico. Segundo Leônidas Deane, Evandro Chagas teria “comprado” este doente (um “rapazinho”) de sua família, pagando cinquenta mil-réis para que seus pais autorizassem sua viagem ao Rio de Janeiro (Deane, 1994, p.155)<sup>129</sup>. Os resultados de suas averiguações foram publicadas sob a forma de nota prévia, intitulada “Primeira verificação em indivíduo vivo da leishmaniose visceral do Brasil” (Chagas, 1936a)<sup>130</sup>. Uma observação a ser feita, e que é bastante sinalizadora, refere-se ao fato de Evandro Chagas ter apresentado este primeiro caso de leishmaniose visceral como uma doença *do* Brasil, quando poderia tê-la descrito como uma enfermidade encontrada *no* Brasil. Isto nos leva a supor que ele suspeitava, de antemão, ser esta uma nova doença.

No relatório de viagem enviado a Antônio Cardoso Fontes, diretor do IOC, Evandro Chagas ressaltou que

“embora houvesse sido verificada a existência de leishmanias e lesões histopatológicas do fígado semelhantes à do calazar, pelo Serviço de Febre Amarela, (Dr. Henrique Penna), e que a possibilidade da existência do calazar no norte do Brasil fosse suspeitada pelo Dr. Pragues Fróes, da Bahia, é esta a primeira vez em que se determina a existência da doença com seu aspecto clínico característico e que se realiza o encontro de um doente portador da doença”<sup>131</sup>.

Embora tivesse verificado apenas um único caso da doença, o cientista explicava ao diretor do IOC que ouviu nos vários domicílios visitados relatos de falecimento de familiares com sintomas típicos do calazar, e acreditava que a moléstia atingia uma área mais ampla do que a referida pela Fundação Rockefeller, abrangendo numerosos estados. Estes argumentos seriam utilizados para convencer a direção do IOC a dar prosseguimento às pesquisas e a realizar um estudo sistemático da doença, a fim de esclarecer os principais aspectos etio-patogênicos e epidemiológicos do calazar que

---

<sup>129</sup> A prática de pagar aos doentes para que se submetessem às pesquisas clínicas no HOC seria repetida pelo cientista em outras circunstâncias, conforme sugere uma anotação em seu diário, no qual registrou, dentre as despesas feitas durante uma viagem ao Pará, o “dinheiro [dado] aos doentes que vão para o Rio”. Ver Diário de Evandro Chagas, 18.10.1938 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>130</sup> Nesta nota prévia, o cientista informava que a mãe e a tia do enfermo (um jovem de 16 anos) haviam falecido poucos meses após adoecerem, todos na mesma ocasião. Sua irmã foi viscerotomizada e tinha o fígado infestado de leishmanias com aspecto histológico semelhante ao descrito por Henrique Penna. Os sintomas iniciais apresentados pelo doente, e que persistiriam durante a evolução da enfermidade, eram: febre, aumento do volume do ventre e emagrecimento progressivo. Sobre este último aspecto, Evandro Chagas ressaltaria que, além do emagrecimento “considerável”, o doente tinha o “desenvolvimento físico extremamente retardado em relação à idade” (Chagas, 1936a, p.221). A nota prévia pode ser consultada em BR RJCOE EC 01.009.

<sup>131</sup> Carta de Evandro Chagas a Cardoso Fontes, em 10.03.1936 (BR RJCOE EC 04.073).

grassava no Brasil<sup>132</sup>. Tal empreendimento representava a oportunidade para que Evandro Chagas realizasse um estudo pioneiro sobre uma doença que se apresentava até então desconhecida na América do Sul.

Em junho de 1936 foi formada no IOC uma Comissão para estudar a doença, a Comissão Encarregada do Estudo da Leishmaniose Visceral Americana (CEELVA), sob a coordenação de Evandro Chagas. Compunham a CEELVA, nesta fase inicial, Evandro Chagas, Aristides Marques da Cunha, Gustavo de Oliveira Castro e Leoberto Castro Ferreira, e a ela se juntaria posteriormente o pesquisador argentino Cecílio Romaña<sup>133</sup>. As investigações epidemiológicas da CEELVA eram orientadas pelo material recebido (peças de fígado) do Serviço de Febre Amarela da Fundação Rockefeller e do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela (SPFA), órgão do Ministério da Educação e Saúde (MES). A pedido do IOC, o SPFA passou a realizar viscerotomias sistemáticas para auxiliar os trabalhos da CEELVA, remetendo amostras de fígado que continham *Leishmanias* para Manguinhos<sup>134</sup>. A partir dos dados de identificação do material, em especial do registro do local de óbito, os pesquisadores da Comissão visitavam os domicílios e examinavam todos os habitantes da casa e de seu entorno, coletavam insetos domiciliares e silvestres suspeitos de serem vetores ou hospedeiros de *Leishmanias*, examinavam animais domésticos e estudavam a topografia do local. O material de pesquisa acumulado pela CEELVA era enviado para análise no IOC<sup>135</sup>. Também eram encaminhados ao hospital da instituição (dirigido por Evandro Chagas) alguns doentes para observação e estudos sistemáticos<sup>136</sup>.

---

<sup>132</sup> Idem. Além das investigações sobre a leishmaniose visceral, o cientista também aproveitaria a excursão para pesquisar a possível incidência da doença de Chagas no nordeste do país. Em seu relatório de viagem, Evandro Chagas informou que as zonas percorridas possuíam grande quantidade de barbeiros infectados pelo *T. cruzi*, além de um grande número de indivíduos que apresentavam as formas clínicas típicas da doença, como síndromes cardíacas e nervosas. Ressaltava que a tripanossomíase americana, tal como a leishmaniose visceral, assumia na região “um aspecto bastante grave”, sendo digna de atenção especial do IOC. Entretanto, nas viagens posteriores, a doença de Chagas deixou de ocupar lugar nas investigações, que passaram a focar o problema da leishmaniose visceral. A identificação de um novo foco da doença de Chagas no nordeste brasileiro foi publicada em nota prévia (Chagas, 1936b). Ver BR RJCOE EC 01.009.

<sup>133</sup> Aristides Marques da Cunha, pesquisador do IOC, dedicou-se às pesquisas sobre o parasito; Gustavo de Oliveira Castro e Leoberto Castro Ferreira empreenderam as investigações epidemiológicas; Cecílio Romaña realizou estudos de casos de leishmaniose visceral no Chaco Argentino e sobre as possibilidades de tratamento com o uso de um medicamento específico. Evandro Chagas participou de todas as etapas da pesquisa no Brasil (Chagas; Cunha; Castro; Ferreira, 1937).

<sup>134</sup> O procedimento utilizado para a verificação do parasito (das *Leishmanias*) consistia na punção do fígado ou do baço, sendo o último método preferencialmente adotado por apresentar os melhores resultados.

<sup>135</sup> O material recolhido durante as viagens contribuiu significativamente para ampliar e enriquecer as coleções científicas do instituto.

<sup>136</sup> A atuação de Evandro Chagas à frente do Hospital Oswaldo Cruz (que em 1942 passaria a se chamar

Evandro Chagas conseguiu articular com a Força Aérea um sistema regular de transporte, que servia tanto para a remessa de material de pesquisa como para a locomoção de pesquisadores para os trabalhos de campo. Os trabalhos da Comissão deram ensejo a uma nova frente de pesquisa no IOC. A leishmaniose visceral começou a ser pesquisada em todo seu conjunto: estudos sobre o parasito, os aspectos clínicos da doença, seus processos patogênicos, epidemiologia e terapêutica. No mês seguinte, em julho, as zonas de investigação da CEELVA – até então concentradas em alguns estados do nordeste, principalmente no Ceará – se estenderam à região norte, no Pará, de onde provinham novos registros da doença, em números relativamente significativos, sobretudo em Abaeté.

Além da colaboração dos Serviços de Febre Amarela do governo federal e da Fundação Rockefeller, Evandro Chagas também procurou estabelecer uma parceria com os serviços sanitários estaduais a fim de levantar registros de casos clínicos cujos sintomas fossem característicos da leishmaniose visceral. Com o foco de suas pesquisas em Abaeté, Evandro Chagas estreitou contato com o diretor do Serviço Sanitário do Pará, Antônio Acatauassú Nunes Filho, que também era professor catedrático de Microbiologia da Faculdade de Medicina do Pará. Dessa aproximação resultou o projeto para criar, em Belém, uma instituição de pesquisa científica, o Instituto de Patologia Regional do Norte (IPEN). Em relatório escrito ao diretor do IOC, Evandro Chagas comunicou ter sido “solicita[do] (...) a colabor[ar] na organização de um plano geral para o Instituto de Patologia Regional do Norte que o governo do estado pretende organizar”<sup>137</sup>. Informava ainda que o plano havia sido elaborado pelo diretor de Saúde Pública do Pará e que este tinha interesse em organizar os serviços e o regulamento do novo instituto conjuntamente com IOC. Importante também era que o orçamento para os exercícios de 1936 e 1937 já havia sido aprovado pelo governador, sem nenhum tipo de ônus para o IOC. Tal como exposto no relatório, Evandro Chagas havia sido convidado a participar do projeto e assumia o papel de intermediário entre o governo do Pará e a direção do IOC.

O que o relatório não explicita é a participação ativa de Evandro na concepção e concretização do projeto. Wladimir Lobato Paraense, que viria a integrar a equipe de

---

Hospital Evandro Chagas – HEC) e as pesquisas clínicas ali desenvolvidas não serão contempladas em nosso trabalho. Contudo, vale assinalar que tanto o período em que o HEC foi dirigido por Evandro Chagas como a própria história da instituição ainda não receberam um estudo acadêmico sistematizado e específico.

<sup>137</sup> Relatório de Evandro Chagas a Cardoso Fontes, em 18.07.1936 (BR RJCOE EC 04. 073).

pesquisadores do SEGE, relata que Evandro Chagas tentou obter, durante suas excursões, o apoio de instituições e governos locais para a montagem de uma “base de operações” mais estável, pois a natureza itinerante da CEELVA restringia o desenvolvimento das pesquisas sobre o calazar (Paraense, 2005, s.p). De acordo com Paraense, o estado mais visado era o Ceará, onde havia uma quantidade apreciável de casos da doença. No entanto, ao seguir para o Pará, Evandro Chagas conheceu, no hotel em que costumava se hospedar em Belém, uma pessoa ‘influente’ que apresentaria o seu projeto ao governador. Paraense conta que:

“Em 1936 a cidade de Belém era escala obrigatória dos hidroaviões da Panair do Brasil que faziam a linha doméstica na rota do litoral e estabeleciam conexão com os vôos para os Estados Unidos. Ainda não havia vôos noturnos e (...) para maior conforto de seus passageiros, a Panair arrendara o melhor hotel de Belém, o Grande Hotel, com excelente serviço de bar e restaurante, tendo no andar térreo um teatro, cassino, salões de festa, e principalmente um calçadão que nas noites frescas, após os dias invariavelmente quentes, era de tempos quase imemoriais o ponto de convergência de toda a sociedade. Viajasse pela Panair ou pelos aviões da Força Aérea do Exército (...) Evandro Chagas sempre se hospedava no Grande Hotel. A mesa a que se sentasse no calçadão atraía pessoas com quem se relacionava a cada viagem e que por sua vez traziam outras para conhecê-lo. Um dos amigos mais assíduos era Eládio Lima, brilhante advogado de 36 anos, ligado ao Museu Goeldi (...), sendo desembargador do Tribunal de Justiça. Um dia trouxe consigo um irmão muito relacionado nos altos escalões da direção do Estado, que imediatamente levou ao governo a idéia de uma base de operações para o trabalho da Comissão no Pará” (idem)<sup>138</sup>.

As condições sanitárias locais ofereciam a justificativa necessária para o projeto de Evandro Chagas: a região era assolada por várias endemias, dentre as quais a malária, a boubá, a filariose, a leishmaniose tegumentar e a leishmaniose visceral, esta última observada em suas recentes pesquisas. E não existia no Pará – ou mesmo em toda região norte – nenhum centro de pesquisa dedicado ao estudo sistematizado e profilaxia das patologias regionais, algumas com modalidades clínicas bem específicas, em razão das características ambientais da região. A criação de um instituto de pesquisas no Pará não só ampliaria o conhecimento médico na ‘desconhecida’ região amazônica, como solucionaria, a curto prazo, algumas das principais dificuldades enfrentadas por Evandro Chagas, como a falta de instalações adequadas que dessem suporte às suas investigações científicas e do necessário financiamento para sua continuidade. O financiamento era o ponto central da negociação com o governo do

---

<sup>138</sup> Sobre a história do Museu Goeldi e sua importância para a institucionalização das ciências naturais na Amazônia, ver Sanjad, 2009.

Pará, e sua proposta era a de que o IPEN fosse uma organização mantida financeiramente pelo Estado, mas diretamente subordinada ao IOC, que seria responsável pela orientação técnica das pesquisas científicas<sup>139</sup>. O plano de criação do instituto representava a extensão das atividades do IOC para a região norte, sem que isto demandasse gastos extras para Manguinhos. A instalação do IPEN, tal como foi articulada por Evandro Chagas, possibilitava ao IOC manter uma espécie de filial em outro estado, prerrogativa facultada ao instituto desde seus primeiros anos e que seria suspensa a partir de 1936<sup>140</sup>.

O empenho do cientista em obter financiamento do estado do Pará pode ser explicado pela difícil situação financeira de Manguinhos e pelo desinteresse que a direção do instituto demonstrou, nessa fase inicial, pelas suas pesquisas. Sobre o primeiro aspecto, cabe assinalar que desde a década de 1920, durante a gestão de Carlos Chagas (1917-1934), o instituto vivia um quadro de crescente estrangulamento financeiro, em razão da insuficiência das dotações orçamentárias (defasadas pela inflação e pela recessão econômica) e das altas despesas com a produção de vacinas, soros e medicamentos, que eram, em grande parte, fornecidas a empresas e órgãos públicos gratuitamente ou a preços bastante reduzidos. A crise acirrou-se durante a gestão de Cardoso Fontes (1934-1941), período em que o IOC passou por uma importante remodelação, fruto da reforma institucional promovida pelo ministro Gustavo Capanema no MES, encaminhada ao Congresso Federal em fins de 1935 e aprovada em janeiro de 1937. De acordo com esta reforma, toda a receita gerada pela venda dos produtos fabricados no IOC deveria ser transferida para a União, passando o instituto a depender exclusivamente do repasse orçamentário efetuado pelo MES. Uma outra medida, que levaria à perda da autonomia financeira do IOC, foi a proibição da fabricação e comercialização de produtos de uso veterinário, como a vacina contra o carbúnculo sintomático (doença também conhecida como ‘peste da manqueira’), que teve importância capital na sustentação das atividades científicas de Manguinhos e permitiu-lhe certa independência em relação ao governo federal. O IOC teria sua autonomia administrativa igualmente enfraquecida ao ser enquadrado como uma divisão

---

<sup>139</sup> “Introdução ao Relatório Anual do Instituto de Patologia Experimental do Norte”, s.d. (BR RJCOE EC 04.076).

<sup>140</sup> O IOC possuía desde 1906 uma filial em Belo Horizonte, que era dirigida por Ezequiel Dias. Em 1936, por ocasião das discussões no âmbito da reforma Capanema, a gerência do instituto foi transferida para a alçada do governo de Minas Gerais, sendo o IOC proibido de possuir filiais. Contudo, apesar da perda, Benchimol assinala que o IOC teve como ganho compensador a criação do IPEN que, mesmo custeado pelo estado do Pará, estava atrelado a Manguinhos e seria dirigido por um de seus pesquisadores, Evandro Chagas (Benchimol, 1990a).



na estrutura do Departamento Nacional de Saúde (DNS) do MES, quando antes estava diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Benchimol, 1990a).

Se a conjuntura institucional de Manguinhos era desfavorável ao financiamento de novos projetos de pesquisa, isto, por si só, talvez não seja suficiente para explicar a falta de apoio com a qual se deparou Evandro Chagas. É possível especular também sobre as razões particulares de Cardoso Fontes, que tinha relações profissionais e pessoais pouco amistosas com Carlos Chagas. De acordo com Chagas Filho, Cardoso Fontes fazia parte do grupo de pesquisadores do instituto que “era nitidamente contra o meu pai” durante o período em que este dirigiu o IOC. Apesar das desavenças, Carlos Chagas, antes de falecer, teria se reconciliado ou amenizado as divergências políticas com todos os seus ‘colegas-opositores’, com exceção de Cardoso Fontes (Chagas Filho, 1987, fita 7, lado B, p.90). Carlos Chagas Filho lembra ainda da apreensão gerada entre alguns pesquisadores do IOC após a morte de seu pai, por ocasião da escolha de seu sucessor:

“Quando ele morreu [Carlos Chagas], o pessoal todo [do IOC] ficou com medo. Quer dizer, o pessoal mais jovem, etc, ficou com medo que fosse o Cardoso Fontes nomeado diretor. Porque o Cardoso Fontes, porque não se dava com meu pai, sabe, tinha se afastado muitíssimo do Instituto Oswaldo Cruz. E fizeram um abaixo-assinado ao Getúlio [Vargas], que era quem nomeava, para nomear o mais antigo, que era o Figueiredo de Vasconcellos. Só duas pessoas não assinaram esse abaixo-assinado, Evandro e eu. Não que nós tivéssemos nada contra (...) o Figueiredo Vasconcellos, mas porque considerávamos que sendo filhos de Carlos Chagas não devíamos nos meter no processo. (...). E aí o Cardoso Fontes foi nomeado” (Chagas Filho, 1987, fita 5, lado B, p.63-64).

A falta de apoio de Cardoso Fontes impunha a Evandro Chagas alguns desafios adicionais, como a capacidade de se adaptar a um ambiente profissional completamente diferente daquele a que estava habituado durante o período em que seu pai dirigiu o IOC, quando, seguramente, dispunha de algumas facilidades<sup>141</sup>. A nova situação

---

<sup>141</sup> Evandro Chagas, em seus registros, nunca se referiu a nenhuma ‘facilidade’ adquirida por influência ou intermédio de seu pai. Mas é possível supor que elas existissem a partir de declarações feitas por Carlos Chagas Filho. Ao relatar o início de sua vida profissional e a de seu irmão, ele conta: “Eu tinha garantida a minha presença como estagiário do IOC, assim como acontecera cinco anos antes com meu irmão Evandro, que pode abrir a porta de sua carreira profissional sem qualquer dificuldade. Meu caso era uma exceção, mas a situação para muitos de meus colegas parecia ser duvidosa” (Carlos Chagas Filho *apud* Lima, 2009, p.89). Depoimento semelhante de Carlos Chagas Filho é citado por Darcy Fontoura de Almeida: “(...) eu trabalhava no Hospital São Francisco de Assis, onde arranjei meu primeiro emprego (...). Depois, saí de lá e fui trabalhar em Manguinhos, (...) [onde] o pessoal não queria que eu fosse contratado, pois achavam que eu era muito moço, e meu pai me contratou assim mesmo” (ver Almeida,

institucional de Manguinhos exigia-lhe ainda certo ‘jogo de cintura’ para contornar os eventuais entraves ocasionados pela falta de apoio interno. Sua primeira iniciativa à frente de um projeto de pesquisa no IOC, sem o acompanhamento ou envolvimento direto de seu pai, é bastante ilustrativa: se na gestão de Carlos Chagas a leishmaniose visceral foi tratada como uma prioridade institucional, na medida em que ele próprio determinou expressamente as investigações sobre os achados da Fundação Rockefeller, sob a nova direção tais pesquisas pareciam ter se transformado num empreendimento particular de Evandro Chagas. De acordo com Paraense

“[Evandro Chagas] foi pegar o apoio de Manguinhos e sentiu que não podia, não viu assim porque, inclusive, (...) o pai dele chegou a nomear, constituiu uma comissão com o Evandro para poder estudar o problema, mas ele morreu subitamente aí, com um ataque cardíaco. Então ficou tudo parado, aí perdeu-se um ano, depois, então, quando era o [Antônio Cardoso] Fontes, não deu apoio. [Evandro] não dizia, mas não podia contar com ele” (Paraense, 1987-89).

Sem o apoio da direção do IOC, Evandro Chagas passou a utilizar estratégias pessoais de negociação, em muito beneficiado pelo “capital simbólico” que possuía. O cientista não só fazia parte do quadro de pesquisadores de uma instituição de pesquisa de reconhecido prestígio no campo da biomedicina, como herdara, por sua origem familiar, uma posição social e um sobrenome que lhe agregava uma rede de relações, permitindo-lhe fácil trânsito e acesso junto às elites e lideranças políticas, ou grupos a elas relacionados. Como vimos, foi exatamente por meio de suas relações de amizade que o cientista levou ao conhecimento de José Carneiro da Gama Malcher, governador do Pará, o projeto para a criação do IPEN. Como bem sintetizou Lobato Paraense, “era filho do Carlos Chagas, quero dizer, já meio caminho andado” (idem). Essa ideia pressupõe que a outra ‘metade do caminho’ dependeria da forma como conjugaria o capital simbólico e social recebido à sua própria trajetória, isto é, dependeria dos usos que faria e dos sentidos que daria a esse capital herdado, num processo que evidencia, ao mesmo tempo, a singularização de sua carreira científica.

Observamos, no caso de Evandro Chagas, que o tipo de identidade (ou de identificação) a que remetia o seu nome familiar correspondia essencialmente à escolha profissional que fizera para si, como discípulo e continuador da obra de seu pai, sem que isto, aparentemente, lhe pesasse como uma imposição externa ou alheia a sua vontade. Com esta ressalva, queremos chamar a atenção para o reverso da questão: se o

capital familiar recebido permitia-lhe ‘encurtar caminhos’, como sugere Paraense, em contrapartida, este tipo de herança pode guardar em si a responsabilidade implícita (ou declarada) de ‘ter que’ honrar e cumprir determinadas expectativas, relacionadas, fundamentalmente, à continuidade da trajetória profissional que deu origem à formação deste capital simbólico. Neste sentido, cabe aqui uma breve e oportuna comparação com a carreira de seu irmão, Carlos Chagas Filho. Darcy Fontoura de Almeida, ao analisar as razões e motivações que levaram o filho mais novo de Carlos Chagas a optar pela área de física biológica na Universidade do Brasil – rompendo, nesta decisão, com uma tradição familiar de carreira científica em Manguinhos – define perfeitamente a ideia aqui apresentada:

*“Carregar um nome traz consigo um ônus maior: a obrigação de não desmerecê-lo. A partir daquele momento, então, estaria clara para Chagas Filho a obrigação de fazer o possível para elevar seu próprio nome a alturas dignas alcançadas pelo pai e pelo irmão. Para atingir esse pretendido e até mesmo necessário reconhecimento, não seria absurdo imaginar que a experiência de enfrentar uma nova proposta, em diferente disciplina, bem poderia ser vista como um caminho de mais fácil percurso”* (Almeida, 2008, p.267-268. Grifos nossos)<sup>142</sup>.

A escolha feita por Carlos Chagas Filho, que traçou para si uma outra trajetória profissional, afastada do IOC e da saúde pública e, ao mesmo tempo, distanciada da imediata associação com a carreira de seu pai e de seu irmão mais velho, representa um bom exemplo da ambiguidade subjacente – ou, em outros termos, do ônus e do bônus – que um capital social herdado carrega consigo<sup>143</sup>.

Ao optar por estratégias de negociação diretas e pessoais, podemos supor que Evandro Chagas confiava não apenas em suas habilidades individuais e no seu poder de persuasão e convencimento; talvez contasse, e em boa medida, com alguns dos ‘benefícios’ advindos de sua filiação familiar e inserção profissional no IOC. Diante da nova conjuntura institucional de Manguinhos, a negociação pessoal transformar-se-ia no principal instrumento por ele utilizado na tentativa de viabilizar e executar seus planos

---

<sup>142</sup> As motivações pessoais de Evandro Chagas e o sentido por ele atribuído a sua trajetória profissional, em oposição às escolhas de Carlos Chagas Filho, serão analisadas mais detalhadamente no capítulo 3.

<sup>143</sup> A expressão concreta dessa dualidade é novamente explicitada por Chagas Filho, quando reconhece, na plenitude de sua carreira, que “eu não faria o que fiz se não tivesse o nome que tenho” (Carlos Chagas Filho *apud* Almeida, 2008, p.263). Por outro lado, conforme demonstra Almeida, carregar o mesmo nome de Carlos Chagas, cientista de renome nacional e projeção internacional, foi, durante a juventude de Chagas Filho (ou seja, no momento crucial de escolha e de definição profissional) uma “tarefa terrível”. Isto porque, “em qualquer contexto, pensar em Carlos Chagas ao ouvir o nome de Carlos Chagas Filho seria absolutamente natural” (idem).

de trabalho. Seus primeiros esforços, nesse sentido, seriam voltados para a criação de um centro de pesquisa na região norte do país, o IPEN.

## **2.2 - De Mangueiros para a Amazônia: a criação do Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN)**

Firmado o acordo entre o governador e o diretor de Saúde Pública do Pará, Evandro Chagas procurou o deputado Aldebaro Klautau, da Comissão de Justiça da Assembléia Legislativa, para com ele estabelecer as bases do projeto de lei para a criação do IPEN, que seria redigido juntamente com o deputado Antônio Emiliano de Souza Castro, membro da Comissão de Saúde Pública e professor catedrático de doenças tropicais da Faculdade de Medicina do Pará. Ao mesmo tempo, o cientista se aproximou de líderes de diferentes bancadas para conseguir a aprovação do projeto e sua imediata votação. Dois dias depois de formalizado, o projeto de lei para a criação do instituto foi apresentado à Assembleia Legislativa, pelo deputado Klautau<sup>144</sup>. Evandro Chagas compareceu à sessão para prestar eventuais esclarecimentos, e acompanhou toda a marcha das discussões subsequentes<sup>145</sup>. O projeto seria aprovado sem grandes debates (na 3ª discussão), sendo feita uma única alteração substancial, referente ao orçamento. De acordo com o projeto original, todas as “operações de crédito” relativas ao exercício financeiro da instituição seriam de responsabilidade do governo do Pará, a quem caberia ainda entendimentos com o governo federal para obter auxílio financeiro. A emenda proposta substituíria “exercício financeiro” por “exercício de 1937”, o que significava que o novo instituto teria verba assegurada pelo governo do Pará apenas para o primeiro ano de funcionamento. Após a apresentação da emenda, um deputado leu um telegrama enviado por Cardoso Fontes ao governador, no qual reafirmava a parceria do IOC para a realização do novo empreendimento, reforçando, porém, que “espera[va] para a mesma o necessário patrocínio do governo do Estado”<sup>146</sup>. O ministro da Educação e Saúde,

---

<sup>144</sup> O projeto de lei n.97, que cria o Instituto de Patologia Experimental do Norte, foi apresentado em 27 de outubro de 1936.

<sup>145</sup> Relatório de Evandro Chagas a Antônio Cardoso Fontes, em 25.11.1936 (BR RJCOC EC 04.076).

<sup>146</sup> Cardoso Fontes qualificava a criação do IPEN como “(...) uma medida de grande alcance para a solução dos numerosos problemas de patologia regional, (...) e que vem ao encontro dos objetivos do IOC, que está vivamente empenhado nos estudos que lhe serão afetos e aos quais dará toda a cooperação de seus técnicos (...) esperando para a mesma o necessário patrocínio do governo do Estado”. Ver Diário da Assembléia do Estado do Pará, 03 de dezembro de 1936, n. 174, ano II, p.5-6 (Diários Oficiais do

Gustavo Capanema, a par do projeto de Evandro Chagas, também dirigiu um telegrama a José C. da Gama Malcher, solicitando urgência na criação do IPEN, “que se destinava a ampliar as atividades do Instituto Oswaldo Cruz, e assim, contribuir para a realização, pelo Instituto Oswaldo Cruz, de uma obra de alta significação nacional”<sup>147</sup>.

Em 10 de novembro de 1936 foi fundado, pela Lei n.59, o IPEN, e no dia seguinte aprovado seu regulamento, pelo decreto n.2346. O instituto era criado como um departamento autônomo da Diretoria Geral de Saúde Pública do Pará, e tinha como missão estudar os problemas médicos e sanitários da região norte, em especial as endemias rurais, com vistas a orientar a profilaxia e assistência médica, de acordo com os programas estabelecidos pelos serviços sanitários estadual e federal. Suas atividades abrangeriam os estados do Amazonas, Pará, Maranhão e Acre. Toda orientação técnica das pesquisas científicas do IPEN seria determinada pelo IOC, que também tinha a prerrogativa de nomear o assistente-chefe de pesquisa e escolher, em decisão conjunta com o governo do Pará, o diretor da instituição. Para a composição do quadro funcional seria privilegiada a contratação de profissionais diplomados pelas escolas médicas do Pará, nomeados por meio de concurso, sendo a banca examinadora formada pelos especialistas do IOC. Os pesquisadores teriam que realizar, obrigatoriamente, estágio inicial de seis meses em Manguinhos e trabalhar em regime de tempo integral, com disponibilidade para as viagens de campo. As seções de pesquisa e os serviços administrativos também seriam organizados pelo IOC, conjuntamente com a direção do IPEN (Estado do Pará, 1936a, 1936b). Evandro Chagas assumiu a coordenação técnico-científica do IPEN, e a direção coube a Antônio Acatauassú Nunes Filho, conforme estabelecido previamente com a direção do IOC. O novo instituto foi instalado num casarão antigo, adquirido pelo governo para este fim. Pouco tempo depois, o IPEN seria dotado de hospital, “destinado ao internamento de doentes que interessam à investigação científica”<sup>148</sup>.

O IPEN nascia sob forte ingerência do IOC e inspirado em seu modelo institucional. Evandro Chagas, cuja formação científica foi realizada conforme os preceitos da tradição de pesquisa de Manguinhos, reproduziria na nova instituição, por ele criada e organizada, alguns princípios que, na visão de Nancy Stepan, foram

---

Estado do Pará, 1º novembro a 31 dezembro de 1936, n. 12418-12464, rolo 123, microfilme – Arquivo Público do Estado do Pará).

<sup>147</sup> “Relatório Confidencial – Instituto de Patologia Experimental do Norte”, s.d (BR RJCOC EC 04.075).

<sup>148</sup> “Relatório das atividades desenvolvidas pelo Instituto de Patologia Experimental do Norte, em 1936 (Novembro e Dezembro)” (BR RJCOC EC 04.076).

particularmente importantes para impulsionar a institucionalização da medicina experimental no IOC e garantir, a longo prazo, sua consolidação como um centro de pesquisa (Stepan, 1976). A autora atribui ao IOC o pioneirismo da atividade científica institucionalizada no Brasil justamente por sua capacidade de criar uma tradição de pesquisa capaz de sobreviver aos objetivos restritos e pragmáticos pelos quais havia sido criado. Para Stepan, foi o investimento na solução de problemas em três áreas específicas que garantiu o sucesso do modelo institucional de Manguinhos, isto é, o desenvolvimento contínuo de suas atividades, originando uma tradição de pesquisa na área das ciências biomédicas. Seriam eles:

“(1) o recrutamento e treinamento de cientistas de pesquisa; (2) a criação de um relacionamento tipo cliente com o governo e outros órgãos que podiam esperar usassem os conhecimentos científicos produzidos pelo Instituto; e (3) o desenvolvimento de um programa de pesquisa que fosse exequível, atendesse às necessidades brasileiras, e apesar disso não fosse ligado muito intimamente com as preocupações locais” (idem, p.102).

Ou seja, conforme afirma Stepan, tratava-se da capacidade de conciliar o atendimento a demandas sociais que estavam concretamente relacionadas aos problemas de saúde dos brasileiros, investindo, ao mesmo tempo, na pesquisa científica de modo a produzir conhecimentos originais em sintonia com a agenda internacional<sup>149</sup>.

O regulamento do IPEN contemplaria em seu texto esses três princípios destacados pela autora. Com relação ao treinamento de pessoal, estava prevista a realização, no próprio instituto, de cursos de especialização e aperfeiçoamento em doenças tropicais para estudantes das duas últimas séries do curso médico, o que aconteceria formalmente a partir de 1939. Conforme ressalta Stepan, um programa permanente de treinamento propiciava não só a especialização profissional dos próprios quadros da instituição, mas fornecia ainda a possibilidade de novos recrutamentos. Esta era uma medida de suma importância para o desenvolvimento e manutenção das atividades científicas de instituições localizadas em regiões que careciam de profissionais especializados num dado campo de pesquisas. Isso é particularmente verdadeiro no caso do IPEN, que nesta fase inicial contava com uma pequena equipe de jovens recém-formados e sem especialização no campo da medicina tropical. Outra determinação prevista em seu regulamento era a publicação de um periódico próprio, as *Memórias do Instituto de Patologia Experimental do Norte (MIPEN)*, destinado à

---

<sup>149</sup> Sobre o argumento de Stepan e o modo pelo qual ele foi discutido na historiografia da ciência no Brasil, ver Kropf e Hochman, 2011.

divulgação dos trabalhos científicos do instituto<sup>150</sup>.

O segundo aspecto apontado por Stepan, a criação de uma relação “tipo cliente” com o governo e outros órgãos, também marcaria a identidade institucional do IPEN. Seu regulamento estabelecia como uma de suas atribuições prestar “aos serviços sanitários estaduais e ao serviço sanitário federal o concurso necessário ao esclarecimento das questões de que dependerem medidas sanitárias de interesse geral” (Brasil, 1936b). O IPEN nascia, deste modo, estreitamente vinculado às demandas da saúde pública (ou de suas políticas), tanto em âmbito estadual quanto federal. Além disso, o instituto atenderia ainda a solicitações de particulares, como a dos fazendeiros da Ilha de Marajó que recorreram a Evandro Chagas a fim de combater uma doença que atacava seus rebanhos, conhecida como “mal das cadeiras”, e que estava a prejudicar seriamente as atividades econômicas da região<sup>151</sup>. Apesar de priorizar os problemas médicos da região norte, a agenda de pesquisas desenvolvida pelo IPEN incorporou a investigação de enfermidades que também se mostravam endêmicas em outros pontos do país, obedecendo ao último ‘requisito’ assinalado por Stepan, qual seja, o desenvolvimento de um programa de pesquisa que não se restringisse aos problemas locais. O sucesso e a longevidade da experiência institucional do IOC se repetiria também no IPEN, atualmente denominado Instituto Evandro Chagas (IEC). Hoje, a instituição é reconhecida em âmbito nacional e internacional por seus estudos no campo da saúde pública e da pesquisa biomédica<sup>152</sup>.

---

<sup>150</sup> Este título, como se pode notar, faz uma clara alusão à revista publicada pelo IOC desde 1909, as *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*. Apesar de previsto no regulamento, o periódico não chegou a ser criado. No entanto, há poucos anos atrás, em 1999, a Biblioteca do IEC iniciou um projeto de resgate da produção científica do instituto, editando a coletânea “Memórias do Instituto Evandro Chagas – Série Produção Científica”, que reúne artigos científicos escritos pelos pesquisadores da instituição desde 1937. Os volumes da coletânea podem ser consultados em:

<http://bvs.iec.pa.gov.br/php/level.php?lang=pt&component=40&item=5>. Acesso em 11.12.2011.

<sup>151</sup> Sobre as pesquisas acerca do mal das cadeiras, ver, em especial, as correspondências trocadas entre Evandro Chagas e os pesquisadores do IPEN (BR RJCOE EC 04.011) e os relatórios de pesquisa enviados ao diretor do IOC (BR RJCOE EC 04.027). Os resultados das investigações sobre a enfermidade foram publicados por Jansen, 1941.

<sup>152</sup> O IEC é atualmente um órgão vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde e atua nas áreas de pesquisa biomédica e de prestação de serviços em saúde pública. Suas linhas de pesquisa envolvem investigações no campo das ciências biológicas, meio ambiente e medicina tropical. O IEC goza de significativo reconhecimento na região amazônica e possui vasta experiência em trabalhos de campo associados à pesquisa laboratorial, prestando diversos serviços no setor de vigilância epidemiológica. Além dessas atividades, o IEC investe na formação de recursos humanos para pesquisa e ações de saúde e na produção e distribuição de imunobiológicos destinados a diagnósticos laboratoriais de determinadas enfermidades. Estas informações foram retiradas do site do instituto. Ver <http://www.iec.pa.gov.br/apresenta.htm>. Acesso em 23/04/2010. Sobre a estrutura de funcionamento do IEC e de suas seções científicas, ver: Instituto Evandro Chagas, 2009.

Em relatório escrito a Cardoso Fontes, Evandro Chagas justificava a “interferência permanente” e “inequívoca” do IOC na organização e funcionamento do IPEN como um mecanismo para evitar a influência da ‘politicagem’ local nos trabalhos do instituto, em particular a nomeação de funcionários por recomendação política, o que percebia ser uma tendência dominante nas repartições do estado<sup>153</sup>. É interessante observar que Evandro Chagas, ao demarcar a ingerência de Manguinhos sobre o IPEN, promovia o ‘retorno’ do IOC à região amazônica, com uma proposta que retomava os ideais defendidos pela geração de sanitaristas que o precedeu, mas sob novas condições.

As viagens científicas do IOC à Amazônia, feitas por Oswaldo Cruz (1910) e Carlos Chagas (1912-1913), foram incursões pontuais e esporádicas, motivadas por razões de ordem econômica, tanto para desenvolver campanhas de profilaxia junto a trabalhadores acometidos pela malária, quanto para auxiliar as ações do governo federal na extração da borracha<sup>154</sup>. Das observações realizadas por esses cientistas, sobressai uma forte crítica de cunho social sobre as condições sanitárias locais e sua relação com a proliferação de doenças, que dizimavam grande parte da população local (com destaque para a malária, considerada a “campeã de mortes”). Para Carlos Chagas, a grande difusão de doenças estava relacionada à inexistência de estudos no campo da medicina experimental direcionados ao esclarecimento dessas enfermidades regionais. A principal questão era que algumas doenças, apesar de conhecidas e perfeitamente estudadas (como a malária), apresentavam-se nessas localidades sob modalidades específicas, em razão da particularidade das condições climáticas, da fauna e da vegetação, acrescentando-se o fato de existirem ainda muitas moléstias desconhecidas em todo seu quadro nosológico. A falta de assistência médica foi outro ponto destacado por Carlos Chagas, pois os poucos médicos da região concentravam sua atuação na

---

<sup>153</sup> “Relatório Confidencial – Instituto de Patologia Experimental do Norte”, s.d (BR RJCOC EC 04.075).

<sup>154</sup> Em 1910, Oswaldo Cruz foi contratado pela Madeira-Mamoré Railway Company para avaliar as condições sanitárias do rio Madeira-Mamoré e de suas margens, onde estava sendo construída a ferrovia de mesmo nome. Sua missão era propor medidas de profilaxia contra a malária, que estava acometendo um grande número de trabalhadores e inviabilizando a continuidade das obras da estrada de ferro. Já a viagem de Carlos Chagas, ocorrida entre os meses de outubro 1912 e abril de 1913, foi requisitada pela Superintendência de Desenvolvimento da Borracha, órgão ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Ele fora comissionado para realizar um estudo sobre as condições de salubridade do vale do Amazonas, e seu parecer seria utilizado para a elaboração de um plano de exploração racional da borracha amazônica, tendo em vista a crise que se abatia sobre a extração desse recurso. Sobre as expedições científicas do IOC no início do século XX, ver Thielen, et al., 1992; Lima, 1999, 2003; Schweickardt e Lima, 2007; Sá, 2009b.



capital, visitando o interior em situações extremas, como no caso de epidemias (Cruz, 1913)<sup>155</sup>.

Ao criar o IPEN, Evandro Chagas pretendia assegurar para o IOC uma base permanente de investigação científica na região amazônica e, ao mesmo tempo, transformar a pesquisa experimental (realizada a partir das investigações de campo) no principal instrumento de controle e combate das endemias rurais. Também investiria continuamente na especialização dos pesquisadores que compunham sua equipe, enviando-os ao IOC para frequentar os cursos de aperfeiçoamento em doenças tropicais, formando, assim, uma jovem geração de médicos sanitarietas nessas regiões. A associação com o projeto de ciência do IOC, personalizado na figura de seu pai, era explicitada pelo próprio Evandro Chagas, que, em carta à mãe, dizia: “É muito bom ver que tudo isto nada tem de original, mas constitui somente uma velha idéia e um velho sonho de Paizinho. Sinto-me muito feliz em poder realizá-lo”<sup>156</sup>.

Em umas das ‘tantas’ cartas escritas para apresentar seu plano de saneamento rural e angariar apoio para a sua execução, Evandro Chagas explicitava sua filiação à tradição sanitarieta do IOC:

“Você, tão bem quanto nós daqui de Manguinhos, tem uma idéia da miséria orgânica em que vive a nossa gente dos campos, e sabe que a investigação dos problemas sanitários rurais representa o elemento fundamental à realização desta grande obra de patriotismo e humanidade que é o saneamento do Brasil”<sup>157</sup>.

Seu projeto para a “grande obra de saneamento do Brasil” consistia, fundamentalmente, na fundação de instituições de pesquisa científica em diversas regiões do país, a exemplo do IPEN. Evandro Chagas estabeleceu uma divisão do território nacional em quatro setores: norte, compreendendo os estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão (já contemplado com o IPEN); nordeste, abarcando os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia; centro, abrangendo o Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso; e o setor sul, incluindo o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul<sup>158</sup>. Os institutos de

---

<sup>155</sup> Uma análise detalhada desse relatório foi feita por Schweickardt e Lima, 2007.

<sup>156</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em, 11.09.37 (BR RJCOE EC 01.003).

<sup>157</sup> Carta de Evandro Chagas a Artur da Siqueira Cavalcanti, em 21.10.1936 (BR RJCOE EC 06.001). Ao final da carta, o cientista pede que ele intervenha “junto aos elementos de mais prestígio no estado de Pernambuco” para que seu projeto de saneamento rural tenha êxito. Não conseguimos levantar nenhuma informação sobre o destinatário da carta, sendo esta a única correspondência existente entre ambos guardada no arquivo de Evandro Chagas.

<sup>158</sup> O estado de São Paulo foi excluído porque, na opinião do cientista, já possuía centros de pesquisa

pesquisa seriam sediados, respectivamente, em Belém, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre. Em cada estado do setor seriam criados laboratórios, atrelados ao instituto de pesquisa de sua região, nos quais seriam realizadas “pesquisas de emergência” e coleta de material científico. A coordenação científica de todos os institutos regionais seria dada pelo IOC<sup>159</sup>. Este projeto científico e institucional foi a base para a criação do SEGE por Evandro Chagas, como veremos mais adiante. Tal como concebido pelo cientista, o SEGE centralizaria os “estudos sobre as grandes endemias” que o IOC realizaria no país, sob a coordenação direta do cientista, conforme já ocorria com o IPEN.

Paralelamente aos trabalhos de instalação do novo instituto, Evandro Chagas tentou a colaboração de outros estados para a criação dos laboratórios de pesquisa experimental. A proposta foi bem recebida pelo governador do Amazonas, Álvaro Maia, que se comprometeu a equipar um laboratório em Manaus, custear suas despesas, fornecer o transporte para as investigações de campo e remessa do material recolhido nas pesquisas a Belém. O médico Benedito Bezerra, do Departamento de Saúde Pública do Amazonas, foi designado para trabalhar no laboratório e cumpriu um treinamento no IOC a fim de iniciar as pesquisas. Contudo, após um ano de negociação e com o trabalho já em andamento, o projeto de organização do laboratório foi vetado, sob a justificativa de que o estado não dispunha de verba<sup>160</sup>. Em carta à mãe, Evandro Chagas desabafou:

“Estou desde ontem com a cara enorme, mas não desanimei porque acho que arrumo as coisas. Imagine que o governador do Amazonas, depois de tudo combinado e depois de eu ter começado a trabalhar lá, roeu a corda. Ao Rio já havia dado conhecimento de todo o arranjo, e, com a vontade que, você sabe, existe sempre no Instituto [Oswaldo Cruz] de fazerem campanha contra mim e meu trabalho, esta vai ser uma boa oportunidade, se não conseguir aguentar a coisa. Hoje telegrafei ao Diretor do Instituto [Cardoso Fontes] e a você, mas não tenho confiança em que sejam tomadas por Manguinhos as

---

“absolutamente modelares”, além de uma instituição (o Instituto de Higiene) destinada essencialmente ao estudo dos problemas regionais.

<sup>159</sup> “Plano geral de uma organização para o estudo e pesquisa dos principais problemas da nosologia regional do país”. Documento anexado à carta de Evandro Chagas a Artur da Siqueira Cavalcanti, 21.10.1936 (BR RJCOE EC 06.001). No mesmo plano também foi exposto no seguinte documento: “Introdução ao Relatório Anual do Instituto de Patologia Experimental do Norte”, s.d. (BR RJCOE EC 04.076)

<sup>160</sup> Sobre a criação do laboratório em Manaus, ver os seguintes documentos: “Relatório Confidencial – Instituto de Patologia Experimental do Norte”, s.d (BR RJCOE EC 04.075); Ofício de Álvaro Maia a Evandro Chagas, em 26.11.1936 e carta de Benedito Bezerra a Álvaro Maia, em 06.10.1937 (BR RJCOE EC 06.012); Cartas de Evandro Chagas a Álvaro Maia, em 20.01.1937 e 17.03.1937, e carta de Evandro Chagas a Benedito Bezerra, em 11.10.1937 (BR RJCOE EC 06.013); 3 telegramas de Evandro Chagas a Álvaro Maia, entre 11.10.1937 e 18.01.1938 (BR RJCOE EC 06.014).

providências que peço, de modo que você fará o favor de fazer com que o Ministro [Gustavo Capanema] não deixe de telegrafar a Manaus”<sup>161</sup>.

Um aspecto muito importante é que, embora Evandro Chagas fosse o idealizador desse grande projeto de saneamento rural por meio da fundação de centros e laboratórios de pesquisas em todo o país, todas as referências ao trabalho que realiza eram feitas em nome do IOC, dando-lhe a feição de um projeto institucional. Mas o fato é que o cientista, nesta fase inicial, tinha da direção do instituto apenas um apoio formal, o que não significava necessariamente incentivo ou alocação de recursos para as pesquisas sobre a leishmaniose visceral ou a organização de serviços que dessem suporte ao trabalho de campo desenvolvido localmente, conforme apontamos antes. Ao comentar com a mãe sobre as dificuldades cotidianas de trabalho, Evandro Chagas queixava-se do descaso da direção do IOC:

“Há dias em que as coisas ficam um pouco pretas, especialmente por causa das autópsias. Ameaçam muito, dizem que nos vão dar pancada, mas, por enquanto, não passaram de ameaças; e creio que não passarão porque julgam que temos grande prestígio. Disse, para que todos ouvissem, que poderia requisitar a força federal, se a polícia daqui não nos garantisse, e isso foi suficiente para que não tentassem qualquer oposição. Também o avião que vem aqui buscar o material e que me leva e traz de Belém, quando necessário, dá ao pessoal a impressão de uma força enorme. Imagine se soubessem que vivemos aqui completamente abandonados e esquecidos dos nossos diretores e que nem sequer nos pagam os vencimentos a que temos direito. Tenho inveja do pessoal da [Serviço de] Febre Amarela que trabalha com toda garantia e com todos os recursos. (...) O instituto do Rio nada faz, e o daqui [o IPEN] está no período de instalação e com as verbas todas destinadas a isso”<sup>162</sup>.

Ao analisar a correspondência de Evandro Chagas, observamos que são frequentes os apelos para que o diretor do IOC, com o prestígio de seu cargo e da instituição que dirigia (ou, de acordo com suas próprias palavras, “é sempre o diretor do Instituto Oswaldo Cruz que traz um grande prestígio a qualquer instituição”<sup>163</sup>), assumisse uma postura mais ativa para garantir a realização dos acordos com os

---

<sup>161</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 18.11.37 (BR RJCOC EC 01.003). Embora não existam registros nas fontes, de relações entre Íris Chagas e o ministro Capanema (ou com pessoas ligadas a ele), é interessante observar que o cientista se vale da mãe para pedir favores e intermediar contatos. Seu pedido, expresso num tom de imposição, indica que sua mãe possuía meios ou canais de contato direto com algumas personalidades políticas, fato que talvez se explique pelas conexões políticas de sua família, de origem mineira, assim como o ministro. Vale lembrar que Íris Chagas era filha de um ex-ministro e senador da República, e seu irmão, Hélio Lobo, era diplomata de carreira. As relações políticas da família de Evandro Chagas e a idéia de uma ‘conexão mineira’ serão abordadas mais detidamente no capítulo 3.

<sup>162</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 07.06.37 (BR RJCOC EC 01.003).

<sup>163</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 21.09.37 (BR RJCOC EC 01.003).

dirigentes políticos locais, ou mesmo para que acompanhasse, eventualmente, o trabalho de pesquisa empreendido no norte e as condições sob as quais trabalhavam. O cientista esperava obter, com o envolvimento de Cardoso Fontes, mais investimento do IOC. Numa das cartas dirigidas à mãe, Evandro Chagas comentava:

“Estou a espera do Dr. Fontes depois de amanhã. (...). Fiz-lhe um programa no qual inclui a visita a todos os nossos serviços do interior. Se ele achar que não aguenta as viagens, o que é mais do que provável, [irei] levá-lo [aos] locais de avião militar. Tenho já tudo combinado e espero que, de ora por diante, obtenhamos para o trabalho daqui, mais recursos por parte de Manguinhos. Ele não pode deixar de ter boa impressão porque os técnicos do Instituto de Patologia [IPEN] estão cada dia mais acima das minhas expectativas. Trabalham demais. Imagine que estão há dois meses sem vencimentos nem diárias e nenhum só faltou ao serviço até agora ou reclamou contra a situação. Um deles está ameaçado de ser posto para fora da pensão e com a família, em Teresina, passando todas as dificuldades”<sup>164</sup>.

A falta de recursos representava o principal entrave para Evandro Chagas. Todo o orçamento que havia garantido para o IPEN era destinado à estruturação dos laboratórios e serviços administrativos, bem como ao pagamento dos funcionários (o que nem sempre – ou quase nunca – ocorria com regularidade)<sup>165</sup>. Uma das alternativas encontradas pelo cientista foi recorrer ao patrocínio privado, obtendo do empresário Guilherme Guinle uma verba mensal – chamada de “verba Guinle” – que era usada para custeio das excursões de campo, investigações de laboratório (compra de material de pesquisa) e contratação de pesquisadores<sup>166</sup>. Graças à doação de Guinle, as pesquisas do IPEN e da CEELVA puderam prosseguir de forma ininterrupta. A origem do patrocínio obtido pelo cientista decorreu das boas relações que seu pai mantinha com o industrial, que também apoiou financeiramente alguns de seus empreendimentos na saúde pública como o Centro Internacional de Leprologia, inaugurado em 1934 (Sanglard, 2008)<sup>167</sup>.

---

<sup>164</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 06.10.37 (BR RJCOC EC 01.003).

<sup>165</sup> Na prestação de contas do ano de 1937, Evandro Chagas dizia ter instalado, naquele ano, os laboratórios de Protozoologia, Bacteriologia, Epidemiologia, Anatomia Patológica, Fotografia e um Biotério provisório, para manutenção e criação de animais para experiências. Afirmava ainda ter conseguido auxílio da prefeitura de Belém para as obras de melhoria no imóvel. Ver “Relatório das atividades desenvolvidas pelo Instituto de Patologia Experimental do Norte, em 1936 (Novembro e Dezembro)”. No mesmo documento encontra-se o relatório de atividades do ano de 1937 (BR RJCOC EC 04.076).

<sup>166</sup> Não temos a data precisa de quando Evandro Chagas começou a receber a verba Guinle. Sabemos que em março de 1937 o cientista comunicou a Acatauassú Nunes Filho (diretor do IPEN) que teria o auxílio de Guinle para a realização das pesquisas sobre a leishmaniose visceral no instituto. Carta de Evandro Chagas a Acatauassú Nunes Filho, em 11.03.1937 (BR RJCOC EC 04.078).

<sup>167</sup> O mecenato científico de Guilherme Guinle será abordado no capítulo 3, quando analisaremos a criação do SEGE.

A escassez de recursos para o custeio das atividades de pesquisa do IPEN seria agravada com o corte orçamentário feito pelo governo do Pará logo após o seu primeiro ano de funcionamento. Diante deste fato, Evandro Chagas procurou Arthur Neiva e José Antônio de Figueiredo Rodrigues, para que, por intermédio desses deputados, fosse apresentado no Congresso Nacional um projeto de subvenção anual do governo federal ao IPEN<sup>168</sup>. Ao mesmo tempo, o cientista mobilizou uma rede de relações, incluindo o ministro Gustavo Capanema, a quem pediu que interviesse junto ao governador do Pará para que não fosse aprovada a redução do orçamento do instituto<sup>169</sup>. Evandro Chagas fez o mesmo pedido diretamente ao presidente Getúlio Vargas e ao Ministro da Justiça, que prometeram-lhe uma solução imediata para o caso<sup>170</sup>. Para Evandro Chagas, o corte de verbas que o governo do Pará fazia no orçamento do IPEN era motivado por uma expectativa frustrada acerca dos propósitos e das finalidades das pesquisas ali desenvolvidas. Em sua opinião, as autoridades governamentais esperavam que o instituto realizasse um trabalho orientado para a pesquisa aplicada, fosse para o tratamento e prevenção de doenças, fosse para a fabricação de soros e vacinas, talvez em comparação com o tipo de serviço e assistência também prestados pelo IOC:

“A situação do estado é financeiramente muito precária; alguns elementos do próprio governo não conseguiram ainda penetrar a vantagem da existência do instituto de pesquisas, mesmo aqueles que inicialmente, ou não se opuseram à criação ou para ela contribuíram, julgavam se fazer um instituto para o fabrico de vacinas e soros, ou uma repartição para tratamento e profilaxia das doenças regionais; e os mais otimistas achavam mesmo que seria mais um elemento para a colocação dos amigos e dos correligionários. Todos os que pensaram de jeito ou de outro estão evidentemente decepcionados e afirmam não haver vantagem em gastar tanto dinheiro para tirar sangue, furar barriga de cachorro e pegar mosquito. Há séria ameaça de redução de verbas, principalmente nos cem contos da verba material. Estou procurando amparar os golpes e penso consegui-lo. Já obtive o adiamento de qualquer providência com a promessa de que indo ao Rio em dezembro, obterei maior subvenção federal. Com isto o que espero conseguir é não só a subvenção de 300 contos pedida à antiga Câmara, mas também atos e providências do Ministério da

---

<sup>168</sup> Ver os telegramas trocados entre Evandro Chagas, Artur Neiva, Figueiredo Rodrigues e Annes Dias (BR RJCOE EC 06.014). Artur Neiva, que havia colaborado estreitamente com seu pai no estudo da doença de Chagas no IOC, rompeu com ele posteriormente, por disputas relativas às atribuições que ambos tinham no campo da saúde. Carlos Chagas dirigia o IOC, e Artur Neiva, o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Sobre a disputa entre os dois, ver Benchimol e Teixeira, 1993. Sua mãe intermediaria o contato de Evandro Chagas com Figueiredo Rodrigues, tendo telegrafado “diversas vezes” à esposa do deputado a fim de que este agendasse um encontro com seu filho. Carta de [Leoberto de Castro Ferreira] a Evandro Chagas, em 24.09.1937 (BR RJCOE EC 04.011).

<sup>169</sup> Carta de Evandro Chagas a Gustavo Capanema, em 17.12.1937 (BR RJCOE EC 06.012). Em mais um indicio de que a viúva de Carlos Chagas gozava de significativa influência nos meios políticos da época, Evandro Chagas também pede à mãe “que procure obter de nossos conhecidos aí [no Rio de Janeiro] interferência junto ao Presidente da República de modo a ser resolvido o caso da subvenção ao Instituto”. Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas. Belém, 15.11.1937 (BR RJCOE EC 01.003).

<sup>170</sup> Carta de Evandro Chagas a Antônio Acatauassú Nunes Filho, em 28.12.1937 (BR RJCOE EC 04.078).

Educação que impossibilitem o governo do Estado de reduzir os nossos orçamentos. Já ganhei tempo, o que é muito”<sup>171</sup>.

Como vemos, mesmo um filho de Carlos Chagas, apesar de seu prestígio, encontrava limites e resistências em suas estratégias de convencimento sobre a relevância da tão renomada ciência de Manguinhos.

Com o subsídio financeiro pedido ao governo federal, Evandro Chagas desejava não só garantir a continuidade das pesquisas sobre a leishmaniose visceral (que seria a parte mais afetada com o corte de verba), mas também ampliar as atividades do IPEN, “que poderá ser em época bem próxima, um centro magnífico de pesquisa e um auxiliar ótimo para o IOC”<sup>172</sup>. Considerava de suma importância que a subvenção fosse repassada ao IOC, com o fim expresso de aplicação no IPEN. Na visão do cientista, esse estratagema evitaria que o governo do Pará recebesse o dinheiro e o utilizasse para outros fins (“não há aqui qualquer moralidade administrativa e qualquer importância em dinheiro entregue ao tesouro é imediatamente aplicada em política e eleições”) e, ao mesmo tempo, evitaria que o IOC tivesse o controle absoluto sobre a disponibilização do recurso (“também entregar a Manguinhos, sem uma determinação expressa de como deve ser aplicada, seria prejudicial aos interesses do IPEN porque veríamos novos portões e novas cocheiras”<sup>173</sup>). Evandro Chagas estava ciente de que tal medida contrariava alguns interesses (pessoais) em jogo:

“Creio que vamos ter barulho porque pedi ao [deputado] Figueiredo [Rodrigues] que arranjasse a subvenção, mas que não a desse de modo algum ao estado do Pará, mas sim ao IOC (...). O governo daqui e o ‘pois não’ vão ficar furiosos. Contam com o cobre para tapetes e para comprar novos automóveis e sei lá mais o que”<sup>174</sup>.

Apesar de toda movimentação e da expectativa de que a questão fosse resolvida satisfatoriamente, Evandro Chagas preparava-se para a necessidade de ter que realizar uma drástica redução de gastos a fim de manter o IPEN em funcionamento. O corte previsto afetaria principalmente o quadro de funcionários, com a dispensa de alguns assistentes de pesquisa e de pessoal administrativo. Os pesquisadores contratados pelo

---

<sup>171</sup> Carta de Evandro Chagas a Leoberto de Castro Ferreira, em 22.11.1937 (BR RJCOE EC 04.011).

<sup>172</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas. Belém, 27.07.1937 (BR RJCOE EC 01.003).

<sup>173</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 04.10.1937 (BR RJCOE EC 01.003). Evandro Chagas pretendia ainda destinar uma parte da verba para as pesquisas no Amazonas, Acre e Maranhão, estados com situação financeira precária e que “dificilmente poderão instalar serviços por conta própria”.

<sup>174</sup> Carta de Evandro Chagas a Leoberto de Castro Ferreira, em 28.12.1937 (BR RJCOE EC 04.011). Não descobrimos a quem o cientista referia como “pois não”.

IPEN sentiam-se ameaçados porque os assistentes pagos pelo IOC eram mais especializados e, por isso, considerados de maior utilidade e proveito para o instituto<sup>175</sup>. No entanto, em janeiro de 1938, o cientista obteve o auxílio financeiro do governo federal, recurso que lhe possibilitou não só manter a estrutura de funcionamento do IPEN, tal como se encontrava, mas também ampliar seu programa de pesquisa, incluindo o estudo de outras endemias rurais, como a malária, esquistossomose, doença de Chagas, boubá, filariose e leishmaniose tegumentar. A obtenção de duas fontes ‘extras’ de financiamento – a subvenção federal e o patrocínio de Guinle – deu a Evandro Chagas maior autonomia em relação ao IOC. Dispondo dessas verbas, o cientista criaria, pouco tempo depois, o seu próprio serviço de pesquisa no IOC, o SEGE, conforme veremos no próximo capítulo.

### **2.3 - A “descoberta” de uma nova ‘doença do Brasil’**

Em fins de 1936, em menos de um ano de pesquisa, a CEELVA concluiu, a partir de investigações epidemiológicas nas zonas de foco, que o tipo de leishmaniose visceral observada na América do Sul era diferente do calazar indiano ou a leishmaniose visceral do Mediterrâneo, podendo ser considerada uma nova entidade mórbida<sup>176</sup>. Antes de Evandro Chagas e sua equipe iniciarem as pesquisas sobre a doença no Brasil, esta já vinha sendo estudada no Chaco Argentino por Cecílio Romaña, que diagnosticara alguns casos na província de Resistência, cujos aspectos eram muito semelhantes, como se verificou logo depois, àqueles diagnosticados no Brasil<sup>177</sup>. Os estudos do cientista, com quem Evandro Chagas mantinha um intercâmbio regular (e uma relação de amizade) desde sua estada na Argentina em 1935, foram incorporados ao trabalho da CEELVA e contribuíram para reforçar a hipótese da especificidade da doença no continente. Em setembro de 1936, Evandro Chagas visitou o Chaco

---

<sup>175</sup> Ver as cartas trocadas entre Evandro Chagas e Antônio Acatauassú Nunes Filho em 22.12.1937 e 28.12.1937 (BR RJCOE EC 04.078).

<sup>176</sup> Foram investigadas as seguintes localidades: Abaeté (Pará), Parnaíba e Teresina (Piauí), Mecejana, Russas, Redenção, Capistrano de Abreu, Sobral e Crato (Ceará), Olinda e Prazeres (Pernambuco), Maceió e Rio Largo (Alagoas), Aracajú e São Cristóvão (Sergipe) e Roque Saens Peña, no Chaco Argentino (Chagas; Cunha; Castro; Ferreira, 1937).

<sup>177</sup> Romaña propôs a Evandro Chagas um estudo comparativo da doença: “Porque Uds deben de saber que tengo dos casos de Kala- Azar internados en el Hospital y con maravillosos parásitos en los esfregados de punción de bazo. (...). Los casos son completos en su sintomatología clínica y los estudio con grand interes. Si pudieramos comparar los parasitos de acá e de esa!!! Será el mismo?”. Carta de Cecílio Romaña a Evandro Chagas, em 27.07.1936 (BR RJCOE EC 04.086).

Argentino em companhia de Romaña, incluindo em seu roteiro de pesquisa observações sobre as principais endemias da região<sup>178</sup>. De volta ao Brasil, o cientista redigiu uma carta ao embaixador argentino Ramón J. Cárcano, relatando a “extensa difusão” de algumas endemias rurais em províncias interioranas e propondo a criação de um centro de pesquisa experimental na província de Resistência, na região do Chaco, nos mesmos moldes que o IPEN, cujos acordos sinalizavam para a sua breve fundação<sup>179</sup>.

De acordo com as pesquisas realizadas no Brasil e na Argentina, a leishmaniose visceral na América do Sul diferenciava-se de suas congêneres pelos seguintes aspectos: era uma enfermidade esporádica e de incidência rural (não tinha o caráter endêmico/epidêmico e urbano das outras leishmanioses viscerais conhecidas); os domicílios investigados localizavam-se próximos a regiões de mata, o que levou a Comissão à suposição de que o parasito possuía um reservatório silvestre, sendo transmitido ao homem, possivelmente, por mosquitos do gênero *Flebotomus*, abundantes nas zonas percorridas (estava descartada a hipótese de infecção do homem pelo contato com animais domésticos, considerados como reservatórios naturais do parasito nos outros tipos de leishmaniose)<sup>180</sup>.

A caracterização da nova enfermidade foi definitivamente estabelecida quando, no início de 1937, Evandro Chagas e Aristides Marques da Cunha anunciaram a descoberta de uma nova espécie de protozoário do gênero *Leishmania*, que denominaram *Leishmania chagasi* (Cunha e Chagas, 1937). Os estudos preliminares indicavam a especificidade deste agente etiológico devido a sua incapacidade de infectar

---

<sup>178</sup> Relatório de Evandro Chagas a Antônio Cardoso Fontes, em 25.11.1936 (BR RJCOC EC 04.073).

<sup>179</sup> Evandro Chagas propunha a transformação do Hospital Regional de Resistência, subordinado ao Ministério das Relações Exteriores, num centro de patologia regional, cujas investigações, além do Chaco, se estenderiam às províncias de Currientes e Santa Fé, por meio da instalação de postos de pesquisa locais. A pesquisa médica, a assistência e a campanha profilática realizada nos postos locais ficariam a cargo das organizações científicas que já atuavam no interior do país, como a Mepra e o Instituto Bacteriológico de Buenos Aires. O cientista informava que no Brasil, sob a orientação do IOC, estava sendo criada uma instituição científica sob esse mesmo modelo, o IPEN. Carta de Evandro Chagas a Ramón J. Cárcano, em 19.09.1936 (BR RJCOC EC 06.001).

<sup>180</sup> Os mecanismos de transmissão (papel dos flebotomos como vetor) e as formas de contágio do homem não foram totalmente esclarecidos pela Comissão. Contudo, as pesquisas indicavam a impossibilidade de um contágio intra-domiciliar, posto que, na maior parte dos casos, apenas um morador da casa tinha a doença, estando os demais livres da infecção. Do mesmo modo, a pesquisa apontou a ausência de *Leishmanias* nos animais domésticos (cães e gatos), descartando-os como reservatório natural ou secundário do parasito. Esses fatores levaram Evandro Chagas a postular sobre a existência de um reservatório silvestre do parasito, sendo o homem infectado acidentalmente pelo hematófago transmissor, assim como os cães. Para reforçar a teoria do reservatório silvestre, um dos pilares na caracterização da autoctonia da doença, Evandro Chagas citava os estudos sobre a epidemiologia da leishmaniose tegumentar, descrita por Émile Brumpt, do Instituto Pasteur, que apontava os animais silvestres como possíveis hospedeiros do *L. brasiliensis*. Ver Chagas, Cunha, Castro, Ferreira, 1937 e Chagas, Cunha, Ferreira, Deane, Deane, Guimarães, Paumgarten, Sá, 1938.



experimentalmente cães domésticos, o que ocorria facilmente com o *L. infantum* e com o *L. dovanini*, agentes causais da leishmaniose visceral em outras regiões, como a Índia e o Mediterrâneo. Apesar de não se diferenciar morfológicamente das outras espécies de *Leishmania*, os pesquisadores observaram que o *L. chagasi* apresentava caracteres biológicos distintos, o que confirmava sua classificação como uma espécie à parte dos outros parasitos produtores de lesões viscerais. A identificação da nova espécie seria contestada pouco depois de divulgada em nota prévia, mas Evandro Chagas parece ter ignorado qualquer consideração contrária às suas pesquisas<sup>181</sup>. Insistindo nos aspectos marcadamente autóctones da moléstia e nas evidências de que esta nova espécie de parasito era o seu agente causal, Evandro Chagas e sua equipe consideraram que haviam descoberto uma nova doença, a leishmaniose visceral americana.

Em agosto de 1937, Evandro Chagas apresentaria à Academia Nacional de Medicina (ANM) os estudos realizados sobre a “nova” enfermidade. O cientista tinha a intenção de comunicar sua “descoberta” exatamente no mesmo dia em que seu pai anunciou, nesta instituição, a descoberta da tripanossomíase americana. Devido à impossibilidade de fazer coincidir as datas, Evandro Chagas planejou fazer sua conferência no dia do aniversário de Oswaldo Cruz, 05 de agosto, como uma forma de homenagear o patrono do IOC e, deste modo, reafirmar a permanência dos ideais que este transmitira aos seus discípulos: “A memória do fundador de Manguinhos é, sem dúvida, a que nos guia ainda a todos e é para garantir um ideal que dele herdamos, que nos vemos a fazer todo sacrifício”<sup>182</sup>. Apesar das projeções e de toda significação simbólica atribuída à data do evento, sua conferência não ocorreria no dia desejado, mas na semana seguinte, no dia 12 de agosto de 1937<sup>183</sup>.

Evandro Chagas qualificaria como “muito oportuna” sua conferência na ANM. Na sua opinião, era “o momento de se mostrar o que está sendo feito com o trabalho de Manguinhos e assim, mais do que com entrevistas em jornais e descomposturas, elevar

---

<sup>181</sup> Sobre a controvérsia suscitada na época acerca da identificação da *L. chagasi* como uma nova espécie do gênero *Leishmania*, ver a carta de Agnes Chagas a Evandro Chagas em 15.09.1937 (BR RJCOE EC 04.011) e o artigo publicado por S. Adler, parasitologista da Universidade Hebraica, no qual defenderia a descoberta do cientista (Adler, 1940). Nos documentos consultados durante a pesquisa, não encontramos qualquer réplica de Evandro Chagas às críticas que lhe foram dirigidas na caracterização do *L. chagasi* como uma nova espécie parasitária.

<sup>182</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 16.07.1937 (BR RJCOE EC 01.003).

<sup>183</sup> Os trabalhos dessa sessão não foram publicados no Boletim da ANM, conforme verificamos ao pesquisar os exemplares guardados na própria instituição. Só foi possível descobrir a data do discurso de Evandro Chagas através da revista *Brazil-Médico*, que publicou em uma de suas seções um resumo sobre a conferência, sob o título: “Leishmaniose Visceral Americana, causada pelo *Leishmania chagasi*”. O conteúdo da conferência foi transcrito, na íntegra, pelo *Jornal do Comércio*, 29 de agosto de 1937 (O jornal também pode ser consultado em BR RJCOE EC 01.009).

novamente o prestígio daquela casa que foi a vida para o Dr. Oswaldo e Paizinho”<sup>184</sup>. A preocupação demonstrada pelo cientista explica-se pela situação de indefinição institucional vivida pelo IOC naquele momento, quando se discutia no Congresso Federal a implementação da reforma proposta pelo ministro Gustavo Capanema no MES, aprovada em janeiro de 1937, que previa a criação de um Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP) e a transferência do IOC para o âmbito da educação, transformando-o numa instituição de cultura superior (Kropf, 2009a). Apesar da proposta não ter sido concretizada, a reforma resultou em importantes mudanças institucionais em Manguinhos e na redefinição de suas atribuições no campo da saúde pública, conforme veremos no próximo capítulo.

Poucos meses antes de fazer a comunicação na ANM, o cientista revelaria à mãe suas inquietações quanto ao destino de Manguinhos frente às novas orientações da política de saúde pública nacional: “As notícias que tenho do IOC são péssimas, e a minha apreensão é enorme. Não posso imaginar aonde nos levarão estes homens. E que diretor o nosso”<sup>185</sup>. Nesse contexto, a conferência na ANM foi percebida como uma ocasião muito propícia para evidenciar os trabalhos científicos do IOC, numa tentativa de reafirmar o prestígio e o reconhecimento social de que gozava a instituição nos ‘áureos tempos’ de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, quando Manguinhos intervinha diretamente nos rumos da saúde pública do país, por intermédio destes diretores, que também dirigiram o órgão sanitário federal. Confiante na importância que suas pesquisas adquiriam nesse quadro de instabilidade institucional, Evandro Chagas procuraria associar e agregar ‘as glórias’ de suas conquistas ao legado científico do IOC. Por isso, recomendaria a sua mãe:

“Por favor, não comente o caso da leishmaniose como sendo trabalho meu. Faça-o sempre como obra do Instituto e dos colaboradores daqui [do IPEN]. São estes jovens de quem se pode esperar um colosso e devem ser animados ao máximo. (...). Quero também que peça (...) para dar notícia aos jornais com algum detalhe, referindo-se, principalmente que se trata de uma descoberta de Manguinhos”<sup>186</sup>.

Evandro Chagas acalentava bastante expectativa em torno da conferência a ser feita na AMN: “o dia 05 [de agosto, data prevista inicialmente] vai ser de emoções

---

<sup>184</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 12.07.1937 (BR RJCOEC EC 01.003).

<sup>185</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 11.06.1937 (BR RJCOEC EC 01.003).

<sup>186</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 12.07.1937 (BR RJCOEC EC 01.003).

bastante grandes”<sup>187</sup>. O entusiasmo expresso pelo cientista parecia ser motivado não só pelos ganhos científicos que a “descoberta” de uma “nova” doença possibilitava em termos profissionais, ao conferir maior visibilidade e prestígio ao seu trabalho. Ao analisarmos as cartas escritas para sua mãe, percebemos que elas exprimem um tipo de emoção cujo significado reside, essencialmente, na dimensão simbólica do evento, no qual anunciaria, tal como fizera seu pai em 1909, a descoberta de uma nova doença que, segundo Carlos Chagas, tinha grande importância para o Brasil por ser uma “doença nacional” (Kropf, 2009a). Não por acaso, Evandro Chagas tentava coincidir a data de ambas as comunicações. Não sendo isso possível, buscava associar-se à trajetória de seu pai sob outros caminhos, anunciando o seu ‘feito científico’ no dia de nascimento de Oswaldo Cruz, de quem Carlos Chagas havia sido discípulo e sucessor direto na direção do IOC. Ao optar por essa alternativa, podemos interpretar que Evandro Chagas, além dos objetivos citados, procurava também reforçar sua identidade profissional como pesquisador do IOC e discípulo de seus grandes ‘mestres’, e demarcar, com a exposição de seu trabalho, a continuidade de uma tradição de pesquisa praticada em Manguinhos – um patrimônio científico-institucional que seu pai ajudou a construir e consolidar, seja com as pesquisas sobre a doença de Chagas, seja no período em que dirigiu a instituição. A coincidência simbólica das datas, intenção inicial de Evandro Chagas, pode ser vista como uma ação consciente de quem visava imprimir a esta tradição o emblema de sua contribuição – uma outra “descoberta”, como a que fizera seu pai anos atrás.

A associação entre a sua vocação científica e a trajetória de seu pai seria expressa à mãe em tons bastante emotivos. Para ela, Evandro Chagas se lamentaria de não ter podido proporcionar ao seu pai “esta alegria em vida”, numa espécie de compensação ao sofrimento que acreditava ter causado a sua família. Essa compensação viria da imagem pública que estava construindo para si, cada vez mais próxima da figura de seu pai, imagem esta que se contrapunha ao juízo negativo que o pai fazia sobre ele (ou que ele pensava fazer):

“(…) Imagino como ficaria contente o paizinho se aqui estivesse. Lembro-me ainda de vê-lo, dias a fio, perdendo-se a cada hora, sem comer e se alimentando apenas com o entusiasmo, a procurar doentes e barbeiros pelo interior do país. E sinto, sem dúvida, que dele recebi a mesma fé e a mesma vontade. Se não tive a oportunidade de dar-lhe esta alegria em vida, que você,

---

<sup>187</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 16.07.1937 (BR RJCOE EC 01.003).

que aí está revivendo, a cada momento, uma vida sublime, possa sentir o que é a saudade de um filho que os fez sofrer tanto”<sup>188</sup>.

Na abertura de sua conferência, o cientista evocaria a lembrança de seu pai como inspiração e modelo para sua carreira científica, e suas primeiras frases deixam entrever a grande influência que Carlos Chagas exerceu em suas motivações e escolhas profissionais. A realização dos ideais e projetos defendidos por seu pai seriam reapropriados por seu filho como um verdadeiro compromisso, e nesse sentido, Evandro Chagas se regozijaria de ser o executor da “grandiosa obra que fora o sonho de toda a sua vida”:

“Impressão, sem dúvida, das mais profundas produziram em nosso espírito as palavras com que traduziu Carlos Chagas o sentimento de piedade que o dominou quando, em 1912, descreveu as condições médico-sociais do extremo norte: ‘No imenso vale amazônico a vida humana é quase uma epopéia e, ali, a dificuldade de viver só encontra paralelo na própria facilidade de morrer’. Mal havíamos, a esse tempo, iniciado a formação médica e, nos anos que se seguiram, o convívio com aquele a quem se chamou ‘o apóstolo da redenção sanitária do homem dos campos’ bem demonstrou que os altos ideais de patriotismo e humanidade que o animavam deveriam, a um filho, constituir exemplo e diretriz.

Não permitiu o Destino que Chagas visse iniciada a grandiosa obra que fora o sonho de toda a sua vida, mas quis a Providência que sua palavra fosse ouvida pelos homens a quem estão entregues os destinos do nosso povo (...). A nós, mais pelas contingências do que por qualidades (...) coube a honra de executar as determinações oficiais e orientar o trabalho das duas primeiras organizações científicas do norte [o IPEN e o laboratório de pesquisas do Amazonas]” (Jornal do Comércio, 29 de agosto de 1937).

Um ponto interessante a se destacar refere-se à representação que Evandro Chagas construiu e projetou de seu próprio trabalho. O cientista enfatizava sempre, em seus artigos científicos e em suas declarações, o caráter pioneiro de suas investigações sobre a leishmaniose visceral americana no Brasil, qualificando os resultados de suas pesquisas como uma “descoberta”, insistindo, ao mesmo tempo, na sua caracterização como uma doença específica do país – ou, para ser mais fiel a sua terminologia, como uma doença autóctone. Novamente, é possível identificar em seu discurso referenciais que o aproximavam da trajetória de seu pai e correlacionavam suas conquistas ao principal legado científico deixado por Carlos Chagas: a descoberta de uma nova

---

<sup>188</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 16.07.1937 (BR RJCO EC 01.003). Evandro Chagas acreditava ter causado grande sofrimento a sua família, e por isso nutria um forte sentimento de culpa em relação aos pais. Consideramos que o principal motivo desse comportamento está relacionado à vida pessoal do cientista, marcada por um casamento desfeito, o afastamento da filha (que passou a viver com a mãe) e a fama de ‘boêmio’ que tinha em seu meio profissional. Essas questões serão analisadas no capítulo 3.

doença no interior do país. No entanto, a rigor, Evandro Chagas não descobriu uma *nova* doença, posto que a incidência da leishmaniose visceral na América do Sul já havia sido sugerida e relatada pela literatura médica, ainda que com poucos casos. Nesse sentido, o mérito de suas pesquisas residia na originalidade de um estudo sistematizado e detalhado sobre esta enfermidade, que resultaram na *descrição* de seus principais aspectos clínicos, epidemiológicos e patogênicos. Além disso, a identificação de uma nova espécie de parasito, a *Leishmania chagasi*, por ele apontada como o agente causal da leishmaniose visceral americana e um dos principais fatores a definir a origem autóctone da doença – e que poderia, sim, representar uma descoberta – seria revisada e contestada pouco tempo depois pelo seu principal colaborador, Aristides Marques da Cunha, pesquisador do IOC. No ano seguinte à publicação da nota prévia, em 1938, Cunha escreveria um novo artigo retificando suas considerações iniciais sobre a caracterização do *L. chagasi* como uma nova espécie parasitária. As experiências realizadas posteriormente teriam demonstrado, segundo ele, ser possível infectar cães e hamsters com culturas isoladas de casos de leishmaniose visceral americana, da mesma maneira que ocorria com as outras formas de leishmaniose. Também afirmaria que a evolução da doença se assemelhava e se aproximava de modo muito singular aos processos patogênicos observados no calazar mediterrâneo. Por essas razões, Cunha afirmou sua tendência a considerar o *L. chagasi* como sendo o mesmo parasito descrito como *L. infantum* (Cunha, 1938). Ainda hoje, a etiologia da leishmaniose visceral americana e sua origem autóctone permanecem como objeto de debate científico<sup>189</sup>.

Embora publicamente Evandro Chagas se empenhasse em consagrar suas pesquisas à continuidade da obra de Manguinhos e em associá-la à memória de seu pai, sua visão particular era a de que desempenhava um trabalho solitário – “sem o auxílio de ninguém”, em suas palavras. Como dito anteriormente, suas investigações sobre o problema da leishmaniose visceral americana receberam pouca atenção do IOC, bem como seu projeto de criação de uma instituição científica no norte do país. Vimos que o cientista agiu praticamente por conta própria em ambos os casos: negociando diretamente com as autoridades governamentais do Pará e solicitando ao empresário Guilherme Guinle uma verba mensal para complementar os gastos demandados com as

---

<sup>189</sup> Laison informa que após 50 anos da descrição da *Leishmania chagasi*, o gênero *Leishmania* sofreu uma ampla revisão, e o parasito foi reclassificado como um subgênero, espécie *Leishmania (Leishmania) chagasi*. Recentemente, a partir de técnicas modernas de análise molecular, foi comprovado que o *L. (L) chagasi* e o *L. (L) infantum* são geneticamente indistinguíveis, tratando-se, portanto, de uma mesma espécie. Sobre os estudos recentes acerca da etiologia da leishmaniose visceral americana, ver Laison, 2010; Silveira e Colbert, 2010.

investigações de campo. Em carta à mãe, ao comentar sobre o novo relatório de pesquisa que preparava, Evandro Chagas exaltaria seu esforço pessoal e os méritos individuais de suas conquistas: a descrição, em seus principais aspectos, de uma nova doença; a fundação de um centro de pesquisas na longínqua e ‘esquecida’ região amazônica; e a formação de uma nova geração de pesquisadores locais, nos quais teria incutido o ‘espírito’ da atividade científica:

“Estou já trabalhando no [relatório] deste ano [1937] que vai ser mais curioso ainda. Uma vez feito isto estará o problema da leishmaniose visceral americana esclarecido em suas bases principais, campo aberto e orientado para a investigação de todos os que tiverem interesse em prosseguir. Eu terei tido a satisfação de haver organizado um instituto de pesquisas sem o auxílio de ninguém, e que, logo no primeiro ano de existência demonstrou a mais alta capacidade de produção, contribuindo com máxima vantagem no estudo de uma nova doença humana, aumentando de modo considerável as espécies zoológicas do Brasil e esclarecendo os principais caracteres da nosologia do Baixo Amazonas. E mais do que tudo isto; terei a satisfação de ter despertado para o trabalho de investigação um bom número de homens, de ter mostrado a gente e aos governos o que deve e o que poderá ser feito por este pedaço de nossa terra”<sup>190</sup>.

A falta de apoio e de interesse de Manguinhos pelas pesquisas sobre a leishmaniose visceral americana, da qual Evandro Chagas tanto se ressentia, seria (re)compensada pela orientação institucional que ele daria ao IPEN, que teria como carro-chefe de suas pesquisas, em seu primeiro ano de funcionamento, o estudo quase que exclusivo desta enfermidade. Além de uma estrutura local para as investigações de campo, o cientista contaria ainda com o comprometimento e a dedicação dos jovens médicos que formaram a primeira geração de pesquisadores da instituição.

## **2.4 - Os discípulos de Evandro Chagas: uma nova geração de médicos sanitaristas na região amazônica**

A primeira geração de pesquisadores que ingressou no IPEN era composta basicamente por jovens recém-formados pela Faculdade de Medicina do Pará: os irmãos Leônidas e Gladstone Deane, Felipe Nery Guimarães, Benedito de Abreu Sá (farmacêutico-químico), Maria José von Paumgarten (que estava terminando o curso médico e se tornaria Maria Paumgarten Deane após o casamento com Leônidas), e

---

<sup>190</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 11.10.37 (BR RJCOC EC 01.003).

Reinaldo Damasceno, um entomologista “amador” e “praticamente adolescente”, que já trabalhava no IOC<sup>191</sup>. A preferência pela contratação de médicos locais – expressa, inclusive, na própria lei de criação do IPEN – pode ser vista como um indício da preocupação de Evandro Chagas em investir e expandir, na região, a especialização na área das doenças tropicais e infecciosas. É importante lembrar que o cientista havia dedicado grande parte de sua trajetória profissional ao ensino dessa disciplina, quando atuou como docente na FMURJ, entre os anos de 1930-1935. Seu pai, ao lado de quem trabalhou, foi um dos principais proponentes e articuladores da criação da cadeira de medicina tropical na FMURJ, em 1925, e seria nomeado para ocupar a cátedra. Mesmo exonerando-se da universidade, Evandro Chagas continuaria a lecionar a disciplina nos cursos de extensão universitária da FMURJ (o Curso Especial de Saúde Pública), que eram ministrados no IOC. Esse fato revela o envolvimento do cientista com o ensino e a importância que atribuía à formação médica. É possível supor ainda uma outra razão que tenha contribuído para a escolha de profissionais locais: a dificuldade em arregimentar para o interior médicos formados no Rio de Janeiro, que poderiam encontrar na capital do país melhores oportunidades de emprego, com boa remuneração financeira, além de condições de trabalho mais fáceis do que as exigidas pela vivência nos ‘sertões’<sup>192</sup>.

A liderança exercida por Evandro Chagas sobre seus jovens assistentes e o papel que desempenhou na formação científica de seus discípulos seria profundamente marcante para a vida profissional de alguns deles. Leônidas Deane, anos mais tarde, já reconhecido e renomado por seus estudos na área da medicina tropical, afirmaria ter sido Evandro Chagas quem despertou seu interesse pela pesquisa de campo, iniciando-o nos mistérios da carreira de pesquisador/sanitarista. Seus primeiros aprendizados foram adquiridos a partir dos exemplos dados pelo próprio ‘mestre’:

---

<sup>191</sup> Pouco tempo depois, a equipe foi ampliada com a incorporação de Otávio Mangabeira Filho (entomólogo), Geth Jansen de Melo (veterinário) e José de Madureira Pará (patologista). Além desses pesquisadores, trabalharam no IPEN, sob a coordenação de Evandro Chagas: Leoberto Castro Ferreira, Wladimir Lobato Paraense, Orlando Rodrigues da Costa, Gervásio de Brito Mello, Ruy Pondé e Bichat de Almeida Rodrigues, entre outros (Deane, 1986).

<sup>192</sup> O pai de Leônidas Deane utilizaria argumento similar ao ser comunicado pelo filho de que este abandonaria o conforto da cidade para fazer pesquisas de campo no interior. Diz Deane: “Meu pai ficou muito escandalizado quando eu disse que ia trabalhar com o Evandro Chagas: ‘Mas você vai se meter no interior! Você tem a possibilidade de ter um bom laboratório aqui’. Eu respondi: ‘Mas esse tipo de trabalho deve ser muito mais interessante do que o que eu faço’. E optei por um salário muito menor, para trabalhar com o Evandro no interior” (Deane, 1994, p.155).

“(...) realmente foi [Evandro Chagas] quem nos deu esse gosto pelo trabalho no interior. Durante toda a minha formação na Faculdade de Medicina [do Pará], eu era um cidadão, eu era de Belém. Nunca tinha saído, nunca tinha me metido no mato. E Evandro então nos levou para viver no mato realmente. (...). Ele ia na frente de tudo isso; ele dava o exemplo” (Deane, 1994, p.154).

Evandro Chagas era mais velho do grupo de pesquisadores do IPEN. Em 1937, tinha 32 anos, tendo o restante da equipe entre 20 e 26 anos (Deane, 1986). Seus assistentes eram jovens sem qualquer experiência em pesquisa de campo, e que aprenderiam junto com Evandro Chagas – ou sozinhos, conforme ocorreu em inúmeras ocasiões – a desenvolver as habilidades da profissão de pesquisador/sanitarista e a lidar com as dificuldades e os imprevistos do trabalho “no mato”. Leônidas Deane, ao lembrar das primeiras punções de baço realizadas, uma das principais técnicas para o diagnóstico parasitológico da leishmaniose visceral americana, novamente destacaria a liderança de Evandro Chagas e ressaltaria seu espírito “audacioso”, o que permitira vencer a resistência inicial da população a ser examinada. As atitudes de Evandro Chagas funcionariam como encorajamento para seus inexperientes assistentes, mas seriam vistas por Deane, à luz do tempo, como atos de quem, no afã de encontrar ‘casos’, cometia “certa irresponsabilidade”:

“Se não fosse por uma pessoa audaciosa como Evandro Chagas, acho que dificilmente teríamos persistido, porque no princípio era uma coisa bastante difícil. Os adultos não queriam, não se deixavam puncionar e também não queriam que se fizesse punção nos filhos. O Evandro insistia, lembrava os casos dos que tinham morrido diagnosticados por viscerotomia, tentava convencê-los de que fora aquela doença que não tinha sido tratada, e por isso os garotos tinham morrido. Até que eles foram deixando fazer a punção. Não houve acidente, mas que houve uma certa irresponsabilidade de nossa parte... (...) Nós éramos recém-saídos da faculdade, não tínhamos nenhuma experiência. O Evandro era muito audacioso também, porque queria encontrar os casos; então ele puncionava sistematicamente. Lógico que lá não existe cama, é só rede. As punções não podiam ser feitas em rede porque é muito difícil, tinham que ser feitas com as pessoas deitadas no chão ou então em pé. Eu me lembro que uma vez o Evandro puncionou um sujeito que estava bebendo cachaça num boteco, estava bastante bêbedo. E o Evandro: ‘Ah, esse tem baço grande, tem que puncionar. Precisamos puncioná-lo’. E puncionou este bêbedo que estava quase caindo no meio do boteco” (Deane, 1994, p.157-158)<sup>193</sup>.

---

<sup>193</sup> No relatório de pesquisa sobre a leishmaniose visceral americana publicado em 1938, há uma descrição detalhada da técnica de punção do baço: introduzia-se uma agulha de 10 cm de comprimento por 2 mm de diâmetro, ligeiramente retorcida na ponta (como a forma de um gancho), abaixo do abdômen do indivíduo. A posição dos doentes nunca foi levada em conta, e alguns eram puncionados em pé, conforme relatou Deane nesta citação. Não há qualquer referência de que os doentes fossem anestesiados para o exame, e alguns indivíduos chegaram a ser puncionados entre 10 e 20 vezes. A equipe concluiu que este foi “o processo de diagnóstico que ofereceu os melhores resultados”, em detrimento da técnica de punção do fígado, outro procedimento usado para a verificação do parasito (Chagas, Cunha, Ferreira,



Nos relatos de Deane há algumas descrições que nos revelam traços interessantes da personalidade e da conduta de Evandro Chagas. Ele se refere ao cientista como alguém

“(…) muito desorganizado, porém um homem extraordinário. Era um homem de grande inteligência (...). Mas não tinha esse tipo de organização que tinha a [Fundação] Rockefeller. Quando queria fazer qualquer coisa, era muito apressado, queria fazer logo, nem pensava muito em planificar” (Deane, 1994, p.154).

Evandro Chagas levava, em suas missões científicas de campo, armas para se defender dos animais, e as distribuía entre seus assistentes, que ainda não sabiam atirar. Também tinha uma vestimenta específica para esse tipo de trabalho, que, pela descrição de Leônidas Deane, muito se assemelhava às conhecidas imagens de aventureiros europeus nas explorações científicas de terras coloniais. Evandro Chagas era tido por Leônidas Deane como um homem “muito arrojado”, “audacioso” e “corajoso”, que achava graça dos medos e dos estranhamentos iniciais de ‘seus garotos’ citadinos face à vida na floresta. Sobre a primeira noite dormida “na selva”, Deane diria:

“E tivemos uma experiência bem especial, porque todos os ruídos – ruído dos sapos, dos grilos, etc. – para nós eram como se fossem feras. Imaginávamos onças e outros bichos desse tipo, porque não estávamos acostumados a dormir no mato. (...) O Evandro levava armas, cada um de nós tinha uma para se proteger dos bichos. (...) Na manhã seguinte, quando meu irmão [Gladstone Deane] foi calçar sua bota, tinha uma cobra dentro dela. (...) O Evandro achava tudo muito engraçado, porque era um sujeito muito corajoso. Realmente ele dava o exemplo para tudo, porque era um homem muito arrojado, audacioso, inclusive. Fazia questão de mostrar que não tinha medo de coisa alguma. Como eu disse, ele ia para essas viagens de bermudas, botas e chapéu colonial. E naturalmente os outros apetrechos, como a máquina fotográfica e o microscópio de campo, que ele usava a tiracolo também” (idem, p.155-156)<sup>194</sup>.

Wladimir Lobato Paraense, que pouco depois ingressaria na equipe de Evandro Chagas, rememora que, sob o ambiente da floresta, “tornou-se impositivo um apelido para o chefe”, sendo Evandro chamado de “Tuchaua”. E acrescenta: “ninguém tinha como demonstrar receio em segui-lo em incursões perigosas e por caminhos

---

Deane, Deane, Guimarães, Paumgarten, Sá, 1938).

<sup>194</sup> Wladimir Lobato Paraense narra em tom jocoso: “Numa tentativa de tornar menos desconfortável o trabalho sob o calor equatorial, tentou-se indumentária semelhante à dos ingleses nos trópicos, de calças curtas. Diante da reação de alguns chefes de família, zelosos pelo pudor das donzelas, os estrangeiros tiveram que voltar aos trajes clássicos” (Paraense, 2005, s.p).

sabidamente frequentado por animais ferozes (...)" (Paraense, 2005, s.p)<sup>195</sup>. Ele recorda ainda as "sérias suspeitas" que a primeira fase do trabalho de campo levantou entre as populações locais, que pareciam não compreender muito bem o intuito das investigações daqueles 'aventureiros'. Chegou-se mesmo a cogitar que "aqueles homens" estavam em busca de riquezas, talvez pela memória da relação histórica mantida e praticada por muitos 'estrangeiros' que ali aportaram. Paraense conta, de maneira quase anedótica, que para os habitantes locais:

"Aqueles homens usavam entre si palavras estranhas, como tripanossoma, que era entendida como 'trepa nos home'. Traziam na bagagem lampiões chamados 'Petromax', que os locais entendiam 'Pedro Marques'. De dia andavam perto das margens dos rios colhendo terra que era levada ao laboratório, onde à noite era peneirada e derretida à fortíssima chama do 'Pedro Marques'. De manhã surgiam com pacotes em forma de paralelepípedos (eram as lâminas com esfregaços), pacotes que os meninos pediam para carregar até o lugar de embarque para Belém e achavam muito pesados. Não havia dúvida: essa gente estava extraindo ouro" (Paraense, 2005, s.p).

Os relatos sobre o trabalho de campo empreendido pelos pesquisadores do IPEN expressam não apenas as vicissitudes da prática da medicina tropical, mas também o que a historiografia sobre o tema vem apontando quanto à dimensão cultural destes 'encontros', marcados pelo confronto de alteridades. Ainda que em alguns casos os pesquisadores relatem terem conseguido 'persuadir' a população local da importância do trabalho que estavam realizando, é bastante plausível que tenha havido fortes resistências, por exemplo, quanto ao método da punção do baço.

As excursões de campo desempenhavam papel central nas investigações científicas de Evandro Chagas. É importante salientar que nesse aspecto o cientista reforçava sua identidade profissional a Manguinhos e dava continuidade a uma tradição sanitária iniciada com as expedições científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, entre outros, pelo interior do país, no início do século XX. Foi a partir dessas viagens que os cientistas do IOC passaram a denunciar as precárias condições de vida e de saúde das populações dos 'sertões', proclamando a importância do saneamento rural para a construção de uma nova nação, bandeira que deu origem ao movimento sanitário da Primeira República (Castro-Santos, 1985; Lima e Hochman, 1996; Lima, 1999). O SEGE, que seria criado por Evandro Chagas nessa época, guardaria em seus princípios e

---

<sup>195</sup> Tuchaua é o termo pelo qual o cacique ou o chefe de uma tribo indígena é chamado no norte do país.

finalidades uma forte relação com os ideais defendidos por essa geração de sanitaristas, dentre os quais se destacou seu pai. Voltaremos a esse assunto no próximo capítulo.

A partir de 1937, já estruturado o IPEN, todo o ‘árduo’ trabalho exigido para a investigação da epidemiologia da leishmaniose visceral americana recairia sobre esses jovens assistentes. Eles fariam um estudo apurado do meio ambiente (características do terreno, clima, fauna e flora), o censo da população local (incluindo animais domésticos, como cães e gatos), o exame clínico “do maior número possível de indivíduos” (foram examinados mais de 1000 habitantes só em 1937), a captura “sistemática” de hematófagos e a busca “sistemática” de *Leishmanias* em animais silvestres<sup>196</sup>. Evandro Chagas obrigava seus assistentes a produzirem um diário individual, onde deveriam registrar suas impressões de pesquisa e os resultados obtidos nas atividades de campo e de laboratório. Cópias destes diários eram entregues ou enviadas regulamente ao cientista para observação e análise do trabalho empreendido<sup>197</sup>.

A dinâmica de trabalho do IPEN e suas condições institucionais ainda modestas e precárias – poucos assistentes, poucos recursos financeiros e laboratórios em fase de organização – traziam a Evandro Chagas recordações de histórias ouvidas sobre os primórdios de Manguinhos, quando o instituto, em condições similares, parecia sustentar-se, sobretudo, na determinação e na motivação de um mestre e de seus discípulos em torno de um “ideal de ciência”. Ele expressaria à mãe:

“Você não pode imaginar o entusiasmo dos assistentes daqui pelo trabalho. Não se poupam, não se cansam, e foi preciso que eu usasse de energia para que se dispusessem a ficar em Belém durante minha ausência. Um deles, o Leônidas [Deane], vai comigo ao Rio, à própria custa, gastando todas as economias que tem com a passagem. O que estou vendo aqui lembra o que sempre ouvi sobre o início do IOC. Faz recordar aqueles tempos em que era apenas o ideal de ciência que dominava a todos”<sup>198</sup>.

A dedicação e o afincamento com que estes jovens médicos lançavam-se à pesquisa, mesmo em condições adversas, foi reconhecido por Evandro Chagas em inúmeras circunstâncias. Ele diria numa outra carta enviada à mãe:

---

<sup>196</sup> Nesse ano (1937), as pesquisas se concentraram no Pará (municípios de Abaeté, Moju, Marapanim e Soure). Essas excursões tinham como intuito fundamental verificar a validade dos principais conceitos formulados pela CEELVA sobre a epidemiologia da leishmaniose visceral americana – e que seriam reafirmados por essas novas pesquisas. Os principais avanços obtidos nessas investigações referem-se ao conhecimento da biologia do *Leishmania chagasi*, ao processo infeccioso da doença e às formas de tratamento (Chagas, Cunha, Ferreira, Deane, Deane, Guimarães, Paumgarten, Sá, 1938).

<sup>197</sup> O arquivo pessoal de Evandro Chagas guarda alguns exemplares ou fragmentos desses diários. Ver, em especial, a série BR RJCOE EC 04.026.

<sup>198</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 27.07.1937 (BR RJCOE EC 01.003).

“Continuo bem impressionado com a evolução das pesquisas aqui, penso que esse ano [1937] já poderei fazer o que vai estimular grandemente os rapazes e integrá-los nos meios científicos de outras terras; não assinarei nenhum dos relatórios, apenas farei deles a introdução e atribuirei todos os trabalhos feitos aos novos assistentes. Penso que o que está a tornar difícil o progresso mais rápido do Instituto [IPEN] é a deficiência de verbas, agravada pelo atraso nos pagamentos. Você há de compreender que todos esses moços que tenho aqui comigo não se podem sentir completamente tranquilos e com toda a energia tendo três meses de vencimento a receber, em todo o caso têm até agora feito o milagre de suportar a situação com grande abnegação. Há um deles que já esgotou o crédito na pensão onde mora e que está obrigado a comer na casa dos outros por favor. Tudo isso é muito triste e aqui sou obrigado a fingir que não levo essas condições a sério”<sup>199</sup>.

Os problemas enfrentados no trabalho, como os constantes atrasos de pagamento, dividiam lugar com o aspecto aventureiro que a experiência da pesquisa de campo e o contato com as populações do interior por vezes assumiam. Nas reminiscências de Leônidas Deane, podemos observar suas lembranças sobre as variadas dificuldades, situações de risco e até o caráter pitoresco que tinha a tarefa de investigação científica no interior do país. Conta-nos Deane sobre o período em que trabalhou com Evandro Chagas no IPEN:

“Nos primeiros anos, as verbas eram curtas, mas sobrava o entusiasmo, e diante de nosso fanatismo profissional, os desconfortos, riscos e dificuldades eram quase sempre ignorados. Passamos grande parte de um período de dois anos (1937-1938) nas matas de Piratuba, município de Abaetetuba, no Pará, tendo como residência uma palhoça, junto a qual ficavam o ‘laboratório’ e o ‘refeitório’, sob tendas de lona; trabalhávamos do alvorecer até tarde da noite, à luz de lampião de querosene, vendo doentes, puncionando esplenomegalias, examinando cães, gatos e animais silvestres, capturando flebotomos e mosquitos, dormindo em redes às vezes armadas entre as árvores, ou no chão de barracas, paióis ou trapiches; viajávamos léguas a pé ou em barcos com motor de popa ou canoas, carregando às costas redes, mosquiteiros e parte do rancho e da parafernália necessária ao trabalho; passamos por violentas tempestades nas matas ou nos rios, naufragamos duas vezes e Evandro sofreu um sério acidente quando, viajando sozinho num bote a motor, a explosão deste provocou-lhe queimaduras que o mantiveram por muitos dias no hospital. (...) As viagens quase quinzenais de Belém a Abaetetuba em antigos aviões militares biplanos, monomotores do Correio Aéreo Nacional, com lugares para piloto e um só passageiro, com asas de lona, às vezes remendadas; uma viagem, em pequeno avião do governo do Acre, cujo piloto ainda estava com a perna engessada da última queda (...); do jacaré que quase pôs a pique a nossa canoa depois de um tiro de espingarda de Evandro, no rio Urubuputaua; ou da onça na qual passamos em fila indiana na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (...). E a autópsia que tivemos que fazer enfrentando caboclos armados de paus, foices e facões para impedi-la, eu tremendo de medo, munido de um revólver... sem balas. Recebemos repetidas ameaças de morte durante inquéritos epidemiológicos em que tínhamos que colher sangue dos moradores de áreas onde havia

---

<sup>199</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, s.d (BR RJCOE EC 01.003).

corrido o boato de que um de nós era a ‘besta-fera’, o demônio; certa vez, numa casa (...) só me permitiram o exame dos moradores depois que demonstrei não ser o Demo, fazendo, por exigência deles, o sinal da cruz diante de um crucifixo (...)” (Deane, 1986, p.59-60)<sup>200</sup>.

O IPEN, denominado atualmente de Instituto Evandro Chagas (IEC), é considerado como uma das primeiras escolas de pesquisadores de carreira em saúde pública na região amazônica<sup>201</sup>. Evandro Chagas, apesar do curto período em que permaneceu na instituição (1936-1940), desempenhou um papel importante ao estabelecer um determinado modelo de investigação científica e prática profissional, onde o trabalho de campo deveria servir às demandas sociais e à solução dos problemas de saúde pública e, ao mesmo tempo, subsidiar as pesquisas científicas sobre temas da medicina tropical. Esse modelo se manteria ao longo dos anos, consolidando para o IEC uma reconhecida tradição de pesquisa e de prestação de serviços no campo da biomedicina<sup>202</sup>. A visão de Leônidas Deane, que iniciou sua vida profissional sob a orientação de Evandro Chagas, é bastante ilustrativa:

“(...) quero ressaltar o quão importante foi, para o futuro do Instituto, ter sido criado e no princípio orientado por Evandro Chagas. (...) [Ele] comunicou ao grupo jovem de sua equipe a mística do pioneirismo e o desejo de participar do trabalho detetivesco de elucidar a transmissão das doenças de nossas populações rurais. Abria-se para nós um novo mundo, o das pesquisas de campo. Um mundo duro mais fascinante pelo seu espírito de aventura e que nos empolgou de tal maneira que se tornou o ambiente da maioria das investigações de vários de nós pelo resto da vida. Esta mística se transmitiu às posteriores gerações de pesquisadores e muito influenciou para que o Instituto

---

<sup>200</sup> Relatos semelhantes ao de Deane, sobre as ‘aventuras’ do trabalho de campo, também são narrados por Paranse (2005). O acidente envolvendo Evandro Chagas num bote a motor, mencionado por Deane, foi, de fato, bastante grave. Ele escreveria uma carta à mãe sobre o episódio, dando detalhes sobre o ocorrido: “Imagino que você deva ter levado um grande susto com as notícias que mandaram a meu respeito; sinto muito, mas não pude evitar. Quando se deu o acidente e que pedi o avião militar para me buscar em Abaeté, imaginei logo que iriam fazer grande estardalhaço, e telegrafei a você urgente; parece, entretanto, que meu telegrama não chegou a tempo de evitar o alarme. O caso poderia ter sido grave, mas tive uma sorte enorme (aliás, tenho sempre); o motor que estava limpando pegou fogo, por imprudência de um rapaz que estava ao lado, eu tinha o macacão cheio de gasolina e não pude logo apagar o fogo em mim porque se deixasse queimar o motor ele explodiria e a cidade de Abaeté, provavelmente, seria completamente queimada (é toda de madeira). Recebi ferimentos nas nádegas, no braço e na perna. A queimadura mais extensa é a da perna, que apanha todo o membro, do joelho para baixo. Em todo o caso, até agora não há infecção e creio poderá sarar logo. Foi uma cacetada não ter podido vir de Abaeté no mesmo dia, pois lá não tinha com que tratar e a coisa se aprofundou um pouco. Aqui [em Belém] o Morelli fez um bom tratamento, e não fosse a dor, estaria muito bem. Estou obrigado a uma posição extremamente incômoda porque não posso ter apoiadas nem a nádega, nem a perna. Acredito que perderei uns dez a doze dias de trabalho com a brincadeira”. Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 11.06.1937 (BR RJCO EC 01.003). O incidente envolvendo o cientista foi noticiado por alguns jornais. Ver BR RJCO EC 01.009.

<sup>201</sup> Sobre a medicina tropical e a saúde pública no estado do Amazonas, ver Schweickardt, 2011.

<sup>202</sup> Em nosso levantamento bibliográfico, não encontramos nenhum trabalho acadêmico que abordasse a história institucional do IEC. Nossa impressão é a de que a trajetória da instituição permanece ainda hoje desconhecida, figurando como objeto de estudo a ser explorado por pesquisas acadêmicas.

tenha podido trazer uma contribuição tão importante para o conhecimento da nosologia da Amazônia” (Deane, 1986, p.54).

Alguns dos discípulos de Evandro Chagas se destacariam, pouco tempo depois, em postos de gestão no âmbito da saúde pública ou no meio científico nacional<sup>203</sup>. O próprio Leônidas Deane, a quem tanto citamos, se tornou um reconhecido parasitologista, recebendo prêmios e distinções científicas por seus estudos em epidemiologia das principais doenças tropicais brasileiras, que incluíram a descoberta e a descrição de novas espécies parasitárias<sup>204</sup>. Em 1994, ele seria homenageado com a criação do Centro Regional (atual Instituto) de Pesquisa Leônidas & Maria Deane, unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Manaus (AM).

---

<sup>203</sup> Dentre os que ocuparam cargos de gestão na saúde pública, temos Almir Castro, que dirigiu o Serviço Nacional da Peste, entre 1941-1942, e Orlando Rodrigues da Silva, que dirigiu o IEC durante os anos de 1945-1954.

<sup>204</sup> O arquivo pessoal de Leônidas Deane encontra-se sob a guarda do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (DAD/COC/Fiocruz), Sobre a trajetória do cientista, além das referências indicadas em nosso trabalho, ver também as homenagens prestadas por ocasião de sua morte, em janeiro de 1993, publicadas nas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v.88. n.1. Rio de Janeiro, jan/mar, 1993. Disponível em: <http://memorias.ioc.fiocruz.br/1993p.html>. Acesso em 07.01.2012.

## CAPÍTULO 3

### **AS DOENÇAS RURAIS NA AGENDA DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ: A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ESTUDO DE GRANDES ENDEMIAS (1937-1938)**

Evandro Chagas requisitou ao governo federal, no segundo semestre de 1937, uma subvenção anual ao IOC, com a qual pretendia manter suas investigações epidemiológicas sobre a leishmaniose visceral americana e iniciar o levantamento da nosologia do vale do Amazonas, ampliando, deste modo, a agenda de pesquisa do Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN). Para o cientista, a conjuntura se mostrava muito propícia aos seus intentos junto ao governo federal: as pesquisas sobre a leishmaniose visceral americana progrediam e haviam alcançado grande visibilidade após a sua conferência na Academia Nacional de Medicina (ANM), em agosto de 1937. Aprovado o auxílio pelo Congresso Nacional, Evandro Chagas criaria o Serviço de Estudo de Grandes Endemias (SEGE) no âmbito do Instituto Oswaldo Cruz (IOC).

Neste capítulo, analisaremos os caminhos percorridos por Evandro Chagas para viabilizar e dar concretude ao seu plano de saneamento rural, proposta que embasa o projeto institucional do SEGE, que pode ser definido como uma organização científica voltada para o estudo e o combate das endemias rurais. Destacaremos que para a realização desse objetivo o cientista acionou e mobilizou uma rede de relações sociais a fim de obter os recursos financeiros necessários à execução de suas pesquisas. Esta iniciativa seria de importância vital para a sustentação das atividades do SEGE, sobretudo porque o IOC atravessava um contexto de instabilidade institucional, em razão da implantação de novas estruturas administrativas e diretrizes políticas, decorrentes da reforma promovida pelo ministro Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde (MES) – a chamada “reforma Capanema”. O patrocínio financeiro adquirido por Evandro Chagas, em especial o mecenato científico do empresário Guilherme Guinle, será ressaltado como um exemplo da importância que as redes de sociabilidade familiar tiveram para a construção de sua carreira científica. De igual modo, esse patrocínio exemplifica as interfaces e as difusas ‘redes’ que unem cientistas a outros atores e esferas do mundo social.

Nosso principal interesse consiste em compreender que tipo de inserção e recepção o projeto científico de Evandro Chagas teria no próprio IOC, e de que forma o SEGE se adequaria ao novo aparato da política sanitária federal do MES. Em diálogo

com o trabalho de Simone Kropf (2009a), analisaremos em que medida a trajetória do SEGE representa a recriação da tradição institucional de Manguinhos e expressa o posicionamento do IOC nesse novo quadro da saúde pública no pós-30. Consideramos ainda que o SEGE apresenta-se como um importante estudo de caso para compreendermos as redefinições e ressignificações que a agenda sanitária adquiriu na década de 1930. O projeto científico e institucional do SEGE guarda em seus propósitos uma estreita vinculação com o ideário do saneamento dos sertões, movimento político e intelectual que tomou forma no início do século XX. Por isso, também analisaremos de que maneira e sob que novos formatos este discurso seria reeditado frente às mudanças institucionais do governo Vargas.

Por fim, abordaremos a significação pessoal que este projeto teve para o Evandro Chagas. Nossa intenção é examinar, a partir da correspondência enviada pelo cientista a sua mãe, quais razões e sentimentos particulares interferiram na concepção e criação do SEGE. Esta documentação nos fornece indícios expressivos de que o projeto de dar continuidade ao legado da ‘escola de Manguinhos’ balizou o SEGE não apenas como projeto institucional. De modo articulado a esta dimensão, o SEGE representou, sobretudo, um projeto pessoal do filho de Carlos Chagas. As motivações científicas de Evandro Chagas estavam diretamente interligadas à maneira pela qual, numa complexa rede de atitudes, sentimentos e conflitos, ele se auto-concebia como parte da ‘família Chagas’.

### **3.1 - Uma nova organização científica no Instituto Oswaldo Cruz: o Serviço de Estudo de Grandes Endemias**

Em outubro de 1937, o presidente Getúlio Vargas fez uma visita a Manguinhos. A presença de Vargas no IOC, em pleno contexto de implementação da reforma dos serviços de saúde do país, seria muito oportuna para Evandro Chagas e também muito positiva para o próprio instituto, que vivia, nesse momento, uma situação de indefinição quanto às suas atribuições no campo da saúde pública (Kropf, 2009a). Na ocasião, Antônio Cardoso Fontes, diretor de Manguinhos, deu especial ênfase ao projeto científico desenvolvido por Evandro Chagas, voltado para o estudo das endemias rurais – em particular o estudo da leishmaniose visceral americana, que rendeu ao cientista o prestígio de ter identificado, em seus principais aspectos, uma “nova” doença humana,



tal como a anunciaria publicamente. O cientista estava ausente durante a visita do presidente, em Belém, e receberia de Leoberto de Castro Ferreira, pesquisador do IOC, notícias do evento:

“Esteve hoje visitando o Instituto S. Excia o Presidente da República. A visita foi demorada, tendo visto diversos laboratórios nos quais ouviu atenciosamente as explicações dadas pelos diferentes técnicos sobre suas especialidades. O Dr. Fontes não silenciou o seu esforço e trabalho, tendo mesmo levado ao detalhe as explicações sobre este assunto. Havia o Dr. Fontes pedido que eu desenhasse o mapa representando graficamente o seu plano da fundação de diversos institutos regionais subordinados a Manguinhos com o fim de difundir os conhecimentos nacionais de patologia. Aproveitando um mapa idêntico ao que você mantém aqui no seu laboratório, reproduzi o desenho por você feito num outro mapa (...). Gostou muito o Dr. Fontes do mapa, colocando-o na sala da Diretoria onde foi mostrado ao Presidente e onde serviu de motivo para que fizesse uma exposição dos trabalhos e pesquisas por você orientados e também justificasse o crédito há pouco pedido no Congresso para atender a tal fim. Mostrou-se o Presidente muito interessado, dando mesmo a impressão de que estava disposto a prestigiar qualquer pretensão que tivesse por fim consolidar os trabalhos já iniciados. Acompanhou o Presidente o Dr. [Artur] Neiva que foi durante toda a visita uma ótima fonte de informação para todas as perguntas formuladas pelo Presidente”<sup>205</sup>.

Artur Neiva, presente na visita de Getúlio Vargas ao IOC, foi o porta-voz de Evandro Chagas (juntamente como o deputado Figueiredo Rodrigues) no Congresso Nacional, conseguindo a aprovação de uma verba de 120 contos, destinada “ao serviço especial de inquéritos e pesquisas sobre as grandes endemias do Brasil”<sup>206</sup>. Na carta escrita a Evandro Chagas, Castro Ferreira não se enganara ao notar o interesse do presidente e sua intenção em dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo cientista. Logo no início de 1938, Evandro Chagas teve uma audiência com Getúlio Vargas, que prometeu-lhe um outro crédito de 300 contos, em caráter extraordinário, a fim de que o cientista elaborasse novos planos de pesquisa<sup>207</sup>. A promessa do presidente se concretizou num memorial enviado a João de Barros Barreto, diretor do Departamento Nacional de Saúde (DNS) e a Ernani Agrícola, diretor da Divisão de

---

<sup>205</sup> Carta de Leoberto de Castro Ferreira a Evandro Chagas, em 17.10.1937 (BR RJCOE EC 04.011). O cientista responderia à missiva: “Apreciéi extraordinariamente as notícias que me deu da visita presidencial. Parece que o nosso trabalho está frutificando e está servindo, principalmente, ao engrandecimento de Manguinhos. Que todas as promessas sejam cumpridas”. Carta de Evandro Chagas a Leoberto de Castro Ferreira, em 19.10.1937 (BR RJCOE EC 04.011).

<sup>206</sup> Diário de Evandro Chagas, 07 de janeiro de 1938 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>207</sup> Diário de Evandro Chagas, 08 de fevereiro de 1938 (BR RJCOE EC 04.026). Este crédito extraordinário seria somado à verba orçamentária já aprovada pelo Congresso Nacional, totalizando um investimento de 420 contos por parte do governo federal. A verba suplementar de 300 contos seria aprovada em 01 de agosto de 1938, pelo decreto-lei n.583 (Brasil, 1938). Diário de Evandro Chagas, 09 de agosto de 1938 (BR RJCOE EC 04.026).

Saúde Pública (DSP). Por sugestão de Barros Barreto, o inquérito epidemiológico a ser realizado por Evandro Chagas com a verba federal deveria incluir estudos sobre a esquistossomose, filariose e boubá. Ernani Agrícola, entretanto, fazia uma ressalva: a de que o plano tivesse caráter provisório, até que fosse elaborado o novo regulamento do IOC<sup>208</sup>.

A aquisição de um subsídio federal teve importância capital para a expansão das atividades de pesquisa de Evandro Chagas, e deve ser analisada em suas múltiplas dimensões. Primeiramente, ela expressa o apoio e incentivo do governo federal às pesquisas de Evandro Chagas, evidenciando ainda a visibilidade que adquiriram como projeto científico e institucional do IOC (Kropf, 2009a). Além disso, o projeto do cientista encontrava um ambiente político favorável, pois o tema das endemias rurais e do saneamento do interior figurava como uma das diretrizes das políticas públicas de saúde do Estado Novo (Hochman, 2001; Fonseca, 2007). O subsídio federal seria concedido via MES à Seção de Patologia Regional do IOC, com o fim expresso de aplicação nos “inquéritos e pesquisas sobre as grandes endemias do Brasil” – ou seja, seria dirigida diretamente à seção de Evandro Chagas. Com este substancial acréscimo orçamentário, estava parcialmente (ou momentaneamente) resolvido o principal obstáculo encontrado pelo cientista para a execução do seu ambicioso plano de “saneamento do Brasil”: a falta de dinheiro<sup>209</sup>. Dispondo de novos recursos financeiros, o cientista conseguiu alargar o programa de pesquisa de sua seção no IOC, transformando a antiga Comissão Encarregada dos Estudos sobre Leishmaniose Visceral Americana do IOC (CEELVA) na Comissão Encarregada do Estudo das Grandes Endemias do Brasil – ou Serviço de Estudo de Grandes Endemias (SEGE), tal como se referia. Com isso, a partir de 1938, doenças como a malária, esquistossomose, doença de Chagas, boubá, filariose e leishmaniose tegumentar seriam incorporadas à agenda de pesquisa de Evandro Chagas, merecendo estudos sistemáticos.

O SEGE gozava de relativa autonomia financeira em relação ao orçamento do IOC, situação possível graças às fontes de recursos extras obtidas por Evandro Chagas. De Manguinhos, o SEGE recebia apenas o repasse orçamentário destinado à

---

<sup>208</sup> Diário de Evandro Chagas, dias 22 e 23 de fevereiro de 1938 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>209</sup> Como vimos, para a realização de seu primeiro projeto de pesquisa – o estudo da leishmaniose visceral americana – Evandro Chagas precisou recorrer à colaboração dos governos estaduais, conseguindo articular com o governo do Pará um acordo para a criação do Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN). Devido à situação institucional de Manguinhos e à diminuição do orçamento da instituição, o cientista garantiria o financiamento de suas pesquisas, basicamente, a partir da cooperação com os estados (Pará e Pernambuco) e com a verba concedida por Guilherme Guinle.

manutenção do escritório central do Serviço, sediado no instituto<sup>210</sup>. Os custos dos serviços externos de pesquisa – ou seja, da pesquisa de campo realizada em diferentes estados – eram garantidos pela verba federal, pela doação mensal recebida diretamente do empresário Guilherme Guinle (a chamada “verba Guinle”), pelos recursos que o governo do Pará concedia ao IPEN, pela verba que o Estado de Pernambuco destinaria ao estudo da esquistossomose e pelo subsídio recebido da Fundação Rockefeller, a partir de 1939, para as pesquisas sobre a malária no Ceará<sup>211</sup>. Em cartas ao ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, Evandro Chagas expunha a situação financeira do SEGE, evidenciando que a subvenção federal representava a principal fonte de recursos para o desenvolvimento de suas pesquisas. Os dados orçamentários para os anos de 1937, 1938 e 1939 foram os seguintes:

<b>Orçamento em 1937</b>		<b>Orçamento em 1938</b>	
Estado do Pará	380:000\$000	Governo Federal	420:000\$000
Dr. Guilherme Guinle	48:000\$000	Estado do Pará	200:000\$000
Instituto Oswaldo Cruz	4:000\$000	Verba Guinle	110:000\$000
		Estado de Pernambuco	10:000\$000
<b>Total</b>	<b>432:000\$000</b>	<b>Total</b>	<b>740:000\$000</b>

Fonte: Carta de Evandro Chagas a Gustavo Capanema, em 08.12.1938 (GC 1935.05.27, rolo 60, fotograma 69). O documento também pode ser consultado em BR RJCOE EC 04.077.

<b>Orçamento em 1939</b>	
Governo Federal	520:000\$000
Estado do Pará	180:000\$000
Verba Guinle	100:000\$000
Estado de Pernambuco	60:000\$000
Fundação Rockefeller	56:000\$000
<b>Total</b>	<b>916:000\$000</b>

Fonte: Carta de Evandro Chagas a Gustavo Capanema, em 09.11.1939 (GC 1935.05.27, rolo 60, fotograma 271). Ver também Diário de Evandro Chagas, dia 17 de dezembro de 1938 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>210</sup> O SEGE possuía a seguinte estrutura organizacional: uma Superintendência (cargo de Evandro Chagas) e um Serviço Central, que funcionavam no IOC. Atrilado ao Serviço Central, estavam as divisões regionais de pesquisa do SEGE: Divisão Norte – IPEN, que dispunha dos seguintes serviços especiais: epidemiologia, patologia, hospital, zoologia e entomologia; Divisão Nordeste, dividida em dois setores: Setor Ceará e Setor Pernambuco, dispondo dos mesmos serviços especiais da Divisão Norte (no caso do Setor de Pernambuco, não havia o serviço especial de entomologia). As Divisões Sul e Centro estavam previstas, mas ainda não haviam sido organizadas. Carta de Evandro Chagas a Gustavo Capanema, em 09.11.1939. Arquivo Pessoal de Gustavo Capanema, Série Ministério da Educação e Saúde – Saúde e Serviço Social (doravante indicado sob a sigla GC) GC 1935.05.27, rolo 60, fotograma 271.

<sup>211</sup> As pesquisas empreendidas pelo SEGE sobre a malária, no contexto da grande epidemia que atingiu os estados do Rio Grande do Norte e Ceará entre os anos de 1938-1941, serão analisadas no capítulo 4.

A autonomia financeira adquirida pelo SEGE dependeu, essencialmente, da proximidade que Evandro Chagas tinha com as principais lideranças governamentais da área da saúde – notadamente o ministro Gustavo Capanema e o diretor do DNS, Barros Barreto, incluindo, em certa medida, o próprio presidente, com quem realizou entendimentos pessoais para a aquisição do auxílio federal<sup>212</sup>. Também conseguiria de Guilherme Guinle um patrocínio maior para o desenvolvimento de suas pesquisas sobre as endemias rurais. Por essas características, o SEGE passou a ser identificado como um serviço à parte no IOC, inseparável da figura e da liderança de Evandro Chagas. De fato, além de conquistar autonomia financeira para o SEGE, Evandro Chagas geria as atividades do serviço de modo bastante centralizado: o cientista participava ativamente das investigações de campo e viajava constantemente para observar o andamento das pesquisas; orientava seus assistentes, que eram obrigados a enviar regularmente seus diários de pesquisa; supervisionava a administração do IPEN e negociava diretamente formas de parceria e colaboração com os estados, Delegacias Federais de Saúde e instituições de pesquisa. Para a administração do SEGE, Evandro Chagas contou com o auxílio da esposa e também assistente de pesquisa Agnes Wendell Chagas, que respondia pelo SEGE durante suas ausências do IOC (em viagens) e cuidava da prestação de contas – não antes sem consultá-lo e com a sua autorização.

É importante ressaltar, entretanto, que a autonomia do SEGE não significava completa independência administrativa em relação ao IOC. Evandro Chagas continuaria a prestar contas dos trabalhos executados a Cardoso Fontes, por meio de relatórios mensais e anuais e a depender de entendimentos e da anuência do diretor de Manguinhos para que fossem assinados quaisquer acordos de cooperação entre o SEGE e órgãos governamentais. Mas, ao que tudo indica, pela análise da documentação acumulada pelo cientista, Cardoso Fontes não interferia na rotina de trabalho e nas decisões de Evandro Chagas, dando o aval do instituto para as suas iniciativas. Esta era uma postura, aliás, assumida desde o início pelo diretor de Manguinhos. Por outro lado, o cientista costumava apresentar a Cardoso Fontes ‘projetos prontos’, com bases previamente acordadas com os órgãos governamentais envolvidos na execução de seu plano de pesquisa, mantendo o diretor, quando possível (ou seja, quando não havia a

---

<sup>212</sup> Em 1940, o orçamento do governo federal para o SEGE subiu para 400 contos, acrescido da verba suplementar de 150 contos, que passou a receber em fins de 1939. No total, o governo federal passou a destinar 550 contos diretamente ao SEGE. Diário de Evandro Chagas, dia 08 de janeiro de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

necessidade da intervenção de sua autoridade), afastado de todo o processo de negociações.

Com o subsídio destinado pelo MES diretamente ao SEGE, Evandro Chagas ampliaria seu canal de comunicação com o Ministério, estreitando ainda mais suas relações com o ministro Capanema, a quem devia prestar contas do uso da verba recebida. Esta aproximação trazia em si muitas vantagens para Evandro Chagas: o MES representava uma fonte potencial de novos recursos, e o ministro Capanema a autoridade máxima e incontestável para a execução de seus empreendimentos. As visitas de Evandro Chagas ao gabinete de Gustavo Capanema eram relativamente frequentes, e o cientista não só apresentava e discutia com o ministro seus planos de pesquisa, como também era por ele consultado sobre algumas iniciativas e diretrizes políticas a serem implementadas pelo MES na área da saúde pública<sup>213</sup>.

Esta proximidade com Gustavo Capanema pode ser explicada pelas relações pessoais do cientista com o ministro e pela crescente visibilidade e prestígio que as pesquisas de Evandro Chagas adquiriam no IOC. É plausível imaginar ainda as ligações pessoais que sua família, de origem mineira (e que contava com um ex-ministro e senador da República), mantinha nos círculos políticos de Minas Gerais, estado no qual nascera Capanema e onde iniciara sua vida pública. Sobre esse aspecto, devemos acrescentar ainda que seu irmão, Carlos Chagas Filho, casou-se com a filha de Afrânio Mello Franco, político pertencente a uma família de reconhecida tradição na política mineira, e seu filho, Afonso Arinos de Mello Franco (cunhado de Carlos Chagas Filho) foi um dos grandes colaboradores do ministro Capanema (Bomeny, 2001)<sup>214</sup>. Conforme indica Helena Bomeny, Capanema trouxe para os quadros funcionais de seu ministério – ou para a sua ‘órbita’, como colaboradores – um expressivo grupo de intelectuais mineiros, com os quais mantinha forte vínculo de amizade desde a juventude em Belo Horizonte. O caso mais conhecido é o do poeta Carlos Drummond de Andrade, nomeado chefe de gabinete de seu ministério. De acordo com a autora, o convite do ministro não fora “casual ou fortuito”, e tinha seus antecedentes na relação de amizade e

---

<sup>213</sup> A relação de Evandro Chagas com o ministério Capanema será mais claramente explicitada no quinto capítulo.

<sup>214</sup> Carlos Chagas Filho casou-se com Anna Leopoldina Cesario Alvim de Mello Franco, em 1935. Ao que parece, Evandro Chagas tinha proximidade e ligação com a família da cunhada. Isto é o que sugere o trecho de uma carta escrita a sua mãe: “Muito ruins as notícias sobre o Dr. Afrânio. Se a situação se manter (sic) será necessário operá-lo e terá, depois, de ficar com sonda por fora. Vou telegrafar a ele hoje. Imagino como a Annah deve estar triste e preocupada; Carlinhos em concurso e o pai doente devem ser razões para ela estar em grande aflição”. Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 02.07.1937 (BR RJCOE EC 01.003).

de parceria profissional estabelecidas desde os tempos da atuação política de Capanema na capital mineira (Bomeny, 2001, p.25). Talvez Evandro Chagas, um intelectual do campo científico, cujo sobrenome gozava de prestígio nacional, também pudesse se inserir e se aproximar, por meio de suas relações familiares, a esta ‘conexão mineira’.

Se a origem familiar das boas relações de Evandro Chagas com o ministro Capanema é algo que podemos presumir pelas fontes, no caso das relações com Guilherme Guinle esta associação familiar é clara. A origem e o sentido da doação da “verba Guinle” devem ser entendidos a partir das relações que o industrial mantinha com seu pai, Carlos Chagas. O patrocínio financeiro do empresário às pesquisas de Evandro Chagas seria sensivelmente ampliado com a criação do SEGE – um aumento que praticamente dobrou o valor inicial da verba concedida para os estudos sobre a leishmaniose visceral americana. A doação de Guinle era feita mensalmente e usada para o pagamento de pessoal e das despesas de viagens de campo, sendo utilizada também, eventualmente, para gastos com transporte e compra de material de pesquisa. Ainda que o SEGE fosse subvencionado por acordos com os estados e pelo governo federal (suas principais fontes de receita), a “verba Guinle” possibilitava ao cientista custear algumas despesas de seu serviço sem ter que se reportar aos trâmites burocráticos do IOC ou do MÊS.

O patrocínio de Guinle à saúde e à ciência brasileira, entre os anos de 1920-1940, é qualificado por Gisele Sanglard como uma prática de mecenato científico<sup>215</sup>. A autora compreende o mecenato a partir de sua acepção clássica, como “o pagamento de um trabalho específico, o apoio deliberado à carreira de um determinado indivíduo e o apoio a uma forma de expressão com base na crença do seu valor intrínseco” (Sanglard, 2008, p.24-25). Uma das condições essenciais para o estabelecimento de uma relação de mecenato é a proximidade entre protetores e protegidos, ou seja, a existência de laços pessoais e de amizade entre o bem-feitor e o beneficiado. Essa característica está presente no mecenato praticado por Guinle, que pertencia a uma geração mobilizada em discutir e apontar caminhos para a construção de uma nova nação. De acordo com a autora, essa geração “descobre no mecenato e na filantropia uma forma de ajudar a formar a nação que almejavam” (idem, p.17). As décadas de 1920-40 assistiram a uma

---

<sup>215</sup> Sobre o mecenato do empresário Guilherme Guinle à ciência e a saúde no Rio de Janeiro (1920-1940), ver o trabalho de Sanglard, 2008. Dados biográficos sobre Guilherme Guinle podem ser consultados em Abreu, 2001 ou no site do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV): [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/guilherme\\_guinle](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/guilherme_guinle). Acesso em 09.01.2012.

expansão das ações de mecenato, seja no âmbito privado ou estatal, acompanhadas da visão de que o intelectual tinha papel fundamental na modernização do país. Predominava um espírito nacionalista que também se associava ao próprio nacionalismo de Guinle. Conforme afirma Sanglard,

“E o nacionalismo era também uma das marcas distintivas da personalidade de Guilherme, percebida em sua atuação política, nas ações empresariais ou mesmo nas várias doações que fez – que poderiam ser classificadas, nos paradigmas atuais, como culturais e de cunho filantrópico-assistencialista” (idem, p.86).

Para a autora, apesar do interesse particular do industrial pelas ações de cunho nacionalista, o mecenato por ele praticado era típico de seu tempo, e suas ações também se inscreviam em uma cultura de elite. E uma das características culturais dessa elite a que pertencia Guinle era o culto aos valores aristocráticos:

“A generosidade era também um dos distintivos da nobreza, e nesse aspecto Guilherme Guinle foi exemplar. Uma das características das suas doações era o desprendimento; nunca pedia nada em troca, nem relatório ou recibo” (idem, p. 88).

As relações de Guilherme Guinle com Carlos Chagas remontam a um trabalho que o cientista realizou junto à Companhia Docas de Santos, empresa do pai de Guilherme Guinle. Em 1905, Carlos Chagas foi contratado para combater um surto de malária na Fazenda de Itatinga, onde seria construída uma hidrelétrica para fornecer energia ao porto de Santos. Anos antes, a firma Gaffrée & Guinle (formada pelos sócios Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle, pai de Guilherme) havia obtido, mediante o compromisso de realizar obras de melhoria no porto, o direito de explorá-lo por um período de 90 anos. A Companhia Docas de Santos, fundada logo após essa concessão, encarregou-se da construção da usina, mas a malária atrapalhava o andamento das obras, chegando quase a inviabilizá-las. Carlos Chagas, que à época havia desenvolvido estudos sobre a doença em sua tese de doutoramento para o curso médico, foi designado por Oswaldo Cruz, então diretor-geral de saúde pública, para a missão. As medidas preventivas propostas por ele tiveram um rápido efeito e os trabalhos foram retomados<sup>216</sup>. De acordo com Sanglard, “a Família Guinle considera esse trabalho o marco zero de sua relação com a ciência, e seu sucesso teria motivado a gratidão por

---

<sup>216</sup> Sobre esta e outras campanhas contra a malária, empreendidas no início do século XX, ver Benchimol e Silva, 2008.

parte dos industriais para com a medicina e a ciência” (idem, p.79). A missão em Itatinga teria representado o início de uma amizade duradoura, que extravasaria o campo da ciência e se estenderia aos ‘salões’ frequentados pela família Guinle. Essa relação pode ser vista também como uma das conexões que se estabeleciam entre a ciência e as obras de infra-estrutura desencadeadas pelo processo de modernização do início da República<sup>217</sup>.

O que explica, para Sanglard, o mecenato de Guilherme Guinle a Carlos Chagas era a crença comum numa certa visão de nação – preconizada pelo movimento sanitaria – e no papel da ciência para o desenvolvimento nacional. Isso teria levado Guinle a apoiar e investir em projetos e ações de saúde pública propostas por Carlos Chagas durante o período em que foi diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP, 1920-1926), a exemplo da construção de hospitais para sífilíticos e cancerosos. Mais tarde, apoiaria um outro projeto de Carlos Chagas, o Centro Internacional de Leprologia (CIL), criado em 1931 sob os auspícios da Liga das Nações e inaugurado em 1934. A verba inicial do CIL era formada pelas contribuições (equivalentes) do industrial e do governo federal, utilizadas basicamente para o pagamento de funcionários. Sanglard destaca que Guinle participava ativamente das discussões e decisões das instituições que patrocinava<sup>218</sup>. A autora sublinha que a vida profissional de Carlos Chagas começou e terminou sob os auspícios de Guilherme Guinle: “no início, em 1905, com o trabalho de controle da malária em Itatinga; e no final, com o financiamento ao Centro Internacional de Leprologia, do IOC, em 1934, ano da morte do cientista” (idem, p.93).

Os investimentos de Guinle nos projetos científicos de Carlos Chagas seriam transferidos, após a sua morte, ao seu filho mais velho<sup>219</sup>. Além da amizade entre o seu

---

<sup>217</sup> A revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* publicou um número especial dedicado ao tema, intitulado “Caminhos, comunicações e ciências” (v.15, n.3. jul.-set. 2008).

<sup>218</sup> Sobre o Centro Internacional de Leprologia, ver Cunha, 2011.

<sup>219</sup> Evandro Chagas não seria o único a ser beneficiado pelo auxílio financeiro de Guinle. Após a sua morte, Carlos Chagas Filho herdaria o patrocínio que o industrial destinava a seu irmão. O apoio de Guinle tornou possível a construção e manutenção do laboratório de biofísica da Universidade do Brasil, transformado, em 1945, em Instituto de Biofísica. Sobre a criação do Instituto de Biofísica, ver Chagas Filho, 1987, 2000, 2010; Lima, 2009. Outro cientista beneficiado pelo mecenato de Guinle foi Walter Oswaldo Cruz, filho de Oswaldo Cruz e também pesquisador do IOC. De acordo com Sanglard, o cientista se ressentia, assim como Evandro Chagas, de seu isolamento intelectual no IOC e do pouco apoio que a instituição dirigia às suas pesquisas. Esses fatores o levaram a procurar o auxílio de Guinle, de modo a garantir o funcionamento do Laboratório de Hematologia, por ele dirigido. Para a autora, o fato de Walter Oswaldo Cruz ter trabalhado com Evandro Chagas (ambos chegaram a fazer uma viagem juntos, pelo nordeste brasileiro, em 1938) e de sua viúva, Sylvia Hasselmann, possuir laços familiares com o empresário, por meio de uma prima-irmã que era afilhada de Guinle, teria lhe fornecido algumas credenciais para aproximar-se de Guilherme Guinle. Para Sanglard, o apoio de Guinle aos filhos de



pai e o empresário, teria sido determinante para este patrocínio a proposta política subjacente ao projeto do SEGE, que retomava o tema do combate das doenças rurais como forma de promover o desenvolvimento nacional, e que em grande medida reeditava a agenda política de seu pai. Para Sanglard, Guilherme Guinle estava “investindo mais uma vez em um projeto de saúde pública com a chancela de Carlos Chagas, conforme a estrutura e a feição do SEGE pareciam representar” (idem, p.242). A autora esclarece ainda que o gesto da doação de Guinle não tinha nenhuma relação com as dificuldades financeiras vividas pelo IOC, e deve ser entendida, fundamentalmente, a partir do relacionamento pessoal e do respeito mútuo existente entre protetor e protegido, típicos da lógica do mecenato científico.

Além da verba fixa destinada mensalmente por Guinle a Evandro Chagas, Sanglard nos informa ainda que, com o advento da epidemia de malária no Ceará entre os anos de 1938-1939, o empresário teria disponibilizado mais recursos ao SEGE, para suprir os gastos urgentes que as pesquisas sobre a enfermidade demandavam naquele momento. O fato teria sido narrado por Fernando Portela, diretor superintendente do Banco Boavista (fundado por Guilherme Guinle), no *Jornal do Comércio* em 16 de junho de 1960:

“Tivemos [o Banco Boavista] a satisfação de servir de veículo à concretização de um dos seus muitos gestos de amor à causa pública, quando o Nordeste foi assolado pela epidemia de malária, importada da África durante a Guerra. A campanha estava sendo dirigida pelo saudoso higienista Evandro Chagas. O regulamento do então Ministério da Educação e Saúde exigia a prestação de contas para que fossem liberadas verbas propostas para o combate à doença. Uma rasura, uma simples mancha numa estampilha de um recibo de fornecedor era bastante para que as contas fossem impugnadas, retardando, sobremaneira, o socorro às vítimas. Certo dia, bastante aflito, Evandro Chagas procurou Guilherme Guinle, a quem contou tudo o que se passava. Este, quase em segredo, pois não era feição fazer alarde em torno de qualquer gesto filantrópico, passou então a adiantar ao higienista somas vultosas, para que o combate à malária não sofresse interrupções” (apud Sanglard, 2008, p.241-242)<sup>220</sup>.

---

Carlos Chagas e Oswaldo Cruz marca uma nova fase do mecenato do industrial, que passou a investir e a apostar em novos saberes científicos, como a hematologia e a biofísica (Sanglard, 2008).

<sup>220</sup> Cabe assinalar que a doença, transmitida pelo mosquito da espécie *Anopheles gambiae*, não foi trazida pela guerra (referindo-se o autor, provavelmente, à 2ª Guerra Mundial), e já havia sido detectado na região desde o início da década de 1930. Acresce-se ainda que o início da epidemia, em 1938, não coincide com o começo da 2ª Guerra Mundial, em 1939. Em que pese a importância da atuação de Evandro Chagas, deve-se registrar que a campanha contra o *Anopheles gambiae* não foi dirigida por ele, mas sim por Fred Soper, diretor da Divisão Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller no Brasil. Os esforços de Evandro Chagas no combate ao mosquito constituem o tema central de nosso quarto capítulo.

Esta citação serve como mote para fazermos algumas ressalvas à avaliação da natureza do patrocínio de Guinle a Evandro Chagas. A benevolência do empresário era reconhecida pelo próprio Evandro Chagas, que sempre o agradecia em seus discursos ou nos trabalhos científicos publicados. A imagem generosa de Guinle também seria reforçada por Carlos Chagas Filho em suas declarações e memórias sobre a vida profissional de seu irmão e o início de sua carreira. No entanto, o apoio quase irrestrito sugerido por essas narrativas (ideia também compartilhada por Sanglard, em muito baseada nesses relatos) tinha, na verdade, alguns limites. Quanto ao episódio narrado acima, a campanha contra a malária no nordeste (1938-1941), Evandro Chagas, de fato, solicitou ao empresário uma verba extra, a ser aplicada exclusivamente nas investigações sobre o mosquito transmissor da doença. Guinle, de imediato, aceitou investir mais recursos nas pesquisas do cientista, mas recuou em sua decisão pouco depois, oferecendo um *empréstimo* a Evandro Chagas, que seria cobrado antes mesmo do fim dos trabalhos do SEGE na região<sup>221</sup>. Apesar da grande valia que o empréstimo representava naquele momento, ele é uma prova de que as concessões de Guinle não eram irrestritas, e o cientista encontrava, ainda que eventualmente, alguns limites em seus pedidos de financiamento.

Uma outra observação a ser feita refere-se ao “desprendimento” de Guilherme Guinle, que nunca pedia “relatório ou recibo” dos gastos efetuados com suas doações (Sanglard, 2008, p.88). Embora não encontremos nos registros de Evandro Chagas nenhum indício de que o empresário exigia prestação de contas da verba dada, percebemos, no entanto, uma preocupação constante do cientista e de sua esposa (que também era sua secretária) em discriminar correta e rigorosamente todos os gastos, guardar e anexar recibos, e apresentar o relatório mensal da prestação de contas numa data regular. Esses relatórios eram entregues diretamente no escritório da Companhia Docas de Santos, empresa de Guilherme Guinle. Apesar de não haver determinações para a utilização da verba, Evandro Chagas não se sentia livre (ou à vontade) para usá-la em qualquer atividade, empregando-a principalmente no pagamento dos pesquisadores contratados (ou seja, aqueles não pertencentes ao quadro funcional do IOC) e no custeio das investigações de campo. Para exemplificar estas preocupações, recorrentes em seus escritos, destacamos um trecho de uma carta de Evandro Chagas, onde ele explica ainda

---

<sup>221</sup> O pedido de financiamento extra feito pelo cientista ao empresário foi registrado em seu diário. Ver: Diário de Evandro Chagas, dias 17 e 19 de janeiro de 1939 (BR RJCOE EC 04.026). A referência à cobrança da quantia desembolsada por Guinle consta em: Diário de Evandro Chagas, dia 13 de setembro de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

de que modo a “verba Guinle” foi deslocada para cobrir despesas com tarefas que, a rigor, não lhe competiam. A importância e a centralidade que esta segura fonte de renda assumiu na receita do SEGE podem ser entendidas, conforme evidencia o próprio cientista, pelas ‘omissões’ de Manguinhos, sendo ela também motivo de alguns ‘despropósitos’ da direção do IOC:

“1. Não tenho elementos para atender às despesas de manutenção de pessoal [em trabalho de campo]. Até há dois meses atrás o estado [do Pará] pagava-as mas, tendo se agravado a situação financeira, fui obrigado a suspendê-las. Serei obrigado, ora por diante, a permanecer, quando estiver em Belém, no próprio laboratório. Não é das coisas mais confortáveis. É certo que ao IOC competia dar-me uma diária para tais despesas mas, já que não o faz e não vejo meios de o fazer, penso ser razoável tirar tais despesas da própria comissão [Comissão Encarregada dos Estudos da Leishmaniose Visceral Americana – CEELVA]. Espero que sobre o assunto você se entenda com o Dr. Guinle. (...)”

3. Mandei o recibo de Lutz Ferrando para comprovar a despesa feita. (...)”

5. As despesas de automóvel das docas [escritório da Companhia Docas de Santos] ao Instituto [IOC] e as de automóvel a serviço do Instituto são realmente da comissão. Referem-se a transporte de material, doentes de leishmaniose, cães infectados, do navio que os traz de Abaeté para Belém [IPEN]. Uma grande parte do material colhido no interior tem de ser estudado e preparado em Belém. Cometi o engano de dizer ‘das docas ao Instituto e a serviço do Instituto’.

6. Mandarei o recibo da cozinheira. Os filmes e as ampliações foram pagos sem recibo, apenas com nota, dizem respeito a fotografias do serviço de leishmaniose e, embora deveriam ser pagos por Manguinhos, não o puderam por falta de verba na tesouraria.

7. Também julgo fora de propósito solicitar [ao Guinle] o pagamento da passagem do [Cardoso] Fontes [para Belém]. Mais fora de propósito ainda é ele ter me telegrafado pedindo que o fizesse. Você pode bem imaginar em que situação fiquei. Ele é o meu diretor, de qualquer modo, e com vontade, a todo tempo, de criar dificuldades ao meu serviço. Procurei obter do governo do estado [do Pará] e não consegui. Se tivesse recursos, fa-lo-ia (sic) do meu bolso.

8. A construção do campo para aviões prende-se ao seguinte fato: telegrafei ao Dr. Guinle perguntando se ele poderia auxiliar uma nova pesquisa que aqui devemos iniciar sobre o mal das cadeiras (...). Respondeu-me ele perguntando do que necessitava. Disse-lhe que de um campo de pouso para aviões na Ilha de Marajó ou na de Mexiana, providência esta tendente a evitar que se tenha que viajar dois dias em vez de uma hora, com o material colhido no local.

9. Quanto ao contrato do Dr. Leoberto [Castro Ferreira] julgo-o indispensável. É quem cuida de todo material da comissão no Rio. (...)”<sup>222</sup>.

Mesmo com eventuais restrições, é inegável a importância do mecenato de Guinle para o desenvolvimento e a manutenção das atividades do SEGE. O patrocínio do empresário fornece um bom exemplo do papel central que as redes de sociabilidade

---

<sup>222</sup> Carta de Evandro Chagas a Helio [?], em 11.10.1937 (BR RJCOE EC 04.011). O cientista tinha um tio diplomata chamado Hélio Lobo, que poderia ser o destinatário da carta. No entanto, as incumbências e determinações nela expressas, relacionadas à administração financeira das pesquisas de Evandro Chagas, não nos dão certeza de que fosse dirigida a ele.

herdadas por Evandro Chagas (não apenas com representantes da elite econômica, mas também da elite política, como o próprio Gustavo Capanema) tiveram na implementação de seu projeto científico. Nesse sentido, as condições que permitiram criação do SEGE revelam uma combinação entre o empenho e prestígio pessoal de Evandro Chagas e os ganhos obtidos das relações sociais de sua família.

### **3.2 - O projeto científico e institucional do SEGE: a ação conjunta do IOC e dos órgãos federais de saúde no combate às endemias rurais**

A criação de um serviço de pesquisa no IOC voltado exclusivamente para o estudo das endemias rurais do interior do país era o grande objetivo do projeto científico e pessoal de Evandro Chagas. De acordo com o cientista, a criação do SEGE “obedeceu (...) à necessidade de estender ao interior do país as atividades do Instituto [IOC], e assim esclarecer os principais problemas de patologia regional do país”<sup>223</sup>. Ele acreditava que qualquer medida de combate às endemias rurais, fosse pela prevenção ou pela terapêutica, deveria ser precedida de um estudo detalhado da nosologia regional, posto que as características ambientais locais interferiam e regulavam a forma de incidência dessas moléstias<sup>224</sup>. Neste sentido, a principal dificuldade para o combate às doenças rurais residia no fato de que grande parte das condições de incidência dessas enfermidades ainda eram pouco conhecidas ou ignoradas em seus aspectos epidemiológicos fundamentais (Chagas, 1938, p.1350)<sup>225</sup>. Além de constituírem um

---

<sup>223</sup> Carta de Evandro Chagas a Gustavo Capanema, em 08.12.1938 (GC 1935.05.27, rolo 60, fotograma 69). O mesmo documento consta do arquivo pessoal do cientista, na série BR RJCOE EC 04.077.

<sup>224</sup> Segundo os preceitos da medicina tropical mansoniana, o clima e as condições ambientais interferiam na ocorrência das doenças não como instância de determinação causal direta, como pressupunham as teorias miasmáticas vigentes até fins do século XIX, mas porque propiciavam condições específicas para a existência de certos microorganismos patogênicos, bem como, sobretudo, dos organismos que as transmitiam, como por exemplo os insetos. Esta era a ideia que Carlos Chagas defendeu em sua aula inaugural da cátedra de doenças tropicais e infecciosas, justificando a criação da especialidade (Chagas, 1935a). Segundo ele, a ideia de “doenças tropicais” não equivalia, como alguns médicos afirmavam, a uma reedição do determinismo climático típico do olhar europeu sobre os “trópicos”, mas, ao contrário, a possibilidade de se acompanhar os novos conhecimentos sobre as relações entre patógenos, vetores e seres humanos que embasavam as novas teorias emergentes no campo médico na virada do século XIX ao XX, bem como os novos recursos para combater temidas doenças, como a febre amarela e a malária, mediante o ataque ao inseto-vetor em suas condições ambientais específicas.

<sup>225</sup> Estas concepções foram apresentadas por Evandro Chagas durante uma conferência na ANM, realizada logo após o seu regresso de uma excursão pelo nordeste do país, em 1938. Apesar de referidas especialmente à situação observada em estados do nordeste brasileiro, podemos afirmar que tais considerações expressam seu ponto de vista geral acerca das medidas necessárias para o combate das doenças endêmicas do interior do país. Ver Chagas, 1938.

problema do ponto de vista médico, o estudo das endemias rurais teria ainda “um elevado significado econômico e social”, pois atenderia às “verdadeiras necessidades de saúde do nosso povo” (idem, p.1323). Evandro Chagas sintetizou suas motivações para a criação do SEGE da seguinte forma:

“O contato prolongado com o hinterland brasileiro e a observação interessada das condições médico-sociais da gente do interior fizeram com que fosse sentida vantagem em ampliar os serviços a nosso cargo para que assim fossem melhor atendidas as verdadeiras necessidades da saúde do nosso povo, com o estudo e a pesquisa de outras doenças regionais, do mais elevado significado econômico e social.

O espírito do pesquisador e a orientação técnica do trabalho científico indicaram sempre a preferência pela investigação de cada um por vez, dos problemas médicos do interior. Não vacilamos, entretanto, em colocar interesses coletivos imediatos acima das tendências exclusivas da investigação científica, atendendo principalmente a que com as dificuldades materiais, comuns em nossa terra, natural seria que fosse aproveitada a presença de técnicos especializados, em numerosas zonas do interior, a colheita de dados e elementos que permitissem formar juízo sobre as condições nosológicas locais” (ibidem).

Para Evandro Chagas, a importância médica e a significação social das patologias regionais eram os princípios fundamentais que orientavam e justificavam a criação do SEGE, concebido como uma organização científica comprometida, acima de tudo, com os “interesses coletivos”. O cientista ressaltava nesse discurso que era em prol da coletividade e dos interesses da nação que empenhava toda sua atividade de pesquisa. Dada as dificuldades financeiras de se ‘fazer ciência’ no Brasil (uma constatação que para ele era empírica), a opção mais viável foi a de recrutar e especializar médicos locais para o levantamento de dados epidemiológicos, em clara referência ao trabalho desenvolvido pelos pesquisadores do IPEN, outra instituição criada por ele.

Em carta ao ministro Capanema, na qual informava as atividades desenvolvidas pelo SEGE no ano de 1938, Evandro Chagas afirmou: “a vastidão do território e as dificuldades financeiras do Instituto [IOC] demonstraram, de início, a impossibilidade de ser realizado o programa que traçamos sem a ajuda dos estados”<sup>226</sup>. Por outro lado, ele próprio reconhecia que os estados não tinham condições de assumir qualquer campanha de combate às endemias rurais, por não disporem de recursos financeiros e nem de médicos com “instrução técnica” adequada nos serviços sanitários estaduais (Chagas, 1938, p.1350). Um de seus propósitos ao criar o SEGE era exatamente suprir

---

<sup>226</sup> Carta de Evandro Chagas a Gustavo Capanema, em 08.12.1938. GC 1935.05.27. Rolo 60, fotograma 69.

essas carências, que representavam, ao mesmo tempo, uma demanda sanitária dos governos estaduais, conforme ele próprio afirmava ter constatado pela experiência e pelo contato com o “hinterland” brasileiro, seu povo e as doenças que faziam definhar “a nossa gente do interior”<sup>227</sup>. Em carta dirigida ao ministro Capanema, em 1939, o cientista reforçava que a principal finalidade do SEGE era fornecer aos serviços executivos de saúde pública “(...) dados e elementos que permitissem a aplicação de métodos e processos racionais de terapêutica e prevenção de moléstias endêmicas rurais”<sup>228</sup>. O cientista lembrava ainda que o próprio governo federal, em 1938, “reconhecendo a necessidade de ampliação do Serviço de Estudos de Grandes Endemias abriu um crédito especial” para o prosseguimento de suas pesquisas no interior do país. Ao fim da carta, Evandro Chagas reiterava:

“Tais trabalhos devem ser ampliados de modo a que deles se possam usufruir vantagens cada vez maiores, que consistem em padronizar e racionalizar os métodos de tratamento e combate às doenças do Brasil com perfeito conhecimento de suas causas e processos de propagação”<sup>229</sup>.

Conforme aponta Simone Kropf, o SEGE surgia no novo cenário da saúde pública como uma organização científica composta por profissionais especializados na pesquisa biomédica voltada para a saúde pública, e que se auto-atribuíam a responsabilidade pela orientação técnica dos planos e das campanhas a cargo dos serviços sanitários estaduais e federais (Kropf, 2009a). A autora afirma que, nesse aspecto, o desenho institucional do SEGE se alinhava e se enquadrava ao próprio processo de reestruturação dos serviços de saúde implementados pela reforma Capanema, conforme veremos mais abaixo. Kropf adverte ainda que, embora o projeto científico de Evandro Chagas tivesse clara vinculação com o ideário de combate às endemias rurais, conforme preconizado pelo movimento sanitarista que se iniciou na década de 1910, seu plano de saneamento rural adquiriu nova dimensão e se moldou às especificidades do contexto no qual se inseriu, a década de 1930. Voltaremos também a esse assunto.

Em fins de 1939, o projeto científico e institucional do SEGE seria incorporado como parte das políticas federais para o combate às endemias rurais. Na ocasião,

---

<sup>227</sup> Carta de Evandro Chagas a Gustavo Capanema, em 11.11.1939. GC 1935.05.27. Rolo 60, fotograma 262.

<sup>228</sup> Carta de Evandro Chagas a Gustavo Capanema, em 09.11.1939. GC 1935.05.27. Rolo 60, fotograma 268.

<sup>229</sup> Idem.

Evandro Chagas foi solicitado por Capanema a elaborar um plano de cooperação entre o SEGE e os estados da União, a fim de realizar a investigação sanitária das principais endemias rurais do país<sup>230</sup>. Antes de apresentar o plano ao ministro, o cientista explicou que desde o início de suas pesquisas pelo interior do país (para estudar o problema da leishmaniose visceral americana), procurou estabelecer uma parceria com alguns governos estaduais para a criação de centros de pesquisa voltados para o estudo das principais enfermidades regionais. Seu intuito, com esta iniciativa, era recolher dados e elementos que permitissem ao IOC esclarecer os problemas da nosologia regional do país, e deste modo, auxiliar as ações e políticas sanitárias a serem executadas pelos serviços de saúde – projeto que agora ganhava a atenção do MES como uma estratégia para o combate às endemias rurais. Evandro Chagas ressaltaria, entretanto, que o projeto institucional do SEGE obedecia “a um programa já de há muito traçado pelo Professor Carlos Chagas”, aludindo, certamente, às ideias defendidas pelo pai desde o início da década de 1910 e, sobretudo, às diretrizes e ações políticas que ele empreendeu no período em que ocupou a direção do DNSP, quando promoveu a expansão dos serviços sanitários para o interior do país, por meio da criação de postos de profilaxia rural em diversos estados<sup>231</sup>.

Além do Pará, onde havia sido criado o IPEN, Evandro Chagas informava ao ministro que havia tentado estender e implementar seu projeto de fundação de instituições científicas em outras unidades da federação. No entanto, apesar do interesse demonstrado pelos governadores, alguns alegaram não ter condições de arcar com os custos do projeto, devido à falta de recursos orçamentários<sup>232</sup>. Esta foi, por exemplo, a resposta dos governos do Amazonas, Piauí e do Ceará. Em outros casos, o cientista afirmava que se viu impossibilitado de negociar com os governos estaduais em razão do reduzido número de pesquisadores de sua equipe, que não poderiam ser deslocados para outras localidades sem prejuízo dos trabalhos em andamento no SEGE. Era por este motivo que ainda não havia realizado entendimentos e nem proposto acordo aos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe. Em virtude também das dificuldades financeiras do SEGE (ou devido à “falta de elementos materiais

---

<sup>230</sup> Carta de Evandro Chagas a Gustavo Capanema, em 11.11.1939. GC 1935.05.27. Rolo 60, fotograma 262.

<sup>231</sup> Sobre a estrutura e a atuação do DNSP, ver Hochman, 1998.

<sup>232</sup> Vale lembrar que a proposta de Evandro Chagas era a de que os institutos regionais e os laboratórios de pesquisa a eles atrelados fossem subsidiados e sustentados financeiramente pelos governos estaduais de suas respectivas sedes. O IOC, representado pelo SEGE, seria responsável apenas pela orientação técnica e científica dos trabalhos de pesquisa.

indispensáveis”, nas palavras de Evandro Chagas), o cientista declarava que se via impedido de firmar parceria com os estados da região central do país, a exemplo de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo e o Rio de Janeiro, limitando sua ação nesses estados a algumas excursões para a coleta de material científico que pudesse servir, posteriormente, para a elaboração de um plano sistematizado de pesquisa<sup>233</sup>. Quanto a Minas Gerais, Evandro Chagas informava ao ministro que, em parceria com o Instituto Biológico Ezequiel Dias, antiga filial do IOC e que foi incorporado ao governo estadual em 1936, havia estabelecido recentemente um novo posto de trabalho do SEGE, destinado especialmente ao estudo da doença de Chagas<sup>234</sup>. Os trabalhos na região começaram em outubro de 1939, e foram conduzidos por Amilcar Viana Martins, pesquisador do instituto e professor de parasitologia da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte<sup>235</sup>. Como se nota, apesar do empenho e da ‘boa intenção’, ‘na prática’ o cientista só conseguiu estabelecer acordos de cooperação com os governos dos estados do Pará e de Pernambuco.

Com relação a Pernambuco, foi instalado, em dezembro de 1938, um laboratório em Recife, voltado exclusivamente para o estudo da esquistossomose, doença de grande incidência regional. O estado forneceu todo o pessoal técnico para as pesquisas, cabendo ao SEGE a orientação científica dos trabalhos e a compra do material de laboratório, sendo as despesas igualmente divididas entre o IOC e o governo de Pernambuco. As pesquisas desenvolvidas em Recife passaram a constituir a Comissão de Estudos de Patologia Experimental do Nordeste (CEPEN), integrada ao SEGE. A direção da CEPEN foi entregue ao médico Aggeu Magalhães, irmão do interventor federal Agamenon Magalhães e principal articulador e intermediário das negociações de Evandro Chagas com o governo estadual. O objetivo da CEPEN era promover um inquérito epidemiológico sobre a esquistossomose, por meio de estudos sobre a biologia do verme e do seu hospedeiro intermediário, e do mapeamento das áreas de maior endemicidade<sup>236</sup>.

---

<sup>233</sup> Vale lembrar, novamente, que essa divisão geográfica corresponde à delimitação setorial estabelecida por Evandro Chagas para executar seu plano de saneamento rural, conforme explicado no capítulo 2.

<sup>234</sup> Carta de Evandro Chagas a Gustavo Capanema, em 11.11.1939. GC 1935.05.27. Rolo 60, fotograma 262.

<sup>235</sup> Sobre as negociações do cientista com o Instituto Biológico Ezequiel Dias, ver, em especial, os diários de Evandro Chagas (BR RJCOE EC 04.026). As pesquisas desenvolvidas pelo SEGE em Minas Gerais acerca da doença de Chagas foram decisivas para a continuidade dos estudos sobre a enfermidade e para o seu reconhecimento científico e social. Ver Kropf, 2009a.

<sup>236</sup> O projeto inicial de criação de um instituto de pesquisa em Recife data de 1937, mas na ocasião o estado não dispunha de verbas suficientes para sua concretização. Mesmo assim, Evandro Chagas firmou um acordo de cooperação com Aggeu Magalhães, professor titular da cadeira de Anatomia Patológica da



Em seguida a essa exposição, em que traçou um histórico de suas iniciativas e ações junto aos governos estaduais para a elaboração de acordos de cooperação, Evandro Chagas submeteu ao ministro Capanema suas sugestões para a formulação de um “plano conjunto para o estudo das grandes endemias nos diferentes estados”. Sua proposta era a de que o MES, por intermédio do SEGE, enviasse pesquisadores a cada uma das unidades da federação, com a finalidade de verificar as doenças de maior importância médica e social. Concluído este inquérito preliminar, Evandro Chagas indicaria a fundação de institutos de pesquisa em cada uma das regiões do país, que constituiriam a sede das investigações científicas. Em cada estado das respectivas regiões seriam fundados laboratórios diversos, localizados nas zonas de maior foco endêmico. Os institutos de pesquisa seriam mantidos pelas contribuições orçamentárias dos governos estaduais e do governo federal, em igual proporção, mas sua administração e direção seriam encargos dos estados. A fim de que as investigações obedecessem a um mesmo “critério científico” e seguissem um padrão uniforme em todos os institutos, o cientista recomendava subordinar a orientação técnica das pesquisas ao IOC, que seria representado pelo SEGE, a quem caberia ainda escolher e treinar todos os pesquisadores dos institutos regionais<sup>237</sup>.

O que Evandro Chagas faz, de modo claro e inequívoco, é oferecer ao ministro Capanema o projeto científico e institucional do SEGE como o veículo primordial para que o MES implementasse sua política de combate às endemias rurais. Caberia a ele e a sua equipe de pesquisadores orientar e liderar todas as pesquisas e estudos científicos sobre as endemias rurais do país, fornecendo aos órgãos estaduais e federais de saúde, que tinham a prerrogativa da execução de campanhas e ações sanitárias, subsídios para a implementação de políticas de saúde pública. Conquistando o apoio e a adesão do ministro e, sobretudo, o auxílio financeiro do MES, o cientista conseguiria superar a principal barreira para a concretização de seu plano de saneamento rural: a falta de

---

Faculdade de Medicina do Recife e diretor do Serviço de Verificação de Óbitos do Departamento de Saúde do Estado de Pernambuco, que destinava-se à realização de autópsias em pessoas que haviam falecido de causas desconhecidas e sem assistência médica. Os trabalhos da CEPEN foram publicados por Magalhães, Coutinho, Gouvêa, Lucena, Ignácio, 1940. Sobre o processo de negociação entre o IOC e o estado de Pernambuco ver, em especial, as seguintes séries do fundo Evandro Chagas: BR RJCOE EC 04.011; BR RJCOE EC 04.026; BR RJCOE EC 04.077; BR RJCOE EC 06.004. Alguns anos depois da criação da CEPEN, foi fundado no estado de Pernambuco, em 1950, o Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM), voltado para a pesquisa e profilaxia de doenças endêmicas que atingiam a população nordestina. Em 1970, o CPqAM foi incorporado à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e funciona, atualmente, no *campus* da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Essas informações foram retiradas do site da instituição: <http://www.cpqam.fiocruz.br/>. Acesso em 23.01.2012.

<sup>237</sup> Carta de Evandro Chagas a Gustavo Capanema, em 11.11.1939. GC 1935.05.27. Rolo 60, fotograma 262.

recursos para a realização das investigações sanitárias e para a contratação de pesquisadores, problemas que ele próprio apontou ao ministro na introdução de seu plano de cooperação com os estados. No ano seguinte, em 1940, quando começou a ser discutido no MES um novo projeto de reforma dos serviços de saúde (e que seria implementado em 1941), Evandro Chagas apresentaria ao ministro Capanema uma proposta ainda mais ambiciosa: a de transformar o SEGE num instituto de pesquisa autônomo, diretamente vinculado ao MES e desligado do IOC. Abordaremos esse assunto no capítulo 5.

### **3.3 - O Instituto Oswaldo Cruz e a saúde pública brasileira na década de 1930**

A formação do SEGE, em fins de 1937, ocorreu num momento muito particular da história do Brasil e da saúde pública brasileira, coincidindo com a inauguração do regime autoritário do governo de Getúlio Vargas, o Estado Novo (1937-1945). Durante a ditadura varguista foram aprofundadas algumas tendências já delineadas em 1930, como o fortalecimento do poder executivo federal e a centralização política, viabilizadas por meio de reformas institucionais que resultaram na expansão e no aperfeiçoamento de um complexo sistema burocrático. A emergência de um poder nacional forte e que expressasse os interesses da coletividade era encarada como uma condição fundamental para suprir o que se considerava como ‘omissões’ de um Estado liberal e por fim aos ‘excessos’ do federalismo da Constituição de 1891, que propiciava, ao conferir ampla autonomia aos estados, a formação de um regime oligárquico onde interesses privados e locais se sobrepunham aos interesses da nação. Para alguns intelectuais do período, como Oliveira Viana, a centralização política representava um elemento essencial para a integração nacional e a salvaguarda do bem comum. A estrutura corporativa assumida pelo Estado Novo tinha como finalidade a integração dos diferentes grupos sociais no sistema político e, ao mesmo tempo, a subordinação de interesses regionais e locais aos interesses nacionais, agora corporificados no governo federal. O novo Estado emergia como árbitro dos conflitos de classes e promotor do bem-estar social (Diniz, 2004). Contudo, conforme salienta Eli Diniz,

“essa identificação do Estado autônomo com uma forma superior de Estado que liberta o governo central da interferência do poder privado, de classes,

grupos ou facções, é, portanto, típica de uma visão ideológica particular do Estado autoritário” (idem, p.81)<sup>238</sup>.

O esvaziamento do poder regional e a afirmação de um Estado Nacional de caráter intervencionista se fizeram por meio de uma série de mecanismos, dentre os quais a federalização da política para diversas áreas, com especial atenção para as políticas sociais. De acordo com Ângela de Castro Gomes,

“o ponto central da revolução nacional residia justamente em seus propósitos sociais, em contraposição às preocupações políticas dominantes até então. A revolução tinha como sua marca específica o reconhecimento e o enfrentamento da questão social no Brasil” (Gomes, 2005, p.196).

Para a autora, a prioridade adquirida pela questão social durante o Estado Novo assegurava a legitimidade reivindicada pelo novo regime, e o enfrentamento dos problemas sociais era visto como a solução para superar o estado de necessidade em que vivia a maior parte do povo brasileiro. É dentro desta lógica, de dar ao homem brasileiro condições de vida dignas, que os temas do trabalho e da pobreza alcançaram a cena política (idem).

Nesse contexto, onde se redefine o papel do Estado com relação às políticas sociais, verifica-se uma acentuada preocupação com a prestação de serviços de saúde no país e o esforço de implementação de políticas nacionais de saúde pública. O marco institucional na criação das políticas nacionais de saúde foi o ano de 1937, quando o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, realizou uma ampla reforma administrativa na referida pasta, que ficaria conhecida como “reforma Capanema”<sup>239</sup>.

---

<sup>238</sup> Para a autora, o período que antecede a inauguração do Estado Novo é marcado por uma crise política e de hegemonia, evidenciada no acirramento das tensões entre uma elite regional e oligárquica, ligada aos interesses agroexportadores (notadamente uma burguesia cafeeira, que dominava a estrutura de poder vigente) e a emergência de novas camadas urbanas, em particular de uma burguesia industrial, alijadas do aparelho estatal e sem representatividade. Essas tensões levam a burguesia cafeeira a perder seu papel hegemônico, sem que, contudo, os grupos urbanos emergentes tivessem condições de assumir o poder. Em função deste ‘impasse’ ocorreu a crescente centralização do poder, que culminará com o Estado Novo. A nova estrutura de poder, que deu ao Executivo federal papel central, surge como um meio de preservar as posições econômicas das elites tradicionais e incorporar as demandas dos setores emergentes. A crescente burocratização da máquina administrativa permitiria ao Estado acomodar os diferentes atores e interesses em conflito, inaugurando um novo estilo de participação política, onde o complexo jogo de influências será intermediado e limitado pelo fechamento do processo decisório em instâncias superiores (Diniz, 2004). Sobre o Estado Novo, ver Pandolfi, 1999.

<sup>239</sup> O Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp) foi criado ainda no Governo Provisório, em 1930. A instabilidade política do período refletiu-se também na direção do ministério, que em quatro anos foi ocupado sucessivamente por Francisco Campos, Belisário Pena e Washington Pires. Gustavo Capanema foi nomeado para a pasta em 1934, permanecendo no cargo até o fim do primeiro governo Vargas, em 1945. A reforma do Mesp foi proposta em 1935, sendo aprovada pelo Congresso Nacional em 1937. Com a reforma, o Mesp passou a denominar-se Ministério da Educação e Saúde (MES). Sobre as políticas de

Conforme a definição do próprio Capanema, a reforma tinha como principal intuito “nacionalizar o Ministério” e “ampliar a atuação federal quanto aos problemas de saúde, de modo que ela deixasse de considerar preferentemente o Distrito Federal para abranger, de maneira sistemática, todo o território nacional”, adequando-se, assim, aos princípios ideológicos do Estado Novo (Carta de Gustavo Capanema a Getúlio Vargas *apud* Fonseca, 2007, p.209-210)<sup>240</sup>. A centralização e ampliação da presença do governo federal em todo país significaram um movimento de “interiorização” das ações e políticas de saúde pública, perspectiva que vinha ao encontro dos anseios e antigas reivindicações do movimento sanitário da Primeira República, como veremos a seguir.

A centralização, coordenação e normatização das ações e políticas de saúde pública pelo governo federal foram viabilizadas pela constituição de uma estrutura verticalizada e burocratizada de controle. Foram criadas, subordinadas ao recém criado Departamento Nacional de Saúde (DNS), dirigido pelo médico João de Barros Barreto, Delegacias Federais de Saúde (DFS) com o objetivo de orientar, coordenar e fiscalizar todos os serviços de saúde no país e combater distintas doenças. O território nacional foi dividido em circunscrições regionais, sendo instalada, em cada região, uma sede da delegacia. Uma nova reforma do MES, ocorrida em 1941, intensificaria a atuação do governo federal e a expansão dos serviços de saúde, sobretudo no que se refere ao combate das doenças. Seriam criados, neste ano, os Serviços Nacionais de Saúde (SNS), vários deles direcionados para o combate de doenças específicas, como a malária, a febre amarela, a peste, a tuberculose, o câncer, a lepra e as doenças mentais. Esses serviços tinham como missão debelar surtos epidêmicos e estabelecer métodos de controle e profilaxia, tarefa a ser desenvolvida juntamente com as Delegacias Federais e os governos locais. O Serviço de Profilaxia da Febre Amarela (SPFA) e do Serviço de Malária do Nordeste (SMNE) antecederam à implementação dos Serviços Nacionais, sendo incorporados à sua estrutura posteriormente. Esses dois serviços foram criados a partir de um convênio firmado entre o governo federal e a Fundação Rockefeller, que já vinha atuando no país de modo expressivo desde 1916<sup>241</sup>.

---

saúde na era Vargas, ver Hochman, 2001; Campos, 2006; Fonseca, 2007. Para uma análise mais ampla sobre a gestão de Gustavo Capanema à frente do MES, incluindo suas ações na área da educação e cultura, ver Schwartzman, Bomeny e Costa, 1984; Gomes, 2000.

<sup>240</sup> Um primeiro esforço no sentido de centralização e expansão das ações e políticas de saúde pública ocorreu com a criação do Serviço de Profilaxia Rural (em 1918) e do DNSP (1920). No entanto, é importante ressaltar que os mecanismos e estruturas deste processo de centralização só se consolidaram e institucionalizaram, de fato, durante o Estado Novo.

<sup>241</sup> De acordo com Cristina Fonseca, o modelo de atuação dos SNS foi inspirado no modelo de organização e funcionamento dos serviços executados pela Fundação Rockefeller (Fonseca, 2007). É

Esses novos órgãos federais, além de ampliarem as políticas de saúde para o interior, definiram um novo tipo de articulação entre governo federal, estados e municípios. À administração estadual era delegada a tarefa de gerenciamento dos serviços de saúde, sob a normatização e supervisão direta do governo federal. Esta estrutura de coordenação hierarquizada, que tinha no governo federal o seu centro de controle e comando, foi um instrumento importante para conter a interferência (ou prevalência) de interesses políticos regionais e locais sobre as atividades de saúde (Fonseca, 2007).

A criação de novas estruturas para a implementação das políticas sanitárias demandava, em contrapartida, profissionais especializados para gerenciar os novos órgãos do ministério e executar as medidas e ações de saúde por ele preconizadas. O médico sanitário destacava-se, nesse contexto, como um ator importante na conformação do novo campo da saúde pública, peça chave para reforçar as diretrizes burocráticas implementadas pelo ministério Capanema. Instituiu-se assim a carreira pública de sanitário, que tinha dentre as suas exigências a dedicação exclusiva (tempo integral) e a disponibilidade para as viagens de campo. Para capacitar os profissionais que atuavam nas diversas áreas da saúde pública, o DNS passou a oferecer cursos de especialização em diferentes estados, voltados para médicos, enfermeiras, visitadoras sanitárias, engenheiros e guardas sanitários. A admissão nos serviços federais de saúde era condicionada à apresentação do diploma do curso de especialização oferecido pela Faculdade Nacional de Medicina (idem)<sup>242</sup>. Sobre esse aspecto, é importante assinalar que a reforma Capanema dava continuidade e aprofundava um processo iniciado sob a gestão de Carlos Chagas no DNSP (1920-1926), quando se criou um sistema de formação profissional de enfermeiras (a Escola de Enfermagem Ana Nery) e se estabeleceu, em 1926, o Curso Especial de Saúde Pública, um curso de extensão universitária ministrado pelo IOC, destinado à formação de quadros técnicos que

---

preciso considerar, entretanto, que as estratégias adotadas pela Fundação Rockefeller para o combate de doenças (febre amarela e malária) não eram consensuais e foram criticadas por alguns cientistas brasileiros. Evandro Chagas, que atuou junto ao SMNE na campanha de erradicação do *Anopheles gambiae*, mosquito transmissor de uma epidemia de malária no Ceará, opunha-se a alguns métodos e procedimentos desenvolvidos pela Fundação Rockefeller, responsável pela direção dos trabalhos executados pelo SNME durante a campanha, conforme veremos no próximo capítulo. Sobre a atuação da Rockefeller no Brasil, ver Faria, 1985, 2007; Benchimol, 2001.

<sup>242</sup> Também eram concedidas bolsas de estudos para funcionários das repartições federais, financiadas pela Oficina Sanitária Pan-Americana (atual Organização Pan-Americana de Saúde – Opa). Sobre a especialização em saúde pública no Brasil, ver Lima, Fonseca, Santos, 2004; Castro e Faria, 2006.

atuariam junto ao DNSP. Conforme afirma Fonseca, a geração que iniciou sua vida profissional na década de 1930

“(...) possui atributos peculiares, pois contribuiu para a construção desse aparato institucional, definindo prioridades e acumulando experiências no trabalho cotidiano no interior do país. Atuou tanto como formuladora de propostas políticas para o setor, quanto como agente na condução da implementação dessas políticas. Portanto, o processo de institucionalização da saúde pública que se desenvolve a partir dos anos 30 está intimamente entrelaçado à trajetória pessoal e profissional desse grupo de atores”. (Fonseca, 2000, p. 395).

A reforma institucional do MES teve forte impacto sobre o IOC. Para Jaime Benchimol, a reforma Capanema significou o fim do modelo institucional arquitetado por Oswaldo Cruz, posto que com a reforma o IOC perdeu sua autonomia administrativa e financeira ao ser incorporado como uma divisão do DNS e ter sua receita exclusivamente dependente das dotações orçamentárias do ministério. Segundo as novas diretrizes do MES, a renda obtida com a venda dos produtos fabricados pelo instituto (que desde 1908 garantia flexibilidade financeira decisiva para a expansão da instituição) deveria ser transferida para União. Além disso, foram proibidas a fabricação e a comercialização de produtos veterinários, como a vacina contra o carbúnculo sintomático ou ‘peste da manqueira’, desenvolvida e patenteada em 1908 por Alcides Godoy e que teve importância capital na sustentação das atividades do instituto. O projeto de reforma previa também a transferência do IOC para o Departamento Nacional de Educação (DNE) e a criação de um Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP), cujas atribuições se assemelhavam bastante às funções já exercidas pelo IOC (Benchimol, 1990a). Ou seja, o IOC se transformaria num instituto de ciência e de “alta cultura”, como valorizava Capanema, e suas atribuições no campo da saúde pública seriam transferidas a outro órgão. Mesmo considerando que o projeto de criação do INSP não foi aprovado, esta discussão revela a falta de consenso, na época, sobre o que, até então, havia definido o projeto institucional de Manguinhos: a relação direta entre pesquisa científica e ações na saúde pública (Kropf, 2009a).

Simone Kropf argumenta que, ao invés do encerramento dos ‘tempos áureos’, a reforma Capanema impôs ao IOC a necessidade de redefinir seus vínculos e atribuições no campo da saúde pública, de modo a assegurar, diante dessas mudanças, sua própria identidade institucional. O IOC possuía reconhecida tradição na condução e execução das ações e políticas sanitárias do país, e seu protagonismo nesse campo estava

diretamente relacionado ao fato de seus dois primeiros diretores, Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, terem ocupado cargos de chefia em órgãos federais de saúde (respectivamente a DGSP e o DNSP). Com a criação das novas estruturas administrativas do MES, o IOC não só perdeu essa prerrogativa como se viu diante do desafio de manter sua identidade social como uma instituição de pesquisa associada aos temas e demandas da saúde pública. Conforme afirma Kropf, “embora a relação entre ciência e saúde pública ainda continuasse a existir dentro de Manguinhos, esse modelo não mais lhe garantia sua face pública” (Kropf, 2009a, p.298). Além disso, para a autora, as incertezas que cercaram o destino do IOC e a indefinição, durante os anos da reforma Capanema, quanto à sua função na nova organização da saúde pública demonstraram a fragilidade (ou a perda parcial da capacidade) da direção do instituto em firmar seu projeto institucional ante o novo cenário político nacional. Ela atenta para o fato de que a nomeação de Antônio Cardoso Fontes para a direção do IOC em 1934, após a morte de Carlos Chagas, não foi bem recebida pela maior parte dos pesquisadores de Manguinhos, que o consideravam afastado da vida institucional e um nome de pouco prestígio no meio acadêmico. Alguns deles teriam, inclusive, encaminhado um abaixo-assinado ao presidente Vargas solicitando a nomeação de Figueiredo de Vasconcelos, mas a opção por Fontes prevaleceu. Na visão da autora, a falta de consenso a respeito da indicação de Cardoso Fontes é um claro indício das divisões internas do IOC naquele momento, e sua nomeação uma prova do novo poder de ingerência do Estado sobre as instituições públicas federais.

Ainda de acordo com Simone Kropf, o SEGE, criado por Evandro Chagas exatamente no contexto de reforma do MES, foi o caminho pelo qual o IOC buscou reafirmar sua identidade enquanto instituição comprometida com o estudo e combate das endemias rurais, num movimento que pode ser visto, ao mesmo tempo, como a recriação de sua tradição institucional. Isto porque o projeto científico do SEGE recuperava uma dimensão essencial da identidade institucional de Manguinhos em suas três primeiras décadas: a preocupação em produzir conhecimentos científicos que propiciassem ações concretas para o enfrentamento dos problemas sanitários do país. A autora mostra que a identificação do SEGE como uma continuidade à tradição de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas era assim apresentada pelo próprio Evandro Chagas em seus discursos e pronunciamentos, ainda que seu projeto não fosse fruto de uma política clara e prioritária por parte da direção do instituto. Nesse sentido, o SEGE foi “uma experiência viabilizada e conduzida pela marca pessoal de Evandro Chagas” (idem,

p.297). Ela observa ainda que era “simbolicamente sugestivo” o fato de o IOC, nesse contexto de indefinição sobre seu papel social, recriar sua tradição de pesquisa e se reafirmar publicamente como uma instituição vinculada às demandas da saúde pública, justamente pela liderança do filho mais velho de Carlos Chagas (ibidem, p.293).

De fato, o empenho de Evandro Chagas em dar continuidade ao legado científico e institucional de Manguinhos, para além do compromisso de um discípulo para com seus mestres, guardava também razões de ordem particular e de natureza sentimental. Por outro lado, devemos considerar que o todo o seu esforço, por mais que transpareça como uma iniciativa sincera no sentido de recuperar o ‘prestígio’ de Manguinhos, é também uma ação direcionada à afirmação e distinção de sua própria carreira. Na visão do cientista, suas pesquisas eram o único trabalho de envergadura do IOC, e baseado nesta convicção, se esforçaria por arranjar meios materiais para ampliá-lo, buscando, ao mesmo tempo, conquistar o apoio institucional e político do diretor de Manguinhos. Em carta à mãe, quando tentava obter o auxílio do governo federal para prosseguir com suas investigações científicas, Evandro Chagas dizia:

“É preciso tocar esse trabalho para adiante porque é a única realização atual de Manguinhos. Sem isto voltaremos ao marasmo anterior. O auxílio federal, se passar, será muito oportuno. Nesse momento estamos trabalhando exclusivamente com o material que adquiri com as verbas do Guinle. O estado [do Pará] atrasou os pagamentos e quase tivemos que interromper as pesquisas. Tenho grandes esperanças com a vinda do Dr. Fontes. Vendo tudo como está, acompanhando o serviço, ele, apesar do pouco prestígio que tem junto ao governo federal, poderá sempre fazer alguma coisa, é o Diretor Geral de Manguinhos”<sup>243</sup>.

Uma observação a ser feita é que foi a partir da visibilidade e repercussão alcançadas pelas pesquisas de Evandro Chagas, sobretudo depois de sua exposição na ANM, quando anunciou a “nova” doença humana “descoberta” pelo IOC (tal como a referenciava), que Cardoso Fontes passou a manifestar mais interesse em relação aos seus projetos científicos. Embora o cientista continuasse a negociar sozinho formas de colaboração e patrocínio, publicamente Cardoso Fontes apresentaria suas atividades como um projeto institucional de Manguinhos. Poucos dias antes da visita de Getúlio Vargas ao IOC, em outubro de 1937 (sobre a qual falamos no início do capítulo), Cardoso Fontes dirigiu um telegrama a Evandro Chagas em tons bastante elogiosos, prometendo intervir junto ao presidente para a aprovação do subsídio federal, verba que

---

<sup>243</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 11.10.1937 (BR RJCOE EC 01.003).



possibilitaria ao cientista ampliar seus planos de pesquisa, e que originaria o SEGE. Em carta escrita à mãe, o cientista contou:

“Dr. Fontes nos passou novo logro não vindo ontem [ao IPEN] e nos fazendo perder um tempo enorme em arrumações para recebê-lo. Disse que vem dentro de alguns dias mais e que adiou a viagem porque o presidente Getúlio visitará o Instituto Oswaldo Cruz a 16 deste mês. (...) Recebi do diretor um telegrama realmente agradável. Cumprimenta pelo trabalho realizado, mostra-se entusiasmado com os novos planos e promete tomar providências enérgicas junto ao governo no sentido de obter os elementos necessários ao maior desenvolvimento do Instituto de Patologia. Fala também com muito interesse na subvenção [federal] proposta pelo [Artur] Neiva”<sup>244</sup>.

Após o encontro com Getúlio Vargas, Cardoso Fontes enviaria uma carta a Evandro Chagas, postergando (mais uma vez) sua visita ao norte e dando notícias da recepção ao presidente. Apesar da ausência do cientista, o diretor comunicava que havia apresentado a Getúlio Vargas o seu projeto de saneamento rural (o plano de fundação de centros de pesquisas regionais subordinados ao IOC) e o congratulava pela “boa impressão causada” ao presidente:

“Ainda por contingências imprevistas que obrigam minha permanência aqui, sou forçado a adiar sine die, a projetada visita ao norte. (...). Contraria-me bastante ter de proceder assim, atendendo ao grande desejo que nutro de visitar in loco os trabalhos em andamento. Por seus relatórios, entretanto, deduzo que minha ausência, no momento, não trará prejuízo ao bom prosseguimento dos serviços. (...) Apraz-me muito comunicar que por ocasião da visita do Sr. Presidente da República, realizada a 16 do corrente, tivemos a oportunidade de apresentar o plano em cuja execução nos empenhamos. Suas palavras de franca aprovação e de reconhecimento que o serviço prestará com a integral execução do objetivo que temos em vista, deram-me a segurança de que ele será levado a bom termo. Felicito-lhe, pois, assim como ao Dr. Acatauassú [diretor do IPEN] e demais colaboradores, pela boa impressão causada a Sua Excelência pela resenha dos serviços e objetivos visados. (...). Subscribo-me cordialmente seu colega e amigo”<sup>245</sup>.

Dois aspectos desta carta merecem atenção: o primeiro é que Cardoso Fontes se refere às realizações de Evandro Chagas no plural, assumindo-o como uma iniciativa institucional (“plano em cuja execução *nos empenhamos*”); o segundo é a forma pela qual o diretor encerra a carta. Para além de uma fórmula polida de despedida, sua escrita sugere uma relação de amizade e de parceria entre ambos. Esses dois aspectos revelam

---

<sup>244</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 09.10.1937 (BR RJCOE EC 01.003).

<sup>245</sup> Carta de Antônio Cardoso Fontes a Evandro Chagas, em 19.10.1937 (BR RJCOE EC 04.078). Grifos no original. Sobre o adiamento da viagem de Cardoso Fontes, Evandro Chagas comentaria com a mãe: “Fiquei muito satisfeito com a desistência do Fontes. Viria a gastar o tempo da gente, atrapalhar o serviço e criar dificuldades. Além disto, vinha a custa do Guinle, ficando eu em situação difícil”. Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 22.10.1937 (BR RJCOE EC 01.003).

uma contradição com a visão particular de Evandro Chagas, que se sentia isolado e sem o apoio de seu diretor, conforme relatou várias vezes em cartas, principalmente aquelas escritas à mãe. Há também uma certa incoerência no discurso de Cardoso Fontes, pois vimos que toda as condições e circunstâncias que propiciaram a expansão das investigações científicas de Evandro Chagas e a criação do SEGE, dependeram, fundamentalmente, das negociações, relações sociais e articulações políticas do cientista – ou seja, de sua atuação pessoal. No entanto, a dimensão social adquirida pelas pesquisas de Evandro Chagas fez com que o SEGE se transformasse no principal projeto institucional de Manguinhos, assim percebido tanto pela direção do instituto como pelo próprio governo federal.

Sobre esse aspecto, é significativo citar o relatório enviado por Cardoso Fontes ao ministro Capanema, quando apresentou as atividades realizadas pelo IOC durante o ano de 1938. Logo no início de sua exposição, o diretor esclarecia que os resultados “estão ainda aquém da capacidade de produção do Instituto, cujo desenvolvimento se processou sempre em desproporção com os recursos de material adequados a sua necessidade”<sup>246</sup>. A seguir, figurando como o primeiro tópico da descrição das investigações técnico-científicas realizadas pelo IOC, estava o trabalho de Evandro Chagas. Um dado a se destacar é que o diretor cita todas as fontes de financiamento do SEGE, dando mostras de que o principal projeto de pesquisa do instituto era subsidiado por verbas externas, fato que reforçava sua observação inicial sobre a insuficiência do orçamento destinado a Manguinhos pelo governo federal. Cardoso Fontes explicava que as pesquisas desenvolvidas no IOC, embora “profundamente especializadas”, tinham um

“valor prático para o esclarecimento da etiopatogenia e tratamento de várias doenças humanas, sobretudo das doenças infecciosas e parasitárias, assinaladas na nosologia nacional. (...) Entre esses problemas, devo mencionar os estudos sobre as grandes endemias do Brasil, serviço que, iniciado em 1937, prosseguiu no ano passado com maior intensidade graças à dotação especial, concedida para esse fim, no orçamento federal, o auxílio financeiro do benemérito Dr. Guilherme Guinle e a cooperação recebida da Fundação Rockefeller, das Comissões de Limites, Missões Religiosas [do Amazonas] e Governos de alguns Estados”<sup>247</sup>.

---

<sup>246</sup> Carta de Antônio Cardoso Fontes a Gustavo Capanema, em 20.03.1939. GC 1935.05.27. Rolo 60, fotograma 118.

<sup>247</sup> Idem.

A apropriação do projeto científico de Evandro Chagas como uma diretriz institucional de Manguinhos seria claramente explicitada por Cardoso Fontes em uma declaração à revista *Brasil-Médico*, em 1939. Ao informar sobre as atividades desenvolvidas no IOC, o diretor reportou-se exclusivamente ao trabalho de Evandro Chagas, traçando um breve histórico de suas investigações científicas pelo interior do país, iniciadas em 1936 com o estudo da leishmaniose visceral americana. Chama a atenção, entretanto, que Cardoso Fontes tenha omitido o nome de Evandro Chagas como idealizador e executor desse plano de pesquisa, ora encampado como projeto institucional. O que ele faz, e de maneira inversa, é afirmar que a criação do SEGE foi uma iniciativa do IOC (ou seja, dele), para a qual *nomeou* Evandro Chagas. O diretor assim declarou à revista *Brasil-Médico*:

“O Instituto (...) vem se ocupando desde 1936 com o inquérito e consequente estudo das entidades mórbidas endêmicas e peculiares às diferentes regiões habitadas, não só da costa, como do *hinterland*. Tem sido o estudo executado no sentido não só dos caracteres etiológicos e clínicos das doenças observadas, como ainda das condições epidemiológicas nos centros habitados e das nosogênicas nas zonas silvestres (...). Concomitantemente faz-se o estudo da biologia dos possíveis vetores para esclarecimento dos fenômenos que possam condicionar a transmissão dos elementos causadores de doenças. Para que pudesse ser levado a bom termo trabalho de tanta magnitude, foi o problema abordado por partes. Foi assim o nosso território dividido em setores, a saber: *setor norte*, compreendendo a Amazônia e o Pará; *nordeste*, que se estende do Maranhão à Recife; *centro*, com Bahia, Minas, Goiás, Espírito Santo e Rio de Janeiro; *sul*, de São Paulo ao Rio do Sul; e *oeste*, de Mato Grosso até à Amazônia. No momento, os trabalhos têm sido intensificados nos setores norte e nordeste (...). *Para esse trabalho, criou o Instituto o serviço de estudo de endemias regionais anexo ao Hospital Oswaldo Cruz e entregou a direção ao Dr. Evandro Chagas*” (Brasil-Médico, 1939. Grifos nossos).

O que esta declaração indica, assim como a documentação pessoal do cientista, é que a relação entre Evandro Chagas e Cardoso Fontes não era tão amistosa quanto parecia. O que pode se depreender é que a referência ao ideal comum do “saneamento da nação” representava, na realidade, uma associação de interesses benéfica a ambos.

Nossa visão é a de que o projeto científico do SEGE só conquistou legitimidade perante a direção do instituto a partir da visibilidade e do respaldo político alcançado por Evandro Chagas. É partir da dimensão pública de seu trabalho que Cardoso Fontes passou a utilizar o projeto científico e institucional do SEGE como uma ‘vitrine’ da atuação do IOC em prol das melhorias das condições sanitárias das populações rurais, reafirmando o papel que a instituição desempenhava historicamente na saúde pública. Nesse aspecto, corroboramos a argumentação de Kropf ao afirmar que o SEGE, ao

recolocar o tema das endemias rurais e sua importância para o desenvolvimento do país, reafirmou os vínculos de Manguinhos com a saúde pública e possibilitou a continuidade de uma tradição iniciada por Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (Kropf, 2009a). Por outro lado, e seguindo ainda o argumento da autora, a apropriação e a significação atribuída ao SEGE, como um projeto institucional de Manguinhos, devem ser compreendidas levando-se em consideração a instabilidade vivida no instituto no contexto de implementação da reforma Capanema. Apesar de representar a identidade institucional de Manguinhos, o SEGE teria, durante toda a sua existência, um *status* ambíguo dentro do IOC: seria um projeto institucional centralizado por Evandro Chagas, e dele dependeria para ser viabilizado e executado.

A trajetória do SEGE, tal como revelada pela narrativa pessoal de Evandro Chagas, seria marcada pela conquista de apoios e reconhecimentos fundamentais, mas também por tensões, face a estes mesmos ‘aliados’ (entre os quais o próprio Capanema e outros gestores do MES), cujos interesses e lógicas particulares nem sempre coincidiriam com as pretensões de Evandro Chagas. Abordaremos esta ideia nos capítulos posteriores.

### **3.4 - O SEGE e o ideário do saneamento dos sertões: a resignificação da agenda sanitária na década de 1930**

A agenda científica do SEGE, que tinha como finalidade o estudo e o combate das endemias rurais, viria a reforçar e a reafirmar não só os laços do IOC com a saúde pública, mas o ideário do saneamento dos sertões, movimento que nas décadas de 1910-20 mobilizou médicos, cientistas, intelectuais e políticos em intensa campanha em prol da melhoria das condições de saúde das populações do interior (Castro-Santos, 1985; Lima e Hochman, 1996, Lima, 1999). O SEGE pode ser considerado como tributário deste movimento, embora sua estrutura de funcionamento e forma de atuação expressassem as especificidades do contexto no qual se inseria, a década de 1930, marcado pela forte presença do MES e pelo programa político e social do governo Vargas. Neste sentido, a experiência do SEGE permite-nos analisar qual o tipo de inserção e representatividade que o discurso sanitário adquiriu nos projetos e políticas federais de saúde da década de 1930, bem como as possíveis resignificações ou novas demandas impostas nesse novo contexto histórico.

O movimento pelo saneamento dos sertões, ao qual o SEGE se filiava diretamente, foi uma campanha política e intelectual ampla e diversificada, que trouxe o tema da saúde como um componente importante para se pensar a nação e a identidade do brasileiro. Opondo-se às teorias deterministas vigentes, que viam na condição mestiça do povo brasileiro e no clima tropical os principais entraves para a viabilidade da nação, os médicos associados ao movimento sanitaria trouxeram para o debate político o tema das precárias condições de vida e de saúde das populações do interior, apontando as doenças e a situação de abandono a que estava relegada esta parcela substancial da população como os verdadeiros responsáveis pela condição de ‘atraso’ do país frente às nações ‘civilizadas’. A doença emergia como uma característica central da identidade do povo brasileiro; urgia, portanto, sanear o país para realizar a “redenção” nacional. A observação empírica dos cientistas que viajavam em expedições científicas ao interior do país proporcionava um quadro desolador da situação do homem rural, em franco contraste com o processo de modernização pelo qual passava a capital da República, que no início do século XX sofreu uma reforma urbana e sanitária (Lima e Hochman, 1996)<sup>248</sup>.

A percepção de um ‘país doente’ foi sintetizada pelo médico Miguel Pereira num célebre discurso em 1916, quando afirmou que o Brasil era “um imenso hospital”<sup>249</sup>. Sua constatação era fundada nos relatos das expedições científicas do IOC no interior do país, no início do século XX, e, sobretudo, na descoberta e nos estudos de uma nova doença endêmica por Carlos Chagas em 1909. A tripanossomíase americana fornecia ao país a imagem de uma população rural deformada fisicamente e com graves problemas neurológicos (uma imensa população de “papudos” e “idiotas”, conforme terminologia da época), quadro reforçado pelo relatório de viagem de Belisário Penna e Arthur Neiva, pesquisadores do IOC, em 1912 (Lima, 2003; Sá, 2009b). Além da doença de Chagas, Penna e Neiva denunciavam a ocorrência de outras endemias entre a população rural, como a ancilostomose e a malária, e atribuíam aos fatores sociais e políticos a causa de tão drástico cenário. O isolamento do sertanejo e as graves enfermidades que o acometiam eram resultados do abandono do governo, e tinham, como agravante, o fato de comprometer a capacidade de trabalho do homem rural, e com isso, impedir a prosperidade econômica do país. Em última instância, constituíam

---

<sup>248</sup> Sobre a reforma urbana promovida pelo prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro, ver Brenna, 1985; Benchimol, 1990b, 2003; Sevcenko, 1993.

<sup>249</sup> Sobre o discurso de Miguel Pereira como marco de origem do movimento sanitaria, no contexto do debate nacionalista da década de 1910, ver Sá, 2009a.

também um problema para a política de imigração levada a cabo pelo regime republicano.

A representação de um país doente dava novo significado à imagem negativa associada ao povo brasileiro, e em especial, à população do interior. O personagem de Jeca Tatu, criado por Monteiro Lobato, é emblemático dessa mudança do imaginário sobre o homem rural: a indolência, apatia e improdutividade que caracterizavam o caipira passaram a ser explicadas, a partir da campanha sanitária, pelo seu estado de saúde. O Jeca estava doente (tinha ancilostomose) como tantos outros brasileiros que viviam em condições sociais semelhantes à sua<sup>250</sup>. O discurso sanitário oferecia uma outra visão para as mazelas do país e do povo brasileiro, promovendo um esforço de conscientização das elites dirigentes para a urgência do combate às endemias rurais e a necessidade de intervenção do governo federal através de políticas de saneamento. Em função do regime federalista estabelecido pela Constituição de 1891, as ações de saúde do governo federal eram restritas ao Distrito Federal e aos portos, cabendo aos governos estaduais o cuidado com a saúde de suas populações. As dificuldades financeiras dos estados e a estrutura de poder do regime republicano não contribuía para a resolução desses problemas (Lima e Hochman, 1996).

A grande repercussão alcançada com a publicação do relatório de viagem de Belisário Penna e Arthur Neiva na imprensa deu ensejo à criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, em 1918, que seria dirigida por Penna. Dentre as suas principais reivindicações estavam a centralização das ações e políticas sanitárias pelo governo federal e sua extensão para o interior. Uma importante vitória obtida pela campanha sanitária foi a criação do Serviço de Profilaxia Rural, em 1918, e do DNSP, em 1920<sup>251</sup>. Essas medidas, que representaram um primeiro movimento pela nacionalização das políticas de saúde e saneamento, foram vistas por Penna como a realização dos objetivos da Liga Pró-Saneamento, que se extinguiu naquele ano. A campanha deixou

---

<sup>250</sup> Essa mudança na representação do Jeca Tatu ocorreu após a aproximação de Monteiro Lobato com as principais lideranças do movimento sanitário.

<sup>251</sup> Em 1918, o deputado e médico Azevedo Sodré apresentou um projeto de lei ao Congresso Nacional para a criação de um Ministério da Saúde Pública, sob a justificativa de que o saneamento rural deveria ser uma atribuição do poder central, tendo em vista a incapacidade financeira dos estados em implementá-los. O projeto foi vetado sob a alegação de inconstitucionalidade, uma vez que a intervenção do poder federal na reorganização da saúde pública feria o princípio federativo de autonomia dos estados e municípios. Um fato circunstancial e que veio contribuir positivamente em favor da campanha sanitária foi a epidemia de gripe espanhola, em fins de 1918, que com seu grande número de vítimas deu mostras da desestruturação e ineficiência dos serviços de saúde da capital federal. Em 1919, a DGSP sofreria uma reforma, sendo aprovada, no ano seguinte, a criação do DNSP, que ampliava os mecanismos de financiamento do governo federal para as obras de saneamento e profilaxia, mediante acordo com os estados (Hochman, 1998; Lima e Hochman, 1996).

um importante legado ao incluir a saúde pública na agenda política do país e dar proeminência ao papel dos médicos em sua gestão. Os ideais defendidos por essa geração, sintetizados na denúncia do “vasto hospital”, tiveram consequências de longo prazo, ajudando a legitimar a presença do Estado no campo da saúde pública e na orientação de políticas para o interior (Lima e Hochman, 1996).

De acordo com Gilberto Hochman, o novo formato organizacional da saúde pública no Estado Novo e de suas políticas para o interior revelam uma clara continuidade com a agenda sanitária da Primeira República, ainda que a nova estrutura administrativa tenha produzido rupturas e inovações. A centralização e verticalização das ações de saúde pelo governo federal, linha mestra da reforma institucional do MES, atendia a uma das principais reivindicações históricas do movimento sanitário. Igualmente, o combate das endemias rurais continuou como foco das políticas federais de saúde para o interior, como atesta a criação das Delegacias Federais de Saúde e dos Serviços Nacionais de Saúde, tendo estes, a partir de 1941, representado um significativo impulso nessa direção. Significativos também foram a emergência do profissional de saúde pública e o papel que desempenhou no âmbito do Estado, a elaborar e executar as novas diretrizes da saúde pública (Hochman, 2001).

No trabalho de Luiz Antonio de Castro-Santos observamos uma perspectiva diferenciada acerca da permanência dos ideais sanitários no período pós-30. Para o autor, apesar de o novo governo ter criado condições favoráveis ao avanço do movimento sanitário e acenado positivamente para a realização de seus objetivos, este, enquanto força ideológica, esvaziara-se progressivamente com a perda do debate político, sobretudo após a instauração do Estado Novo. A despolitização e esfacelamento do movimento sanitário resultaram, primeiramente, da estrutura burocratizada criada pelo MES, que transformou sua força ideológica em atividade de gabinete. Assim, o movimento teria perdido seu vigor justamente ao ser encampado como projeto governamental. Um outro fator apontado pelo autor é que as políticas públicas do período tiveram como prioridade as cidades e os trabalhadores urbanos, tendo as campanhas sanitárias se reduzido a debelar surtos epidêmicos, a exemplo da epidemia de malária que assolou o nordeste em 1938 (e na qual o SEGE desempenharia um importante papel na campanha de combate ao mosquito transmissor, conforme veremos no próximo capítulo). De modo geral, a preocupação com o combate às endemias rurais seria motivada por fatores econômicos, como atestavam as atividades do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) na Amazônia, região estratégica nesse

momento devido ao interesse pela borracha, acentuado com a Segunda Guerra Mundial (Castro-Santos,1985)<sup>252</sup>.

O argumento de Castro-Santos é retomado por Carlos Henrique Paiva ao analisar a trajetória do médico Samuel Pessoa (1898-1976), catedrático de parasitologia do Departamento de Medicina da Universidade de São Paulo e que se tornou o grande ‘mestre’ formador de uma geração de parasitologistas em São Paulo, engajados (e situados à esquerda ideologicamente) nas questões médico-sociais, dentre as quais os problemas relacionados às endemias rurais. O autor investiga, por meio de uma trajetória individual, a relação dos médicos com o novo aparato político-administrativo da saúde pública dos anos 30. Sua visão é de que Samuel Pessoa, como muitos de sua geração que iniciaram sua vida profissional na década de 1920 e que se inspiraram na ideologia do saneamento dos sertões e sua retórica de salvação nacional por meio da saúde pública, enfrentou desafios adicionais com a nova burocracia, que dificultou os processos de negociação e acesso dos médicos aos agentes políticos e centros de decisão do governo. Sua conclusão é a de que a agenda do movimento sanitaria continuaria vigente na década de 1930, mas a implementação de seus ideais encontraria entraves e limites diante do caráter técnico e do poder da burocracia estatal. Sua problematização tem como cerne, exatamente, examinar de que maneira os ideais sanitaria ‘sobreviveram’ a partir dos anos 30, proposta que vai ao encontro de um dos objetivos de nosso trabalho, que busca analisar as redefinições e ressignificações do movimento sanitaria na década de 1930, por meio do SEGE. Igualmente, o autor se vale da trajetória de um médico como estudo de caso, perspectiva também adotada em nosso trabalho (Paiva, 2006).

Para Paiva, a burocratização das atividades do MES “pode trazer consigo a ilusão de crescente preocupação por parte do Estado com relação aos problemas de saúde pública” (idem, p.807), ainda que não desconsidere que o governo varguista tenha se voltado para o combate das endemias rurais, sobretudo a partir da década de 1940, quando foram criados os Serviços Nacionais de Saúde. Contudo, avalia que essas ações tinham caráter bastante pragmático, de simples controle das epidemias e endemias consideradas mais importantes, “não existindo aí, estruturalmente envolvidos, elementos ideológicos que transformassem a atividade médica em ato simbólico de construção da nacionalidade” (idem, p.803). A gradual expansão burocrática do Estado,

---

<sup>252</sup> Sobre a atuação do SESP, ver Campos, 2006.



ao complexificar e tornar mais exigentes os processos decisórios, também teria dificultado, segundo Paiva, a “ação, carregada de sentido ideológico, dos pensadores (sanitaristas-educadores) acerca dos problemas do Brasil” (ibidem). Há de se considerar, entretanto – e o próprio autor o faz –, que as transformações administrativas do MES tiveram impacto diferenciado em cada região, em razão da existência de uma estrutura própria de prestação de serviços de saúde. São Paulo, em particular, apresentava-se como um caso à parte em termos de desenvolvimento de políticas públicas de saúde, destacando-se pelo seu pioneirismo em relação ao restante do país. Além disso, as elites paulistas mantinham historicamente uma relação tensa com o governo federal, e o tipo de intervenção a que tinham que se submeter, com o peso da máquina administrativa federal, era um desafio e impeditivo reais à autonomia dos dirigentes estaduais no campo da saúde pública. Esse contexto explica, em parte, as dificuldades de homens como Samuel Pessoa no trato com a burocracia do Estado Novo, tão enfatizadas pelo autor.

Um ponto a se destacar no trabalho de Paiva é a percepção de que a nova estrutura administrativa do Estado Novo, mais do que um “simples fenômeno político”, significou uma transformação no “plano das relações humanas, tanto interpessoais como interinstitucionais” (idem, p.824). Para médicos como Pessoa, que viveram essa transição do Estado nacional, perceber que o acesso aos fóruns de decisão do Estado não passava mais *exclusivamente* pelo âmbito das relações pessoais representava, de fato, um desafio adicional. Como explica Paiva, os efeitos da especialização burocrática não foram bem compreendidos por seus contemporâneos, posto que então o sucesso do indivíduo

“dependia de sua capacidade de ser habilidoso socialmente (como também politicamente), a ponto de levar adiante seus projetos e suas propostas por canais de estrutura crescentemente impessoal, ainda que os próprios caminhos burocráticos não se encontrassem regularmente formados” (ibidem).

O argumento do autor nos ajuda a compreender um dos fatores que permitiram a Evandro Chagas lograr êxito na execução do projeto do SEGE. Ainda que a proposta do Serviço – auxiliar o combate das endemias rurais – se alinhasse e encampasse as novas orientações do governo federal para as políticas de saúde pública, é visível, ao acompanhar seu processo de criação e implementação, que a rede de relações sociais mantidas pelo cientista foram um elemento determinante para viabilizar seu projeto.

Evandro Chagas possuía um bom trânsito entre as elites e lideranças políticas (tanto as do governo federal como as dos governos estaduais), e obteve para suas pesquisas uma doação financeira regular do empresário Guilherme Guinle e uma subvenção federal para o IPEN, canalizando esses recursos para as atividades do SEGE. Seus recorrentes apelos ao ministro Gustavo Capanema, a quem se reportava diretamente, sem o intermédio da direção do IOC, demonstram ainda que, se a burocracia interferiu e muitas vezes dificultou a ação dos médicos acerca de decisões mais urgentes do cotidiano de trabalho, ela, no entanto, não excluiu de seu trâmite a importância (ou centralidade) das relações pessoais ou das redes de sociabilidade, conforme sugere Paiva.

Os argumentos de Castro-Santos e de Paiva podem ser confrontados ainda com a posição de alguns dos autores aqui apresentados. Vimos que o tema das endemias rurais tinha importante lugar na política de saúde do Estado Novo (Hochman, 2001; Fonseca, 2007), em especial se levarmos em conta os debates sobre a ‘construção do novo homem brasileiro’, um dos pilares do governo Vargas, que, conforme analisou Angela de Castro Gomes, trouxe consigo a valorização do trabalho (e do trabalhador) como prerrogativa necessária para a grandeza da pátria e a produção de riqueza para o país (Gomes, 2005). Nesse sentido, as políticas de saúde e saneamento ganharam significados importantes: “No próprio interesse do progresso do país, deviam-se vincular estreitamente as legislações social e sanitária, já que o objetivo de ambas era construir trabalhadores fortes e sãos, com capacidade produtiva ampliada” (idem, p.242-243). Ainda que o projeto varguista enfatizasse a questão do trabalho nos centros urbanos, a ocupação e a modernização do interior também eram temas expressivos, e constituíram, conforme afirma Kropf, um contexto favorável aos projetos voltados ao saneamento das áreas rurais, entre eles o SEGE (Kropf 2009a).

Igualmente, em contraposição aos argumentos de Castro-Santos e Paiva, pode-se afirmar que o SEGE constituiu um exemplo de como, ao invés de um esvaziamento da força ideológica do movimento sanitarista devido a sua burocratização, a agenda do saneamento rural seria ressignificada no novo contexto da era Vargas. A experiência do SEGE indica que as novas instâncias burocráticas do MES promoveram um novo arranjo que significou uma nova forma de participação e cooperação das instituições científicas na formulação e implementação de políticas de saúde e de valorização do tema do saneamento na política nacional. O SEGE tinha a colaboração e o suporte de órgãos federais para a execução de suas atividades, o que denota não só a adequação à

nova estrutura de saúde pública, mas também o relativo espaço de autonomia para projetos que não tinham a chancela direta do MES. Vimos, inclusive, que a base do projeto do SEGE (a ideia de cooperação com os estados) seria tomada e encampada pelo ministro como uma possível estratégia para o combate às endemias rurais. Deste modo, apesar dos entraves gerados pela crescente burocratização da máquina estatal (e que de fato existiram), como ressalta Paiva, tal situação não excluiu a participação dos médicos nos processos decisórios, ainda que tal participação fosse balizada pelos interesses específicos dos atores que integravam a burocracia do Estado.

A historiografia sobre o governo Vargas tem dedicado especial atenção à adesão dos intelectuais aos projetos e ações do ministério Capanema (Gomes, 2000; Bomeny, 2001). Estas reflexões nos ajudam a pensar sobre a participação dos médicos sanitaristas na montagem desse novo aparato estatal, considerando-os, a exemplo do próprio Evandro Chagas, como ‘intelectuais do campo científico’. As análises de Angela de Castro Gomes e Helena Bomeny têm como objetivo comum entender o tipo de relação estabelecida entre os intelectuais e o ministério Capanema, atentando principalmente para o fato de que muitos desses intelectuais eram ideologicamente contrários à orientação autoritária do Estado Novo e, no entanto, colaboraram com os projetos de Capanema, ajudando-o na formulação e implementação de políticas para a área da saúde, educação e cultura<sup>253</sup>. As autoras descartam, como pressuposto teórico, a ideia de manipulação ou alienação por parte dos intelectuais que mantiveram ligações políticas com o ministério, centrando suas análises na compreensão da imagem produzida sobre o ministro Capanema, nas condições institucionais que teriam atraído e aproximado os intelectuais para a burocracia estatal e também para os laços pessoais e de amizade que os uniam ao ministro<sup>254</sup>.

Gomes tem como objeto de estudo a imagem pública e privada do ministro. Para a autora, Capanema conseguiu construir para si e para o seu ministério uma imagem distinta e afastada da identificação com um regime autoritário, ainda que ele possuísse

---

<sup>253</sup> Vale ressaltar que Evandro Chagas, em particular, foi favorável ao golpe do Estado Novo, conforme relatou a sua mãe: “(...) considero que a solução dada ao país não foi de todo má, e se não houver violências, tudo caminhará para o melhor. Os [congressistas] estavam cuidando mais de política e menos de administração”. Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 22.11.1937 (BR RJCOE EC 01.003).

<sup>254</sup> Sobre a ideia de alheamento ou desconhecimento dos intelectuais a respeito dos processos com os quais estiveram envolvidos, Bomeny afirma, citando o exemplo do chefe de gabinete de Gustavo Capanema, o poeta Carlos Drummond de Andrade: “Explicar a presença incômoda de Drummond nesse ministério por simples razões de amizade, ou dizer que sua atuação foi simplesmente burocrática e administrativa, é fazer pouco de sua inteligência e valores” (Bomeny, 2001, p.17).

posturas impositivas e centralizadoras, bem características da política varguista. A autora reconhece em Capanema a necessidade de dialogar com os intelectuais, uma vez que precisava deles para formular e executar os planos e as políticas de seu ministério. Por outro lado, para os intelectuais, era interessante participar desse novo espaço que lhes oferecia oportunidade financeira e prestígio sociocultural. Nesse sentido, a “cooptação” dos intelectuais pelo aparelho estatal deve ser compreendida em termos de aproximações, trocas, negociações e interesses diversos, de ambas as partes. Tal argumento encontra apoio na análise da correspondência privada do ministro, que é tomada como um importante espaço de sociabilidade da intelectualidade brasileira. Gomes constata que praticamente metade das cartas enviadas pelos intelectuais que escreviam assídua ou regularmente ao ministro era de pedidos, o que, por si só, é bastante simbólico da dimensão de troca e da expectativa de retribuição existente entre os intelectuais e o poder. E como a autora sublinha,

“Capanema também ‘pede’, servindo-se do circuito à sua volta para o desempenho de vários trabalhos especializados, que exigiam uma competência particular e não necessariamente encontrada entre os servidores públicos disponíveis” (Gomes, 2005, p.37).

Além da relação de reciprocidade e da formação de uma rede clientelista, conforme indica a correspondência de Capanema, a imagem que transparece desses escritos é a de um político que cultivava uma identidade intelectual, imagem esta também estendida ao seu ministério. Contudo, a autora afirma:

“Nas cartas ele aparece como um ‘igual’ ante os intelectuais, mas deles se distancia como ministro, pois é ele quem dispõe dos maiores recursos de poder para implementar iniciativas e, hierarquicamente, está em posição única” (idem, p.44-45).

Já Bomeny chama a atenção para os dilemas, tensões e conflitos que marcaram a ação dos intelectuais e as decisões do governo. Para a autora, a participação dos intelectuais no ministério Capanema combinou dois tipos de movimento:

“de um lado, o movimento de resposta ao chamado do Estado para a construção de políticas nas mais distintas áreas da vida social (...). De outro, o movimento de adesão/afastamento, de entusiasmo e recusa” (Bomeny, 2001, p.26).

Essas oscilações seriam indicativas da “fidelidade parcial” dos intelectuais com a política varguista (idem). De acordo com Bomeny, desde a década de 1920 os intelectuais ligados à área da educação, saúde e cultura clamavam por reformas e pela intervenção do Estado no tocante à formulação de políticas de âmbito nacional, o que explica a adesão desse grupo ao aceno da burocracia estatal no pós-30. Igualmente, a montagem de um Estado Nacional demandava especialistas de diferentes áreas do saber, capazes de sugerir projetos e ações para esses campos, e nesse sentido, o ministério Capanema criou condições para o florescimento da atividade intelectual, caracterizando um “período de indiscutível mecenato da política brasileira” (idem, p.16). No entanto, a institucionalização do Estado teria trazido algumas tensões cotidianas aos intelectuais que participaram desse processo, configurando uma relação complexa entre esse grupo e a política dos anos 30. Dentre essas dificuldades estariam os problemas financeiros “insuperáveis”, a “impaciência com os procedimentos da burocracia” e um certo “cansaço”, conforme exprimia a correspondência de Mario de Andrade a Capanema (ibidem, p.29). Outros grupos, como aqueles ligados à educação, viveram um explícito embate de ideias entre seus projetos e a orientação da política educacional do Estado Novo. De acordo com a autora, “na educação podemos acompanhar, de forma mais radical, o movimento de adesão e expulsão, incorporação ou reclusão a que intelectuais como Anísio Teixeira exemplificaram com a própria vida pública” (ibidem, p.32). Acresce-se ainda que esta aproximação com o ministério Capanema teria causado a alguns intelectuais conflitos de ordem pessoal, relacionados à fidelidade a seus próprios valores e aos compromissos com a política varguista, além dos constrangimentos (ou ‘cobranças’) ao terem que explicar a colaboração com um regime autoritário. Para Bomeny, o poeta Carlos Drummond de Andrade foi o alvo preferencial dessas críticas.

Com base na bibliografia aqui apresentada e na análise da experiência de Evandro Chagas à frente do SEGE, considero que a formulação de Paiva (2006), acerca da relação dos médicos com o novo aparato político-administrativo dos anos 30 e a excessiva centralidade por ele atribuída à burocracia, devem ser ponderados. Se para alguns médicos a máquina burocrática funcionou como um impeditivo à negociação e ao acesso aos agentes políticos e centros de decisórios do governo, isto não pode ser aplicado de forma generalizante, pois uma das principais características do governo Vargas foi justamente a larga incorporação e a abertura de um canal de diálogo para que estes (e outros profissionais) participassem e apresentassem seus projetos para as políticas nacionais, ainda que sujeitos aos reveses e às decisões autoritárias do governo.

Igualmente, a impessoalidade gerada pela burocratização conviveu com o antigo clientelismo administrativo, e nesse sentido, a correspondência de Capanema com os intelectuais que o cercavam é bastante ilustrativa. Gomes mostra que os pedidos de nomeação para cargos e de transferência eram os mais frequentes, embora os missivistas, de modo geral, não pedissem para si, funcionando como mediadores dos interessados. Isso significa que a impessoalidade da burocracia não eliminou o poder das relações e das intercessões pessoais, em favor de si ou de terceiros; o que se verifica é uma articulação entre as duas modalidades no trato administrativo (Gomes, 2000). Evandro Chagas também ‘padeceu’, em várias circunstâncias, com a lentidão dos trâmites burocráticos (conforme registrado em seus diários), mas o acesso direto ao gabinete do ministro e a proximidade com alguns de assessores (como o próprio Drummond), lhe davam, pelo menos, a possibilidade de agilizar seus processos. No caso do cientista, o contato com a burocracia estatal ocorria, principalmente, em razão do subsídio fornecido ao SEGE pelo governo federal. No entanto, ele possuía meios alternativos para contornar a demora na liberação deste auxílio: a “verba Guinle”.

Direcionando as discussões aqui apresentadas para o estudo da trajetória profissional de Evandro Chagas e de sua experiência no SEGE, considero relevante recolocar alguns dos argumentos e questões suscitadas por Paiva (2006) sob as seguintes indagações: qual o tipo de inserção e participação que os médicos que não pertenciam diretamente aos órgãos executivos federais teriam na formulação das políticas públicas de saúde? Qual o tipo de relação estabelecida entre os sanitaristas envolvidos com a pesquisa científica e os sanitaristas que ocupavam cargos de gestão nos órgãos federais e estaduais de saúde? Qual o papel das instituições científicas de reconhecida tradição sanitária, como o IOC, na orientação e definição das políticas federais de saneamento nesse novo contexto de centralização política e institucional do Estado Novo? De que forma essas diferentes instâncias colaboraram e quais os entraves ou limites dessas negociações e articulações? Em suma, trata-se de deslocar a discussão para a compreensão das possíveis tensões, interesses e disputas em jogo durante a construção e implantação de um novo formato político-administrativo para a área da saúde pública na década de 1930, em que médicos e cientistas colaboraram com o Estado, reforçando sua identidade enquanto “construtores da nação”, embora vivenciassem tensões e conflitos decorrentes desta relação. São estas as questões que nortearão nossas análises nos próximos capítulos, quando abordaremos a atuação de

Evandro Chagas junto aos órgãos federais na execução de campanhas e políticas voltadas para a saúde pública.

### 3.5 - O SEGE na visão particular de Evandro Chagas

Até o momento, nossa análise sobre a criação do SEGE privilegiou apenas uma abordagem institucional, apresentando sua proposta científica, a representação que teria no (e para o) IOC e sua inserção e relação com as novas estruturas administrativas que se configuravam no campo da saúde pública durante o governo Vargas. No entanto, a historiografia dedicada ao estudo de trajetórias individuais vem chamando a atenção para as motivações subjetivas e as múltiplas intenções que guiam as ações dos indivíduos, buscando romper com a excessiva racionalidade e linearidade que as histórias de vida adquirem nas narrativas e nos relatos biográficos tradicionais. Por isso, apresentaremos agora o projeto do SEGE sob o ponto de vista pessoal de Evandro Chagas, dando ênfase às suas aspirações mais subjetivas e ao que esse empreendimento representou em termos de propósitos e conquistas pessoais. Nossa intenção é tentar compreender porque, apesar de (e mesmo com) todos os obstáculos e dificuldades iniciais – a falta de apoio da própria instituição em que trabalhava e, sobretudo, a falta de condições materiais para executar seu projeto científico – Evandro Chagas persistiu de maneira tão obstinada em realizar seu projeto de saneamento rural, conferindo a ele significados referidos a idiossincrasias e a motivações fundamentalmente individuais. Neste caso, recuperar essa dimensão privada e particular é *conditio sine qua non* para entendermos o sentido de suas iniciativas e ações profissionais e, ao mesmo tempo, sob que valores e princípios ele conduzia sua própria vida, em especial após a morte de seu pai.

Um dos pontos de crítica dos acadêmicos interessados em refletir sobre o uso das biografias como um método de estudo histórico refere-se justamente ao caráter secundário (quando não negligenciado conscientemente) que as motivações de cunho mais íntimo assumem nas trajetórias individuais. Sobre esse aspecto, Sabina Loriga afirma que:

“Todos os que trabalham com fontes biográficas (diários íntimos, correspondência, memória, etc) sabem o quanto é frustrante essa busca de normalidade. É sem dúvida por isso que é tão tentador embotar a

especificidade dos destinos individuais: de maneira aparentemente inofensiva, procuramos na prática histórica limitar, quando não corrigir, os elementos egotistas da biografia – procedimento que lembra a eliminação das idiosincrasias individuais proposta pelos positivistas. Em todo caso, os depoimentos pessoais são guardados no decurso da pesquisa documental e aceitos como elementos ilustrativos (à guisa de exemplo de uma argumentação geral). Mas eles são raramente utilizados para apreender os atos sociais” (Loriga, 1998, p.247).

Todo esforço de Evandro Chagas para dar concretude ao seu ambicioso projeto de saneamento rural correspondia, conforme ele mesmo declarava, ao compromisso de um discípulo em dar continuidade à obra institucional do IOC e, simultaneamente, ao desejo de um filho de realizar os sonhos e ideais do pai. São dois propósitos que, neste caso específico, se articulam de modo muito singular, pois se trata de um discípulo que não quer ‘apenas’ seguir o caminho do mestre; como filho, com vínculos profundamente afetivos, ele toma como meta de sua própria vida satisfazer às aspirações do pai. É evidente que se posicionar como herdeiro de Carlos Chagas (na dupla acepção do termo) e ‘representante’ do IOC era uma estratégia discursiva de grande eficácia para legitimar socialmente sua atuação e uma forma de viabilizar seus projetos científicos. Essas duas referências eram, inegavelmente, recursos importantes para o tipo de carreira que estava construindo para si. Mas consideramos que, para além de uma estratégia de afirmação profissional, Evandro Chagas de fato era movido por um sentimento de admiração e afeto sinceros em relação ao pai, empenhando-se, por isso, em dar continuidade a todos os empreendimentos que traziam a marca da trajetória ou das ideias de Carlos Chagas. O mais peculiar e intrigante é que Evandro Chagas também nutria um sentimento de culpa em relação à família, o que parecia reforçar ainda mais sua ‘missão’ e ‘dever’ para com a memória do pai. Esta dimensão nos é revelada fundamentalmente pela documentação de natureza privada que constitui fonte privilegiada neste trabalho.

Nas cartas de Evandro Chagas à mãe, percebemos uma preocupação insistente em afirmar seu comprometimento com o nome de Carlos Chagas e com os ideais que este defendeu em vida. A lembrança do pai e, em certas passagens, a analogia entre ambas trajetórias, são recorrentes nesses escritos à mãe. Nossa impressão é a de que Evandro Chagas tinha a necessidade de mostrar à família que estava cumprindo seu dever como filho (ou o dever que dele esperavam), apesar de toda e qualquer ‘maledicência’ que dissessem a seu respeito. A imagem que muitos tinham de Evandro



Chagas, inclusive amigos próximos de sua família, era a de um homem ‘boêmio’ e ‘fanfarrão’:

“Não me fazem grande mofa as notícias ou boatos que a você levem a meu respeito. Tenho sabido manter o prestígio do nome do meu pai à altura, tenho zelado pelos interesses do IOC com cautela, e não tenho descuidado, como você talvez pense, de Tatiana. Quanto aos fatos desairosos que lhe contam sobre mim, devo dizer-lhe que há exagero, que dos de Manguinhos que comigo aqui tem estado, sou eu o que mais preza as atitudes que assume”<sup>255</sup>.

Não é possível saber se Evandro Chagas sofria algum tipo de cobrança de sua mãe (velada ou não) para seguir a trajetória científica de Carlos Chagas, ou se este sentimento lhe era próprio. Infelizmente, na documentação acumulada pelo cientista, não constam as cartas recebidas de sua mãe, de maneira que não podemos presumir qual o tipo de influência ou de interferência que ela exercia sobre as motivações de seu filho. Há de se ressaltar, entretanto, que Íris Chagas nutria pelo marido uma verdadeira adoração, conforme rememora Carlos Chagas Filho:

“(…) realmente tanto Evandro [como] eu fomos criados na admiração de meu pai por causa do *culto* que minha mãe tinha por ele. De modo que mesmo muito pequeno eu acompanhei todas as suas participações na vida pública” (Chagas Filho, 1987, 2ª Entrevista, Fita 4, Lado A, p.47. Grifo nosso).

Um dado interessante a se destacar é que Íris Chagas colecionou, ao longo da vida de Carlos Chagas, um grande número de publicações (recortes) de jornais e revistas referentes à sua atuação pública, e os preservou cuidadosamente em uma espécie de álbum, com vários volumes<sup>256</sup>. A vida profissional de seus dois filhos também mereceria a mesma atenção dedicada ao marido.

Um outro aspecto muito marcante na correspondência de Evandro Chagas é a forte ligação que mantinha com a mãe. Em suas cartas, ele sempre dava notícias acerca de suas investigações científicas, comemorava os resultados alcançados, dividia as expectativas, as dificuldades enfrentadas e expunha seus problemas administrativos e financeiros. Mas não deixa de ser curioso, porém, que estes temas tão específicos de trabalho figurassem nas cartas escritas à mãe, uma dona de casa que não pertencia ao seu meio profissional. Interessante também é a forma pela qual o cientista trata e expõe esses assuntos: o tom de sua narrativa dá a impressão de que o interlocutor é alguém

---

<sup>255</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas. Belém, 21.09.37 (BR RJCOE EC 01.003).

<sup>256</sup> Ver as séries BR RJCOE CC 01.004 e 01.023 do fundo Carlos Chagas, sob a guarda do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (DAD/COE).

que conhece e está absolutamente inteirado das vicissitudes e rotinas do cotidiano de trabalho de um pesquisador.

Sua mãe também cuidava de suas contas durante os períodos de viagem para o norte, além de intermediar contatos com figuras políticas, conforme já mencionamos. Entre as solicitações de Evandro Chagas à mãe, estava o compromisso de que esta lhe escrevesse com alguma regularidade – pedido semelhante ao que fazia desde a adolescência, quando se via afastado de casa durante as férias com a família, em Minas Gerais. A título de exemplo, citamos duas frases de despedida escritas pelo cientista: “As suas cartas eram frequentes até há pouco. Agora sumiram. Parece que estou, de fato, no ostracismo”<sup>257</sup>; “Estou habituado a viver fora do ambiente da família, mas peço que me escreva de vez em quando, ao menos dando notícia das ocorrências com você, Tatiana, Carlinhos e Annah. Não custa fazer isso”<sup>258</sup>. A indagação que permanece é se Evandro Chagas era um missivista compulsivo (e exigia o mesmo de seus interlocutores), ou se, realmente, tinha bastante apego à família. Talvez ele possuísse as duas características.

Outra característica que sobressai dessas correspondências são o lamento e o pesar por um possível desgosto causado a sua família. A vida do cientista, sob muitos aspectos, fugia ao comportamento moral considerado padrão para um homem de sua época: seu primeiro casamento (com uma jornalista ativista do Partido Comunista Brasileiro) se desfez em poucos anos, e a única filha do casal, após um período em um internato, passou a viver com a mãe em São Paulo, longe do convívio e da vigilância diária de seu pai. A separação e o destino da pequena Tatiana eram assuntos quase que obrigatórios nas cartas enviadas à mãe, e, para Evandro Chagas, viver afastado da criança era um drama íntimo que lhe causava grande sofrimento. No entanto, todo este conflito emocional parecia justificar-se em benefício da realização dos sonhos de seu pai. Para a mãe, ele explicava que era em nome do pai que se sacrificava, ainda que para isso tivesse que anular sua própria felicidade pessoal em não acompanhar de perto o crescimento e a educação de sua filha, que agora recebia os cuidados de um outro homem – o novo marido de sua mãe. A narrativa de Evandro Chagas sugere que, para ele, continuar o trabalho de seu pai e atender aos seus ideais era um meio de redimi-lo das decepções causadas à família, e também a justificativa de sua má conduta em

---

<sup>257</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 11.09.37 (BR RJCOEC EC 01.003).

<sup>258</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 21.09.37 (BR RJCOEC EC 01.003).

relação à filha. Em outras palavras, era como se ele acreditasse que o culto à memória do pai pudesse trazer o respeito e a admiração de sua família:

“É possível que algum dia possa vir a ter um pouco daquilo que sobrou a meu pai, é possível que por ele, algum dia venha a mim alguma glória, mas de que serve sucesso a um tipo cuja vida tem sido um fracasso sob tantos pontos de vista? Ando cada vez mais triste e desanimado de alguma felicidade pessoal. A única e grande felicidade que poderia ter, a de estar sempre com Tatiana, parece estar proibida; cada carta sua me traz notícias piores. Não posso nem imaginar por onde ela anda, coitadinha. Devia ter estado no Rio entre 22 e 1º, entretanto não foi ver você, não me escreveu uma linha sequer, desde que vim, e, sabe Deus, com[o] estará. Sem dúvida, a ver formar-se junto dela uma nova família e a ser instada a julgar-se com o novo pai. Você deve achar que talvez eu a abandone muito, entretanto não posso deixar de atender a um ideal que foi do Paizinho, pelo qual ele morreu e que, se visse realizado, teria de mim outra opinião, bem diferente da que levou para o túmulo. Que lástima não ser ela a filha do Carlinhos que tem uma vida tão feliz e organizada”<sup>259</sup>.

Evandro Chagas se lamentaria várias vezes à mãe por ver-se afastado da filha. Era com ela, em especial, que desabafava toda a sua saudade e expressava seu sentimento de culpa ante às novas condições de vida da filha, “instada a julgar-se com o novo pai”. Ele assim expunha seus conflitos e sofrimentos em relação à pequena Tatiana:

“Quando estou em casa, rodeado de todos, com a família, tenho pouca oportunidade de pensar e meditar bastante na falta que me faz Tatiana e no que representa a permanência dela sempre longe de mim. Aqui, entretanto, só, ela passa a ser uma idéia fixa; não tenho outra saudade, não tenho outra idéia, senão a dela. Imagino, às vezes, que ela está separada de mim para sempre, imagino uma série de coisas horríveis que podem acontecer a ela e não tenho sossego. E sinto que toda a culpa do que quer que aconteça a minha filha cabe a mim que orientei tudo num péssimo sentido”<sup>260</sup>.

Na documentação pessoal do cientista, não há registros sobre sua relação com Maria da Graça Dutra, a primeira esposa, e tampouco da causa da separação de ambos. O que sabemos é que ela era jornalista e militante da juventude comunista (do PCB)

---

<sup>259</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 12.07.37 (BR JJCOC EC 01.003). Na carta seguinte a esta, onde relatava suas pesquisas sobre a leishmaniose visceral americana, ele explicaria à mãe o porquê de sua angústia: “Há três dias escrevi a você uma carta na qual você deve ter notado uma grande depressão. Estava com o trabalho da várzea e da cidade terminado, já com os dados negativos todos colhidos, com a primeira parte da pesquisa aqui terminada, portanto. Ia iniciar o estudo em terra firme, onde todas as minhas convicções e doutrinas teriam de ser confirmadas ou não. Estive, durante uns dias, só e sem ter com quem desabafar um pouco, num estado de nervos verdadeiramente precário. Tanta responsabilidade num só problema, tanta gente à espera de um fracasso para satisfação e gozo, me estavam a encrencar enormemente a vida”. Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 16.07.37 (BR JJCOC EC 01.003).

<sup>260</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 27.07.37 (BR JJCOC EC 01.003).

desde os 16 anos de idade (Fazimentos, s.d), mas em nosso levantamento não encontramos nada sobre sua história de vida durante este período de convívio com Evandro Chagas. O que a documentação indica é que os anos iniciais da separação foram muito desgastantes e envolveram uma série de atritos. O casal teria, inclusive, recorrido aos tribunais para disputar a guarda da menina – talvez por iniciativa de Evandro Chagas, no que era apoiado por sua família. Após este episódio, o termo conciliatório encontrado pelos pais foi o de matricular a filha em um colégio interno, embora, pouco tempo depois, a mãe a tenha retirado do internato, quebrando o acordo estabelecido pelo casal<sup>261</sup>. Deste modo, as relações de Maria da Graça Dutra e Evandro Chagas deterioraram-se ainda mais. Em suas cartas, por exemplo, ele se recusava a pronunciar o nome da ex-mulher:

“Tatiana deve ter estado, segundo carta da mãe, no Rio de 22 a 1. Que horror se torna a vida da gente com pessoas da categoria daquela. É difícil conter a violência. E a mim nenhuma carta. Com a vida que tenho o melhor ainda é estar dentro do mato trabalhando”<sup>262</sup>.

A situação entre o cientista e a ex-mulher agravou-se em definitivo com o segundo casamento de Maria da Graça Dutra. Pelo tom de sua narrativa, é possível perceber que Evandro Chagas enfrentou a oposição e reprovação de sua mãe por causa de sua permissividade em relação à filha, deixando-a viver sob outro ambiente familiar e, principalmente, sob outra referência paterna. Seu tio Hélio Lobo e, ao que parece, sua mãe também, partilhavam da opinião de que, com o novo casamento, Maria da Graça Dutra não tinha mais direitos sobre a menina, e nesse sentido, pressionavam para que Evandro Chagas reivindicasse a tutela da filha<sup>263</sup>. Para o cientista, havia inúmeros inconvenientes em tal aconselhamento. Primeiro, porque teria que recorrer novamente a um processo judicial, o que não o agradava – e ademais, lembraria à mãe que o “Paizinho sempre achou que não devia usar a força para obtê-la”<sup>264</sup>. Em segundo lugar, ter a filha sob sua guarda era incompatível com sua rotina de viagens. Mais do que um desdobramento de sua carreira, as viagens para pesquisas de campo eram o eixo

---

<sup>261</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 28.09.37 (BR RJCOC EC 01.003).

<sup>262</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 02.07.37 (BR RJCOC EC 01.003). Pouco tempo depois, em outra carta, ele afirmaria: “Não tenho tido notícias de Tatiana e ando cada vez mais preocupado depois que consenti que ela fosse deixando o internato e morar em casa da mãe. Esta de vez em quando escreve, dá notícias detalhadas de minha filha, mas como você sabe não acredito em coisa alguma do que ela diz”. Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, s.d (BR RJCOC EC 01.003).

<sup>263</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 27.07.37 (BR RJCOC EC 01.003).

<sup>264</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 28.09.37 (BR RJCOC EC 01.003).

principal de seu projeto científico, relacionado ao estudo das endemias do interior do país. Em razão dos longos períodos de permanência em Belém, não teria condições de cuidar pessoalmente da filha, e por isso, seria obrigado a torná-la interna em um colégio, privando-a tanto da companhia do pai quanto da mãe; ao fim das contas, a menina ficaria sem a convivência dos dois. Ou seja, para se dedicar à filha ele teria que renunciar à sua própria carreira profissional, vendo “ir por água baixo” tudo o que com tanto esforço e empenho estava construindo. Com muita cautela, ele explicaria seu posicionamento à mãe:

“Lamento ter de dizer que nada posso fazer quanto à permanência de Tatiana com a mãe. Em primeiro lugar, para fazer valer o acordo que com ela tenho, teria de recorrer aos tribunais, o que viria colocar minha filha, novamente, naquela situação de pânico e intranquilidade que tão bem conhecemos e de que nos lembramos sem saudade. Procurei, por meio de todos os argumentos de que dispunha, evitar que isso acontecesse. Também não sei se tenho o direito de privar Tatiana de uma vida de casa e de conforto que eu não lhe posso dar e mantê-la interna no meio de uma porção de meninas de proveniência e índole diferentes. Sei que isto importa e tê-la, talvez, desacostumada do pai, mas, se a mãe estiver levando uma vida digna com a nova situação é o meu sentimento pessoal o único motivo para impedi-la de estar externa. Não acha que devo fazer por ela esse sacrifício? É duro, eu sei, mas o meu modo de sentir não deve contar quando se trata da felicidade dela. Estou hoje metido em um serviço que me mantém sempre longe dela, não poderia modificar o sistema de trabalho sem ver uma organização que se está formando e progredindo ir por água baixo e um grupo de moços de maior valor e abnegados terem de interromper a vida de pesquisa a que se dedicaram. Sinto-me inteiramente preso a isto tudo”<sup>265</sup>.

É interessante notar que a narrativa de Evandro Chagas a sua mãe deixa transparecer o intenso conflito e as ambiguidades de quem se dedicava à memória do pai na vida profissional e, ao mesmo tempo, prejudicava a vida da filha por este mesmo motivo. A ‘solução’ – nada tranquila, podemos supor – era colocar-se ele próprio como o ‘sacrificado’: todas as opções, com seus ônus e bônus, se justificavam ‘em nome do pai’.

Não é difícil presumir que toda esta ‘confusão’ de sua vida privada, possivelmente de conhecimento público (pelo menos das pessoas mais próximas aos Chagas), trouxesse constrangimentos a Evandro e toda sua família. Se pensarmos no contexto social da época e na imagem associada ao nome de Carlos Chagas, essas questões poderiam repercutir como um verdadeiro escândalo. E para completar este drama íntimo e familiar, Evandro Chagas era bastante conhecido em seu meio

---

<sup>265</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 04.10.37 (BR RJCOC EC 01.003).

profissional por uma certa inclinação à boemia. Seu próprio irmão admitia que ele era “um bom companheiro para a noite [,pois] nada o fatigava” (Chagas Filho, 1986, s.p). Chagas Filho conta ainda que era praticamente certo encontrar Evandro Chagas tomando uma dose de uísque após o horário de trabalho, mas, mesmo passando a madrugada no “Café Lamas, ponto final da boêmia carioca naqueles tempos” (idem), ele apresentava-se pontualmente ao serviço, e com perfeita disposição<sup>266</sup>.

Uma outra faceta de Evandro Chagas era o ‘sucesso’ entre as mulheres. Seu irmão o descreve como um homem bastante sedutor e de muitos amores, à moda dos versos de Vinícius de Moraes:

“Evandro era um homem que tinha tido uma infelicidade terrível no casamento. Porque comentar... Quer dizer, ele era um homem muito bonito. Evandro era um homem atraentíssimo. (...) Você não pode imaginar. O mulhério todo dava em cima dele. Mas ele casou com uma moça e essa moça obrigou-o a despesas muito grandes. Ele instalou um aparelho de Raios-X, um eletrocardiograma para poder sustentar, porque ela gostava de sociedade. Depois eles se separaram. E isso foi um choque para ele. Ele aí, com a beleza dele, foi amado por várias mulheres. Eu tenho cartas dele de moças, inclusive solteiras, que naquela ocasião nem se podia imaginar, que escreveram a Evandro de uma maneira fantástica. E eu acho que Evandro as amou todas, na expressão de Vinícius ‘o amor é eterno enquanto dura’. Quantas vezes eu encontrei pessoas que caíam nos meus braços pela morte do Evandro, chorando. Umas três ou quatro vezes, recebi cartas do norte. Por isso eu dizia que ele tinha uma noiva em cada porto, em cada... Mas ele tinha uma coisa, o seguinte ... E ele, como você sabe, 5 horas, 5 e meia, começava a tomar uísque. (...). Depois de manhã acordava às 6, todos os dias, tomava café com queijo derretido, que é uma coisa horrível, e às 8 horas em ponto ele estava no trabalho onde ele ficava até às 5” (Chagas Filho, 1987, 4ª Entrevista, Fita 7, lado B, p.93)<sup>267</sup>.

Para Chagas Filho, seu irmão era uma pessoa de “qualidades inusitadas” (Chagas Filho, 1986, s.p). Evandro Chagas era um bom contador de histórias e tinha facilidade para estabelecer amizade com pessoas de diferentes níveis sociais, porque era um homem de “maneira[s] simples”<sup>268</sup>. Também possuía dons musicais “excepcionais”

---

<sup>266</sup> Sobre seu hábito de beber, ele próprio brincaria com a mãe, ao falar de sua rotina em Belém: “Com exercício constante, tenho emagrecido alguma coisa e, com isto, obtive mais resistência. Também não bebo quando trabalhando no interior (para dar exemplo aos rapazes – que engraçado, não?) e essa abstinência deve contribuir para que me sinta melhor”. Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 16.07.37 (BR RJCOC EC 01.003).

<sup>267</sup> Merecem uma observação os comentários de Chagas Filho acerca de Maria da Graça Dutra. É muito curioso que ela, uma ‘comunista de carteirinha’, gostasse “de sociedade” e obrigasse o marido a “despesas muito grandes” para sustentar seu alto padrão de vida. Essa vida burguesa que ela parecia querer usufruir e sustentar, conforme sugere Chagas Filho, é exatamente a antítese de sua convicção ideológica. Infelizmente, não conseguimos apurar essa aparente contradição.

<sup>268</sup> Numa entrevista, Chagas Filho conta um caso que considerava típico do comportamento do irmão: “Há uma coisa, por exemplo, de Evandro, extraordinária. Ele chegou a Santarém, de avião, não sei aonde, desceu do avião e tinha um almoço para ele. E ele tinha horror àquele molho que põe no pato, pato de...

– sabia tocar piano, violino, violão, gaita e sanfona, “o que o tornava o convidado de escolha para saraus e noites de seresta” (idem). Essas descrições feitas por seu irmão funcionam como um contraponto importante aos tormentos e tristezas demonstradas por Evandro Chagas a sua mãe. Não queremos insinuar, com isso, que se tratasse de uma dissimulação. Ao contrário, essas características são reveladoras da natureza múltipla e fragmentada dos indivíduos.

Evandro Chagas acreditava que manter o nome e o prestígio de seu pai e do IOC era um dever familiar, um compromisso que também deveria nortear a vida e a carreira de seu irmão mais novo, embora este começasse a dar indícios de que planejava construir para si uma outra trajetória, ligada à universidade. Em 1937, Chagas Filho se inscreveu para o concurso de professor catedrático de física biológica da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil. Mesmo longe, no norte, Evandro Chagas acompanharia com vivo interesse o desenrolar do concurso, e escreveria inúmeras vezes à mãe palavras de incentivo para serem transmitidas a Carlos Chagas Filho. Em algumas de suas colocações, é possível notar que o cientista transpunha para o processo seletivo do irmão alguns de seus ‘rancores’ quanto ao seu pleito à cátedra de doenças tropicais e infecciosas da mesma faculdade. Isto transparece, por exemplo, no seguinte comentário feito à mãe: “Estou certo de não poder ir ao Rio para as férias de Tatiana. É uma cacetada mas não há remédio. Gostaria também muito de estar presente para o concurso para desacatar os canalhas em momento oportuno”<sup>269</sup>. Ou nesta passagem: “Faltam poucos dias para o concurso e espero que o Carlinhos esteja com os nervos em bom estado, cheio de confiança e certo de que o lugar é dele. Também espero que a banca não tenha sido arrumada para despojá-lo”<sup>270</sup>.

Estes comentários são uma evidência de que, apesar de não ter exposto publicamente sua contrariedade com o resultado do concurso, Evandro Chagas percebeu a situação, em algum momento, como um ato intencional de impedi-lo a ocupar um lugar que já era ‘dos Chagas’. A ideia de que Carlos Chagas Filho poderia ser “despojado” da vaga que disputava é eloquente nesse sentido.

---

Tucupí. Tanto que ele disse assim: ‘Olha, eu não aguento comer pato ao tucupí, não. Então eu vou lavar o pato e vou comer assim mesmo’. Foi, lavou o pato, voltou e comeu. (risos)” (Chagas Filho, 1987, 4ª Entrevista, Fita 8, lado A, p.96).

<sup>269</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 28.05.37 (BR RJCOE EC 01.003).

<sup>270</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 11.06.37 (BR RJCOE EC 01.003).

Para Evandro Chagas, era “preciso” que Carlos Chagas Filho vencesse o concurso<sup>271</sup>. Esta afirmação refere-se não somente a uma possibilidade de desforra pessoal, mas, e principalmente, ao fato de que, na sua visão, um dos filhos de Carlos Chagas deveria continuar a obra do pai na Faculdade de Medicina, intento que ele almejou. O cientista pediria à mãe que aconselhasse o irmão a visitar o túmulo do pai antes da prova escrita, assim como ele próprio fizera em seu concurso: “aí um pouco de meditação lhe trará a força de que necessita para o esforço. E que se lembre da luta continuada e única que foi a vida dele e se convencerá de que tudo pode”<sup>272</sup>.

No entanto, ao saber do resultado do concurso, Evandro Chagas faria uma longa consideração à mãe sobre a importância de convencer Carlos Chagas Filho a permanecer no IOC e não se deixar seduzir pelas vantagens e pelo *status* de sua nova carreira de catedrático, lembrando-o de que ele tinha um compromisso com a memória e com o legado do pai. O trecho citado abaixo sintetiza com grande ênfase a ideia de ‘missão familiar’ que Evandro Chagas atribuía aos herdeiros de Carlos Chagas:

“Sei que a esta hora o Carlinhos deve ser professor da escola. Imagino a alegria que vocês devem sentir. Ao menos um de nós pode continuar o nome de Chagas na congregação. Também está ele agora com a vida traçada, com uma situação estável e definitiva, restando apenas efetivar-se em Manguinhos. Chegou o tempo de voltar-se mais para o Instituto onde tem também o dever de continuar a obra do Paizinho.

Para Annah [sua esposa] e a família [Melo Franco], eu sei que o lugar de professor tem mais significação que o de assistente de Manguinhos, mas espero que ele não pense assim e tenha o Instituto como finalidade máxima, como dever e obrigação superiores a todos os outros compromissos. Ali foi que o Paizinho consumiu a existência, devotado à continuação da grande obra do Dr Oswaldo Cruz e é ali que nós dois devemos empenhar todo nosso esforço para que não naufrague o que sustou duas vidas e o que ainda resta de esperanças para a nossa pobre gente dos sertões, abandonada e explorada pelo egoísmo de tantos. Tenho tido sempre um grande receio de que ele não se dedique a Manguinhos como deve e, agora que está feito professor, o meu receio cresce ainda mais. Moço como é, poderá deixar-se levar pelas vantagens do ambiente e os sucessos do ensino, esquecendo-se de que deve ainda estudar muito, produzir muito na pesquisa, para consolidar o próprio nome e tornar-se útil à coletividade. Ele tem as condições indispensáveis ao pesquisador, é dotado de inteligência muito lúcida e brilhante, tem energia para o trabalho, é moço e não terá, de ora por diante, a dificuldade financeira, empecilho máximo à realização do verdadeiro trabalho de ciência. Além disso, tem a vida perfeitamente organizada e um grande equilíbrio.

Não me é possível escrever a ele e dizer-lhe tudo isto. Digo-o a você que poderá conversar com ele tranquilamente e fazê-lo ver o que deve fazer da vida, de ora por diante. Muito conselho à mulher, a quem ele ouve muito, será de grande vantagem, talvez mais útil mesmo do que a ele próprio.

Daqui de tão longe sinto muito de perto toda a alegria e o prazer em ver o sucesso de meu irmão. Dele devemos esperar tudo porque ele ainda não

---

<sup>271</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 16.07.37 (BR RJCOC EC 01.003).

<sup>272</sup> Idem.



errou, mas é preciso que saiba viver sempre fora do erro porque a condenação é mais pronta do que a recompensa”<sup>273</sup>.

A afirmação de que “o lugar de professor tem mais significação que o de assistente de Manguinhos”, ainda que referida à suposta expectativa da esposa de Carlos Chagas Filho e de sua família, não deixa de ser bastante interessante e indicativa das ambivalências vividas por Evandro Chagas quanto aos possíveis caminhos e ambições de sua carreira. Esta afirmação deixa entrever os sentimentos que ele guardava por não ter conseguido substituir o pai na cátedra. Ainda que tenha se demitido da FMURJ sob a justificativa de uma “escolha” pelo IOC, esta “escolha” pode ser analisada como uma segunda opção face a um insucesso. Talvez não só a família Mello Franco, mas ele próprio acreditasse que um cargo na Universidade possuía mais relevância que uma colocação em Manguinhos.

O grande receio de Evandro Chagas, de que seu irmão abandonasse o IOC, se cumpriria pouco tempo depois. Em razão da lei federal de 1937, que proibia a acumulação de cargos nos serviços públicos, Carlos Chagas Filho teve que optar por uma das duas instituições, e decidiu se desligar de Manguinhos. A notícia, como já era esperado, foi muito mal recebida por Evandro Chagas, que tentou persuadi-lo de todas as maneiras a desistir do intento e permanecer no IOC. Chagas Filho lembra que seu irmão – encarregado de entregar, em seu nome, o requerimento de dispensa do instituto, já que estava viajando na ocasião – só o fez na véspera do prazo limite, depois de ter-lhe enviado inúmeros telegramas. A relutância de Evandro Chagas só foi definitivamente vencida após uma longa ligação telefônica para Paris, onde se encontrava o irmão, e quando este lhe expôs sua “firme decisão” em assumir a cátedra na Faculdade de Medicina (Chagas Filho, 2000, p.76). Além do senso de responsabilidade em relação ao pai, Evandro Chagas argumentava que Chagas Filho jamais poderia fazer pesquisa científica na universidade, e teria sua carreira esterilizada no exercício da atividade docente (idem).

É interessante observar que a visão de Evandro Chagas seguia a mesma opinião de seu pai acerca do pouco espaço que a pesquisa experimental ocupava na Faculdade de Medicina. Diante da nova escolha profissional do irmão, Evandro Chagas o aconselharia a fazer uma viagem para Europa ou para a América do Norte para observar o sistema de ensino e o modelo de organização das universidades estrangeiras – assim

---

<sup>273</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 06.10.37 (BR RJCOC EC 01.003).

como fizera Carlos Chagas logo ao assumir a diretoria do DNSP, quando viajou para os Estados Unidos para observar a organização dos serviços sanitários desse país. Evandro Chagas se prontificava a ajudá-lo a obter recursos para a viagem, intercedendo junto a sua rede de relações sociais: “talvez seja possível uma bolsa de uns mil dólares por meio da Sociedade Brasil-Estados Unidos [da qual] o Hélio [seu tio] é presidente. Também pelo Ministério da Educação há grandes possibilidades”<sup>274</sup>.

Para Darcy Fontoura de Almeida, a escolha de Carlos Chagas Filho pela cátedra de física biológica funcionou como uma espécie de válvula de escape para que o filho mais novo se afastasse da “sombra ameaçadora” de seu pai e de seu irmão mais velho. De acordo com o autor, que foi aluno e discípulo de Carlos Chagas Filho, este tinha a percepção de que se “permanecesse dedicado à patologia tropical, viria a se confrontar, mais cedo ou mais tarde, com duas obras, uma ‘extraordinária’ e outra de ‘fulgor fora do comum’ – vale dizer, um conjunto insuperável” (Almeida, 2008, p.265), aludindo, neste último caso, ao trabalho Evandro Chagas que, nesta época, já era reconhecido e identificado como o sucessor natural de Carlos Chagas. Segundo Almeida, o próprio Chagas Filho teria afirmado: “Eu... considerava que seria muito mais fácil para mim fazer uma carreira na Faculdade do que no Instituto” (idem, p.266).

Essas escolhas distintas permitem uma reflexão sobre a maneira pela qual os filhos de Carlos Chagas encararam seu compromisso familiar com a memória de um pai que era um mito da ciência, atividade à qual ambos optaram por dedicar suas vidas. Se para Chagas Filho a morte do pai “assumiu também o significado da libertação” para seguir uma carreira própria, sem vinculação direta com a imagem de Carlos Chagas (Lima, 2009, p.93), para Evandro Chagas a morte do pai veio justamente fortalecer seu sentimento de ‘dever’ em relação a este. Evandro Chagas canalizou todas as referências do pai para o seu projeto científico, seja porque instrumentalizou o capital científico e social de Carlos Chagas a seu favor, seja porque teria na satisfação de um desejo do pai a principal motivação para tornar o SEGE um empreendimento real. Cada um de seus filhos foi marcado, em suas escolhas profissionais, por seus conflitos mais subjetivos, e nesse aspecto, Evandro Chagas era guiado, além de uma profunda admiração pelo pai, por um sentimento de culpa e de desgosto provocado à família. Ao nosso ver, são estes sentimentos que aguçaram sobremaneira seu senso de dever e de obrigação em relação à

---

<sup>274</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, s.d (BR RJCOE EC 01.003).

memória do pai, e que tornaram a inspiração de sua trajetória algo mais complexo que a ideia de ‘continuador’ ou ‘discípulo’ podem induzir em sua acepção mais trivial.

## CAPÍTULO 4

### O SERVIÇO DE ESTUDOS DE GRANDES ENDEMIAS NA CAMPANHA DE ERRADICAÇÃO DO *ANOPHELES GAMBIAE* (1939-1940)

Em junho de 1938, Evandro Chagas realizou uma excursão científica ao nordeste brasileiro. Na ocasião, os estados do Ceará e Rio Grande do Norte enfrentavam uma intensa epidemia de malária, cujos resultados devastadores já se faziam visíveis entre as populações atingidas. Diante da gravidade do quadro, o governo federal decidiu organizar uma campanha de erradicação do *Anopheles gambiae*, mosquito transmissor da doença, dando a Fred Soper, diretor da Divisão Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller no Brasil, a direção dos trabalhos. Evandro Chagas, em função das pesquisas que o SEGE realizava no Ceará, participaria dos esforços de combate ao mosquito, em atuação conjunta com a Fundação Rockefeller. Entretanto, o cientista se afastaria da campanha antes do desfecho final da ‘batalha’ contra o *Anopheles gambiae*, em consequência de desavenças com Fred Soper.

Nosso propósito, neste capítulo, é analisar a participação de Evandro Chagas na campanha de erradicação do *gambiae* no nordeste brasileiro, evento que trouxe grande visibilidade científica e política ao projeto do SEGE. Destacaremos seu ponto de vista e suas críticas sobre as medidas e os métodos de combate empregados pela Fundação Rockefeller na exterminação do mosquito. Diferentemente de Fred Soper, que teria o mosquito transmissor como alvo da campanha, Evandro Chagas avaliaria a incidência da epidemia a partir de seus condicionantes sociais, atentando para os aspectos sócio-econômicos que interferiam no quadro geral da doença. O cientista também defenderia junto aos dirigentes da campanha a aplicação de uma teoria formulada pelo seu pai, baseada na idéia de que malária era uma doença de contágio domiciliar. Por isso, Evandro Chagas preconizaria como medida fundamental o ataque ao mosquito dentro das habitações, divergindo, neste sentido, do método utilizado preferencialmente pela Fundação Rockefeller, voltado para a destruição dos focos criadouros.

A narrativa de Evandro Chagas sobre a campanha revela, de modo exemplar, suas concepções sobre o papel da ciência no enfrentamento dos problemas sanitários do interior, e evidencia, de igual modo, os conflitos e desafios interpostos na relação entre cientistas e gestores da saúde pública na década de 1930. A campanha contra o

*Anopheles gambiae* ganharia grande repercussão e importância tanto no cenário nacional, como exemplo do poder e da capacidade do Ministério da Educação e Saúde (MES) em debelar crises sanitárias, quanto no cenário internacional, como uma experiência que viria a comprovar a possibilidade de erradicação de espécies vetoras, perspectiva que abriria horizontes promissores para a saúde internacional.

#### **4.1 - A viagem de Evandro Chagas ao nordeste do Brasil e a denúncia da epidemia de malária no Ceará**

Em junho de 1938, Evandro Chagas realizou, em companhia de Walter Oswaldo Cruz, filho de Oswaldo Cruz e também pesquisador do IOC, uma excursão ao nordeste brasileiro, onde percorreu os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Sua viagem tinha dois objetivos: fazer observações e recolher material de pesquisa para o estudo da malária, leishmanioses (visceral e tegumentar), esquistossomose, boubá e filariose, e instalar no Ceará, no município de Russas, um serviço de investigação epidemiológica da leishmaniose visceral americana, sob a direção de Gladstone Deane, pesquisador do IPEN<sup>275</sup>. A incidência de algumas dessas enfermidades na região, como a malária e a doença de Chagas, já era conhecida desde 1936, quando o cientista realizou suas primeiras excursões em busca de casos clínicos de leishmaniose visceral americana. No entanto, naquela época, a conjuntura fez com que o foco das investigações se limitasse apenas ao estudo leishmaniose visceral, no estado do Pará.

No momento da viagem de Evandro Chagas, o Ceará vivia uma intensa epidemia de malária, transmitida pelo mosquito *Anopheles gambiae*, uma espécie de origem africana<sup>276</sup>. A presença do mosquito no nordeste brasileiro não era recente, e já havia sido detectada em 1930, na cidade de Natal, por R. C. Shannon, entomologista do Serviço de Febre Amarela da Fundação Rockefeller. Durante três anos consecutivos, de 1930 a 1932, a capital do Rio Grande do Norte viveu surtos epidêmicos de malária,

---

<sup>275</sup> Relatório de Evandro Chagas a Leocádio Chaves (secretário do IOC), em 15.03.1939 (BR RJCOE EC 04.077).

<sup>276</sup> A chegada do *Anopheles gambiae* ao continente americano é atribuída à inauguração de uma linha marítima de serviço postal entre Natal, no Rio Grande do Norte, e Dacar, capital do Senegal, em 1928. Como o primeiro foco foi encontrado próximo ao ancoradouro dos navios franceses em Natal, a suspeita é de que o mosquito tenha sido transportado durante as viagens (Soper e Wilson, 1945). Sobre a história da campanha contra o *Anopheles gambiae* no Brasil, ver: Soper e Wilson, 1945; Deane, 1985; Packard e Gadelha, 1995; Benchimol, 2001; Hochman, Mello e Santos, 2002; Silva, 2006; Paula, 2011.

sendo realizada, pelo Departamento de Saúde do Estado, uma campanha de combate ao vetor, coordenada por Genserico de Souza Pinto. A campanha não conseguiu eliminar o *gambiae*, que se alastrou pelo norte, seguindo o litoral. Apesar disso, nos anos seguintes, o impacto da doença sobre a saúde das populações locais parece ter sido limitado, merecendo pouca atenção das autoridades médicas locais e do Serviço de Febre Amarela da Fundação Rockefeller, que já atuava na região. Em 1938, entretanto, a malária reapareceria em grandes proporções no município de Russas, Ceará (Packard e Gadelha, 1995). Evandro Chagas sentiu, logo ao desembarcar em Fortaleza, o clima de apreensão e medo que a epidemia já despertava na capital:

“Encontramos em Fortaleza um ambiente de grande pânico em relação à epidemia de malária que está grassando em Russas e nos municípios vizinhos. O Dr. [Genserico] Souza Pinto, mandado especialmente do Rio para investigar o caso, telegrafou ao Dr. Ernani Agrícola [diretor da Divisão de Saúde Pública] declarando que existem cerca de 3 mil doentes, no momento, e que estão ocorrendo cerca de 600 óbitos mensais. Pediu para debelar o mal um crédito de cerca de 500 contos. Declara ainda no mesmo telegrama que a doença não está obedecendo ao tratamento nem tampouco ao medicamento dado com fim preventivo, tendo já adoecido dois médicos e alguns guardas sanitários do estado”<sup>277</sup>.

Dada a gravidade do problema e sua incidência na zona onde seria instalado o serviço de pesquisa sobre a leishmaniose visceral americana, Evandro Chagas decidiu fazer verificações sobre a “epidemia reinante”, capturando mosquitos nas regiões percorridas do município de Russas (zonas de Timbaúbas e Grascimões), localizado na margem do Rio Jaguaribe<sup>278</sup>. A presença do *Anopheles gambiae*, por si só, já era motivo para grande alarme: tratava-se de uma espécie exógena e considerada uma “terrível” transmissora da malária. Os estudos entomológicos sobre o *gambiae* demonstravam que o mosquito possuía alta capacidade para a propagação do impaludismo, podendo transmitir, com igual facilidade, as três espécies de parasitos da malária<sup>279</sup>. Além disso, seus ovos resistiam a condições climáticas extremamente desfavoráveis, e o mosquito se difundia muito rapidamente, sendo encontrado, via de regra, em alta concentração e densidade. Era considerada uma espécie de hábitos domiciliares, devido a sua preferência pelo sangue humano (Chagas, 1938). Durante as investigações realizadas

---

<sup>277</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 24 de junho de 1938 (BR RJCOC EC 04.026). Jaime Benchimol informa que no vale do Jaguaribe (onde estava situado o município de Russas), só em julho, ocorreram mais de 63 mil casos, com cerca de 8 mil mortes. Em alguns municípios, a malária chegou a vitimar mais de 90% da população (Benchimol, 2001).

<sup>278</sup> Essa região, conhecida como Baixo Jaguaribe, compreende os municípios de Limoeiros, Russas, Morada Nova, Aracati e União.

<sup>279</sup> As três espécies referidas são: *Plasmodium vivax*, *Plasmodium falciparum* e *Plasmodium malariae*.

em Russas, o que mais impressionou a Evandro Chagas foi justamente a extraordinária capacidade de reprodução do *gambiae*, o que poderia ocorrer em ‘qualquer’ poça d’água:

“Procuramos, no município, focos criadores. Encontramos larvas em grande número de coleções líquidas, mas não foi possível observar focos intradomiciliares, como é comum ocorrer na África. Todas as lagoas, todas as poças d’águas que examinamos, continham larvas que também encontramos em numerosas coleções formadas nas pegadas dos animais. (...). Chamou especialmente nossa atenção o fato de encontrarmos larvas em numerosas coleções líquidas, inteiramente expostas ao sol, o que não é, de regra, observado para outras espécies de anofelinos” (Chagas, 1938, p.1338).

Para Evandro Chagas, a epidemia de malária que ocorria na zona do Rio Jaguaribe tinha as mesmas características habituais dos surtos epidêmicos de grande intensidade: “os casos [clínicos] atuais não tem demonstrado qualquer caráter de maior gravidade”<sup>280</sup>. Para o cientista, a gravidade da epidemia estava essencialmente relacionada às condições sócio-econômicas das populações locais, que viviam em situação de miséria, mal alimentadas e sem recursos para arcar com o tratamento médico. Ainda que o mosquito fosse observado em grande abundância nas zonas epidêmicas e possuísse notável capacidade de reprodução e difusão, para ele, era o fator sócio-econômico o principal agravante da epidemia e a grande causa dos altos índices de mortalidade.

A assistência médica prestada pelo governo do Ceará também foi considerada muito deficiente, e pouco contribuía para sanar ou amenizar os efeitos da epidemia. O posto de saúde, localizado no centro da cidade de Russas, não favorecia às populações do interior, as mais afetadas pela epidemia. Tanto as dificuldades de locomoção quanto a debilidade física provocada pela enfermidade acabavam impedindo que a maior parte dos doentes tivessem acesso ao tratamento. Por sua vez, o tratamento oferecido também se mostrava ineficaz: a aplicação do medicamento (quando havia) consistia, em geral, numa única dose de atebрина, o que era insuficiente para a cura<sup>281</sup>. Assim, as recaídas

---

<sup>280</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 06 de julho de 1938 (BR RJCOE EC 04.026). Tal proposição se confirmaria ao término da viagem: “Não encontramos, em mais de quinhentos indivíduos examinados, casos de excepcional gravidade e não nos foi dado observar forma alguma de malária com sintomas de perniciosidade” (Chagas, 1938, p.1336-1337).

<sup>281</sup> O tratamento consistia na aplicação de injeções ou distribuição de comprimidos de quinino ou atebрина, sendo este último medicamento preferencialmente utilizado. Alguns postos, devido ao grande número de doentes e os baixos recursos oficiais, passaram a usar o quinino (que era mais barato) em doses inferiores àquelas recomendadas para um tratamento satisfatório. Ver Diário de Evandro Chagas, dia 14 de julho de 1938 (BR RJCOE EC 04.026).

eram regulares, fato reforçado pela contínua exposição dos doentes a novas picadas do mosquito. Evandro Chagas descreveu o quadro da seguinte forma:

“Foi possível observar que as condições de vida da população, principalmente de fora da cidade são as mais precárias. No início da epidemia de malária usaram as economias na aquisição de medicamentos e esgotaram todas as reservas; não puderam fazer as plantações habituais do ano, de modo que ficaram em seguida sem recursos para a alimentação e sem recursos para o tratamento. Houve, por parte dos médicos locais e dos farmacêuticos abusos inomináveis. É bastante referir que um comprimido de Atebrina passou a ser vendido por mil réis e o tratamento de malária custou a determinada pessoa de recursos seis contos de reis. A assistência oficial continua a ser insuficiente, passando o posto, por vezes, dias seguidos sem qualquer medicamento. O Diretor de Saúde passou hoje pela cidade mas apenas demorou-se uns 15 minutos, para fazer uma refeição no hotel. Nenhum médico tem percorrido as zonas rurais, sem dúvida as mais flageladas. Os doentes em sua maioria não podem mandar buscar medicamentos no posto pelas condições precárias em que se encontram e quando o conseguem quase sempre encontram o posto desprevenido de medicamento”<sup>282</sup>.

O cientista observou que, embora a malária fosse endêmica na região, as circunstâncias que ocasionavam os surtos epidêmicos obedeciam a um ciclo regulado pela estação das chuvas, quando ocorria a cheia dos rios, lagoas e a formação de poças d'águas, facilitando a reprodução do *Anopheles gambiae*<sup>283</sup>. Com o início da epidemia e o adoecimento da população, os habitantes se viam impedidos de trabalhar na lavoura, que era sua fonte de renda. Sem recursos para comprar alimentos, ficavam ainda mais vulneráveis à doença. Há de se considerar também que a redução do número de trabalhadores na agricultura certamente acarretou a diminuição na oferta de alimentos, provocando, conseqüentemente, seu encarecimento<sup>284</sup>. As dificuldades econômicas comprometiam também o tratamento da doença, pois a epidemia, conforme descreveu no trecho destacado acima, deu ensejo a “abusos inomináveis” por parte de médicos e

---

<sup>282</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 02 de julho de 1938 (BR RJCOC EC 04.026).

<sup>283</sup> A observação do caráter endêmico da malária na região ocorreu durante as excursões de 1936 e 1937. Na ocasião, Evandro Chagas constatou que, eventualmente, surgiam surtos epidêmicos anuais após o período de chuvas (Chagas, 1938). Packard e Gadelha também afirmam que há evidências, de acordo com relatórios oficiais, de que a epidemia já grassava em Russas desde o ano anterior, 1937. A medida determinada pelo Departamento de Saúde do Estado do Ceará consistiu na distribuição de quinino (Packard e Gadelha, 1995).

<sup>284</sup> A análise do cientista, sob os efeitos econômicos e sociais da malária sobre a saúde da população, encontra paralelo com alguns discursos contemporâneos. O historiador Raimundo Girão, convidado a proferir uma palestra no Rotary Club de Fortaleza nesse mesmo ano, se deteve exatamente nesse argumento de Evandro Chagas. Em sua apresentação, o historiador ressaltava que a região jaguaribana era produtora de gêneros alimentícios que garantiam a subsistência da população camponesa durante os meses de verão. A chegada da epidemia e o adoecimento de grande parte dos moradores teriam prejudicado o trabalho agrícola familiar na região (Silva, 2006).



farmacêuticos<sup>285</sup>. Não só em Russas, no Ceará, como em todas as localidades que visitou durante a excursão, em diferentes estados, o cientista procurou se informar sobre o modo de vida das populações, observando e indagando, por exemplo, sobre as principais atividades econômicas da região e os hábitos alimentares dos moradores, registrando também impressões pessoais sobre a aparência (saudável ou não) dos habitantes<sup>286</sup>. O tipo de relato de Evandro Chagas pode ser associado à própria tradição de expedições científicas do IOC desde a década de 1910, quando os pesquisadores se ocupavam não apenas da observação e descrição do quadro sanitário da região, mas direcionavam seus olhares também para as condições gerais de vida das populações locais. O relatório de viagem de seu pai à Amazônia (1912-1913) guarda, por exemplo, essa característica.

Em todas as localidades percorridas, Evandro Chagas percebeu uma relação direta entre as condições econômicas locais e o impacto geral da epidemia sobre a população. Suas análises apresentavam, desse modo, uma visão abrangente acerca dos fatores que determinam o quadro epidemiológico de uma doença, enfatizando os aspectos sociais que concorrem para a sua reprodução ou disseminação. Dada a situação de pobreza e carestia das áreas rurais, o fator econômico adquiria um papel determinante para a compreensão dos condicionantes que favoreciam a incidência da epidemia de malária que ora grassava.

O peso das determinações econômicas sobre a saúde das populações seria também apontada por Walter Oswaldo Cruz, que o acompanhara na viagem. Cruz tencionava analisar a “verdadeira relação existente entre a infestação helmíntica e anemia tropical” e, considerando a hipótese de que a alimentação desempenhava papel importante no desenvolvimento da anemia, procurou verificar a possível relação, no nordeste brasileiro, entre a carência alimentar e o surgimento da anemia. Por meio de

---

<sup>285</sup> Evandro Chagas comentaria, em carta à esposa, sua surpresa com o alto custo de vida no interior: “Não pensei que fosse tão caro viajar pelo nordeste. A lata de gasolina custa em alguns lugares 37 mil reis e mais. Tudo é pago pela hora da morte. Estou preocupado com o que tem custado a viagem porque não dispomos de muito dinheiro para este trimestre atual”. A partir desse comentário, podemos imaginar o quão seriamente deve ter se agravado a situação econômica das localidades afetadas pela epidemia. Carta de Evandro Chagas a Agnes Chagas, em 27.07.1938 (BR RJCOE EC 04.011).

<sup>286</sup> A título de exemplo, destacamos um trecho de seu diário: “Em Assu, fomos pela manhã à lagoa, distante cerca de 5 kms. da cidade. Primeiramente fomos ao lado mais distante onde encontramos a maior parte das casas vazias por terem morrido os habitantes ou se haverem retirado para a cidade. Em duas casas que visitamos encontramos todos os habitantes com malária (...). Passando ao lado mais próximo da cidade verificamos que aí a incidência de malária é tão grande, mas a gravidade menor, só se tendo, até o presente registrado um ou dois óbitos, embora a população seja maior. Trata-se de uma colônia de pescadores, com condições de vida superiores às dos habitantes da margem oposta que são em maioria empregados de um grande proprietário rural” (Diário de Evandro Chagas, dia 16 de julho de 1938 – BR RJCOE EC 04.026).

exames realizados entre diferentes grupos sociais, Walter Oswaldo Cruz concluiu que a “causa imediata do empobrecimento sanguíneo [baixa taxa de hemoglobina] [do grupo] economicamente inferior não foi verificada com certeza, mas a precariedade alimentar parece ser o maior responsável por uma grande parte dos distúrbios hemáticos” (Chagas, 1938, p.1354)<sup>287</sup>.

A excursão pelo nordeste brasileiro durou quase um mês e foi marcada por dificuldades de naturezas diversas<sup>288</sup>. Conforme assinala Cristina Fonseca, as viagens de campo devem ser compreendidas como parte integrante da prática profissional dos médicos sanitaristas, funcionando, ao mesmo tempo, como um elemento definidor de sua identidade profissional (Fonseca, 2000). De acordo com a autora,

“o perfil do sanitarista vai sendo desenhado como um viajante que conhece todos os recantos da região sob sua responsabilidade, que conhece as condições reais de vida e de saúde da população que necessita ser assistida” (Fonseca, 2000, p.395).

As observações e os relatos de Evandro Chagas não escapam a essa caracterização, e incluem os percalços vivenciados no trabalho de campo. Para além das exigências específicas do tipo de investigação a que se propunha – uma excursão por várias localidades em diferentes estados, num curto espaço de tempo, e a observação concomitante da incidência de numerosas doenças endêmicas –, Evandro Chagas se depararia com outras contingências: o automóvel utilizado na excursão, vez ou outra, em razão das condições das estradas, apresentava problemas – ou dava “panes”, na sua expressão. O grupo – Evandro Chagas, Walter Oswaldo Cruz e o entomologista Otávio Mangabeira Filho – viajava sem motorista profissional ou qualquer outra pessoa que pudesse auxiliá-los. Quase ao final da viagem, o cientista não escondia seu cansaço:

---

<sup>287</sup> Devido às condições das regiões percorridas e ao pouco tempo de permanência no nordeste, Walter Oswaldo Cruz decidiu modificar o plano inicial de trabalho. Ao invés de uma pesquisa detalhada sobre a questão alimentar, optou por realizar uma investigação mais “modesta”, de caráter preliminar, analisando “a condição hemática e a condição econômica geral das populações”. Os grupos escolhidos para a pesquisa pertenciam a classes econômicas diferentes (Chagas, 1938, p.1350-1351). Sobre o relatório publicado por Walter Oswaldo Cruz, ver Cruz, 1939.

<sup>288</sup> Evandro Chagas chegou ao Ceará no dia 23 de junho e iniciou a viagem pelo interior no dia 13 de julho, retornando ao Rio de Janeiro no dia 12 de agosto de 1938. O circuito, tal como planejou inicialmente, tinha o seguinte itinerário: Russas – Mossoró – Natal – Santa Cruz – Currais-Novos – Parelhas – Barra – Soledade – Campo Grande – Alagoa Grande – Alagoinha – Sapé – João Pessoa – Recife – Pesqueira – Rio Branco – Custódia – Vila Bela – Crato – Icó – Jaguaribe-Mirim – Limoeiro – Russas – União – Aracati – Fortaleza – São Francisco – Sobral – Periperi – Campo Maior – Teresina. Diário de Evandro Chagas, dia 24 de junho de 1938 (BR RJCOE EC 04.026).

“Tenho a impressão de que nós três que estamos fazendo esta inspeção, estamos chegando ao fim da resistência. Por enquanto todos tem se mantido à altura mas estou notando, não só nos dois como em mim, a necessidade de um esforço considerável para continuar daqui por diante, para a zona mais dura do trajeto. Penso que o fato de não termos trazido um chauffeur é a causa desse cansaço pois é raro o dia em que não temos tido que mudar vários pneumáticos e fazer algum reparo no automóvel que é por demais velho”<sup>289</sup>.

O prenúncio de que se aproximavam da “zona mais dura do trajeto” de fato se cumpriu. Após quase um mês na estrada, os problemas com o carro atingiram o seu ápice. O trecho abaixo, extraído de seu diário, corresponde a um dia de viagem, e através dele conhecemos um pouco do trabalho diário de investigação epidemiológica realizado por esses três cientistas:

“Partimos de Jaguaribe-Mirim após consertarmos o pneumático, já completamente gasto pelo defeito da direção, às 8,25. Pelo caminho paramos em várias lagoas, sem encontrar larvas de mosquito ou *planorbis* [espécie de caramujo transmissor da esquistossomose]. As informações que colhemos indicam que às margens do Jaguaribe a malária está grassando de forma epidêmica e que não temos encontrado elementos positivos à margem da estrada de rodagem porque esta entre Russas e Jaguaribe-Mirim muito se afasta da margem do rio. Ao chegarmos à margem encontramos logo um foco de malária epidêmica, transmitida pelo *gambiae*, com um cadáver de indivíduo que morreu com poucos acessos. Ao atravessarmos o rio o carro foi seguro pela lama e foi-nos necessário o auxílio de habitantes locais para nos safar-nos. A 24 quilômetros de Russas tivemos pane de pneumático e a 16 quilômetros acabou-se a gasolina. Neste momento escrevemos o diário a espera da passagem de algum socorro, sob um sol terrível e tomados de sede horrível, às 13,00. Às 16,30 Dr. Mangabeira e nós resolvemos ir a pé à Russas, a fim de obter gasolina, uma vez que nenhum veículo, desde às 12,00, passa pelo local. Caminhamos 4 quilômetros e encontramos alguma água, em habitação à margem da estrada. Em seguida às 18,00 apareceu um caminhão que nos cedeu uma lata de gasolina e nos transportou até o local onde se achava nosso automóvel. Reabastecemos o carro e chegamos a Russas às 19,30. (...). Verificadas as condições absolutamente precárias de três dos nossos pneumáticos, adquirimos na cidade quatro outros, um para sobressalente. Partimos às 21,00 e a 20 quilômetros da cidade, um dos pneus, por ter sido mal montada a câmara, esvaziou-se. Utilizamos o sobressalente e chegamos a Cristais onde tentamos consertar o pneu furado. O chauffeur que nos auxiliou alcoolizado, danificou duas câmaras, de modo que ficamos na impossibilidade de prosseguir a viagem. Dormimos no próprio automóvel”<sup>290</sup>.

A viagem incluiria ainda situações verdadeiramente arriscadas. Dias antes dessa ‘inusitada epopéia’ com o carro, Evandro Chagas percorreu algumas localidades do interior de Pernambuco, exatamente no momento em que a polícia fechava o cerco

---

<sup>289</sup> Carta de Evandro Chagas a Agnes Chagas, em 27.07.1938 (BR JCOEC EC 04.011).

<sup>290</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 07 de agosto de 1938 (BR JCOEC EC 04.026).

contra o cangaço, numa perseguição que resultou, após longos anos, na morte de seu principal líder, Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião<sup>291</sup>. Ele alcançou o estado após a morte do ‘rei do cangaço’, mas ainda pode sentir os efeitos da atuação do bando na região. Ao chegar na cidade de Paulo Afonso, “a zona mais assolada pelo cangaço”, Evandro Chagas se hospedou na casa de um senhor “cujo filho, há dois meses, na mesma estrada de Jatobá foi assassinado e roubado por cangaceiros”. Ele rapidamente formulou explicações para a atuação do bando naquela localidade:

“A zona se presta muito a esse tipo de assalto porque é extremamente deserta e a vegetação, típica de caatinga, muito difícil de penetrar, cheia de cactáceas com espinhos vivos e apenas conhecida e penetrável pelos que tem o hábito deste tipo de terreno e as vestimentas apropriadas”<sup>292</sup>.

No dia seguinte, já em direção a Jatobá, se deparou com a força volante do estado, “que ia em perseguição ao cangaceiro Corisco (...). Esta mesma força informou que esse bandido havia cortado, próximo à pedra, a cabeça de 6 pessoas em represália à morte de Lampião e de seus companheiros”<sup>293</sup>. O cientista seguiu viagem e no outro dia alcançou Belmonte. Ao parar para almoçar, em conversa com o dono do restaurante, descobriu que este havia sido amigo de infância de Lampião. Com vivo interesse, ouviu a história de vida do cangaceiro e as razões que o levaram a enveredar para o cangaço. A história de vida de Lampião mereceu um registro em seu diário, por ser considerada “bastante curiosa”<sup>294</sup>.

Evandro Chagas, na conferência realizada na ANM, quando apresentou os resultados de suas investigações científicas pelo nordeste do país (Chagas, 1938), dedicaria ao cangaço uma análise especial, caracterizando o fenômeno com termos próprios do vocabulário médico e incluindo-o na epidemiologia do nordeste. É interessante notar que esta definição estabelece, novamente, um traço de continuidade com as narrativas da geração anterior de médicos sanitaristas que, como ele, percorreram em expedições científicas o interior do país. Assim como seus predecessores, Evandro Chagas via o cangaço como uma doença dos sertanejos, cuja

---

<sup>291</sup> Lampião e sua esposa, Maria Gomes de Oliveira, a Maria Bonita, foram mortos pela força volante em uma emboscada na fazenda de Angicos, no Sergipe, no dia 28 de julho de 1938. Além do casal, sucumbiram outros cangaceiros que acompanhavam o bando. Todos os cangaceiros mortos tiveram suas cabeças decepadas e exibidas, durante décadas, no Museu do Instituto Médico Nina Rodrigues, em Salvador.

<sup>292</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 03 de agosto de 1938 (BR RJCO EC 04.026).

<sup>293</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 04 de agosto de 1938 (BR RJCO EC 04.026).

<sup>294</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 05 de agosto de 1938 (BR RJCO EC 04.026).

‘causa’ tinha origem, principalmente, na estrutura das relações de poder da região<sup>295</sup>. Sustentando as mesmas proposições do discurso sanitarista da década de 1910, ele evocaria a “penetração da civilização” nos sertões como uma das soluções para a extinção do banditismo. Nesse novo contexto, porém, este apelo encontraria respaldo no próprio discurso político do governo Vargas, que nesse ano lançava a chamada Marcha para o Oeste, um programa que tinha como meta promover a ocupação do interior do país. Evandro Chagas assim apresentaria suas conclusões sobre o cangaço:

“A Comissão teve oportunidade de percorrer algumas *zonas infestadas* pelo cangaço, nos estados de Pernambuco e Alagoas. Chegou à conclusão de que o fenômeno pode ser considerado como uma verdadeira *endemia social*, conseqüente à organização política que sempre existiu nessas regiões. O predomínio de chefes políticos locais e a perseguição das populações rurais pelos elementos dominantes podem ser considerados como a causa fundamental do cangaço. Inquirido sobre a vida de banditismo de alguns dos principais bandoleiros da região, pudemos verificar, com nitidez, que o ingresso desses indivíduos no cangaço foi, mais vezes, motivado por perseguições de várias naturezas do que propriamente por degenerescências morais. Foi possível também, observar que a penetração da civilização, quase sempre levada aos sertões do nordeste pelas estradas de rodagem, constitui um dos melhores elementos à extinção do banditismo” (Chagas, 1938, p.1349-1350 – grifos nossos).

Nesta conferência na ANM, proferida em 15 de setembro de 1938, Evandro Chagas expôs aos ‘sábios’ doutores e autoridades médicas da capital suas observações sobre as principais endemias que assolavam o interior do país, chamando a atenção para a epidemia de malária que atingia os estados do Ceará e Rio Grande do Norte<sup>296</sup>. Seu discurso teria o caráter de uma denúncia contra as condições de vida das populações do interior e, ao mesmo tempo, explicitaria a intenção de cobrar dos dirigentes da saúde pública do país uma ação política efetiva, voltada especificamente para as zonas epidêmicas<sup>297</sup>. Num momento em que o tema da desnutrição ganhava grande

---

<sup>295</sup> Descrição semelhante sobre o cangaço está presente no relatório de viagem de Arthur Neiva e Belisário Penna, pesquisadores que em 1912 fizeram uma excursão por alguns estados da região nordeste do país. Sobre as imagens produzidas por este relatório acerca dos sertões e sua repercussão social, ver Lima, 2003; Sá, 2009b.

<sup>296</sup> Evandro Chagas apresentou um mapeamento preciso da geografia da epidemia: “No Estado do Ceará, estende-se pelo vale do Jaguaribe até Jaguaribe-Mirim desde o litoral e, no Rio Grande do Norte se estende desde Natal até Mossoró, ocorrendo em todo o litoral norte do Estado e tendo como limite inferior uma linha horizontal que parte de Natal e vai até à serra do Apodi” (Chagas, 1938, p.1335). Além da malária, o cientista expôs o resultado de suas investigações sobre a esquistossomose e um plano de estudo sistematizado sobre a doença (resultante das pesquisas realizadas em Pernambuco por Aggeu Magalhães, chefe da Comissão de Estudos de Patologia Experimental do Nordeste, serviço externo do SEGE), e observações sobre a leishmaniose tegumentar, a boubá, a tripanossomíase americana e a filariose.

<sup>297</sup> Merece um comentário o fato de Evandro Chagas utilizar a ANM como um ‘espaço de denúncia’ quanto às condições de vida das populações rurais. Nesse aspecto, suas considerações apresentam um teor

visibilidade nos debates políticos e intelectuais tanto do Brasil como do exterior<sup>298</sup>, Evandro Chagas afirmaria perante a audiência que o elevado índice de mortes decorrentes da epidemia explicava-se pelo “extremo grau de miséria orgânica em que se achavam todos os habitantes rurais, a maior parte dos quais sofria os efeitos da fome”, situação que se agravava com a doença e a conseqüente impossibilidade de trabalharem (Chagas, 1938, p.1337)<sup>299</sup>.

O governo federal também seria responsabilizado por tão alta mortalidade, pois até aquele momento nenhuma medida verdadeiramente eficaz havia sido posta em prática para controlar a epidemia. Evandro Chagas é contundente em sua crítica aos serviços médicos prestados, e atribui a sua iniciativa a extensão do atendimento às populações do interior:

“Observamos as medidas de assistência que estavam sendo postas em prática e pudemos bem avaliar da sua grande ineficiência. Não tinha havido, até a ocasião, qualquer providência efetiva por parte do Governo Federal. Apenas foi mandado, a observar as condições da região, o assistente da Divisão de Saúde do Departamento Nacional de Saúde Pública, e o controle se achava inteiramente por conta do Estado do Ceará. (...). Somente ao cabo de alguns dias, e depois de grande insistência nossa, foi determinado que um dos guardas acompanhasse o nosso assistente na investigação pelas zonas rurais [pois o posto médico ficava no centro da cidade de Russas], assim administrando o medicamento, aliás, insuficiente pelas doses, a um certo número de habitantes do interior (...)” (Chagas, 1938, p.1338)<sup>300</sup>.

É importante salientar que o cientista expressava, com relação a esta acusação, um discurso notoriamente ambíguo. Ao mesmo tempo em que condenava a deficiência nos serviços de assistência médica no interior do Ceará, em clara crítica aos poderes públicos, Evandro Chagas manifestava também uma visão muito positiva acerca dos

---

e um objetivo muito semelhantes às conferências que seu pai pronunciou nessa mesma instituição.

<sup>298</sup> O tema da fome estava na ordem do dia tanto no debate médico como nas discussões mais amplas desse período. Josué de Castro, em seu livro sobre a “Geografia da Fome”, publicado em 1946, afirma que desde 1928 a Liga das Nações vinha dedicando especial atenção ao problema da alimentação, realizando, sob os auspícios de sua Organização de Higiene, estudos detalhados em diferentes países acerca do assunto. Ver Castro, 1984.

<sup>299</sup> Sobre as condições de vida locais, comentou em carta para a esposa: “Temos apreciado o mais possível as condições econômicas de cada zona e as condições sociais e físicas das populações (...). Você pode ficar sabendo, entretanto, que a vida no nordeste é das mais duras que tenho visto e o nordestino um tipo excepcional de energia. Acho que só no estuário do Amazonas a alimentação é tão precária”. Carta de Evandro Chagas a Agnes Chagas, em 27.07.1938 (BR RJCOE EC 04.011).

<sup>300</sup> A visão de Evandro Chagas encontra apoio nos estudos realizados recentemente sobre esta epidemia de malária no baixo Jaguaribe. Gláubia Silva reitera a péssima qualidade dos serviços de saúde prestados pelo governo do Ceará, enfatizando a displicência dos agentes públicos em relação à assistência médica das populações interioranas. A autora afirma que no ano anterior à eclosão da epidemia (1937), apenas 30% das verbas destinadas à saúde pública foram aplicadas no interior, embora esta população correspondesse a 90% dos habitantes do estado (Silva, 2006).

trabalhos desempenhados pelo governo federal, em particular da atuação de Barros Barreto na direção do DNS. Numa carta à esposa, escrita durante a viagem, Evandro Chagas comentava:

“Por toda a parte temos podido observar ação evidente do serviço sanitário federal, quer resolvendo alguns problemas de importância, quer instruindo os serviços estaduais na realização do trabalho útil. Os delegados e técnicos que a SP [Saúde Pública] tem mandado para estas zonas são quase todos tipos magníficos para o trabalho, dedicados e eficientes. A ação do Barros Barreto na SP merece, sem dúvida, todo o aplauso e a admiração”<sup>301</sup>.

Se suas críticas indicam a permanência das denúncias feitas pela geração de sanitaristas que o precedeu, acerca do abandono do interior pelo governo federal, por outro lado, o cientista parecia ter a percepção de que estava diante de uma nova conjuntura. Evandro Chagas vivenciava um período de remodelação dos serviços federais de saúde, com a criação de um aparato institucional que sinalizava para uma atenção maior em relação ao campo da saúde pública, o que atendia a uma das principais reivindicações dos sanitaristas da década de 1910-1920. Um outro fator que também nos ajuda a entender sua posição ambígua refere-se às ligações que mantinha com o governo federal, de quem recebia apoio político e subsídios financeiros para a execução de seu projeto científico. A postura de Evandro Chagas é a de quem tenta se equilibrar diante de um quadro crítico, pois também estavam em jogo seus próprios interesses profissionais e as negociações que realizava com esses agentes políticos. Apesar de relatar na ANM a omissão de socorro do governo federal às vítimas da malária no Ceará, ele parece ter tido o cuidado de circunscrever e direcionar sua fala para esse contexto específico de epidemia.

Ainda nesta conferência, Evandro Chagas lançaria um alerta para as autoridades médicas sobre o perigo de difusão da epidemia pelo restante do país e, quiçá, por toda a América do Sul. Tão alarmante diagnóstico estava respaldado nas características particulares do *Anopheles gambiae* – mais propriamente no seu rápido poder de reprodução e propagação. Ao aventar tal possibilidade, o cientista dava à epidemia um novo significado: tratava-se de um problema que não estava restrito apenas às pobres cidades do sertão, mas que poderia representar uma ameaça a toda a nação. Com essa estratégia, Evandro Chagas também apresentava argumentos de forte poder persuasivo

---

<sup>301</sup> Carta de Evandro Chagas a Agnes Chagas, em 27.07.1938 (BR RJCOEC EC 04.011).

que conferiam importância científica e social ao seu próprio projeto de estudo das endemias do Brasil:

“Ficamos com a impressão de que a infestação de extensas regiões do Nordeste, pelo *Anopheles (Myzomya) gambiae*, constitui uma ameaça muito séria para o resto do país e mesmo para a América do Sul. O mosquito determina surtos epidêmicos de máxima intensidade e tem tendência notável à difusão. Caminhando na direção dos ventos predominantes da região (Leste-Oeste) poderá alcançar o vale do Parnaíba e do Amazonas, tornando-se então impossível a sua extinção. Atingida a região do Crato será facilmente transportado ao vale do Rio São Francisco. Quer pelo vale do Amazonas, quer pelo do Parnaíba, quer pelo do São Francisco, estender-se-á com relativa facilidade, por todo o Brasil e América do Sul. Neste momento se acha ainda limitado ainda a uma área de onde a erradicação não será impossível e onde o controle é perfeitamente praticável” (Chagas, 1938, p.1339).

Na visão de Evandro Chagas, esta conferência na ANM tinha o sentido particular de um “desencargo de consciência (...) [para] mostrar aos governantes a verdadeira situação e os verdadeiros perigos [da epidemia]”<sup>302</sup>. Em contrapartida, esta exposição também figurava como uma oportunidade muito propícia para ressaltar e justificar socialmente a importância de sua iniciativa ao criar, no IOC, uma organização científica encarregada do estudo das principais doenças endêmicas do país. Não por acaso, ele iniciaria sua apresentação traçando um breve histórico de sua trajetória de pesquisa no interior, explicando de que modo e sob que condições suas investigações o conduziram à criação do SEGE. Igualmente, a averiguação *in loco* reforçava sua identidade como um cientista que possuía as credenciais necessárias para emitir, perante às autoridades médicas da capital, um discurso autorizado sobre o quadro real da epidemia e propor medidas com vistas a solucionar a questão. Nesse aspecto, ele assumia um perfil diferenciado em relação aos outros profissionais que, como ele, estavam envolvidos em políticas ou ações sanitárias de âmbito federal. Este argumento de autoridade utilizado por aqueles que ‘verdadeiramente conheciam’ o interior e que, por isso, estavam habilitados a falar com propriedade sobre as condições de saúde das populações rurais, é mais um elemento que assinala a filiação de Evandro Chagas ao discurso do movimento sanitarista<sup>303</sup>.

---

<sup>302</sup> Carta de Evandro Chagas a Agnes Chagas, em 27.07.1938 (BR RJCOE EC 04.011).

<sup>303</sup> A idéia de um ‘discurso autorizado’, proveniente das investigações sanitárias de campo, encontra na definição de Manoel Ferreira, que dirigiu o Serviço de Malária do Nordeste (SMNE) e trabalhou com Evandro Chagas na campanha contra o *gambiae*, sua melhor expressão: “Qualquer conhecimento sobre a saúde do caboclo, e mais do que isso, qualquer pretensão a prescrever-lhe um amparo médico-sanitário, não poderá jamais ser conduzido por quem não lhe tenha partilhado a penúria da existência, esticando a rede no mesmo tirante, sentindo a mesma abundância do nada e a mesma falta de tudo” (Manuel Ferreira



Baseado em suas próprias observações, Evandro Chagas estava convencido de que era necessário, para enfrentar a epidemia de malária que assolava o nordeste, a intervenção sistemática do governo federal. Em carta à esposa, escrita durante a excursão, ele defenderia a organização de um serviço centralizado que coordenasse a campanha contra o *Anopheles gambiae*, cogitando ainda, como uma segunda alternativa, que esses trabalhos fossem dirigidos pela Fundação Rockefeller, que já atuava na região. Vale observar que o tom de sua fala expressa a ideia de discurso autorizado que mencionamos acima:

“Pudemos formar juízo muito preciso sobre a epidemia de malária do vale do Jaguaribe e do estado do Rio Grande do Norte, tendo adquirido noção suficiente das condições de vida do transmissor, das causas que regulam a difusão da doença com caráter pandêmico, dos processos patogênicos, do tratamento e do que deve ser feito sob o ponto de vista profilático. Este último problema só poderá ser resolvido com vantagem de qualquer natureza, se se organizar um serviço federal centralizado numa direção única e se fizer a campanha anticulicidiana da periferia da zona infestada para o centro, isto é, das zonas do Ceará limítrofes com o vale jaguaribano e ainda livres, para o Rio Grande do Norte, até Natal ou melhor, até a costa. Não vejo tendência alguma a tomar tal orientação o [Gensérico de] Souza Pinto, [que] só pensa em dar Atebrina, e só a organização do SFA [Serviço de Febre Amarela] e da Fundação [Rockefeller] poderia agir com a rapidez necessária a evitar uma difusão do inseto de maiores proporções (...). Não é possível descrever com cores bastante negras (*sic*) o que é a epidemia propagada pelo *gambiae*. As localidades são invadidas como se, de uma vez, se infectasse toda a população. Tem-se a impressão de uma epidemia de febre tifóide determinada por contaminação hídrica, em que, de uma vez adoece uma coletividade inteira”<sup>304</sup>.

Pouco antes do regresso de Evandro Chagas ao Rio de Janeiro, o governo federal decidiu criar, em 5 de agosto de 1938, o Serviço de Obras Contra a Malária (SOCM), com o intuito de controlar a propagação do *gambiae* e debelar a epidemia no nordeste, atendendo a um apelo das autoridades estaduais (Soper e Wilson, 1945). O nome cotado para a direção do SOCM era o de Gensérico Souza Pinto, que já havia participado da campanha contra o *Anopheles gambiae* no Rio Grande do Norte, quando eclodiram os primeiros surtos da epidemia<sup>305</sup>. Evandro Chagas possuía uma “péssima opinião” sobre

---

in Aragão *et al*, 1945, p.9). Este mesmo texto foi publicado no Jornal do Comércio, dia 10 de junho de 1945 (ver BR RJCOE EC 01.009).

<sup>304</sup> De volta ao Rio de Janeiro, Evandro Chagas apresentou ao Ministro Capanema e ao diretor da Divisão de Saúde Pública (DSP), Ernani Agrícola, um relatório detalhado de sua excursão, com mapas e fotos ilustrativas. Ver: “Inquérito preliminar sobre algumas endemias do Brasil, de Evandro Chagas e Walter Oswaldo Cruz, 1938” (GC 1935.05.27, rolo 60, fotografias 72-92). Há um documento semelhante no arquivo pessoal de Evandro Chagas (BR RJCOE EC 04.077). O conteúdo de ambos os relatórios corresponde, praticamente, ao texto da conferência proferida na ANM, tendo sido acrescentado, no último documento referido, os resultados de pesquisa sobre a leishmaniose visceral americana.

<sup>305</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 17 de agosto de 1938 (BR RJCOE EC 04.026).

Souza Pinto (como deixa entrever o trecho acima), e indicaria a Barros Barreto o nome de Manoel Ferreira para a direção do Serviço, sugestão que foi acatada<sup>306</sup>. O cientista também propôs a Ernani Agrícola e a Manoel Ferreira que a organização do SOCM possuísse direção única, ao contrário do projeto inicial do ministro Capanema, que previa a divisão do SOCM em dois setores: um para o Rio Grande do Norte e outro para o Ceará. Novamente, a opinião do cientista foi acolhida, e a estrutura do novo SOCM seria formada por uma superintendência e dois setores, cada qual nos referidos estados<sup>307</sup>. A aceitação dessas duas propostas de Evandro Chagas, dirigidas a aspectos fundamentais da organização do novo Serviço, indica que ele gozava de prestígio e de força política no MES, em particular junto ao todo poderoso Barros Barreto. Evandro Chagas relata ainda que “consegui[u] convencer o Dr. Ferreira da maior vantagem em ter a sede da Sup.[erintendência] em Fortaleza, de onde o acesso a zonas de malária tanto do Ceará como do R.G do Norte é mais fácil”<sup>308</sup>. Na verdade, tal escolha era também de grande conveniência para ele, uma vez que seu laboratório de pesquisa estava situado em Russas, no Ceará. Esta proximidade, sem dúvida, facilitaria o intercâmbio entre o SEGE e o escritório central do SOCM.

Ao voltar de viagem, a primeira pessoa a que Evandro Chagas procurou foi Fred Soper, diretor da Divisão Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller no Brasil, apresentando-lhe os dados de pesquisa recolhidos no nordeste. Na ocasião, Soper manifestou sua intenção em coordenar uma “campanha anti-culicidiana dirigida contra o *Anopheles gambiae*”, proposta que apresentaria a Wilbur A. Sawyer, diretor da Divisão Sanitária Internacional da Fundação Rockefeller<sup>309</sup>. Soper estava no Rio Grande do Norte quando foram descobertas as primeiras larvas do *gambiae* em Natal, em 1930. A invasão do mosquito foi por ele avaliada como “problema intrigante e atraente”, chegando a cogitar, na época, um programa de cooperação entre o governo federal e o Serviço de Febre Amarela para erradicar o *gambiae*, mas não obteve apoio da direção da Fundação (Packard e Gadelha, 1995, p.7). Naquele momento, as circunstâncias não eram convenientes, posto que o Serviço de Febre Amarela começava a ampliar a campanha contra o *Aedes aegypti* (mosquito transmissor da febre amarela), estendendo-a

---

<sup>306</sup> Evandro Chagas não só expressou sua opinião reprovadora sobre Genserico de Souza Pinto como “autoriz[ou] o Dr. Barreto a usar do nosso ponto de vista para impedir que o serviço fosse entregue a este senhor”. Dias depois, Souza Pinto o procuraria “a fim de pedir explicações sobre as informações desfavoráveis que demos a Dr. Barros Barreto relativo a sua nomeação para Chefe do Serviço no Nordeste”. Diário de Evandro Chagas, dias 19 e 25 de agosto de 1938 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>307</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 01 de setembro de 1938 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>308</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 27 de outubro de 1938 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>309</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 13 de agosto de 1938 (BR RJCOE EC 04.026).

para além das principais cidades do país. Em 1932, com a descoberta de um foco de febre amarela silvestre em Natal, Fred Soper intensificaria seus esforços na erradicação desse mosquito, deixando de lado a questão do *gambiae* (idem)<sup>310</sup>.

O relato de viagem de Evandro Chagas e os dados de que dispunha sobre a grave epidemia na região incentivaram Soper a retomar o antigo projeto de erradicação do *gambiae*. Dessa vez, entretanto, ele teria em mãos argumentos mais persuasivos para convencer a direção da Fundação Rockefeller a financiar tal empreendimento: a justificativa de que o mosquito representava uma ameaça para a América do Sul caso se espalhasse pelo vale do Parnaíba, conforme a avaliação de Evandro Chagas. Em carta a W. A. Sawyer, Fred Soper afirmaria que se o mosquito alcançasse este rio, provavelmente se espalharia por grande parte da América Central e da América do Norte<sup>311</sup>. Investir na perspectiva de ameaça continental do *gambiae* foi uma boa estratégia: no mês seguinte, em setembro de 1938, Soper conseguiu que a Fundação Rockefeller aprovasse o financiamento da campanha e autorizasse o início imediato de um estudo minucioso das zonas infestadas pelo mosquito (Soper e Wilson, 1945)<sup>312</sup>. Evandro Chagas registraria em seu diário que, de acordo com Soper, a Fundação Rockefeller estava “disposta a aplicar no Brasil toda soma que for necessária no combate ao *Anopheles gambiae*”<sup>313</sup>.

Fred Soper convidou Evandro Chagas a acompanhá-lo no trabalho preliminar de inspeção das áreas atingidas pelo *gambiae*, demonstrando interesse na colaboração do SEGE nos esforços de combate ao *gambiae*<sup>314</sup>. O cientista era favorável ao

---

<sup>310</sup> Evandro Chagas chegou a acompanhar Fred Soper numa viagem de investigação sobre febre amarela silvestre em São Paulo. Ele defenderia, junto a Soper, que a doença era endêmica em todo o país, interrompendo-se periodicamente em determinadas zonas em virtude das condições locais, principalmente relacionadas com a imunidade das populações de macacos. Diário de Evandro Chagas, dia 20 de fevereiro de 1938 (BR RJCOE EC 04.026). Consta ainda em seu arquivo o relatório de outra viagem a São Paulo, anterior a esta, feita em companhia de Soper, Paulo C. Antunes, do Instituto de Higiene de São Paulo, e de Raul Taunay, médico do Serviço Sanitário de Febre Amarela do Estado de São Paulo. Relatório de Evandro Chagas a Antônio Cardoso Fontes, em 08.03.1937 (BR RJCOE EC 04.077).

<sup>311</sup> Carta de Fred Soper a Wilbur A. Sawyer, em 14.08.1938, *apud* Packard e Gadelha, 1995. A perspectiva de que o *gambiae* pudesse se distribuir por todo o continente não era consensual entre os pesquisadores da Fundação Rockefeller. O próprio Shannon, primeiro pesquisador a detectar a presença do mosquito no Brasil, não acreditava na hipótese, alegando que as cercanias das zonas infestadas eram extremamente desfavoráveis à disseminação do mosquito. Além disso, considerava “ridiculamente fácil”, no estágio atual, eliminá-los (idem, p.14).

<sup>312</sup> Evandro Chagas faz menção a este fato em seu diário: “Tivemos a notícia de que a Fundação Rockefeller iniciará, brevemente, uma inspeção às zonas de malária no nordeste”. Diário de Evandro Chagas, dia 29 de setembro de 1938 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>313</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 31 de outubro de 1938 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>314</sup> Idem. Nessa excursão, o grupo percorreu algumas das zonas visitadas por Evandro Chagas, que aproveitou para fazer uma nova investigação, comparando a incidência e a distribuição do mosquito em relação ao período anterior. Na ocasião, ele pode apreciar o trabalho de inspeção que estava sendo

envolvimento da Fundação Rockefeller na campanha contra a malária, e chegou a intervir, junto ao MES, para que todo o programa de erradicação do mosquito fosse dirigido por esta instituição<sup>315</sup>. No entanto, pessoalmente, não desejava que a participação do SEGE na campanha fosse subordinada à orientação científica e nem às diretrizes administrativas da Fundação Rockefeller<sup>316</sup>. Evandro Chagas aceitaria a parceria sob a condição de o SEGE manter sua autonomia:

“Conferenciamos pela manhã com o Dr. Soper da F.[undação] R.[ockefeller] (...). A F.R pretende apenas trabalhar na questão do *gambiae*, de modo que para o próximo ano trabalharemos nós também em malária, abordando o problema em outras regiões do país. Este trabalho será feito em cooperação com a F.R sem, entretanto, haver interdependência de serviços”<sup>317</sup>.

Um fato a preocupar as autoridades médicas brasileiras era a determinação de Fred Soper em concentrar a campanha da Fundação Rockefeller exclusivamente no combate ao vetor, sem oferecer cuidados médicos às populações acometidas pela enfermidade (Packard e Gadelha, 1995). Da parte do governo brasileiro, e do próprio Evandro Chagas, havia o manifesto interesse de que a Fundação Rockefeller prestasse assistência médica nas zonas infestadas pela malária. Segundo Evandro Chagas, essa visão também era compartilhada por D. Bruce Wilson, que trabalharia com Fred Soper na campanha<sup>318</sup>. O cientista tentou intervir diretamente sobre o assunto:

“Conversamos com o Dr. Soper a questão da assistência médica nas zonas de malária do nordeste. Mostrou-se absolutamente intransigente e declara que só fará contrato com o Governo para combate exclusivo ao *gambiae*”<sup>319</sup>.

Malgrado a recusa de Fred Soper em oferecer tratamento médico aos doentes, foi firmado o acordo entre o governo federal e a Fundação Rockefeller, que ficou

---

realizado pelo posto de profilaxia instalado em Russas pelo SOCM, sobre o qual exprimiu algumas críticas: “Tivemos a impressão de que todos, o médico como os guardas, são fracos no conhecimento e o médico não me pareceu capaz de realizar alguma obra útil”. Evandro Chagas obteve de Manoel Ferreira explicações acerca da forma de organização e funcionamento do Serviço naquele momento: “Rio Grande do Norte: 5 médicos, 70 guardas e 2 topógrafos, todos em trabalho de inspeção dos limites inferiores de distribuição do *A. gambiae* e inspeção do litoral norte. Ceará: 4 médicos, 30 guardas e 3 topógrafos distribuídos em Russas, Jaguaribe-Mirim, Icó e Fortaleza [apenas trabalho de inspeção preliminar]”. Diário de Evandro Chagas, dias 17 e 18 de novembro de 1938 (BR JJCOC EC 04.026).

<sup>315</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 25 de novembro de 1938 (BR JJCOC EC 04.026).

<sup>316</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 23 de novembro de 1938 (BR JJCOC EC 04.026).

<sup>317</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 26 de novembro de 1938 (BR JJCOC EC 04.026).

<sup>318</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 22 de dezembro de 1938 (BR JJCOC EC 04.026).

<sup>319</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 26 de dezembro de 1938 (BR JJCOC EC 04.026). A postura de Soper deu ensejo a rumores de que a Fundação Rockefeller estava apenas interessada em impedir que o *gambiae* chegasse ao sul dos Estados Unidos. Esta declaração foi feita confidencialmente por Barros Barreto a D. B. Wilson (Packard e Gadelha, 1995).

encarregada da direção da campanha e da reestruturação do SOCM, que seria transformado no Serviço de Malária do Nordeste (SMNE)<sup>320</sup>. O SMNE foi criado em 1939, com a finalidade expressa de erradicar o *Anopheles gambiae*, tendo como atribuições a realização de inquéritos e pesquisas sobre o transmissor e ações complementares de combate à malária, como o tratamento de doentes e a educação sanitária da população (Brasil, 1939). Benchimol afirma que a organização dada ao SMNE obedeceu a um padrão muito semelhante à do Serviço de Febre Amarela, e seu quadro funcional foi formado, inicialmente, por profissionais deslocados deste Serviço. Tal como seu congêneres, o SMNE estava “livre de restrições burocráticas, com fundos adequados, pessoal treinado em larga escala e técnica administrativa refinada”, conforme a “opinião pouco modesta” de Soper e Wilson (Benchimol, 2001, p.170). A Fundação Rockefeller orientou e dirigiu toda a campanha, que foi executada pelo SMNE.

#### **4.2 - “Os primeiros combatentes da difícil peleja”: a batalha contra o mosquito**

Toda a campanha contra a malária nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, dirigida pela Fundação Rockefeller, concentrou-se apenas em um único alvo: o *Anopheles gambiae*. Tratava-se, para utilizar os termos de seus dirigentes, de uma batalha contra um invasor que era, ao mesmo tempo, uma nova e terrível espécie transmissora da malária. A presença do mosquito no Brasil impunha-se como um desafio justamente por ser uma espécie exógena, cujas condições de adaptação ao meio e capacidade de proliferação eram, até o momento, pouco conhecidas. Chamava a atenção ainda a flutuação cíclica da densidade do transmissor: nos períodos de seca, a incidência do mosquito reduzia-se drasticamente, com o mínimo de esforço técnico, dando a aparente impressão de que havia desaparecido. Contudo, num movimento oposto, após a estação chuvosa, ressurgiam em grande número e alta concentração (Manoel Ferreira *in* Aragão *et al*, 1949). A rápida propagação do *gambiae*, também observada, era um outro desafio aos dirigentes da campanha, pois era necessário “circunscrever o território infestado, defendendo as regiões de águas perenes, onde a

---

<sup>320</sup> De acordo com Benchimol, o serviço foi reestruturado devido ao seu fraco desempenho (Benchimol, 2001). Evandro Chagas registrou em seu diário que o governo federal destinaria à campanha 5.000:000\$ e a Fundação Rockefeller participaria com 2.000:000\$. Mas ele afirma que, de acordo com Wilson, o orçamento aprovado pela Fundação para a campanha era de 100.000:000\$ dólares. Diário de Evandro Chagas, dias 09 e 19 de dezembro de 1938 (BR RJCOC EC 04.026).

erradicação se tornaria um problema insolúvel”. Na ótica dos profissionais envolvidos na campanha, se isto ocorresse, estava sentenciado “um desastre irreparável para o futuro do Brasil” (idem, p.9).

Evandro Chagas decidiu dar início às suas pesquisas no Ceará concomitantemente ao início da campanha federal, que começou em janeiro de 1939. Para executar seu plano de pesquisa, acertou com Soper a delimitação de uma área no município de Russas, onde a epidemia grassava com mais intensidade, com larga distribuição do mosquito<sup>321</sup>. A estratégia de Evandro Chagas era cercar o *gambiae* nas zonas fronteiriças ao município de Russas, as localidades de Timbaúbas e Grascimões, para impedir que o mosquito se alastrasse para outras regiões. A tática de confinamento do *gambiae* era também umas diretrizes da campanha. De acordo com Soper, a estratégia da campanha era combater os mosquitos tanto nas zonas de incidência como nas áreas adjacentes, trabalhando da periferia para o centro. Todo o território infestado foi mapeado e dividido em zonas, tendo cada uma delas um serviço específico: antilarvário, antialado e distribuição de medicamento (Soper e Wilson, 1945; Deane, 1985; Hochman, Mello e Santos, 2002)<sup>322</sup>. O laboratório do SMNE foi instalado em Aracati, e a sede funcionava em Fortaleza, junto ao escritório do Serviço de Febre Amarela, onde também foi acomodado o escritório do SEGE<sup>323</sup>. Em seu livro de memórias sobre a campanha, Soper explicaria que o objetivo primordial era o combate ao *Anopheles gambiae*, tarefa que absorvia todo o pessoal técnico e verbas disponíveis. Por esta razão, os inquéritos epidemiológicos e os estudos no campo da malariologia não foram priorizados, tendo caráter limitado (Soper e Wilson, 1945).

As ações de combate ao *gambiae* executadas pelo SMNE estavam centradas na exterminação do mosquito na fase larvária, pela destruição dos focos criadouros, e na fase alada, por meio do uso de produtos inseticidas nos domicílios<sup>324</sup>. Durante a

---

<sup>321</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 30 de dezembro de 1938 (BR RJCOC EC 04.026).

<sup>322</sup> Na estrutura organizacional do SMNE, as zonas representavam circunscrições menores pertencentes às divisões. Cada divisão possuía um chefe, responsável pela fiscalização do trabalho nas zonas (idem). Leônidas Deane, que trabalhou na campanha com Evandro Chagas e, posteriormente, com a Fundação Rockefeller, assim descreve a estrutura administrativa e hierárquica do SMNE: “Neste trabalho, a área foi dividida de tal maneira que cada guarda era responsável por uma légua quadrada de cada solo; cada seis guardas tinham um guarda-chefe que era responsável por eles; cada seis guardas-chefes tinham um supervisor; esses supervisores eram fiscalizados por médicos. A área foi toda bem dividida, de maneira que numa certa época se conhecia, não vou dizer todos, mas praticamente todos os criadouros do *gambiae*” (Deane, 1985, p.91).

<sup>323</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 03 de fevereiro de 1939 (BR RJCOC EC 04.026).

<sup>324</sup> Para a destruição dos focos criadouros eram usados, inicialmente, petróleo, peixamento ou aterro das coleções d’água. No decorrer da campanha, estas práticas seriam substituídas pela aplicação, em larga escala, do Verde Paris como larvicida. Com a intensificação da reprodução do mosquito, seria adotado

campanha, o SEGE e o SMNE (este sob a direção da Fundação Rockefeller) trabalharam em sistema de cooperação, atuando, cada instituição, preferencialmente com uma estratégia para o ataque ao vetor. Evandro Chagas priorizou o combate do mosquito adulto nos domicílios<sup>325</sup>, e Fred Soper direcionou o trabalho da Fundação Rockefeller principalmente para o serviço anti-larvário. Deste modo, estabeleceu-se entre o SEGE e a Fundação Rockefeller uma divisão de trabalho complementar e ao mesmo tempo independente, tal como desejava Evandro Chagas. Era intenção do ministro Capanema integrar todo o serviço de pesquisa da campanha anti-malárica do nordeste ao SEGE, mas Evandro Chagas recusou tal responsabilidade em razão do número reduzido de pesquisadores de sua equipe e da falta de material técnico necessário<sup>326</sup>.

Para executar o trabalho durante a campanha, o cientista recorreu novamente ao patrocínio do empresário Guilherme Guinle, solicitando uma verba de 10:000\$ mensais exclusivamente para as pesquisas sobre a malária no nordeste<sup>327</sup>. Guinle se dispôs a custear tais pesquisas, mas pouco tempo depois desfez o compromisso, sob a alegação de que estava muito sobrecarregado com os adiantamentos que vinha fazendo ao governo federal para a construção de hospitais. Mesmo assim, fez um empréstimo de 23:000\$ para que Evandro Chagas pudesse iniciar o trabalho do SEGE no nordeste<sup>328</sup>. No decorrer da campanha, o cientista intercederia pessoalmente junto ao presidente Getúlio Vargas, requisitando “maiores facilidades para os nossos serviços, principalmente em relação à questão do pagamento de pessoal e com nossas verbas normais”<sup>329</sup>. Mais uma vez, Vargas atendeu à solicitação do cientista, e resolveu destinar ao SEGE um novo crédito de 150:000\$ para as pesquisas sobre a malária no nordeste<sup>330</sup>. Ainda que representasse um vultoso auxílio financeiro (em comparação com as outras fontes de receita do SEGE), a liberação das verbas federais eram sempre permeadas por demorados processos burocráticos. As idas de Evandro Chagas ao MES, para tratar do recebimento do dinheiro e fazer pedidos de adiantamento, eram

---

também o expurgo dos veículos que deixavam as áreas epidêmicas, com o objetivo de evitar o transporte do mosquito para localidades não infestadas (Soper e Wilson, 1945; Hochman, Mello e Santos, 2002).

<sup>325</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 17 de janeiro de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>326</sup> Idem.

<sup>327</sup> Diário de Evandro Chagas, dias 17 e 19 de janeiro de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>328</sup> Meses depois, Guinle cobraria do cientista o reembolso da quantia. Diário de Evandro Chagas, dia 13 de setembro de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>329</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 22 de abril de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>330</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 03 de maio de 1939 (BR RJCOE EC 04.026). O decreto só foi assinado em setembro (Diário de Evandro Chagas, dia 01 de setembro de 1939 – BR RJCOE EC 04.026).

frequentes. Consta em seu diário, inclusive, um empréstimo feito junto ao Banco Mercantil, e, ao que tudo indica, o dinheiro era para atender às demandas de trabalho do SEGE<sup>331</sup>.

O programa de trabalho estabelecido entre o SEGE e o SMNE, apesar de complementar, expressava, na verdade, duas visões distintas acerca dos modelos postulados para o controle da malária. Ao contrário de Fred Soper, Evandro Chagas não restringiria suas atividades ao combate ao mosquito, e procederia a uma investigação sobre os aspectos epidemiológicos da enfermidade na região, incluindo o tratamento de doentes. O cientista orientaria suas pesquisas “considerando o problema local não só sob o ponto de vista do *Anopheles gambiae*, mas sim sob o aspecto geral da malária”<sup>332</sup>. A visão de Evandro Chagas se aproximava bastante da abordagem defendida pelos malariologistas da Liga das Nações, que concentravam sua atenção no hospedeiro humano<sup>333</sup>. Uma das recomendações preconizadas por esse grupo para a profilaxia e tratamento da malária consistia na aplicação do quinino, pois o uso do medicamento prevenia a infecção e provocava a eliminação do parasito, interrompendo, assim, o ciclo da transmissão (uma vez eliminado o parasito do sangue do doente, o mosquito não mais se infectaria ao picar um indivíduo sadio). Já Fred Soper compartilhava da concepção defendida principalmente pelos entomologistas e malariologistas americanos e ingleses, que tinham como foco a exterminação do mosquito vetor (Packard & Gadelha, 1995).

A opção de Evandro Chagas foi a de conjugar os dois métodos, ou seja, realizar o tratamento profilático e terapêutico com atebrina (ao invés de quinino) e eliminar o mosquito através de expurgos domiciliares. A adoção desta última prática, conforme rememoraria Manoel Ferreira, diretor do SMNE, correspondia a “um motivo de ordem sentimental da mais elevada significação” (Manoel Ferreira *in* Aragão, 1946, p.9). Ao investir contra a infecção domiciliária, o cientista retomaria e tentaria a experimentação de uma teoria de seu pai, por ele formulada e aplicada nas campanhas que realizou

---

<sup>331</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 14 de setembro de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>332</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 14 de março de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>333</sup> Seu pai, Carlos Chagas, foi um dos primeiros membros a compor a Comissão de Malária da Liga das Nações, destacando-se por seus estudos pioneiros sobre a relação entre a transmissão do paludismo e as habitações, que o levaram a postular a doutrina de contágio domiciliar da malária. Sobre a atuação de Carlos Chagas na Liga das Nações ver Cunha, 2011. No diário de Evandro Chagas há referências à leitura de trabalhos publicados pela Liga das Nações para a orientação terapêutica da malária (Diário de Evandro Chagas, dia 13 de abril de 1939 – BR RJCOE EC 04.026). Em seu arquivo pessoal encontra-se também uma apostila de conferências sobre a malária, realizadas em Singapura, sob os auspícios da Liga das Nações, intitulada “League of Nations Eastern Bureau. Second International Course in Malariology, Singapore, 1935” (BR RJCOE EC 04.002).



contra a malária<sup>334</sup>. Para Carlos Chagas, o ataque ao mosquito não deveria se limitar às ações anti-larvárias porque a malária era “uma moléstia essencialmente de contágio domiciliar”. Isto porque, “após picar os indivíduos no interior de suas habitações, o mosquito ficava pesado e ali permanecia por longo tempo, digerindo o sangue e maturando os ovos”, o que possibilitava atacá-lo por meio de uso de inseticidas naqueles ambientes (Carlos Chagas, 1906 *apud* Kropf, 2009, p.88). Os estudos posteriores sobre a biologia do *gambiae*, feitos por Evandro Chagas e por outros pesquisadores envolvidos na campanha, confirmaram a validade do método escolhido inicialmente pelo cientista, pois ficou provado que o mosquito não só possuía hábitos domiciliares como picava exclusivamente o homem – e apenas dentro de casa<sup>335</sup>.

A execução dessas duas diretrizes de trabalho foi cuidadosamente pensada por Evandro Chagas e sua equipe, formada por Gladstone Deane (que já estava em Russas desde o ano anterior), Leônidas Deane, Maria Paumgarten e Leoberto de Castro Ferreira<sup>336</sup>. Os expurgos domiciliares seriam iniciados imediatamente após o tratamento dos doentes (ou quase ao término deste), porque, em caso contrário, completada a eliminação do medicamento, que os protegia da infecção, e em contato direto com o mosquito transmissor, os moradores estariam novamente suscetíveis à infecção. O cientista assim concluiu:

“Resolvemos iniciar a aspersão [nos domicílios] em seguida ao tratamento para evitar, que indivíduos tratados sejam sujeitos a picadas infectantes dos

---

<sup>334</sup> Carlos Chagas Filho conta que por várias vezes tentou dissuadir o irmão da idéia de estudar malária, pelas dificuldades inerentes a tais pesquisas, que eram desenvolvidas, à época, apenas pelas maiores instituições científicas do mundo. Mas Evandro Chagas respondia que era obrigação sua testar duas hipóteses originais do pai: a infecção domiciliária da malária e a existência de uma variedade de *Plasmodium falciparum*, sendo uma delas a responsável pelas formas graves do paludismo (Serviço de Estudo das Grandes Endemias e a obra de Evandro Chagas – Conferência realizada na sala da Congregação da Faculdade Nacional de Medicina a 18 de dezembro de 1940, por Carlos Chagas Filho – GC 1935.05.27, rolo 60, fotograma 308).

<sup>335</sup> Anos mais tarde, discorrendo sobre sua participação na ‘batalha’ contra o *gambiae*, Leônidas Deane reafirmou: “Eu trabalhei durante toda a campanha e, fazendo-se pesquisas de laboratório e de campo relativas a esse assunto [hábitos do transmissor na região], verificou-se que não se capturava nunca o *Anopheles gambiae* fora das casas, mesmo com isca humana; nunca se capturava também em nenhum animal – cavalo, burro, boi – só no homem, e no homem dentro de casa”. Deane ainda acrescenta: “(...) na região costeira do Ceará e do Rio Grande do Norte havia áreas onde os moradores das regiões praianas dormiam na praia, fora de casa, porque não podiam fazê-lo dentro das casas, onde era possível capturar-se 1.500, 2.000, 2.500 *gambiae* numa só noite” (Deane, 1985, p.90-91)

<sup>336</sup> No decorrer da pesquisa, em 1940, Evandro Chagas teve um sério desentendimento com Leoberto Castro Ferreira, que foi afastado do IOC. Os irmãos Leônidas e Gladstone Deane e Maria Paugarten (Deane, após o casamento), também foram exonerados (do IPEN), por apoiarem Castro Ferreira. Após o episódio, os quatro ingressaram no SMNE. Gradualmente, outros pesquisadores foram incorporados ao trabalho do SEGE no nordeste, como Felipe Nery Guimarães e Ruy Pondé. A desavença entre Evandro Chagas e Castro Ferreira será abordada no próximo capítulo, quando trataremos das pesquisas do SEGE no Vale Amazônico.

mosquitos previamente existentes, no período em que já esteja eliminando a Atebrina. Também não vemos vantagem em fazer uma aspersão prévia para que os mosquitos existentes antes do início do trabalho continuem sem dúvida elementos úteis para a observação da validade do método”<sup>337</sup>.

A ordem de tais procedimentos obedecia ainda a uma outra preocupação: a de observar a resistência do mosquito adulto a um novo inseticida desenvolvido por pesquisadores da Fundação Rockefeller e ainda em fase de experimentação. As aspersões domiciliares serviriam de teste para um novo composto, uma mistura de pirocide com querosene, que se revelaria extremamente eficaz na eliminação do *gambiae*<sup>338</sup>. De acordo com Evandro Chagas, o reconhecimento do sucesso dessas pesquisas experimentais e de seu pioneirismo na aplicação sistemática do método fez com que Wilson lhe pedisse para que o SEGE passasse a controlar todo o serviço inicial de aspersões da Fundação Rockefeller<sup>339</sup>.

Evandro Chagas acreditava que o combate domiciliar do mosquito era, naquele momento, o método que apresentava maior possibilidade de êxito, por causa das constantes chuvas e alagamentos que tornavam quase impraticável o serviço de destruição dos criadouros, feito pela polícia de focos. Além de comprometer as ações habituais de combate ao transmissor, as chuvas traziam expectativas aterradoras: com a ampliação das coleções d’água, a tendência era o recrudescimento da epidemia. Evandro Chagas estava muito apreensivo, pois “o número de casos novos está crescendo assustadoramente [,] mesmo na cidade de Russas”<sup>340</sup>. Ele estava convicto de que “a epidemia com maior extensão está francamente iniciada e promete ter caráter de extrema gravidade”<sup>341</sup>. De acordo com suas previsões, a epidemia de 1939 seria muito mais séria e drástica do que a do ano anterior.

Na visão do cientista, o SMNE não estava preparado para enfrentar a “colossal epidemia” que se anunciava. Evandro Chagas reconhecia que as condições climáticas impediam uma campanha anti-larvária útil, mas constatava que o número de novos

---

<sup>337</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 30 de janeiro de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>338</sup> A Fundação Rockefeller, focada no combate ao vetor, passou a desenvolver no laboratório de Aracati estudos minuciosos sobre o *Anopheles gambiae*, realizando pesquisas sobre os hábitos do mosquito e experiências com larvicidas e inseticidas. Evandro Chagas avaliou, em sua primeira experiência de aspersão domiciliar, que este novo inseticida desenvolvido pela Fundação Rockefeller tinha um índice de eficácia de “98,6[%]”. Tal resultado oferecia uma boa demonstração da validade do método de combate domiciliar do mosquito, por ele defendido. Diário de Evandro Chagas, dia 28 de março de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>339</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 26 de abril de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>340</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 07 de abril de 1939 (BR RJCOE EC 04.026). As regiões interioranas de Russas, em geral, tinham índices de infecção muito superiores ao da cidade.

<sup>341</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 07 de abril de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

casos crescia “de modo notável”, e que as populações de algumas cidades, como Aracati e Russas, já começavam a migrar, “demonstrando a falta de confiança na ação do poder público”<sup>342</sup>. O cientista julgava que a falta de pessoal “suficientemente treinado” era o principal fator a comprometer o trabalho do SMNE nas áreas rurais. Em sua opinião, a maior parte dos médicos contratados não possuía formação especializada em malária, e, além disso, não tinha a exata noção e proporção da gravidade da situação<sup>343</sup>. Na verdade, desde o começo da campanha, o SMNE deparou-se com algumas dificuldades para a composição de seu quadro pessoal, pois muitos médicos, egressos do antigo serviço de malária (SOCM), não conseguiam se adaptar às normas da Fundação Rockefeller<sup>344</sup>. Para melhorar o rendimento dos profissionais envolvidos na campanha e prepará-los satisfatoriamente para o ‘front de batalha’ contra o *gambiae*, o DNS decidiu oferecer um curso intensivo de capacitação em malariologia. Evandro Chagas incumbiu-se de parte do programa, ministrando as aulas sobre Epidemiologia<sup>345</sup>. Tal capacitação seria oferecida em nome do IOC, para que tivesse caráter oficial de um curso de especialização, com diploma reconhecido<sup>346</sup>.

Os serviços médicos oferecidos pelo SMNE também seriam alvo de críticas: apesar de iniciada a campanha, o suprimento de medicamento nos postos permanecia deficiente. Para Evandro Chagas, esse conjunto de fatores prejudicava a imagem do SMNE perante às populações desassistidas, com repercussão negativa para a atuação do governo federal na região. Em conversa “reservada” com Manoel Ferreira, diretor do SMNE e seu amigo, confidenciou:

“Verificamos que o prestígio do SMNE, ao invés de ter crescido com a continuação dos trabalhos, tem diminuído sensivelmente, não só entre as populações do interior como também entre os elementos da cidade e os elementos oficiais, isto em virtude de várias cidades estarem gravemente atacadas e o serviço ainda não organizado em serviço de assistência

<sup>342</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 10 de abril de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>343</sup> Ele escreveu em seu diário: “Os médicos chefes da divisão exercem ação quase que exclusivamente burocrática, não tendo ainda a noção necessária, sobre malária, a perfeita visão do problema. Exemplo: Tanto as autoridades de Aracati [onde estava instalado o laboratório do SMNE] como a população da cidade está alarmadíssima com a invasão da cidade pelo *gambiae* e o número excessivo de novos casos de impaludismo. Não notamos do chefe da divisão qualquer impressão sobre a gravidade da situação e à direção geral do SMNE não foi comunicada a condição de Aracati e nem foram tomadas quais quer providências. Sobre o assunto estamos dispostos a conversar muito seriamente com o Dr. Wilson (...)”. Diário de Evandro Chagas, dia 10 de abril de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>344</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 03 de fevereiro de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>345</sup> O curso era destinado aos médicos do serviço sanitário do norte e do nordeste. Diário de Evandro Chagas, dia 07 e 12 de março de 1939 (BR RJCOE EC 04.026). A ementa e o programa do curso, bem como a lista de alunos matriculados, podem ser consultados nas seguintes séries de seu arquivo pessoal: BR RJCOE EC 03.005, EC 03.006, EC 03.007.

<sup>346</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 01 e 04 de abril de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

verdadeiramente útil e eficiente. Também a falta de compreensão da verdadeira situação, por parte dos médicos encarregados dos trabalhos tem contribuído muito para o desprestígio do SMNE, pois havendo entre as populações do interior indivíduos com espírito bastante lúcido, muito rapidamente se tem criado a noção de que não está havendo uma orientação acertada na execução dos trabalhos. Resolvemos ter com Dr. Wilson uma conferência muito séria e expormos a este Sr. a verdadeira situação do problema”<sup>347</sup>.

Em contrapartida, Evandro Chagas avaliava que o serviço de assistência prestado pelo SEGE era cada vez mais procurado pelos moradores locais e de regiões vizinhas. Ele qualificava o grande fluxo de doentes ao posto do SEGE como um sinal do prestígio e da visibilidade que seu trabalho vinha conquistando:

“O serviço de assistência geral tem dado muito prestígio ao nosso serviço entre as populações de toda a região e é voz corrente que as populações subordinadas ao nosso cuidado estão privilegiadas pela presteza e facilidade com que são assistidas. Talvez dos métodos que usamos se possa tirar alguma norma geral para a assistência sistemática de populações flageladas”<sup>348</sup>.

De acordo com o cientista, muitas pessoas vinham de longe procurar tratamento junto ao posto do SEGE. No início da campanha, Evandro Chagas conseguiu que a Casa Bayer fornecesse, gratuitamente, medicamento para a realização das pesquisas, mas no decorrer do trabalho o remédio passou a ser comprado, sempre com desconto. Apesar de ter o posto provido de medicamento, ele lamentava que a cada doente fosse fornecida apenas uma dose de atebрина, correspondente a um único dia de tratamento – mesmo para aqueles que viajavam longas distancias em busca de assistência, e que não tinham condições de retornar no dia seguinte para uma nova aquisição. Tal procedimento foi adotado porque, recebida a dose total do tratamento, muitos pacientes passavam a distribuir os remédios após cessarem as febres, ou ainda, vendiam-no por um preço muito elevado<sup>349</sup>. A tentativa de lucro com o comércio do medicamento, além de sinalizar para a maneira pela qual a população local reagia à intervenção e controle governamental, pode ser entendida dentro do próprio contexto de desordem social provocada pela epidemia<sup>350</sup>. O próprio Evandro Chagas percebia que a população já

---

<sup>347</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 13 de abril de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>348</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 25 de abril de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>349</sup> Idem. Evandro Chagas narrou ainda o caso de um guarda que encontrou em dois domicílios, respectivamente, 30 e 40 comprimidos de atebрина não utilizados. Ao apurar a situação, o guarda constatou que muitos doentes estavam tomando o medicamento fornecido pelo SMNE e apanhando mais no posto do SEGE. Diário de Evandro Chagas, dia 19 de abril de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>350</sup> Sobre o modo pelo qual a população do Baixo Jaguaribe vivenciou esta epidemia, bem como as memórias que os moradores mais velhos guardam desse acontecimento, ver Silva, 2006.

sofria os efeitos da carestia, conseqüente à paralisação do trabalho agrícola: “o número de pessoas que pedem dinheiro para comprar alimentos é enorme e pode-se bem verificar que não há intuito de exploração mas sim verdadeira miséria e fome”<sup>351</sup>.

Um outro ponto de crítica ao trabalho do SMNE era a falta de um serviço sistematizado e uniforme de coleta de dados epidemiológicos. No final do primeiro ano da campanha, Evandro Chagas avaliava que “o serviço nos parece bem organizado no que diz respeito à execução dos métodos de combate ao mosquito adulto pela aspersão que está sendo feito de modo mais geral, e o serviço anti-larvário”. Entretanto, julgava que as pesquisas no laboratório de Aracati caminhavam muito lentamente e com aproveitamento pouco satisfatório. Para corrigir a “falha mais sensível” da organização do SMNE, ele recomendou a Wilson a criação de um Serviço Central de Epidemiologia<sup>352</sup>. De acordo com Evandro Chagas, todos os dados de observação epidemiológica recolhidos em 1939 (e que eram de grande valia na orientação dos métodos de controle) haviam sido perdidos, e uma grande soma de dinheiro era gasta desnecessariamente na contratação de médicos. Para ele, a grande demanda de médicos por parte do SMNE era resultante, principalmente, da falta de um conhecimento exato da situação epidemiológica da malária na região. Além disso, muitos médicos eram mal orientados em suas funções, o que, em última instância, tornava quase nulo todo o investimento realizado para sua capacitação<sup>353</sup>. Neste sentido, pode-se dizer que nesta avaliação Evandro Chagas tomava seu próprio serviço como parâmetro, pois o SEGE dispunha de um orçamento muito inferior e contava com pouquíssimos pesquisadores – e, mesmo assim, segundo as suas afirmações, conseguia um realizar trabalho semelhante ao executado pelo SMNE, ainda que numa zona bem mais restrita.

Apesar das críticas de Evandro Chagas à administração e orientação do pessoal contratado pelo SMNE, havia uma orientação comum em ambos os serviços: a rígida disciplina de trabalho. De acordo com Leônidas Deane, que vivenciou essa experiência tanto no SEGE como no SMNE, “esse rigor tremendo, algo desumano, foi também um

---

<sup>351</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 19 de abril de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>352</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 15 de dezembro de 1939 (BR RJCOE EC 04.026). A questão ficou sem uma resolução definitiva.

<sup>353</sup> Sua opinião era a seguinte: “Tem sido, por exemplo, contratados médicos excessivos em número, ao nosso ver, e pelo o que nos informa Dr. Ferreira muitos deles terminam o curso em Aracati e a direção fica sem saber para onde mandá-los. Além disso, sendo os chefes de Divisão muito ignorantes nos assuntos de malária, estabelecem para os médicos assistentes que, tendo terminado o curso passam a conhecer melhor o assunto do que seus chefes, serviços que poderiam ser muito bem executados por guardas-chefes, ficando os assistentes reduzidos a tal função”. Diário de Evandro Chagas, dia 05 de janeiro de 1940 (BR RJCOE EC 04.026). De acordo com Leônidas Deane, o SMNE chegou a ter quatro mil profissionais contratados (Deane, 1985, p. 91).

dos fatores do sucesso da campanha. Hoje seria praticamente impossível conseguir uma disciplina como a do tempo da campanha contra o *Anopheles gambiae*” (Deane, 1985, p. 92). Deane nos fornece alguns exemplos sobre a rotina de trabalho no laboratório do SMNE, indicando o quanto era severo e “desumano” o regime de trabalho implementado durante a campanha contra o *gambiae*. Dentre os mecanismos utilizados para o controle do trabalho, havia o incentivo de práticas de disputa entre as próprias equipes, para testar a atenção dos pesquisadores:

“Nos laboratórios havia pessoas encarregadas de examinar lâminas de sangue; grupos de dez, cada uma com o seu microscópio, o chefe do grupo ligava o relógio despertador às oito horas da manhã, para iniciar o trabalho; durante dez minutos cada um examinava uma lâmina, após dez minutos o relógio tocava, eles passavam para outra lâmina; quando completava cinquenta minutos, paravam e tinham dez minutos para descanso; às nove horas recomeçavam. Dez minutos para cada lâmina, dez minutos de intervalo em cada hora e isso o dia inteiro. Mas não era só isso; outro fato é que nós que controlávamos o laboratório todos os dias tínhamos que pôr lâminas positivas no meio das outras para verificar se os examinadores estavam atentos; e se ocorria qualquer engano, a pessoa que o cometia perdia um dia de salário. Isso que acontecia com as lâminas de sangue, passava-se também com as larvas e com os adultos dos mosquitos (...) então, ninguém podia se enganar” (Deane, 1985, p. 92).

Antes de começar a trabalhar no SMNE, ainda no SEGE, Leônidas Deane sofreu uma penalidade por descumprir uma regra de trabalho. O pesquisador contraiu malária (“terça maligna”) durante o trabalho em Timbaúbas, e ficou gravemente abatido logo nos primeiros acessos, sendo levado à Fortaleza num dos carros do SMNE, por determinação de Wilson. De acordo com Evandro Chagas, “logo na primeira noite estive em estado bastante grave, tendo sido necessário atender a fenômenos de colapsos cardíacos repetidos”. No entanto, depois de medicado, voltou novamente para o interior, pois recebera um telegrama de Evandro Chagas comunicando que seria descontado pelos dois dias que deixou de trabalhar. Apesar dos protestos de Wilson e Manoel Ferreira acerca da punição, Evandro Chagas averiguou que Leônidas Deane não estava fazendo o tratamento profilático quando adoeceu, porque estava experimentando em si o tempo de eliminação da atebrina, a fim de verificar o período de vulnerabilidade a novas infecções. Evandro Chagas foi implacável em seu veredito, enquadrando-o em diferentes infrações:

“Incorreu, com isso, em duas faltas muito graves; em primeiro lugar, dando aos empregados subalternos mau exemplo, deixando de fazer o tratamento profilático; em seguida, mais uma vez fez experiências em si próprio, o que

já de há muito declaramos irregular e proibimos terminantemente. Demonstrou também falta de conhecimento epidemiológico sobre o impaludismo e deixou de considerar reais nossas afirmativas de que mesmo com a baixa densidade do *A. gambiae*, a transmissão era provável”<sup>354</sup>.

Evandro Chagas tinha consciência do excessivo rigor a que submetia o pessoal do SEGE. Em carta à mãe, revelaria suas preocupações quanto à saúde de seus empregados, justificando as razões de sua conduta severa e apontando uma solução para amenizar os efeitos das duras condições de trabalho que, além da disciplina, envolviam ainda a exposição permanente à malária:

“Um ponto me está a preocupar enormemente. O pessoal todo do nosso serviço, tanto médicos como outros empregados, tem estado numa condição física cada vez mais precária. As condições de alimentação são muito deficientes no interior; mando tudo daqui de Fortaleza mas mesmo assim não consigo dar-lhes alimentação apropriada; falta carne, faltam ovos, falta quase tudo mesmo aqui. Além disso estão permanentemente sujeitos a um tão grande número de inoculações infectantes pelo *gambiae*, que a Atebrina que todos estamos tomando nas doses máximas toleradas sem prejuízo para o organismo não é capaz de prevenir contra a infecção e apenas permite que não se deixe de trabalhar dia algum, embora um grande número de vezes com mal estar e uns décimos de febre. E o pior é que sou ainda forçado a multar os que não vão ao serviço por malária porque do contrário terei a maior parte do pessoal de cama. Para atender parte dessa situação resolvi não deixar os técnicos, médicos, microscopistas mais de 4 meses seguidos na região, permutando o pessoal daqui com o pessoal do Pará a esses intervalos”<sup>355</sup>.

Na análise do diário do cientista, percebemos de modo muito evidente todo o seu esforço para tornar o modelo de controle praticado pelo SEGE, baseado fundamentalmente em investigações epidemiológicas e no combate domiciliar do vetor, uma norma geral a ser aplicada pela Fundação Rockefeller durante a campanha. As vantagens de tal método eram um tema insistentemente debatido por Evandro Chagas com Wilson, Soper e Manoel Ferreira. Um outro aspecto relevante e que sobressai em seus registros é a ênfase dada à contribuição que as pesquisas do SEGE prestaram à campanha. Evandro Chagas faz sempre uma avaliação muito segura e positiva de seu

---

<sup>354</sup> Diário de Evandro Chagas, dias 13 e 14 de março de 1939 (BR JCOEC EC 04.026). Conforme afirma Evandro Chagas, esta não era a primeira vez que Leônidas Deane se fazia de cobaia em experiências científicas. O próprio Deane conta que, durante as pesquisas sobre a leishmaniose visceral americana, quando ainda averiguavam a possibilidade de ser o *Flebotomos longipalpis* o vetor da doença, ele e Otávio Mangabeira Filho se inocularam com as leishmanias retiradas dos mosquitos capturados, na tentativa de verificar a hipótese de que esta espécie era a transmissora da leishmaniose visceral americana. Apesar de não contraírem a doença, o experimento valeu uma reprimenda de Evandro Chagas, que teria dito aos seus assistentes: “Vocês foram uns burros, porque se inocularam com a leishmania, mas estão morando em área de leishmaniose. Foi uma experiência boba, sem nenhuma consequência. Se vocês me aparecessem com calazar, não poderiam garantir que estavam com calazar devido à infecção” (Deane, 1994, p.160-161).

<sup>355</sup> Carta de Evandro Chagas para Íris Chagas, em 31.05.1939 (BR JCOEC EC 01.003).

trabalho, conferindo ao seu serviço papel de destaque nos esforços contra a epidemia. Segundo Evandro Chagas, as informações e os dados epidemiológicos produzidos pelo SEGE foram usados por Fred Soper para esclarecer à direção da Fundação Rockefeller a situação da epidemia na região, e foram tomados como base para a elaboração do relatório apresentado no primeiro semestre de trabalho do ano de 1939<sup>356</sup>. Evandro Chagas comentou que neste relatório Soper se referiu às pesquisas do SEGE “como sendo fundamento dos métodos de controle a serem empregados [na campanha]”<sup>357</sup>. Para a mãe, o cientista relataria de maneira explicitamente orgulhosa a participação do SEGE no combate ao *gambiae*, enfatizando o pioneirismo de suas pesquisas no Ceará e valorizando sua atuação pessoal na condução da campanha dirigida pela Fundação Rockefeller:

“Os serviços vão indo extremamente bem. Todas as experiências que temos feito têm fornecido resultados do maior interesse e os processos que vimos adotando, não só para os métodos de combate ao *A. gambiae*, como também para os trabalhos gerais, estão já sendo adotados pela Fundação Rockefeller e serão, dentro em pouco tempo, generalizados. Em tudo quanto se está fazendo aqui temos sido ouvidos e nos tem sido possível orientar uma grande parte do trabalho. Ainda agora, devendo o Soper ir à América conseguir mais recursos para a campanha, vai levando o resumo das nossas pesquisas para demonstração. Até mesmo os índices que leva para dar uma idéia do que, de fato, se passa no Ceará, no momento, são os que o nosso serviço colheu. Tivemos a sorte de começar cedo aqui, não tivemos necessidade de perder tempo em criar uma nova organização, como teve a Rockefeller, de modo que levamos uma grande vantagem”<sup>358</sup>.

De acordo com o cientista, a Fundação Rockefeller solicitava ao SEGE algumas experiências de pesquisa para complementar o seu próprio trabalho de campo. Wilson, interessado em colher dados para a comparação dos métodos de profilaxia pela aspersão domiciliar e pela exterminação dos criadouros, propôs que Evandro Chagas selecionasse uma nova zona para realizar exclusivamente o método anti-larvário. Em troca, a Fundação Rockefeller se comprometeu a fornecer auxílio material e financeiro ao SEGE<sup>359</sup>. O subsídio dado pela Fundação Rockefeller seria mantido no ano seguinte, em 1940, apesar dos rumores de que a direção da instituição havia mandado “instruções

---

<sup>356</sup> Diário de Evandro Chagas, dias 29 de maio e 22 de julho de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>357</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 04 de setembro de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>358</sup> Carta de Evandro Chagas para Íris Chagas, em 31.05.1939 (BR RJCOE EC 01.003).

<sup>359</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 15 de março de 1939 (BR RJCOE EC 04.026). A Fundação Rockefeller forneceu ao SEGE 56:000\$000 contos para subsidiar as pesquisas sobre o *gambiae* (Carta de Evandro Chagas a Gustavo Capanema, em 09.11.1939. GC, 1935.05.27. Rolo 60, fotograma 271), além de disponibilizar dois médicos e medicamentos. O local escolhido para as experiências de polícia de focos foi o sítio de Araújo, vizinho a Timbaúbas (Diário de Evandro Chagas, dia 25 de março de 1939 – BR RJCOE EC 04.026).



categóricas” para a suspensão da campanha em janeiro de 1940<sup>360</sup>. Tal medida não se efetivou, mas a renovação da subvenção dada ao SEGE foi garantida graças às impressões favoráveis de Charles Hackett, malariologista da Fundação Rockefeller, que visitou Russas em janeiro de 1940. Habilmente, Evandro Chagas viajou para Russas a fim de encontrar pessoalmente Hackett, que “para nós representa elemento de máxima importância no sentido de conseguir novas verbas da F.R [Fundação Rockefeller], visto como suas opiniões em malária são sem dúvida as mais acatadas”<sup>361</sup>. O cientista mostrou detalhadamente ao pesquisador todos os trabalhos do SEGE na região, bem como suas análises e conclusões de pesquisa. Segundo Evandro Chagas, Charles Hackett não só ressaltou o mérito das pesquisas do SEGE como sublinhou seu caráter “inteiramente original”: “[Hackett] julga que os trabalhos que vem sendo executados pelo SEGE tem grande interesse e que há vantagem em ter obra de pesquisadores nacionais, principalmente quando tais pesquisas tiverem caráter original”<sup>362</sup>. Foi o reconhecimento do valor científico das pesquisas do SEGE que fez com Charles Hackett adotasse uma medida de exceção quanto à concessão da subvenção, pois, de acordo com as normas da Fundação Rockefeller, as áreas de pesquisa controladas pela instituição deveriam ser trabalhadas unicamente por seus técnicos.

Um evento, entretanto, acarretaria o fim da cooperação científica estabelecida entre Evandro Chagas e a Fundação Rockefeller, culminando com o encerramento das atividades do SEGE na região. O motivo deflagrador foi um telegrama enviado por Fred Soper a Evandro Chagas, no qual acusava as zonas de estudo do SEGE (Grascimões, em particular) de constituírem as regiões mais “suja” sob a jurisdição do SMNE. Na avaliação de Soper, essas áreas ainda estavam largamente infestadas pelo *gambiae* e funcionavam como foco disseminador do mosquito para outras regiões. Baseado nesta idéia, Soper pediu a autorização de Evandro Chagas para que o SMNE iniciasse o

---

<sup>360</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 29 de dezembro de 1939 (BR RJCOC EC 04.026).

<sup>361</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 26 de dezembro de 1939 (BR RJCOC EC 04.026). O cientista, num gesto raro em seus registros, expressou um ‘rasgado’ elogio a Hackett: “Impressionou-nos pela soma de conhecimento que tem sobre o impaludismo e pareceu-nos a pessoa com quem temos lidado que possui a maior soma de conhecimentos sobre o assunto”. Diário de Evandro Chagas, dia 04 de janeiro de 1940 (BR RJCOC EC 04.026).

<sup>362</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 30 de abril de 1940 (BR RJCOC EC 04.026). Segundo Evandro Chagas, Hackett ficou “especialmente interessado” nos resultados do método de aspersão domiciliar praticado pelo SEGE, que, em poucos meses, conseguiu baixar a zero o índice larvário de Timbaúbas. O registro de controle de doentes, mantido pelo SEGE, também foi avaliado como um importante instrumento de pesquisa, pois permitia acompanhar os efeitos da administração da atebina sobre as diferentes espécies de parasitos da malária e, ao mesmo tempo, averiguar o progressivo desenvolvimento imunológico das populações da região, o que considerava um aspecto de extrema relevância para os estudos sobre a malária. Diário de Evandro Chagas, dias 06 e 07 de janeiro de 1940 (BR RJCOC EC 04.026).

serviço anti-larvário nos sítios sob seu controle<sup>363</sup>. Imediatamente, Evandro Chagas despachou dois telegramas, um a Soper e outro a Wilson, pedindo mais esclarecimentos sobre esta acusação. Para ele, tal afirmação tinha um objetivo muito claro: Soper e Wilson desejavam interromper o intercâmbio científico entre as duas instituições e submeter o trabalho do SEGE às regras do SMNE. Evandro Chagas contestou as razões técnicas apresentadas por Soper e atribuiu a “incidentes” havidos entre o pessoal do SEGE e do SMNE a causa desta atitude<sup>364</sup>. Como justificativa para a intervenção nos trabalhos do SEGE, Soper alegava que a presença de uma zona contaminada no centro de uma grande área de trabalho o colocaria sujeito a críticas, uma vez que era o responsável pela orientação da campanha<sup>365</sup>. Em seu livro de memórias sobre a campanha, Soper relata que no ano de 1939 o SMNE conseguiu deter o avanço do *gambiae* em vastas zonas, com exceção de Russas e Jaguaribe, que continuavam com larga incidência do mosquito. Sua explicação era a de que essas divisões representavam a área central da infestação, e como todo o trabalho da campanha estava concentrado nas zonas periféricas, essas regiões tinham sofrido grande falta de pessoal e de material (Soper e Wilson, 1945). Soper não faz nenhuma menção ao trabalho de Evandro Chagas nessas localidades.

A intervenção proposta por Soper sugere que todos os métodos empregados pelo SEGE na tentativa de erradicação do *gambiae* – métodos que outrora foram julgados como eficazes e utilizados pela própria Fundação Rockefeller no primeiro ano da campanha – teriam se tornado, repentina e inesperadamente, experiências inócuas e sem validade prática para a eliminação do mosquito. Além disso, sua argumentação indica

---

<sup>363</sup> O telegrama de Fred Soper, enviado no dia 10 de abril, tinha a seguinte informação: “Visitei ontem suas áreas de estudo. Zona SMNE mais suja Jaguaribe são as contíguas. Captura 50 casas (...) produziram 1115 *gambiae* não obstante fumigação semanal desde janeiro. Peço seu acordo organização SMNE serviço anti-larvário fumigação Grascimões, Timbaúbas, Araújo, Macambira imediatamente”. Diário de Evandro Chagas, dia 11 de abril de 1940 (BR RJCO EC 04.026).

<sup>364</sup> Evandro Chagas enviou o seguinte telegrama a Soper: “Não creio nossas zonas de estudo possam contaminar tão alto grau sítios referidos. Conteúdo do seu telegrama verifico desejar interrupção nossos trabalhos de cooperação, entretanto, solicito adiar quaisquer providências até sua chegada aqui dia 15. Caso permaneça mais tempo no Ceará avise”. Para Wilson, escreveu: “Desejo evidentemente saber que razões encontra Dr. Soper desejar organizar serviço SMNE sítios sob nosso controle. Estou convencido incidente havido entre pessoal SEGE SMNE muito contribuíram atitude de Soper o que lamento. Espero merecer você atenção aguardar minha chegada antes de iniciar ação SMNE nossa zona. Desejo desmontar serviço SEGE Ceará pessoalmente”. Diário de Evandro Chagas, dia 11 de abril de 1940 (BR RJCO EC 04.026). A resposta de Wilson foi: “Garanto incidente pessoal não tem relação com as decisões de Soper que são baseadas em informações estatísticas fornecidas primeiramente por Dr. Nery [Felipe Nery Guimarães, funcionário do SEGE] e segundo por resultados achados por Dr. Soper em arquivos de Russas”. Diário de Evandro Chagas, dia 13 de abril de 1940 (BR RJCO EC 04.026). Esses incidentes ou atritos entre os funcionários do SEGE e do SMNE não aparecem claramente explicitados nos diários do cientista.

<sup>365</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 16 de abril de 1940 (BR RJCO EC 04.026).

que o SEGE, por seu mau desempenho, era o responsável pela propagação do *gambiae* em áreas já “limpas” pelo SMNE. Em última análise, isto significava que qualquer falha que comprometesse o êxito da campanha no Ceará deveria ser creditada ao trabalho ‘ineficiente’ do SEGE.

Evandro Chagas ainda tentou convencê-los de que a interferência profilática do SMNE perturbaria e inviabilizaria a continuidade das pesquisas experimentais realizadas pelo SEGE, uma vez que seus métodos de trabalho obedeciam também a investigações e testes de caráter científico. Mas seu apelo foi em vão<sup>366</sup>. Em sua opinião, era Gastão César, funcionário do SMNE e chefe da divisão de Russas, movido por questões pessoais, que estava a fazer “intrigas” com Soper e Wilson e criar toda sorte de dificuldades ao trabalho do SEGE na região, onde também atuava. Suas desconfianças sobre Gastão César, “que não merece qualquer confiança e é tipo de maus instintos”, encontravam respaldo nos relatos de seu assistente, Felipe Nery Guimarães:

“Informou-nos ele [Felipe Nery Guimarães] que a situação do pessoal do SMNE em relação ao SEGE é de franca hostilidade, e que há, no momento, propaganda muito intensa mesmo dos médicos do SMNE contra o SEGE. Tudo parece ser consequência dos trabalhos de subterrâneos que vêm sendo feitos pelo Dr. Gastão César. O próprio acordo feito com Dr. Soper não foi respeitado, tendo o Dr. César expulso, há dias, de Grascimões, um dos nossos guardas capturadores. (...). Tivemos longa conferência com Dr. Wilson. Declarou-nos ele que acha necessário o SMNE passar a executar os serviços de Timbaúbas, Araújos e Macambira porque deseja que o SEGE experimente os métodos do SMNE e os observe (não é verdade porque só agora, depois de um ano e tanto de trabalho é que surgiu esta necessidade). Declaramos a Dr. Wilson que nosso ponto de vista definitivo é que precisamos continuar nossas pesquisas sem qualquer solução de continuidade e a mudança de métodos agora iria trazer grandes transtornos, uma vez que não poderíamos dirigir as turmas de expurgo e polícia de focos, que devem obedecer as nossas necessidades de pesquisa. Tendo verificado que o que está movendo Dr. Wilson à insistência em tomar nossos serviços é a propaganda que foi feita contra nosso método de trabalho, que são desconhecidos de todo pessoal do SMNE que ainda não procurou ver como estamos trabalhando, propusemos que fosse enviado ao nosso serviço o Dr. Paulo Antunes que irá apreciar o que está sendo feito. Concordou Dr. Wilson com a sugestão”<sup>367</sup>.

Na tentativa de assegurar a continuidade de suas pesquisas experimentais, Evandro Chagas permitiu que seu serviço fosse inspecionado pelo SMNE, acatando todas as sugestões feitas por Paulo Antunes, que determinou que o serviço anti-larvário

---

<sup>366</sup> Num primeiro momento, Evandro Chagas conseguiu persuadir Soper e Wilson a restringir a ação do SMNE apenas ao sítio de Grascimões, mas poucos dias após a combinação, ambos ‘voltaram atrás’ e decidiram suspender os serviços experimentais do SEGE nos sítios de Timbaúbas, Araújos e Macambira, tal como pensado inicialmente. Diário de Evandro Chagas, dia 24 de abril de 1940 (BR RJCO EC 04.026).

<sup>367</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 26 de abril de 1940 (BR RJCO EC 04.026).

executado pelo SEGE seguisse os mesmos métodos e padrões empregados pelo SMNE, e ainda, que fossem enviados regularmente ao SMNE boletins de captura, aspersão, serviço anti-larvário e larvas, seguindo as normas de registro da instituição. Evandro Chagas conseguiu, neste primeiro momento, contornar uma intervenção total do SMNE, restringindo-a ao serviço anti-larvário, garantindo, assim, a autonomia do SEGE sobre as aspersões domiciliares e controle de doentes – que eram, na verdade, seus dois principais campos de trabalho. Mesmo assim, por trás da aparente aceitação, o cientista escondia uma profunda indignação com a vigilância exercida pelo SMNE, sobretudo porque encarava tal atitude como “das mais arrogantes”, fruto de um “espírito de convencimento sem limites, a par de tendências de intriga”<sup>368</sup>. Para ele, os funcionários do SMNE não tinham competência técnica para orientar e supervisionar o seu trabalho:

“Estamos tendo cada vez mais irritação com a fiscalização que o SMNE quer exercer sobre nosso serviço. Não reconhecemos nos técnicos do SMNE senão capacidade técnica inferior à do nosso pessoal e estamos ficando fartos dos métodos e processos de trabalho usados pelos que estão dependendo da F.R [Fundação Rockefeller]. Estamos reconhecendo que regime de disciplina com franqueza e honestidade estão longe de existir no SMNE e que predomina em toda a parte o regime da disciplina pelo medo e a mentira”<sup>369</sup>.

Aos seus assistentes, declarou que deviam agir com “toda a tolerância possível” e evitar quaisquer atritos com o SMNE, “desde que não haja humilhações para o pessoal do SEGE”<sup>370</sup>. Evandro Chagas, mesmo cedendo às exigências, percebia que o SMNE tentava estender seu raio de ação a outras esferas de trabalho do SEGE, realizando capturas de mosquitos adultos, procedimento que interferia diretamente em suas pesquisas. Diante dessas ações, o cientista resolveu suspender grande parte de suas investigações no Ceará, mantendo apenas o serviço de controle de doentes, “para ver o que acontece com a malária com o decorrer do tempo na região”<sup>371</sup>. No entanto, sua retirada do ‘front de batalha’ contra o *gambiae* seria negociada com Wilson, sob a condição de “o SMNE manter o auxílio que nos vem dando e que servirá para medicamento, médico, o restante do pessoal reduzido de que vamos ter necessidade”<sup>372</sup>. Apesar de ‘perder a batalha’, o cientista conseguiu angariar um ‘espólio’ que para ele era muito valioso: a permanência da subvenção dada pela Fundação Rockefeller ao

<sup>368</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 07 de maio de 1940 (BR RJCOC EC 04.026).

<sup>369</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 02 de maio de 1940 (BR RJCOC EC 04.026).

<sup>370</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 04 de maio de 1940 (BR RJCOC EC 04.026).

<sup>371</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 04 de junho de 1940 (BR RJCOC EC 04.026).

<sup>372</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 06 de junho de 1940 (BR RJCOC EC 04.026). Ver também a carta que foi enviada por Evandro Chagas a Wilson em 07.06.1940 (BR RJCOC EC 04.096).

SEGE. Com isso, manteria parte de suas pesquisas no Ceará sem qualquer ônus, aplicando as verbas do SEGE em seu novo projeto de pesquisa, um inquérito sobre a malária no Vale do Amazonas. Com a saída do SEGE, em 1940, a Fundação Rockefeller teria todo o controle sobre a campanha contra o *Anopheles gambiae* no nordeste brasileiro<sup>373</sup>.

### 4.3 - “No final das contas vão ser uns heróis”: a visão de Evandro Chagas sobre a liderança de Fred Soper

Após três anos de intensos esforços (1939-1941), Fred Soper conseguiu eliminar o *Anopheles gambiae* dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, reduzindo drasticamente a incidência da malária e as mortes provocadas pela doença<sup>374</sup>. Sua vitória foi efusivamente alardeada pela Fundação Rockefeller, com enorme repercussão internacional. A heroica batalha travada por Soper contra o *gambiae* no Brasil, conforme proclamada, representou um importante divisor de águas na história moderna do controle da malária, e contribuiu para justificar e afirmar a eficiência do modelo centrado na erradicação do vetor (Packard e Gadelha, 1995). Leônidas Deane acrescenta que a campanha teve enorme sucesso e larga repercussão porque era a primeira vez que se eliminava de uma região um transmissor de doença procedente de outra região zoogeográfica (Deane, 1985).

Manoel Ferreira, que dirigiu o SMNE, relata que, na época, jamais se cogitou “a hipótese de erradicação como capaz de ser encarada com visos de tarefa realizável”, sendo a redução do transmissor o objetivo mais concreto a ser alcançado (Manoel Ferreira *in* Aragão *et al*, 1949, p.9). Segundo Leônidas Deane, a erradicação do *gambiae* só foi possível porque, além de uma férrea disciplina de trabalho, foram empreendidos uma série de estudos sobre os hábitos do transmissor na região, que conduziram a descobertas importantes: tratava-se de uma espécie doméstica que se reproduzia exclusivamente em pequenas coleções de água limpa e em locais bem ensolarados<sup>375</sup>.

---

<sup>373</sup> Em novembro, Evandro Chagas daria como finalizada a colaboração do SEGE com o SMNE. Diário de Evandro Chagas, dia 01 de novembro de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>374</sup> Em 1940, extensas áreas já se encontravam livres do *gambiae*, e no fim deste mesmo ano, as pesquisas revelavam a ausência de mosquitos autóctones no Brasil (Soper e Wilson, 1945; Hochman, Mello e Santos, 2002).

<sup>375</sup> Com esta descoberta, estava descartada a possibilidade de invasão continental do *gambiae*, tal como temido inicialmente. Isto porque, sendo um mosquito de áreas ensolaradas, não poderia atravessar a

Com base nesses conhecimentos, foram empregados pelo SMNE métodos relativamente simples, como a aplicação mensal de piretro (Flit) nos domicílios e de Verde Paris, semanalmente, em todos os criadouros (Deane, 1985). Vale destacar que estas descobertas aludidas por Deane e feitas no decorrer da campanha já haviam sido sinalizadas por Evandro Chagas desde sua primeira excursão ao nordeste, em junho-agosto de 1938, quando de seu primeiro contato com as zonas epidêmicas.

Fred Soper se destacaria como o principal líder da vitoriosa campanha, consagrando a sua versão sobre a história da invasão do *Anopheles gambiae* no nordeste brasileiro e referendando a importância do método de erradicação do vetor para o controle da malária<sup>376</sup>. De acordo com Packard e Gadelha, “ele não foi modesto quando anunciou a importância de suas realizações e a implicação das mesmas no futuro controle da malária” (Packard e Gadelha, 1995, p.36). Na visão de Soper, a epidemia era uma consequência direta da invasão do mosquito e do seu alto poder de difusão, o que elevou sobremaneira os índices de transmissão. Além disso, alegava que os habitantes das regiões afetadas tinham pouca experiência com a malária e, portanto, não possuíam, em sua maioria, imunidade contra a doença (idem, p.25). Packard e Gadelha, entretanto, demonstram que apesar do merecido reconhecimento de sua atuação, seus esforços se concentraram apenas no combate ao mosquito, sem uma compreensão mais geral do quadro epidemiológico da malária no nordeste e do contexto social e econômico no qual ocorria – questões que, terminantemente, Soper considerava irrelevantes. Para os autores, embora o *gambiae* tenha desempenhado um papel importante na epidemia, sua ação foi mediada por outros fatores sociais e biológicos. A visão de Soper sobre os condicionantes da epidemia era “relativamente simplista”, limitada à ação do mosquito, dando a entender que “a simples presença do *gambiae* poderia ter sido suficiente para reproduzir a experiência de 1938-39 em qualquer outro lugar” (idem, p.35).

Embora não seja nosso objetivo analisar a campanha contra o *Anopheles gambiae* no Brasil em si, mas sim a participação de Evandro Chagas (suas visões e avaliações) e a atuação do SEGE, acreditamos que a narrativa do cientista fornece

---

região amazônica, de grande mata e sombreamento, e chegar ao Canal do Panamá (Deane, 1985).

<sup>376</sup> O relatório de Soper e Wilson sobre a campanha contra o *Anopheles gambiae* foi publicado em 1943, sendo editado em português em 1945 (Soper e Wilson, 1945). Recentemente, este mesmo relatório passou por uma nova tradução, incorporando alguns temas que não foram privilegiados na primeira edição em português. De acordo com o organizador da nova publicação, a primeira tradução não foi fiel ao original, e se ateve principalmente às atividades do SMNE e à questão dos doentes de malária, enquanto o relatório original enfatizava as ações da Fundação Rockefeller, o mosquito e a sua erradicação. Ver Paula, 2011.

elementos interessantes e um tipo de abordagem que propiciam um novo olhar historiográfico acerca deste episódio. É importante salientar que a campanha contra o *gambiae* teve grande repercussão não apenas no Brasil, mas no debate internacional sobre as formas de controle da malária, em especial sobre a possibilidade de erradicação de vetores, perspectiva que ganharia novo impulso com o advento do DDT durante a 2ª Guerra Mundial. A partir da década de 1950, o modelo de combate ao vetor seria adotado em escala global com a campanha de erradicação da malária lançada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Nosso trabalho, ao recuperar a atuação de Evandro Chagas através dos registros de seus diários, endossa as proposições feitas por Packard e Gadelha (1995) na tentativa de problematizar a festejada conquista de Soper e seu propalado heroísmo na erradicação do mosquito. De acordo com os autores, “uma visão mais ampla do *gambiae* no Brasil poderia ter limitado o impacto que a vitória de Soper representou no campo do controle da malária” (idem). O posicionamento de Evandro Chagas, ora analisado, pode contribuir para reforçar esta visão crítica acerca da atuação de Soper e dos significados de sua conquista para a história do controle da malária, argumento central desses autores.

Como vimos, para Evandro Chagas não era o mosquito, em si, a causa de tão grave epidemia. Antes mesmo de seu engajamento na campanha, durante a excursão que fez ao nordeste em 1938, o cientista apontava que eram as condições econômicas e sociais da região que agravavam a incidência da epidemia e aumentavam o número de mortes. Além disso, observou que a malária era endêmica no nordeste brasileiro, e os casos clínicos decorrentes da epidemia em nada se diferenciavam dos sintomas habituais verificados em outros períodos de surtos de malária. Contrariamente a Soper, Evandro Chagas considerava como pré-requisito essencial para qualquer trabalho de profilaxia o levantamento de dados epidemiológicos, o que evidencia sua preocupação em realizar uma análise mais abrangente das condições de incidência da malária na região, em todos os seus aspectos, incluindo a observação e o tratamento de doentes. Há de se assinalar ainda que a falta de conhecimento sobre a epidemiologia da malária na região foi uma crítica expressa aos dirigentes do SMNE, fato que o levou a propor a criação de um Serviço Central de Epidemiologia. Em sua opinião, para suprir essa lacuna, deliberadamente negligenciada por Soper, a Fundação Rockefeller investia na contratação de pessoal técnico, ao invés de racionalizar seu sistema de trabalho. No entanto, Soper considerava a epidemia única e exclusivamente sob o ponto de vista do

transmissor. Neste sentido, Fred Soper e Evandro Chagas divergiam em princípios fundamentais.

Os estudos acadêmicos sobre a epidemia da malária no Ceará, citados ao longo do texto, em geral não abordam a participação de Evandro Chagas ou as contribuições das pesquisas do SEGE para os esforços da campanha. Em discurso de homenagem póstuma ao cientista, Manoel Ferreira lembraria da “significação pouco conhecida, aliás, que tiveram esses estudos preliminares, no desenvolvimento posterior e vitorioso da campanha”. Ferreira prossegue afirmando que as pesquisas de Evandro Chagas sobre a biologia do mosquito adulto

“serviram de base ao imenso esforço desde então desenvolvido no ‘expurgo domiciliário’, graças ao qual foi possível acelerar a extinção da espécie, pela sua adequada realização nos períodos em que somente o adulto, permitia a sua sobrevivência” (Manoel Ferreira *in* Aragão, 1949, p.10).

A ausência de Evandro Chagas na história da campanha contra o *Anopheles gambiae* pode ser explicada, dentre outras possíveis razões, pelo seu afastamento e por sua morte prematura, em 1940, antes do desfecho da ‘batalha’ contra o mosquito. Talvez, entretanto, a força do discurso de Soper e a auto-imagem vitoriosa por ele projetada tenham sido as principais causas para essa ausência ou esquecimento. É bastante intrigante o fato de Fred Soper não fazer nenhuma menção ao trabalho do SEGE no Ceará, sobretudo se considerarmos sua estreita convivência com Evandro Chagas e a parceria que estabeleceram durante um período da campanha, conforme indicam as anotações do diário de Evandro Chagas. Em seu livro de memórias, ao relatar os “fatores decisivos para o triunfo”, Soper dedicou duas páginas de agradecimentos “a todos aqueles que assumiram notória responsabilidade nesta memorável campanha sanitária”, sem, contudo, destacar uma frase de reconhecimento ao trabalho de Evandro Chagas (Soper e Wilson, 1945, p.132).

As iniciativas de Fred Soper acabaram por afastar Evandro Chagas da campanha, que se sentiu prejudicado pela interferência do SMNE nos métodos e rotina de trabalho do SEGE. No desenrolar dos acontecimentos, o cientista escreveu à esposa uma longa carta, exprimindo, de forma eloquentemente crítica, seu ponto de vista sobre os ‘reais’ intuitos das acusações dirigidas por Soper e as impressões que tinha sobre os resultados que este apresentava à Fundação Rockefeller – e ao mundo – sobre a campanha de erradicação do *gambiae*. Dois dias depois de escrever a carta, Evandro



Chagas embarcaria para os Estados Unidos como delegado do Brasil no 8º Congresso Pan-Americano, realizado em Washington<sup>377</sup>. Na ocasião, apresentou uma conferência sobre os estudos do SEGE acerca da malária transmitida pelo *Anopheles gambiae* no nordeste brasileiro<sup>378</sup>. O cientista se mostraria muito impressionado com a atenção que sua palestra receberia no congresso. Para ele, o evento era também uma oportunidade para expor os trabalhos do SEGE, especialmente porque vinha tendo problemas com a Fundação Rockefeller no Ceará<sup>379</sup>, que contestava a validade técnica de suas pesquisas e seus métodos de trabalho na tentativa de erradicação do *gambiae*:

“Realizamos a tarde a conferência sobre malária. Ficamos surpresos com a condição em que foi feita a apresentação de nosso trabalho; enquanto todos os outros foram lidos em sessão conjunta, para o nosso, possivelmente pela importância que tem no momento o problema do *Anopheles gambiae* para a América, promoveu o Congresso uma sessão especial. A assistência foi muito numerosa e as perguntas que nos foram feitas após a sessão demonstraram o alto interesse que o problema está despertando”<sup>380</sup>.

Um dos pontos a despertar o “alto interesse” da audiência foi justamente a aplicação em larga escala do método de combate domiciliar do mosquito, por meio de inseticidas. Segundo Evandro Chagas, tal método praticamente não era usado nos Estados Unidos, em razão dos hábitos do principal transmissor da malária no país, espécie muito pouco domiciliar<sup>381</sup>. A demonstração das vantagens dos expurgos domiciliares para o controle da malária guardava ainda um outro significado, muito particular e de forte cunho simbólico: representava a divulgação, no continente americano, da doutrina formulada por seu pai. A teoria do contágio domiciliar já havia sido reconhecida como uma contribuição original para a profilaxia da malária desde 1925, durante o I Congresso Internacional de Paludismo, ocorrido em Roma (Kropf, 2009a; Benchimol e Silva, 2008), mas parecia ter tido, na opinião de Evandro Chagas, pouca circulação entre os americanos. Ele não só se posicionaria como o primeiro divulgador da teoria na América como o faria em reverência à memória do pai. Ao ministro Capanema explicaria:

---

<sup>377</sup> O 8º Congresso Pan-Americano ocorreu durante os dias 10-19 de maio de 1940. Entre os delegados, estavam Cardoso Fontes, presidente da Delegação, Vital Brazil, vice-presidente e Barros Barreto. Diário de Evandro Chagas, dias 16 de abril e 08 de maio de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>378</sup> Além da malária, Evandro Chagas também faria uma conferência sobre a leishmaniose visceral americana. Suas exposições contaram com a apresentação de vídeos dirigidos Humberto Mauro e produzidos pelo Instituto do Cinema Educativo, órgão do Ministério da Educação e Saúde (MES). Diário de Evandro Chagas, dia 23 de abril de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>379</sup> Carta de Evandro Chagas a Agnes Chagas, em 08.05.1940 (BR RJCOE EC 04.011).

<sup>380</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 14 de maio de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>381</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 27 de maio de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

“foi esta a primeira vez que, na América, se deu uma demonstração da eficiência do processo e melhor se fundamentou a doutrina que desde 1905 foi sustentada por Carlos Chagas de que a malária é uma infecção essencialmente domiciliar e que a base da campanha contra o impudismo reside no combate ao transmissor no interior da habitação humana”<sup>382</sup>.

Como consequência de sua exposição, a Comissão de Malária do 8º Congresso Pan-Americano aprovou, dentre outras recomendações, a verificação experimental das vantagens dos expurgos domiciliares como método de controle da malária. Evandro Chagas seria o relator dos trabalhos da Comissão do Congresso.

A despeito do conflito com Soper, Evandro Chagas aproveitou a estadia nos EUA para fazer uma visita oficial à sede da Fundação Rockefeller, em Nova Iorque<sup>383</sup>. Lá, a convite de George Strode (diretor da Fundação Rockefeller) e Wilbur A. Sawyer (ex-diretor), proferiu nova palestra sobre o *gambiae*. Sua opinião era que, de modo geral, os pesquisadores da instituição não estavam bem informados sobre as pesquisas que Soper realizava no nordeste brasileiro. Considerou ainda, a partir da discussão que se seguiu à apresentação, que as pesquisas experimentais empreendidas pelo SEGE no campo de estudos da malária eram “inteiramente originais”:

“ Fizemos à tarde de ontem a Conferência nos escritórios da Fundação. Tivemos a presença de uma grande parte dos técnicos de laboratórios e pessoal dos escritórios da Fundação. Tivemos a impressão de que o problema do *gambiae* não estava ainda conhecido pela maioria do pessoal senão em linhas gerais, porque nos fizeram, uma vez terminada a exposição, perguntas e mais perguntas pelo espaço de mais de uma hora. Foi sobretudo interessante a discussão que se seguiu à exposição porque tivemos a oportunidade de ter contato com alguns malariologistas que já se ocupam com esse mosquito na África. De tudo quanto pudemos verificar adquirimos a impressão de que não houve grandes modificações nos hábitos e condições do mosquito, da África para o Brasil, e adquirimos também a idéia de que embora muito trabalho experimental tenha sido feito até agora, as pesquisas que o SEGE vem fazendo são inteiramente originais”<sup>384</sup>.

---

<sup>382</sup> Carta de Evandro Chagas a Gustavo Capanema, em 27.05.1940 (BR RJCOE EC 04.077). Ver também Diário de Evandro Chagas, dia 14 de maio de 1940 – BR RJCOE EC 04.026.

<sup>383</sup> Além da sede e dos laboratórios da Fundação Rockefeller, Evandro Chagas visitou o Instituto Nacional de Saúde Pública de Washington. Seu intuito era conhecer as normas de trabalho científico e as instalações técnicas das instituições norte-americanas com linhas de pesquisa relacionadas às do SEGE (Carta de Evandro Chagas a Gustavo Capanema, em 27.05.1940 – BR RJCOE EC 04.077). Sobre a Fundação Rockefeller, comentaria que “o trabalho que estão fazendo aqui em Washington sobre malária é realmente notável e tenho aprendido uma série enorme de coisas muito interessantes para nós”. Carta de Evandro Chagas a Agnes Chagas, em 21.05.1940 (BR RJCOE EC 04.011).

<sup>384</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 22 de maio de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

Evandro Chagas acreditava que a apreciação positiva dos trabalhos do SEGE pelos dirigentes e pesquisadores da Fundação Rockefeller poderia ser politicamente significativa, no sentido de tornar menos tensas suas relações com o SMNE<sup>385</sup> e com o próprio Soper. Mas os resultados posteriores demonstram que não foi isso o que ocorreu.

Na carta escrita à esposa, mencionada anteriormente, Evandro Chagas põe em xeque todo o trabalho de Soper no primeiro ano da campanha, afirmando, inclusive, que ele teria forjado dados falsos na confecção do mapa apresentado à Fundação Rockefeller. Por este mapa, praticamente todo o território infestado pelo *gambiae* já se achava livre do mosquito, com exceção de Russas, zona de estudo do SEGE, que ainda tinha grande número de mosquitos adultos – coincidentemente, o foco do método de combate de Evandro Chagas (o SMNE concentrava seu trabalho na destruição das larvas). A argumentação do cientista indica que o ‘otimismo precipitado’ de Soper ignorava noções elementares sobre os hábitos do transmissor (eram as condições climáticas naturais, a seu ver, que provocavam redução espontânea dos índices larvários do *gambiae*) e evidenciava a convicção que ele e Wilson possuíam acerca da ‘excelência científica’ de seus métodos de trabalho, desprezando toda e qualquer contribuição que os “nativos” pudessem oferecer. Para Evandro Chagas, a verdadeira intenção de Soper era dar-lhe uma “rasteira” e “envolver o assunto do *gambiae* com uma muralha chinesa que ninguém penetre”, afastando a possibilidade de avaliação e fiscalização de seus trabalhos. Pela sua representatividade, reproduzimos a carta quase que na íntegra, apesar de ser uma citação bastante extensa. A carta, de foro íntimo, enviada à esposa, dá forma e expressão a um ponto de vista que, nos seus diários, aparece sempre nas entrelinhas:

“Estou ainda muito apreensivo com a situação de Ceará. Tenho a convicção de que o SMNE fará, de agora por diante, tudo para suprimir nosso serviço de Russas. Não estou ainda bem firmado sobre as causas reais da atitude do pessoal da F.R [Fundação Rockefeller] para comigo. De um lado parecem estar muito amigos, dando lugar a expansões enormes, principalmente o Wilson e o Soper; de outro lado, procuram, por todos os meios, passar-me a rasteira. Apenas de uma coisa estou certo: acham que ninguém trabalha melhor do que eles e, mesmo em assuntos como a malária, em que nunca trabalharam e mostram ser absolutamente ignorantes, estão convencidos de que tudo quanto fazem está certo e não pode ser melhor realizado. A expressão mais usada pelo Wilson é a seguinte: “you can make a mata-mosquito in two days”. Acha que os mata-mosquitos que formaram para a F.A [Serviço de Febre Amarela] são o suprasumo da perfeição e, porque

---

<sup>385</sup> Carta de Evandro Chagas a Agnes Chagas, em 25.05.1940 (BR RJCOE EC 04.011).

aprenderam a combater estegomias, tem de ser os melhores na luta contra os *gambiae*. Ora, o que tenho observado é que nenhum deles sabe o que está fazendo, se não lhes for mostrado um boletim para encher; nenhum deles é capaz de tomar uma resolução qualquer que não esteja prevista no BPO; o mais grave é que já passaram a considerar o problema como resolvido só porque tem, em grande número de lugares, os índices larvários reduzidos; não se lembram que mesmo em zonas sem qualquer profilaxia os índices estão reduzidos, ou melhor estiveram, desde Dezembro, e irão fatalmente subir consideravelmente logo que as chuvas diminuam, como está acontecendo em Gracismões, onde com 17,7 fêmeas por casa, há já 15 dias.

O relatório de 1939 é extraordinário, pois nele se verifica uma imensa soma de trabalho mas tem o disprante de exhibir um mapa (do qual aliás me deram uma cópia para mostrar ao Sawyer e ao Strode) no qual se mostra que no município de Russas não há larvas de *gambiae*, mas apenas *gambiae* adultos. Por este mapa, que levarei comigo ao Rio para mostrar-lhes, a zona infestada é apenas representada por uma pequena faixa ao longo do rio Jaguaribe; todo o R.G. [Rio Grande] do Norte, excetuados Areia Branca e Mossoró, está saneado. O próprio Vale do Ceará-Mirim, que considero uma das zonas difíceis de limpar, não tem mais *gambiae*, pelo tal mapa. Francamente, prefiro lutar com mais dificuldades do que tenho lutado até agora, mas não me prestarei a mentiras tão cínicas com esta. Será que a minha presença e a do meu pessoal lhes é incômoda? Às vezes, quando falo com o Wilson e vejo o que está de insinceridade por traz de suas amabilidades e brincadeiras, me convenço de que não querem fiscal e desejam envolver o assunto do *gambiae* com uma muralha chinesa que ninguém penetre.

No final das contas vão ser uns heróis; tem todo o dinheiro que querem e, mesmo sem a capacidade que lhes falta hão de vencer o *gambiae* que é relativamente fácil de combater. Estou convencido e disso tenho dado minha impressão ao Maneco [Manuel Ferreira], de que com a metade do que se está gastando ter-se-ia o mesmo resultado, desde que as facilidades para o trabalho fossem as que são dadas à F.R.

Enfim, vamos ver o que vai ser de aqui por diante. Foi, sem dúvida uma grande decepção. A admiração que tinha pelos tipos é hoje maior do que antes mas em sentido inverso; são uns artistas com muito mais trapézio que tem; e habilidade de nunca se comprometerem dois a um só tempo, de modo que é sempre fácil voltar atrás alegando que não houve acordo prévio com os dirigentes; consideram-nos a todos como natives aos quais não é preciso dar honra da palavra assumida. E como vou ser precavido, de agora por diante”<sup>386</sup> (grifo no original).

O que a carta deixa entrever é que a campanha contra o *gambiae* era também palco de uma disputa de interesses, onde estava em jogo a projeção científica (e internacional) de ambas as carreiras. Em outros termos, pode-se dizer que essa disputa representa o que Pierre Bourdieu caracteriza como uma luta concorrencial dentro do campo científico, onde os agentes envolvidos reivindicam o monopólio da competência científica, entendido como capacidade técnica e poder social para falar e de agir de maneira autorizada e com autoridade (ou seja, com legitimidade), adquirindo, ao mesmo tempo, prestígio, celebridade e reconhecimento profissional (Bourdieu, 1983). Este tipo de disputa é claramente formalizado nas expressões acionadas por Evandro Chagas para avaliar o trabalho da Fundação Rockefeller – ele molda toda sua argumentação

---

<sup>386</sup> Carta de Evandro Chagas para Agnes Chagas, em 06.05.1940 (BR RJCOE EC 04.011).

exatamente a partir de critérios como autoridade, competência e conhecimento no campo de estudo da malária. Bourdieu observa ainda que o lugar que cada agente ocupa na estrutura das relações sociais do campo científico é que determina o que se pode e o que não deve fazer; são essas regras tácitas que orientam as tomadas de decisão ou de posicionamento dos agentes envolvidos. Neste sentido, podemos dizer que Evandro Chagas estava em posição inferior, uma vez que era Fred Soper o dirigente da campanha. Contudo, ele buscava, como uma espécie de estratégia, colocar-se como um representante da ciência nacional, rejeitando o rótulo pejorativo de “nativo” que marcava as relações científicas entre o ‘centro desenvolvido’ e a ‘periferia’.

É possível dizer que a disputa entre Fred Soper e Evandro Chagas estava presente desde o início da campanha, mas apresentava-se de forma atenuada pelo acordo de colaboração firmado entre a Fundação Rockefeller e o SEGE. Como vimos, diversas vezes Evandro Chagas tentou persuadir Soper, por exemplo, das vantagens da aplicação sistemática do método de expurgo domiciliar, que considerava mais eficaz para o combate ao mosquito. Evandro Chagas também ressaltaria, em diferentes ocasiões, a superioridade técnica dos assistentes do SEGE ante aos funcionários do SMNE, chegando mesmo a desqualificar a forma de administração dos serviços da instituição. Como dito, os diários do cientista expressam de modo muito claro seus esforços em tornar o método de trabalho do SEGE um modelo a ser seguido durante a campanha<sup>387</sup>. Na visão de Evandro Chagas, o que Soper fez ao criticar o seu trabalho e propor um tipo de intervenção que, segundo ele, comprometeria a viabilidade das pesquisas do SEGE, foi inflamar esta tensão e transformá-la num conflito declarado. Nesse jogo de forças, Soper possuía mais poder que Evandro Chagas, embora menos competência, na visão do último. Mas ambos buscavam e disputavam reconhecimento. No entanto, apesar das críticas ao trabalho de Soper, coube a ele todas as ‘pompas e glórias’ pela eliminação do *gambiae* no nordeste brasileiro. Há de se ponderar que, se ele foi hábil e “bem sucedido ao vender aos seus superiores e ao mundo sua visão sobre a invasão do *gambiae* e sobre o valor do método da erradicação do vetor no controle da malária” (Packard & Gadelha, 1994, p.6), não podemos esquecer que Evandro Chagas tentou fazer o mesmo ao apresentar as pesquisas do SEGE num encontro internacional

---

<sup>387</sup> Não é nossa intenção julgar qual o método ou proposição que era, de fato, a mais ‘correta’ ou eficiente para eliminar o *gambiae*. No caso de nossa pesquisa, que tem como objeto a análise de uma trajetória e dos processos que permearam a construção/modelação de uma determinada carreira científica, a discussão deve ser direcionada e compreendida a partir de um outro viés. Por isso, enfatizamos que, subjacente a esses debates sobre os métodos de combate à malária, existia um conflito de interesses relacionado, em última instância, à projeção de suas respectivas carreiras científicas.

de cientistas (o 8º Congresso Pan-Americano) e na própria Fundação Rockefeller, procurando atrair a atenção da instituição para o trabalho que vinha realizando. Ao antever que Soper e Wilson “no final das contas vão ser uns heróis”, podemos supor que era esta projeção, previamente vislumbrada, que Evandro Chagas reivindicava para si.

A configuração de um jogo de disputa científica, aqui compreendida a partir dos registros de Evandro Chagas, revela-se como um campo privilegiado para analisarmos o modo pelo qual o cientista foi construindo sua identidade profissional e as relações estabelecidas com seus pares e outros grupos sociais. Nessa discussão cabe ressaltar um aspecto importante, relacionado à própria natureza das fontes consultadas. Nossa análise baseia-se nos documentos pessoais de Evandro Chagas, particularmente nos seus diários de trabalho e nas cartas enviadas à esposa. Tais fontes caracterizam-se, em essência, por sua natureza e dimensão subjetiva, expressando o ponto de vista, percepções e vivências daquele que escreve. É forçoso lembrar que a análise crítica dessas fontes históricas exige o reconhecimento de que elas representam uma modalidade de ‘escrita de si’ ou de ‘produção do eu’, onde a subjetividade emerge como parte integrante e inseparável da narrativa. Uma outra característica desse tipo de fonte é a noção de verdade a ela associada – seja como verdade dos fatos ou da sinceridade do indivíduo que narra. Entendida nesse contexto, essa verdade não se esgota numa verdade factual e nem pode ser submetida à prova científica ou jurídica – essa “verdade passa a incorporar um vínculo direto com a subjetividade/profundidade desse indivíduo” (Gomes, 2004, p.13-14). Conforme explica a autora:

“Ou seja, toda essa documentação de ‘produção do eu’ é entendida como marcada pela busca de um ‘efeito de verdade’ – como a literatura tem designado –, que se exprime pela primeira pessoa do singular e que traduz a intenção de revelar dimensões ‘íntimas e profundas’ do indivíduo que assume sua autoria. Um tipo de texto em que a narrativa se faz de forma introspectiva, de maneira que nessa subjetividade se possa assentar sua autoridade, sua legitimidade como ‘prova’. Assim, a autenticidade da escrita de si torna-se inseparável de sua sinceridade e de sua singularidade” (Gomes, 2004, p.14-15).

O principal enfrentamento para o pesquisador que se utiliza dessas fontes consiste, portanto, em situar essa fala particular e refletir sobre a sensação de verdade ou sinceridade que elas transmitem, ainda que o narrador pareça revelar-se de maneira franca e honesta. Pela natureza desse tipo de registro, que exprime a ótica de quem escreve, é impossível detectar ‘o que de fato ocorreu’, e sua importância reside justamente na possibilidade de apreender o que o autor tem a dizer sobre o que viu,

sentiu e experimentou em relação a um determinado acontecimento (idem). Podemos acrescentar que tais fontes expressam ainda a maneira pela qual o narrador via a si e a forma pela qual queria ser visto socialmente. Evandro Chagas, ao registrar a campanha de combate ao *gambiae*, está, na verdade, falando sobre o lugar que ele ocupava e, ao mesmo tempo, ressaltando a importância de seu projeto científico e demarcando o seu pertencimento a uma dada tradição de pesquisa. Em todos esses aspectos, ele procura distinguir-se de seus próprios “pares-concorrentes”, na expressão de Bourdieu.

Este foi o nosso intuito ao explorar o ponto de vista de Evandro Chagas sobre a campanha contra o *Anopheles gambiae* e as desavenças ocorridas com Fred Soper, entendendo a ‘verdade de Evandro Chagas’ como a expressão singularizada de uma visão sobre esse evento, e que, por isso mesmo, é uma verdade que se inscreve dentro e em relação com outros significados e interpretações que o episódio guarda consigo. Compreendemos também que estes registros de Evandro Chagas revelam mais sobre a construção de sua identidade profissional e carreira científica do que propriamente o acesso a uma ‘outra verdade’, silenciada por aquele que protagonizou e foi laureado como o vencedor da ‘batalha’. A narrativa de Evandro Chagas sobre a campanha é a de um cientista preocupado com a realidade sócio-econômica do interior, e sua argumentação reivindica legitimidade e autoridade a partir da experiência de quem ‘realmente’ conhece os sertões e as necessidades das populações rurais. Sob esta lógica, que reproduz a imagem pública do Instituto de Manguinhos e de seu pai, ele preconiza um tipo de intervenção sanitária que não seja voltada apenas para debelar crises ou surtos epidêmicos, mas que, dirigida pela competência ‘superior’ dos cientistas, resulte na melhoria das condições de vida do interior do país. Essa é a visão de ciência que Evandro Chagas defende, e da qual se posiciona como um representante.

## CAPÍTULO 5

### O SERVIÇO DE ESTUDOS DE GRANDES ENDEMIAS E O COMBATE À MALÁRIA NA REGIÃO AMAZÔNICA (1940)

Com o acirramento dos conflitos entre o SEGE e SMNE, Evandro Chagas decidiu suspender grande parte de suas pesquisas no Ceará, mas já tinha em vista um outro projeto de pesquisa: um inquérito sobre a malária em todo o vale do Amazonas. Ele pretendia, a partir do reconhecimento das características epidemiológicas da malária na região amazônica, apresentar ao ministro Capanema uma proposta de criação de um serviço especificamente voltado para o combate da doença, tendo o SEGE a responsabilidade pela coordenação e realização de todas as pesquisas científicas que embasariam as medidas e ações de saneamento a serem executadas pelo governo federal na Amazônia. Para Evandro Chagas, este novo empreendimento representava um “trabalho de grande envergadura, de máximo interesse para o SEGE e de extraordinária significância econômica”<sup>388</sup>. As expectativas criadas em torno de seu plano de pesquisa sobre a malária estavam diretamente relacionadas aos projetos políticos do Estado Novo para a região amazônica, que passaria a figurar no discurso varguista como uma região estratégica para o desenvolvimento nacional.

Nosso objetivo, nesse capítulo, é analisar as estratégias empregadas por Evandro Chagas para implementar os projetos de pesquisa do SEGE, e quais as relações e negociações que ele estabeleceu com os atores do campo da saúde pública. Destacaremos que o cientista, assim como ocorreu durante a campanha contra o *Anopheles gambiae* no nordeste brasileiro, vivenciou sérias divergências com os gestores estatais, e em postura semelhante à adotada naquela ocasião, procuraria novamente se afirmar como um representante da ciência do IOC. Acompanharemos ainda qual a solução dada para a continuidade dos trabalhos do SEGE após a morte de Evandro Chagas, em 1940.

---

<sup>388</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 04 de junho de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).



## 5.1 - As pesquisas no Instituto de Patologia Experimental do Norte

A ideia de estudar a malária na região amazônica era um antigo projeto acalentado por Evandro Chagas. Mesmo tendo como foco inicial de suas investigações a leishmaniose visceral americana, o cientista orientava os pesquisadores do IPEN, em suas excursões de campo, a observar as doenças de maior incidência nas localidades visitadas e a coletar material para a pesquisa. Por isso, desde 1937, Evandro Chagas acumulava dados “abundantes” sobre a malária, e tencionava elaborar, ainda nesta época, um plano de pesquisa sistematizado sobre a enfermidade<sup>389</sup>. Seu interesse em incluir a malária na agenda de pesquisa do IPEN, entretanto, atendia a dois objetivos estratégicos e que se entrelaçavam: diversificar suas atividades científicas da instituição, uma vez que considerava a leishmaniose visceral americana já esclarecida em seus principais aspectos epidemiológicos e patogênicos, e angariar mais prestígio político ao recém criado instituto<sup>390</sup>. Sem condições de executar uma pesquisa minuciosa sobre a malária naquele momento, dada sua complexidade e extensão, Evandro Chagas decidiu estudar aspectos parciais da enfermidade, e para isso estabeleceu um acordo de cooperação com a 2ª Delegacia Federal de Saúde (DFS), que cederia material e pessoal técnico para a coleta dos índices epidemiológicos fundamentais<sup>391</sup>. Para o cientista, era de grande vantagem que esta etapa da pesquisa ficasse a cargo dos funcionários da DFS, pois deste modo o levantamento dos dados seria feito de maneira uniforme e padronizada, o que permitia sua comparação com os índices registrados em outras regiões do país. Além disso, argumentava que os dados obtidos poderiam ser utilizados para a execução de qualquer campanha de profilaxia da malária<sup>392</sup>.

O início do plano de estudos da malária estava previsto para janeiro de 1938. Contudo, Evandro Chagas tinha urgência em iniciar as pesquisas experimentais na região amazônica, pois sabia que era de interesse da Fundação Rockefeller estudar a malária em fins de 1938. É importante assinalar que mesmo antes do envolvimento do SEGE na campanha contra o *Anopheles gambiae* (1939-1941), conforme analisado no capítulo anterior, Evandro Chagas dava indícios de uma certa competição com a

---

<sup>389</sup> “Cópia dos relatórios das atividades desenvolvidas pelo Instituto de Patologia Experimental do Norte, em 1936 (novembro e dezembro), 1937 e 1938, apresentados ao serviço pelo diretor deste Instituto – Belém, Pará” (BR RJ COCE C 04.027). Ver também: “Relatório mensal dos serviços a cargo do Dr. Evandro Chagas. Agosto e Setembro de 1937. Instituto de Patologia Experimental do Norte” (BR RJ COCE C 04.027).

<sup>390</sup> Carta de [Leoberto de Castro Ferreira] a Evandro Chagas, em 04.09.1937 (BR RJCOC EC 04.011).

<sup>391</sup> Carta de Evandro Chagas a [Leoberto de Castro Ferreira], em 10.09.1937 (BR RJCOC EC 04.011).

<sup>392</sup> Carta de Evandro Chagas a [Leoberto de Castro Ferreira], em 28.09.1937 (BR RJCOC EC 04.011).

instituição norte-americana. A possibilidade de ser o pioneiro na execução de um plano de pesquisa sobre uma doença que era um grave problema de saúde pública, e que despertava a atenção das autoridades médicas do Brasil e do exterior, parecia um elemento a mais a motivá-lo em sua empreitada:

“Tenho o desejo de começar o negócio da malária o mais cedo possível porque sei que é cogitação da [Fundação] Rockefeller trabalhar no assunto em fins do ano próximo e julgo vantagem começarmos antes. Eles terão mais elementos do que nós, mas creio que se não mandarem vir gente de fora, não poderão fazer coisa muito boa. O pessoal que aqui está é muito deficiente e o que é bom está preso ao Serviço de Febre Amarela”<sup>393</sup>.

As investigações preliminares realizadas traziam, na visão de Evandro Chagas, resultados animadores. Em carta à mãe, comentaria sobre a descoberta de um aspecto epidemiológico que tornaria a profilaxia da malária na região amazônica bastante simples e econômica, permitindo o emprego de medidas sanitárias em somente cerca da metade da extensão total das terras<sup>394</sup>. A partir de maio de 1939, em decorrência do trabalho que o SEGE fazia no nordeste durante a campanha contra o *gambiae*, as investigações do IPEN ganhariam um caráter mais sistematizado, transformando-se num “serviço”<sup>395</sup>. A orientação dada por Evandro Chagas era a de que as pesquisas experimentais do Pará seguissem as mesmas normas e padrões adotados pelo SEGE no Ceará, a fim de que pudesse ser comparada a epidemiologia da malária no norte e no nordeste<sup>396</sup>. Manoel Ferreira, um dos articuladores do plano de saneamento do Amazonas, rememoraría anos mais tarde que a experiência adquirida com a campanha do *gambiae* foi um dos fatores determinantes para a concepção do plano de combate à malária no vale amazônico:

“Reunindo a experiência e os ensinamentos da campanha contra o *A. gambiae*, formulamos a repetição da mesma pergunta que nos havíamos feito em 1938. Não será possível em áreas determinadas e estratégicas erradicar outros transmissores? Deveremos retornar àquela velha atitude de contentamento com uma meia vitória, podendo tê-la inteira? Deveremos ficar no *limiar* da densidade do inseto ou prosseguiremos quando indicado, para o termo final da *erradicação*?” (Ferreira *apud* Aragão *et al*, 1949, p.11. Grifos no original).

---

<sup>393</sup> Carta de Evandro Chagas a [Leoberto de Castro Ferreira], em 28.09.1937 (BR RJCOC EC 04.011).

<sup>394</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 04.10.1937 (BR RJCOC EC 01.003). Esta descoberta não é explicada na carta.

<sup>395</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 02 de maio de 1939 (BR RJCOC EC 04.026).

<sup>396</sup> Diário de Evandro Chagas, dias 10 e 16 de maio de 1939 (BR RJCOC EC 04.026).

Evandro Chagas enfrentaria graves problemas de ordem administrativa no decorrer das pesquisas sobre a malária na região amazônica. O pivô da questão foi o pesquisador Leoberto Castro Ferreira, pessoa de confiança de Evandro Chagas e por ele indicado para supervisionar as atividades científicas do IPEN. O cientista passou a desconfiar de que Castro Ferreira fazia “uma campanha de sabotagem a nossa autoridade entre os assistentes e o pessoal com o fim expresso de ganhar autoridade e força”, sendo bem-sucedido entre os irmãos Leônidas e Gladstone Deane e Maria Paumgartten (Deane)<sup>397</sup>. Conforme registrou em seu diário, tais suspeitas foram confirmadas por Antônio Castro Souza e Geth Jansen, respectivamente diretor e pesquisador do IPEN<sup>398</sup>.

Havia algum tempo que Evandro Chagas estava em dificuldades com o “temperamento muito violento” e a “tendência em procurar sempre obter maior autoridade e domínio sobre os serviços” demonstrada por Castro Ferreira, além de suas recorrentes ameaças de demissão<sup>399</sup>. Apesar de insatisfeito com a postura de Castro Ferreira e favorável ao seu afastamento, o cientista via-se obrigado a contornar as divergências e mantê-lo no instituto, porque, além de bom profissional, era um dos poucos especialistas experientes que compunha os quadros da instituição. Mas a situação tornou-se insustentável após uma outra confusão envolvendo o pesquisador e a descoberta de que este, ao chegar ao IPEN, arrogou-se representante do diretor do IOC e com plenos poderes para agir – prerrogativas que Evandro Chagas demarcava como exclusivamente suas e que exercia de modo bastante centralizador. Diante desta situação, inconcebível para o cientista, Castro Ferreira tornou-se *persona* “absolutamente inconveniente” e foi exonerado juntamente com os irmãos Deane e Maria Paumgartten (Deane), que confirmaram solidariedade ao pesquisador<sup>400</sup>.

O caso, aparentemente restrito ao IPEN, tomou enormes proporções. Valério Konder, delegado federal de saúde, tentou intervir a favor de Castro Ferreira, mediando a derradeira conversa entre Evandro Chagas e o pesquisador. Segundo Evandro Chagas, Konder

“mostrou-se extremamente irritado [com a solução final do caso] declarando que nós devíamos considerá-lo com Dr. Castro Ferreira. Disse-nos ainda que

---

<sup>397</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 13 de maio de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>398</sup> Diário de Evandro Chagas, 03 de junho de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>399</sup> Diário de Evandro Chagas, 03 de julho de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>400</sup> Diário de Evandro Chagas, 04 de junho de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

se considerava ofendido porque havíamos desprezado sua ação mediadora. Retirou-se com extrema grosseria”<sup>401</sup>.

Valério Konder iria mais além, comunicando ao diretor do IPEN a interrupção de todos os trabalhos feitos pela 2ª DFS em colaboração com a instituição – a cooperação só seria mantida sob a condição de que Castro Ferreira permanecesse à frente da direção técnica do IPEN e que os irmãos Deane fossem reincorporados à instituição.

Evandro Chagas deu a esta declaração a interpretação de “um desacato feito ao Instituto Oswaldo Cruz na pessoa de representante” e decidiu que, se não fosse plenamente apoiado pelo governo do Pará em sua decisão, encerraria as atividades de Manguinhos no Pará<sup>402</sup>. O incidente foi imediatamente comunicado ao governador do Estado, a Cardoso Fontes, diretor do IOC, ao ministro Capanema e a Barros Barreto, diretor do Departamento Nacional de Saúde (DNS). Para todos eles, qualificaria o ocorrido como uma “desconsideração contra o Instituto Oswaldo Cruz”<sup>403</sup>. Evandro Chagas recebeu apoio de todos os seus interlocutores, que reforçaram o “prestígio” de suas ações, tendo Barros Barreto determinado que Valério Konder procurasse o cientista a fim de “solucionar satisfatoriamente o caso”<sup>404</sup>. Atendido e apoiado em suas reivindicações e ações, o cientista decidiu retomar os serviços, elaborando um novo plano de pesquisa com novos assistentes<sup>405</sup>.

Em maio de 1939, um mês antes de ‘estourar’ a contenda, Evandro Chagas enviou uma carta à mãe narrando os problemas que já vinha enfrentando no IPEN. Como de hábito nos seus escritos à mãe, ele evocaria a lembrança do pai, aproximando os caminhos de sua trajetória e de suas experiências pessoais àquelas vivenciadas por Carlos Chagas. De modo semelhante ao que ocorrera com seu pai, ele também se confrontaria com inúmeros obstáculos e amargaria as mesmas decepções com pessoas

---

<sup>401</sup> Diário de Evandro Chagas, 04 de junho de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>402</sup> Diário de Evandro Chagas, 05 de junho de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>403</sup> Diário de Evandro Chagas, 06 de junho de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>404</sup> Diário de Evandro Chagas, 08 de junho de 1939 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>405</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 08 de junho de 1940 (BR RJCOE EC 04.026). Bichat de Almeida Rodrigues foi nomeado para o lugar de Leoberto Castro Ferreira, que seria contratado pelo SMNE, assim como os irmãos Deane (estes a pedido de Evandro Chagas). A aceitação de Castro Ferreira no SMNE, entretanto, foi condicionada à opinião de Evandro Chagas, que apenas advertiu a Wilson sobre o temperamento “difícil” de Castro Ferreira (Diário de Evandro Chagas, dia 03 de julho de 1939 – BR RJCOE EC 04.026). A contratação de Leônidas Deane pelo SMNE já havia sido cogitada antes por Soper, que consultou Evandro Chagas sobre a possibilidade de cedê-lo. Apesar de contrário, o cientista não se julgava no direito de se opor a tal proposta, pois o salário oferecido a Leônidas Deane era muito superior ao que recebia no IPEN (Diário de Evandro Chagas, dia 26 de maio de 1939 – BR RJCOE EC 04.026). Para substituir Leônidas Deane, Gladstone Deane e Maria Paumgartten (Deane) foram nomeados, respectivamente, Francisco Cerqueira, Rui Pondé e Mercedes Gross.

as quais depositava grande confiança. Ao final da carta, Evandro Chagas faz um balanço um tanto pessimista de suas escolhas profissionais, e num tom quase resignado sentenciava que não era mais possível vislumbrar qualquer perspectiva de mudança “quando se está *bem além* da metade da existência” (grifo meu). O curioso nesse prognóstico é que Evandro Chagas não tinha completado seus 34 anos de idade:

Estou passando por uma das piores crises do serviço que organizei. Estou vendo como cada vez mais como os homens são dominados pelo egoísmo e o delírio de mandar e como gratidão e dedicação são coisas que quando encontradas devem ser apreciadas ao mais alto grau. Tive a veleidade de pensar que poderia confiar parte dos meus serviços a um amigo e verifiquei que os entreguei para que ele tentasse destituir-me, movendo a mais ignóbil das campanhas e procurando atirar contra mim todos os assistentes. O desagradável é que, dada as dificuldades que temos para a obtenção de pessoal técnico, sinto o dever de tentar mantê-lo ainda por algum tempo para que os serviços não fiquem paralisados. Cada dia vejo mais claramente o que deve ter sido em sofrimento a vida do Paizinho que com a maior parte dos que o cercavam teve decepções completas. Às vezes penso que errei em não seguir o caminho de uma vida mais pessoal que desse mais tranquilidade e conforto pela recompensa material, mas reconheço sempre que não é mais tempo para mudar de vida quando se está bem além da metade da existência. Serei obrigado, de agora por diante, a comparecer a todos os meus serviços uma vez por mês, o que quer dizer que terei de dividir os meses entre Manguinhos, Ceará e Belém”<sup>406</sup>.

Apesar de mantido o acordo de cooperação entre o IPEN e a 2ª DFS, o cientista passaria a ver com ressalva a colaboração de Konder: “embora tenhamos desejo de trabalhar com a DFS, consideraríamos qualquer acordo como situação precária e não entraríamos em entendimento senão com uma grande dose de desconfiança”<sup>407</sup>. A posição ocupada por Valério Konder não lhe deixava muita margem de escolha, e apesar de toda desconfiança, Evandro Chagas o convidaria para “trabalhar conosco no novo assunto”, um inquérito sobre a malária nos Estados do Pará e Amazonas, que começaria em julho de 1940<sup>408</sup>. Deste modo, foi assinado um acordo entre a 2ª DFS e o IPEN (representado, no acordo, pela Diretoria Geral de Saúde Pública do Estado do Pará) onde o primeiro se comprometia a ceder seus funcionários para a execução do trabalho, e o segundo, a realizar as pesquisas científicas que o inquérito comportava<sup>409</sup>.

---

<sup>406</sup> Carta de Evandro Chagas para Íris Lobo Chagas, em 12.05.1939. BR RJCOE EC 01.003.

<sup>407</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 13 de janeiro de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>408</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 04 de junho de 1940 (BR RJCOE EC 04.026). Ver também a carta de Evandro Chagas a Bichat de Almeida Rodrigues, em 06.06.1940, onde faz uma descrição sobre o trabalho a ser feito e apresenta uma primeira versão do inquérito (BR RJCOE EC 04.012).

<sup>409</sup> “Bases do acordo que entre si firmam a Diretoria Geral de Saúde Pública do Estado do Pará, a Delegacia Federal de Saúde da 2ª Região e o Instituto de patologia Experimental do Norte, para o fim expresso de uma ação conjunta para o combate à malária”, s.d (BR RJCOE EC 06.010).

Veremos que, apesar de firmada a colaboração, a relação entre Evandro Chagas e Valério Konder continuaria marcada por uma série de divergências e atritos.

## **5.2 - O inquérito epidemiológico no vale amazônico: base para a formulação do Plano de Saneamento da Amazônia**

De acordo com Rômulo Andrade, a partir de 1930, em particular sob o regime do Estado Novo (1937-1945), a Amazônia passou a ocupar um espaço privilegiado no discurso e nas políticas de saúde e de saneamento do governo federal, que teriam como finalidade a colonização e o desenvolvimento econômico da região (Andrade, 2007). Para o autor, as ações governamentais formuladas para a Amazônia durante o primeiro governo Vargas foram diretamente influenciadas por uma determinada visão sobre a região, difundida, principalmente, a partir da divulgação dos ensaios amazônicos escritos por Euclides Cunha no início do século XX. No imaginário social vigente, a Amazônia era um imenso e despovoado território, onde o ambiente era hostil à ocupação humana, pois a natureza se impunha regulando as condições de vida e subjugando seus habitantes. A região também era identificada como um espaço à parte, ainda não integrado à nação. Para o autor, o governo Vargas utilizaria essas representações para construir uma nova retórica sobre a Amazônia e reconfigurar a relação histórica da região com o restante do país. A superação do vazio demográfico seria ressaltada no discurso presidencial como a principal alavanca para deslanchar o progresso amazonense e um meio de promover a integração política e econômica da região. O saneamento do Amazonas seria valorizado como uma das primeiras medidas para viabilizar o povoamento e exploração racional de seus recursos naturais, um dos principais caminhos para “recuperar a vocação extrativista da Amazônia e recolocá-la na ponta da produção mundial de borracha” (idem, p.15). Neste sentido, podemos afirmar que o discurso do governo federal para a região amazônica oferecia boas perspectivas aos planos de pesquisa de Evandro Chagas. Por outro lado, num movimento recíproco, é possível deduzir que o cientista tenha percebido neste contexto de atenção à região amazônica um momento particularmente propício à realização de seus projetos científicos.

Conforme observa Andrade, as políticas de saúde e de saneamento traçadas para o desenvolvimento da Amazônia devem ser compreendidas como uma das esferas do

discurso ideológico do governo Vargas. A integração política e econômica do território brasileiro seriam o eixos estruturantes do projeto varguista de construção de uma unidade e identidade nacional. Em 1938, Getúlio Vargas lançaria a Marcha para o Oeste, uma campanha de expansão demográfica e econômica para o interior com vistas a colonizar áreas consideradas longínquas e desabitadas, integrando-as ao restante do país. A Marcha para o Oeste representava, nas palavras do presidente, um “imperialismo brasileiro” com o objetivo de “conquista de si mesmo” (Getúlio Vargas *apud* Andrade, 2007, p.44). Vargas afirmaria, assim como muitos intelectuais da época, que o país havia prosperado somente no litoral, permanecendo a maior parte da nação estagnada e esquecida no interior (*idem*). No caso da Amazônia, a malária era apontada como o principal obstáculo para o seu desenvolvimento e integração ao restante do país (Andrade e Hochman, 2007).

Como médico sanitaria, Evandro Chagas se deteria exatamente no problema da malária ao apresentar seu projeto de pesquisa ao ministro Capanema e justificar sua relevância social. O cientista afirmava que o Vale do Amazonas “é, sem dúvida, uma das regiões mais assoladas pelo impaludismo que aí representa a causa principal de morte humana”, seja nas cidades interioranas ou nas capitais. Os índices obituários eram indicadores precisos desse diagnóstico: “Na cidade de Belém, por exemplo, com uma população de 150.000 habitantes, ocorreram, só no ano de 1939, 750 óbitos por malária que representou fator de mortalidade mais importante que a própria tuberculose”<sup>410</sup>. O inquérito a ser realizado tinha como finalidade levantar conhecimentos exatos sobre a distribuição das espécies transmissoras na região, seus hábitos e características biológicas essenciais, além de permitir o mapeamento de outros aspectos ambientais que se relacionavam diretamente com a incidência da doença, como a fauna, flora, clima, topografia, etc. Por meio deste inquérito pretendia-se ainda obter informações sobre as condições econômicas locais, que também afetavam a saúde dessas populações. Novamente o cientista insistiria na precedência do conhecimento epidemiológico para a aplicação de qualquer medida sanitária de combate à malária, acentuando que a experiência do SEGE na campanha contra o *gambiae* contribuiu para “modific[ar] de maneira acentuada o conceito em que devem ter tido os métodos de combate ao

---

<sup>410</sup> Carta de Evandro Chagas a Gustavo Capanema, em 02.07.1940 (BR RJCOE EC 06.007). De acordo com os dados da Seção de Epidemiologia do Departamento Geral de Saúde Pública do Estado do Pará, foram notificados, em 1939, 9.025 casos de malária, sendo confirmados 6.704, dos quais 784 resultaram em óbito. No mesmo ano, o número de notificações sobre casos de tuberculose foi de 926, com 726 óbitos. Esses dados constam do plano de reconhecimento da malária apresentado por Valério Konder ao governo federal (BR RJCOE EC 06.008).

impaludismo”. Com essa assertiva, Evandro Chagas referia-se ao caráter exemplar do combate domiciliar do mosquito na redução dos índices de incidência do *gambiae*, cujo êxito ele atribuía ao estudo prévio das condições locais e da biologia do transmissor. Ele explicaria ainda ao ministro que a verificação das vantagens desse método, aplicado pelo SEGE, serviu para que a Fundação Rockefeller, responsável pela campanha, estabelecesse “as normas definitivas e verdadeiramente eficientes de profilaxia”<sup>411</sup>. Como é possível perceber, Evandro Chagas valorizaria sua atuação na campanha contra o *gambiae* no nordeste e o ‘novo’ método por ele experimentado como requisitos fundamentais para legitimar seu projeto e respaldar sua credibilidade para coordenar o plano de pesquisas que forneceria aos órgãos sanitários federais subsídios para a organização de uma campanha de combate à malária na Amazônia<sup>412</sup>.

O inquérito elaborado por Evandro Chagas reproduzia, em muitos aspectos, as avaliações de seu pai sobre as condições sociais do Amazonas e as medidas por ele preconizadas o saneamento da região. Entre outubro de 1912 e abril de 1913, atendendo uma solicitação da Superintendência de Defesa da Borracha, Carlos Chagas realizou uma expedição científica ao vale amazônico para estudar as condições sanitárias locais e a saúde dos seringueiros. O relatório produzido pela comissão seria utilizado para a elaboração de um plano com vistas a reverter a crise que se abatia na produção da borracha (Cruz, 1913). Na opinião de Carlos Chagas, a ausência de políticas de saneamento era o principal fator a prejudicar a atividade extrativista. Dentre as várias doenças que assolavam a região, a malária foi a que mais ocupou sua atenção, pois provocava não só o adoecimento dos seringueiros, mas trazia sérias consequências para a vida econômica e social da região. O abandono das populações da Amazônia, que sofriam com a falta de assistência médica, e ainda, a inexistência de políticas públicas de saneamento e as duras relações de trabalho nos seringais foram enfaticamente criticadas por Carlos Chagas. O plano que ele formulou para uma campanha sanitária no vale do Amazonas nunca foi posto em prática (Schweickardt e Lima, 2007). Entretanto, Evandro Chagas se encarregaria de reeditar o antigo projeto de seu pai, favorecido pela conjuntura política do Estado Novo e pelo interesse em fazer prosperar a indústria da borracha nos estados amazônicos, como forma de promover o desenvolvimento econômico da região (Andrade, 2007).

---

<sup>411</sup> Carta de Evandro Chagas a Gustavo Capanema, em 02.07.1940 (BR RJCOE EC 06.007).

<sup>412</sup> Após a exposição do plano, Evandro Chagas solicitou novamente ao ministro um outro crédito suplementar, de 200 contos, para que pudesse executá-lo.



Apesar de ser Evandro Chagas o idealizador do inquérito sobre a malária, seria Valério Konder, na qualidade de delegado federal de saúde, o redator do plano apresentado às autoridades federais<sup>413</sup>. Konder moldaria e estruturaria todo o projeto às diretrizes políticas do Estado Novo, em particular àquelas expressas no programa da ‘Marcha para o Oeste’. Ressaltaria que o combate à doença constituía ponto de partida obrigatório para a “conquista da Amazônia”, isto é, para o seu povoamento, desenvolvimento econômico e integração à nação<sup>414</sup>. A primeira etapa do plano consistia no mapeamento da malária na região, para em seguida proceder-se ao trabalho de saneamento de determinados núcleos de povoamento, uma vez que era “impossível de sanear, de uma sentada, todas as terras da planície”. A escolha das localidades a serem investigadas seria estabelecida a partir da combinação de quatro critérios, tomados como centrais para os objetivos políticos do Estado Novo na região: maior número de habitantes (densidade populacional), posição geográfica, situação econômica e localização estratégica. Sobre este último ponto, Konder chamaria a atenção para a pretensão do governo federal de criar três novos territórios na Amazônia, além do Território do Acre, cuja aquisição era relativamente recente<sup>415</sup>. O inquérito abrangeria 47 localidades, além das capitais Belém e Manaus, e seria realizado por quatro equipes, cada qual com um médico, um microscopista e dois guardas<sup>416</sup>. Também seriam facilitados, pelos governos estaduais, os meios de transporte para o acesso a essas áreas. A previsão era de que o trabalho preliminar de investigação epidemiológica fosse concluído em dezembro de

---

<sup>413</sup> Konder apresentaria o projeto como uma iniciativa da 2ª DFS em colaboração com o SEGE, dirigido por Evandro Chagas, e o auxílio de Manoel Ferreira e Almir Castro. Ver BR RJCOE EC 06.007. Todas as citações a seguir, referentes a este projeto, foram retiradas desse documento.

<sup>414</sup> Diz o texto: “O problema da malária é particularmente grave. Surge como primeira das causas de morte, sendo a doença mais prevalente na região. Daí, o despovoamento da terra da Amazônia, ou melhor, a dificuldade imensa de seu povoamento. Daí, a baixa produção ‘per capita’ na planície Amazônica. Daí o gradual abandono dessas imensas terras fertilíssimas, que se conservam à margem da história da Nação como capital improdutivo. A ninguém é permitido esquecer que a conquista da Amazônia, traduzindo sua verdadeira incorporação à comunhão nacional terá sempre como ponto de partida o combate à malária. E os exemplos passados já nos mostraram que pagamos com milhares de vidas as tentativas feitas para essa conquista pelo fato de não termos sabido enfrentar antes de tudo o anofelino transmissor da malária [alusão feita, provavelmente, à construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, no início do século XX]. A vastidão do vale amazônico, entretanto, representa a dificuldade maior de seu saneamento, dada a natureza da região, de terras baixas e alagadiças, de clima quente e úmido, favorecendo a proliferação dos agentes transmissores do paludismo e dificultando a radicação do homem nessas terras” (p.1).

<sup>415</sup> Os territórios a serem criados eram: “um no Amapá, abrangendo parte da Guiana brasileira (incluindo, talvez, a cidade de Macapá), outro no Rio Branco, tendo como capital a cidade de Boa Vista; e o terceiro abrangendo a zona da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, tendo como capital Porto Velho”.

<sup>416</sup> Sobre a concepção do plano e a escolha das localidades, ver as cartas trocadas entre Evandro Chagas e Valério Konder em 02.07.1940 (há uma outra, sem data, com o seguinte cabeçalho: “Dr. Valério Konder. Delegado Federal de Saúde da 2ª Região. Belém” – BR RJCOE EC 04.096). A 2ª DFS disponibilizaria dois médicos, Amyntor Virgolino Bastos e Alberto Carreira da Silva, ambos chefes dos serviços de combate à malária de Belém e Manaus, respectivamente. O SEGE participaria também com dois médicos, Felipe Nery Guimarães e Francisco Cerqueira.

1940, para, em 1941, iniciar-se a campanha de saneamento.

Se houve um consenso inicial entre Evandro Chagas e Valério Konder para assentar as bases do inquérito de reconhecimento da malária, sua forma de execução, entretanto, seria objeto de discórdia entre seus dois principais articuladores. A começar, Evandro Chagas era contrário ao orçamento projetado por Konder e ao pedido de recurso extraordinário que ele fizera ao governo federal. Para o cientista, o SEGE tinha plenas condições financeiras para atender a todas as despesas de pesquisa, prescindindo de qualquer auxílio federal (até porque Evandro Chagas já havia solicitado ao ministro Capanema um crédito suplementar ao SEGE para cobrir os gastos desse projeto). Valério Konder seria taxativo ao afirmar que “a orientação da DFS é no sentido de obter meios imediatos para a realização da campanha contra a malária no vale amazônico e não no sentido de realizar pesquisas”<sup>417</sup>. O pragmatismo de Konder e sua urgência em iniciar a campanha, tanto em função das atribuições de seu cargo de gestor federal quanto pelo alcance e visibilidade política do empreendimento, encampado como uma política de estado, contrastavam com os princípios científicos e metodológicos enfaticamente defendidos por Evandro Chagas. Para o cientista, tal afirmação era “ridícula”, mas para evitar novas desavenças com Konder, pediu a Manoel Ferreira que com ele tratasse seu ponto de vista sobre a questão orçamentária. De acordo com Evandro Chagas,

“Tal iniciativa foi tomada por nós a fim de evitar novos atritos com Dr. Konder com quem nossas relações já não são das melhores e que nos parece ser um indivíduo pouco razoável, *sem conhecimento exato dos problemas que lida*, e atrabiliário [sic]. (...) Decidimos, diante da atitude que já começa a assumir Dr. Konder, custear pelo SEGE todo o trabalho de reconhecimento no Amazonas”<sup>418</sup>.

O desacordo entre Valério Konder e Evandro Chagas acerca do ‘lugar’ da pesquisa na execução do plano de saneamento é um ponto importante e que nos remete aos conflitos que existiam, em algumas situações, entre a lógica da ciência e a lógica da gestão dos serviços de saúde pública naquele momento. Tanto esta divergência como aquela que envolveu o SEGE e a Fundação Rockefeller podem ser vistas como indícios das tensões vividas por alguém que pretendia reeditar o modelo de ciência do IOC e recuperar a primazia da instituição na definição e condução das políticas sanitárias do país. No entanto, diferentemente dos tempos de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, havia

<sup>417</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 27 de agosto de 1940 (BR RJCOE EC 04.026). Grifos nossos.

<sup>418</sup> Idem. Grifos nossos.

outras estruturas administrativas e, sobretudo, outras instâncias de autoridade para formular, intervir e gerir as questões de saúde pública. Diante deste cenário, as ações Evandro Chagas eram ambivalentes: de um lado, ele procurava se associar a este e outros atores que ocupavam cargos de gestão na saúde pública, sem os quais não conseguiria viabilizar e executar seus projetos de pesquisa; por outro, entraria em conflito com esses agentes, recorrendo sempre a argumentos de autoridade científica para se distinguir desses profissionais e validar suas proposições. É deste modo que interpretamos suas declarações sobre Valério Konder, “indivíduo pouco razoável” e “sem conhecimento exato dos problemas que lida”. Assim como ocorrera com Fred Soper durante a campanha contra o *gambiae*, Evandro Chagas se diferenciaria dos ‘dirigentes’ se posicionando como um cientista que ‘realmente conhece’ os problemas sanitários do país, com base em suas experiências e investigações de campo. Novamente, há uma disputa sobre a diretriz a ser seguida numa política federal voltada para a saúde pública e, mais uma vez, Evandro Chagas demarcaria sua identidade como um cientista, profissional ‘autorizado’ e ‘competente’ no assunto.

No decorrer dos trabalhos do inquérito, em 1940, o presidente Getúlio Vargas fez uma viagem à região norte, onde percorreu os estados do Pará e Amazonas, com a estratégia de legitimar seu regime ante às populações e elites locais. Sua visita foi percebida como prova incontestada da exequibilidade da Marcha para o Oeste, anunciada alguns anos antes pelo presidente. Nesta viagem, Vargas repetiria e reforçaria o discurso feito na excursão anterior, sobre a necessidade de se ordenar a exploração da borracha, adaptando e renovando os métodos de trabalho para melhor aproveitamento dos recursos naturais<sup>419</sup>. Também divulgaria o plano de saneamento da Amazônia, num discurso de grande impacto que ficaria conhecido como o “Discurso do Rio Amazonas” (Andrade, 2007). O plano seria apropriado e enfatizado na fala presidencial como medida integrante das perspectivas promissoras de desenvolvimento projetadas pelo Estado Novo para o norte do país. Vargas salientaria o plano de saneamento como um

---

<sup>419</sup> De acordo com Rômulo Andrade (2007), a primeira viagem de Getúlio Vargas ao norte, em 1933, tinha como principal objetivo a busca por apoio político em meio às contestações enfrentadas no governo provisório. Já esta segunda visita, em outubro de 1940, foi marcada por um contexto político diverso, quando gozava de plenos e ilimitados poderes. Esta segunda viagem teria um apelo muito mais simbólico, relacionado fundamentalmente a um dos programas de seu governo, a Marcha para o Oeste. De acordo com o autor, a Marcha para o Oeste desempenhou um importante papel na proposta de reconstrução nacional, ideologia defendida pelo Estado Novo. O caráter simbólico da viagem concentrava-se, sobretudo, no fato de nenhum outro presidente ter percorrido as longínquas e remotas regiões por ele visitadas. Esta segunda viagem teve como trajeto a cidade de Belém, Belterra (concessão da empresa Ford), Manaus e Porto Velho (Andrade, 2007).

fator a propiciar o “reerguimento da Amazônia”<sup>420</sup>.

Evandro Chagas participou das reuniões das autoridades estaduais e federais envolvidas com os preparativos e com a escolha do roteiro de visitas do presidente ao Pará. Compareceu também ao desembarque de Vargas em Belém, que no dia seguinte visitou o IPEN. O instituto foi cuidadosamente arrumado para recebê-lo, tendo suas salas adaptadas para a demonstração das pesquisas desenvolvidas pelo SEGE<sup>421</sup>. De acordo com o cientista, Vargas “declarou-se bem impressionado com o que viu e prometeu dar ao serviço todo o apoio necessário”<sup>422</sup>. O cientista também acompanharia o presidente em outras solenidades, como no banquete que lhe foi oferecido e nas visitas aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAAPP), à Comissão de Limites e à DFS<sup>423</sup>.

Após a partida de Vargas, Evandro Chagas acertaria com Konder que a elaboração do plano de combate à malária ficaria sob sua responsabilidade, tendo o SEGE o controle sobre todas as pesquisas epidemiológicas, que seriam acompanhadas por meio da organização de um serviço específico para esse fim. O cientista também se encarregaria de organizar e dirigir uma Escola de Malariologia na região, com o objetivo de formar especialistas em diversas áreas, desde médicos sanitaristas a guardas e microscopistas<sup>424</sup>. Evandro Chagas parecia confiante nos projetos do governo federal, conforme declarou a um jornal:

---

<sup>420</sup> Vargas diz em seu discurso: “O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. *O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da nação, fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora. Vim para ver e observar de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar seu surto de desenvolvimento.* E não somente os brasileiros; também os estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro” (Getúlio Vargas, Discurso do Rio Amazonas, *apud* Andrade, 2007, p.51 – grifos nossos).

<sup>421</sup> Evandro Chagas explica: “Aí dispusemos desde logo o material para a demonstração ao Presidente da República, de modo que na 1ª sala ficassem os assuntos de ordem geral; na segunda, a demonstração de malária, tanto relativas ao trabalho no Ceará como os trabalhos no Pará; na 3ª, o material de Mal das Cadeiras e T[ripanossomíase] Americana e na 4ª, o material de Leishmaniose Visceral”. Diário de Evandro Chagas, dia 30 de setembro de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>422</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 06 de outubro de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>423</sup> Diário de Evandro Chagas, dias 06 e 07 de outubro de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>424</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 08 de outubro de 1940 (BR RJCOE EC 04.026). Ver também a declaração dada em entrevista a um jornal [não especificado]: “Os Serviços de Saneamento da Amazônia – Vai ser fundada uma Escola de Malariologia para especialistas de diversos padrões”, em 6.10.1940 (BR RJCOE EC 01.009). Evandro Chagas já havia instituído no IPEN um curso de especialização em malariologia, voltado para estudantes do último ano do curso de medicina e médicos já diplomados. O curso tinha duração de seis meses e caráter de extensão universitária pela Universidade do Brasil.

“Regressamos convencidos de que chegou o momento tão esperado pela gente do norte. O Amazonas será agora saneado e libertado do fantasma do impaludismo que anualmente definha e mata um número tão grande de brasileiros e já uma vez aniquilou a formidável indústria da borracha”<sup>425</sup>.

Contudo, após a visita do presidente se acirrariam os conflitos entre Evandro Chagas e Valério Konder sobre a forma de execução do plano – ou, em termos mais precisos, se exacerbaria a disputa pelo controle da direção da campanha de saneamento do Amazonas. Desde a divulgação do plano de saneamento, pairava entre os dois um conflito velado acerca da autoria intelectual do projeto. De acordo com Evandro Chagas, em Belém o “ambiente [era] de grande reclame”, porque Konder tomava para si a inteira autoria e responsabilidade sobre o plano<sup>426</sup>. Era intenção do delegado federal iniciar a campanha de saneamento o mais rápido possível, sem longa demora com pesquisas sobre malária. Para isso, pretendia apresentar um plano de execução da campanha diretamente ao presidente, sem qualquer conhecimento ou entendimento prévio com a direção do DNS, ocupada interinamente por Samuel Libânio. Para Evandro Chagas, Konder “se julga suficientemente prestigiado pelo Governo para poder agir assim de modo independente”<sup>427</sup>. Em carta a Bichat de Almeida Rodrigues, ironizaria a iniciativa de Konder:

“O nosso Messias tem estado aqui com um plano relâmpago que vai levar ao presidente por intermédio da Marinha, entretanto, estou vendo as coisas muito mal paradas porque no dia em que o pessoal do DNS souber da história, criarão toda sorte de dificuldades”<sup>428</sup>.

Evandro Chagas receberia de Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete do ministro Capanema, a informação tranquilizadora de que tanto no MES quanto no DNS a opinião era de que “nenhum plano deverá ser elaborado sem que esteja

---

<sup>425</sup> “Os Serviços de Saneamento da Amazônia – Vai ser fundada uma Escola de Malariologia para especialistas de diversos padrões”. Jornal não especificado, em 6.10.1940 (BR RJCOC EC 01.009).

<sup>426</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 01 de outubro de 1940 (BR RJCOC EC 04.026). Andrade (2007) observa que as referências posteriores ao Plano de Saneamento do Amazonas atribuem a Valério Konder todos os créditos pela elaboração do projeto.

<sup>427</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 22 de outubro de 1940 (BR RJCOC EC 04.026). Konder enfrentava um processo administrativo no Dasp e estava ameaçado de ser exonerado do cargo, conforme determinação do órgão. Evandro Chagas interveio diretamente com Barros Barreto para tentar evitar seu afastamento, e por meio do ex-diretor do DNS e de outros conhecidos, mobilizou uma rede de amigos influentes a fim de impedir que o MES enviasse sua carta de demissão ao presidente. A visita de Vargas ao Pará e a intervenção pessoal do Comandante Bulcão Viana, superintendente do SNAAPP, foram providenciais para manter Konder no cargo. Diário de Evandro Chagas, dias 16 e 17 de setembro e dia 01 outubro de 1940 (BR RJCOC EC 04.026). Ver também carta de Valério Konder a Evandro Chagas, em 09.07.1940 (BR RJCOC EC 04.096).

<sup>428</sup> Cartas de Evandro Chagas a Bichat de Almeida Rodrigues, em 24.10.1940 (BR RJCOC EC 04.012).

terminado o inquérito que ora procede o SEGE”<sup>429</sup>. É interessante observar que Evandro Chagas se vale de suas relações dentro do MES para assegurar o cumprimento do plano de saneamento tal como havia idealizado. E a resposta dada por Drummond indica que, embora o cientista enfrentasse algumas tensões em outras esferas do MES (a exemplo de Valério Konder), ele tinha, ao mesmo tempo, o apoio do ministro.

Em 05 de novembro de 1940 foi oficializada a Comissão de Saneamento do Amazonas, formada por Evandro Chagas, Barros Barreto, Ernani Agrícola, Valério Konder, Manoel Ferreira e Felipe Nery Guimarães, pesquisador do SEGE. De acordo com os registros do cientista, a nomeação de Konder e Ferreira ocorreu poucos dias depois, após uma conversa de Barros Barreto com o ministro Capanema<sup>430</sup>. Conforme apontam Andrade e Hochman, o cargo ocupado por cada membro, por si só, já é um dado revelador da importância atribuída ao projeto por Getúlio Vargas e pelo ministro Gustavo Capanema (Andrade e Hochman, 2007).

A Comissão de Saneamento do Amazonas tinha por finalidade a elaboração do plano que deveria ser direcionado para o combate à malária. Contudo, havia entre os planejadores uma clara cisão acerca da orientação a ser estabelecida: Evandro Chagas e Ernani Agrícola defendiam a necessidade de um estudo minucioso das condições epidemiológicas da malária no vale amazônico antes da formulação do plano de saneamento; Barros Barreto e Konder eram contrários, e achavam que o plano poderia ser prontado e executado imediatamente. Em uma de suas últimas anotações do diário, Evandro Chagas escreveu: “Estamos convencidos de que certamente teremos dificuldades em chegar a um acordo com Dr. Barros Barreto”<sup>431</sup>. Dois dias após essa reunião, Evandro Chagas seria vítima fatal de um acidente aéreo, em 08 de novembro de 1940, que encerraria de forma inesperada e prematura sua trajetória profissional, aos 35 anos de idade. Seu irmão, Carlos Chagas Filho, que assumiu a direção do SEGE, finalizaria o inquérito sobre a incidência da malária no Vale Amazônico, conforme a vontade de seu irmão<sup>432</sup>.

A Comissão de Saneamento da Amazônia permaneceria com os mesmos

---

<sup>429</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 25 de outubro de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>430</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 07 de novembro de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>431</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 06 de novembro de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>432</sup> Segundo Chagas Filho, a aplicação do inquérito seguiu as normas fundamentais já traçadas por Evandro Chagas. Nos boletins de informações do censo sobre a malária eram registradas as condições geográficas da população, os fatores econômicos, vias de comunicação, organizações sociais, condições gerais de saúde, de saneamento e assistência social, bem como detalhes especiais sobre fatores meteorológicos e epidemiológicos. Também seria feita a captura de mosquitos adultos e de larvas (Chagas Filho, 1940, p.8).

integrantes, com exceção de Felipe Nery Guimarães, pesquisador do SEGE. O plano foi finalizado em fevereiro de 1941, em bases absolutamente diversas daquelas projetadas por seu idealizador, Evandro Chagas. Ao invés de concentrar-se primordialmente no combate à malária, o que o cientista considerava como a primeira das medidas de saneamento, o plano privilegiaria ações de infra-estrutura, como a criação de serviços de abastecimento de água e remoção de dejetos (com especial atenção para o saneamento básico das residências) e assistência médica, medidas que, entre outros aspectos, facilitavam a imediata ocupação e colonização da região. Para Barros Barreto, combater unicamente a malária seria fazer uma obra incompleta de saneamento. Além disso, as ações de saneamento seriam exercidas sob o rigoroso controle dos órgãos federais, diretriz notoriamente centralizadora, condizente com a orientação política do Estado Novo e com a nova reforma institucional da saúde pública em curso no ano de 1941 (Andrade e Hochman, 2007). Embora os articuladores do plano partilhassem e objetivassem os mesmos fins, qual seja, a melhoria das condições de vida e de saúde dos habitantes do Amazonas, os meios para sua realização seguiram um caminho diverso daquele concebido por Evandro Chagas. Dentre suas expressões mais evidentes pode-se apontar o caráter secundário que a investigação científica assumiu no Plano de Saneamento do Amazonas, inversão que feria frontalmente a base de todo o seu projeto para o combate das endemias rurais, calcado no princípio de que o conhecimento científico deveria preceder e conduzir toda e qualquer ação de saneamento<sup>433</sup>.

Conforme observa Cristina Fonseca, essa geração de médicos sanitaristas da década de 1930 – à qual pertence Evandro Chagas – esteve diretamente envolvida nas discussões e participou ativamente da formulação de políticas públicas sanitárias, ocupando postos em órgãos de direção e de execução do governo federal, tornando-se, ao mesmo tempo, artífices e implementadores desse novo modelo institucional de saúde pública que se configurava no Estado Novo. Segundo a autora,

“Tudo indica, portanto, que essa geração de médicos sanitaristas conformou para si um perfil de ator político mesclando seu próprio processo de formação

---

<sup>433</sup> Apesar de todos os esforços e algumas reformulações, motivadas tanto pelo contexto político nacional quanto internacional, o Plano de Saneamento do Amazonas não foi adiante. A tarefa de execução do saneamento e das políticas de controle da malária no Vale Amazônico foram entregues ao Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), criado em 1942 como um dos desdobramentos dos acordos militares e econômicos do governo brasileiro com os Estados Unidos. Nesse contexto de guerra mundial, a região amazônica passou a ser vista pelos norte-americanos como estratégica por ser grande produtora de borracha (Andrade e Hochman, 2007). Em 1942, a administração do IPEN (denominado Instituto Evandro Chagas após a morte do cientista) foi transferida para o SESP. Sobre a atuação do SESP, ver Campos, 2006.

e atuação profissional ao processo de constituição de uma política social de saúde. E de fato sobressaíram como atores relevantes nesse processo, ao atuarem como formuladores quanto implementadores de políticas públicas de saúde. Seria impossível compreender o desenho político institucional então definido para o campo da saúde pública sem considerar o papel central dessa geração, que formou importantes lideranças no novo sistema nacional de saúde pública” (Fonseca, 2007, p.246).

Nesse sentido, podemos afirmar que a atuação de Evandro e sua defesa de um determinado modelo de ação governamental, baseado na colaboração entre instituições científicas, governos estaduais e órgãos de saúde federais inserem-se como parte integrante desse processo de reordenamento institucional do MES e redefinição das atribuições federais para o campo da saúde pública. O projeto científico e institucional do SEGE se encaixava perfeitamente às diretrizes políticas do Estado Novo ao defender um modelo de saneamento que envolvia a parceria entre os Estados e a União, ampliando e estendendo a presença do governo federal em todo território nacional. O inquérito sobre a malária no vale amazônico, por ele idealizado, não só foi encampado como uma política de estado como teve o apoio pessoal de Getúlio Vargas, sendo elencado entre as iniciativas de seu governo para a promoção do desenvolvimento social e econômico da região norte. Isso se deve, em grande medida, às características particulares da gestão de Capanema no MES, que buscou uma aproximação e uma interlocução com vários intelectuais da época, conquistando sua adesão aos projetos de reforma e modernização que visava implementar na área da educação, saúde e cultura (Bomeny, 2001; Gomes, 2004).

Entretanto, Evandro Chagas possuía um perfil diferenciado em relação aos médicos sanitaristas que ocupavam cargos executivos no MES. Ele era um cientista formado no IOC e pertencia aos quadros profissionais dessa instituição. Sua visão sobre a missão da ciência na solução dos problemas sanitários contrastava com o pragmatismo dos agentes federais de saúde, que pareciam mais preocupados com uma ‘política de resultados’ do que propriamente com investigações científicas que subsidiassem as ações voltadas para a saúde pública. Ainda que seu inquérito sobre a malária tenha sido incorporado como uma política de estado, Evandro Chagas vivenciou conflitos com os agentes do MES e encontrou importantes limites ao seu projeto. Embora fossem profissionais da mesma área e atuassem em parceria, havia interesses distintos em disputa, e prevaleceria, nessa ‘competição’, a autoridade de quem representava o poder estatal. Novamente, assim como ocorreu na campanha contra a epidemia de malária no Ceará, Evandro Chagas veria seus planos de pesquisa cerceados pelas iniciativas e



decisões dos dirigentes federais ou de seus representantes. Há de se considerar que, no caso do inquérito da malária, uma fatalidade interrompeu abruptamente sua trajetória em um momento determinante, quando se discutia o ‘lugar’ que a pesquisa científica ocuparia no plano de saneamento do Amazonas. Por isso, não é possível saber se suas intervenções alterariam ou não o rumo dos acontecimentos. De todo modo, o próprio Evandro Chagas antevia que “certamente” teria dificuldades em impor seu ponto de vista a Barros Barreto. Se levarmos em conta a versão final do plano, concluído em fevereiro de 1941, podemos considerar que Evandro Chagas tinha bastante razão em suas suspeitas.

Nossa intenção, ao fazer tais considerações, é ressaltar a complexidade do processo de participação dos médicos sanitaristas, em especial dos pesquisadores ligados às instituições científicas, como IOC, na construção do novo aparato institucional da saúde pública na década de 1930, conforme argumenta Fonseca (2007). A autora privilegia em suas análises a atuação dos médicos sanitaristas que foram incorporados à estrutura administrativa estatal e que ocuparam cargos em órgãos federais de saúde – ou seja, de profissionais que ‘estavam dentro’ do MES. Mas a atuação de Evandro Chagas indica que para os profissionais que ‘estavam fora’ dessas instâncias, mesmo associados aos dirigentes públicos, a participação na formulação e implementação de políticas de saúde envolveu um difícil processo de negociação, permeado por tensões, interesses conflitantes e perdas.

Se o poder de decisão pertencia ao Estado, uma alternativa para viabilizar a execução de projetos científicos seria o ingresso nos quadros institucionais do MES. No decorrer das discussões sobre a elaboração do plano de saneamento do Amazonas, Evandro Chagas, numa atitude bastante significativa, daria sua última ‘cartada’ junto ao MES: transformar o SEGE em um instituto de pesquisa federal, desvinculado do IOC e diretamente subordinado ao MES. Isso significa que, para dar continuidade à tradição personificada na figura de seu pai, Evandro Chagas decidiria algo que, até então, pareceria improvável: deixar o Instituto de Manguinhos.

### **5.3 - A nova reforma dos serviços de saúde e o projeto de criação do Instituto Nacional de Doenças Tropicais**

Em meados de 1940, começava a ser discutido no MES um novo projeto de reforma institucional. A reforma, que seria implementada em 1941, tinha por objetivo remodelar os órgãos que compunham o DNS de modo a conferir-lhes maior coesão e coordenação, além de expandir os serviços e ações de saúde, intensificando ainda mais a ingerência do governo federal no campo da saúde pública (Fonseca, 2007). Para o ministro Gustavo Capanema, era “menos um traçado de perspectivas novas, menos uma promessa de novas realizações, do que a consolidação da experiência já realizada e uma sistematização dos esforços já empreendidos” (Carta de Gustavo Capanema a Getúlio Vargas, em 24.03.1941 *apud* Fonseca, 2007, p.210). O combate a doenças infecto-contagiosas foi uma medida privilegiada durante a reforma, e para esse fim foram criados os Serviços Nacionais de Saúde (SNS), cuja principal missão era debelar surtos epidêmicos e estabelecer métodos de controle e prevenção de algumas enfermidades específicas, em parceria com as DFS. As demais doenças de grande incidência e que não foram objeto de uma estrutura nacional direcionada, como a esquistossomose, boubas e tracomas, mantiveram-se sob o controle sanitário das DFS. O Serviço de Profilaxia da Febre Amarela (SPFA) e o Serviço de Malária do Nordeste (SMNE), criados antes da implementação dos SNS, foram incorporados, respectivamente, aos novos Serviço Nacional de Febre Amarela (SNFA) e Serviço Nacional de Malária (SNM) (*idem*)<sup>434</sup>.

Como vimos no terceiro capítulo, em fins de 1939 Gustavo Capanema solicitou que Evandro Chagas elaborasse um plano de cooperação entre o IOC (SEGE) e os estados. A determinação de Capanema ocorreu poucos dias depois de uma conferência com os interventores, quando foi discutido o papel dos estados no combate às grandes endemias do país. De acordo com os registros do cientista, o ministro declarou que todos os governadores concordavam com a necessidade de organizar serviços sanitários para o controle das endemias, mas que para tanto não possuíam recursos financeiros. A

---

<sup>434</sup> Os outros serviços criados foram: Serviço Nacional da Peste (SNP), Serviço Nacional de Tuberculose (SNT), Serviço Nacional do Câncer (SNC), Serviço Nacional de Lepra (SNL), Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM), Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES), Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina (SNFM), Serviço Nacional de Saúde dos Portos (SNSP), Serviço Nacional de Bioestatística (SNB) e Serviço Federal de Águas e Esgotos (SFAE). De acordo com Fonseca (2007), o Serviço de Profilaxia da Febre Amarela (SPFA) e o Serviço de Malária do Nordeste (SMNE), criados antes da reforma de 1941 por meio de convênios entre o governo federal e a Fundação Rockefeller, serviram como modelo para as normas de organização e funcionamento dos SNS.

proposta de Capanema era a de que Evandro Chagas estendesse os serviços do SEGE para um número maior de estados, prometendo-lhe, para este fim, verbas suficientes<sup>435</sup>. Conforme apontamos, tal solicitação indica que, se desde a sua fundação o SEGE contou com o apoio político e financeiro do ministro, a partir desse momento, em especial, o trabalho de Evandro Chagas mereceria um outro tipo de apreciação, ganhando, ao mesmo tempo, um novo *status* frente ao MES. Ao requisitar um plano de cooperação entre o SEGE e os estados da União, Capanema passava a enquadrar as pesquisas de Evandro Chagas e seu plano de saneamento rural, proposta institucional do SEGE, como uma das estratégias governamentais para o combate das endemias rurais. O plano de saneamento do Amazonas, ora apresentado, pode ser visto como uma expressão desse processo de reconhecimento da atuação de Evandro Chagas no IOC.

Os registros do cientista revelam ainda que desde fins de 1939 o ministro tencionava realizar uma ampla reforma em Manguinhos. Nesta mesma ocasião, Capanema indagou Evandro Chagas sobre as condições internas do instituto. O cientista teria dado “informações muito detalhadas acerca da atual situação de irregularidades e desordem dos diferentes serviços do IOC, e determinou o Ministro que logo que voltássemos da próxima viagem ao norte o procurasse para com ele elaborar uma completa reforma da instituição”<sup>436</sup>. Esta não era a primeira vez que Evandro Chagas se comportava como informante do ministro, que, vez ou outra, inquiria-o sobre o que ocorria nos ‘bastidores’ do IOC<sup>437</sup>. A diferença, em relação aos períodos anteriores, é que agora o cientista passaria de ‘informante’ a ‘participante’ nos assuntos referentes à reforma de Manguinhos, tomando também parte ativa nas discussões sobre o conjunto de reformas que o ministro visava implementar no campo da saúde e do ensino.

A impressão que temos, a partir da leitura de seu diário, é que o cientista passou a ser considerado por Capanema como um ‘representante de Manguinhos’, ou talvez um interlocutor confiável e profissionalmente competente, alguém a quem o ministro se reportava e consultava sobre seus projetos de remodelação institucional – projetos estes que, novamente, alterariam a vida institucional do IOC. Infelizmente, não é possível saber, na íntegra ou em minúcias, a natureza desses diálogos, e tampouco as intervenções ou negociações propostas por Evandro Chagas. Esses encontros com o

---

<sup>435</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 16 de novembro de 1939 (BR RJCOG EC 04.026). A proposta foi encaminhada ao ministro em 11.11.1939 (GC 1935.05.27, rolo 60, fotograma 262-265).

<sup>436</sup> Idem.

<sup>437</sup> No diário de 1938 há referências a conversas entre Gustavo Capanema e Evandro Chagas sobre o IOC, no contexto da reforma aprovada em 1937.

ministro são registrados em termos como “tivemos entrevista confidencial sobre Manguinhos”, ou mesmo “não transcrevemos nos diários os assuntos tratados e os resultados dessa conferência porque são de todo reservadas”<sup>438</sup>.

A partir de fevereiro de 1940 as audiências com o ministro Capanema tornaram-se mais frequentes. Na sequência das discussões sobre a nova reforma, Capanema visitou o IOC, e como bem esclareceu o cientista, não se tratava de uma visita oficial à instituição, mas sim de um encontro particular em sua seção de pesquisa:

“Pedimos a Dr. Leocádio [Chaves, secretário do IOC] que comunicasse a Dr. Fontes a vinda do Ministro Capanema a nosso serviço, amanhã. Solicitamos que tornasse bem claro a Cardoso Fontes que a visita tem caráter privado e se destina apenas a ver o material que constitui o assunto de nossa última conferência à qual não pode comparecer o Ministro”<sup>439</sup>.

Como noticiou um jornal, Capanema percorreu as instalações do Hospital do IOC, dirigido por Evandro Chagas, e assistiu a duas películas: uma sobre os trabalhos experimentais de profilaxia da malária feitos no Ceará e outra sobre a leishmaniose visceral americana, ambas produzidas pelo Instituto Nacional do Cinema Educativo<sup>440</sup>. No dia seguinte, seria a vez de Evandro Chagas comparecer ao gabinete do ministro para retomar as conversações sobre a reforma do IOC<sup>441</sup>.

Em julho de 1940, concomitantemente aos preparativos para o início do inquérito de reconhecimento da malária no vale amazônico, Capanema apresentaria a Evandro Chagas e Fred Soper um esboço da reforma dos serviços federais de saúde<sup>442</sup>. De acordo com os registros do cientista, nesta fase inicial de definição dos projetos, o ministro pendia entre duas tendências distintas: a de centralizar todos os serviços de pesquisa aplicada numa única instituição, o Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP), que seria, ao mesmo tempo, destinado à pesquisa científica e à formação de médicos sanitários; e a de organizar vários institutos de pesquisa para as diferentes

---

<sup>438</sup> Diário de Evandro Chagas, dias 21 e 25 de fevereiro de 1940, respectivamente (BR RJCOE EC 04.026). A última frase refere-se a uma conversa com Geraldo Horácio de Paula Souza, do Instituto de Higiene de São Paulo, quando expôs, “privadamente”, os assuntos tratados com o ministro Capanema sobre a reforma de Manguinhos.

<sup>439</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 26 de fevereiro de 1940 (BR RJCOE EC 04.026). A conferência a que se refere foi por ele proferida dias antes no IOC, sobre as atividades de pesquisa do SEGE. Estiveram presentes na conferência: o diretor do IOC, o diretor da Fundação Rockefeller, o diretor interino do DNS, o diretor do SPFA, o diretor do SMNE, o diretor administrativo do MES e outros médicos. Diário de Evandro Chagas, dia 12 de fevereiro de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>440</sup> “Visita do Ministro da Educação ao Hospital Oswaldo Cruz – As pesquisas do sr. Evandro Chagas no norte do país” [Correio da Manhã, 27.02.1940] (BR RJCOE EC 01.009).

<sup>441</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 28 de fevereiro de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>442</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 13 de julho de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

especialidades médicas. Como se nota, os ‘novos’ planos para a saúde pública ressuscitavam algumas propostas debatidas durante a implementação da reforma de 1937, a exemplo da criação do INSP. Em sua concepção original, o INSP teria como atribuição a realização

“(…) de modo sistemático e permanente, de investigações as mais completas e rigorosas de todos os problemas sanitários do Brasil. Aí se estudarão as doenças que infestam o nosso país, de modo endêmico ou epidêmico, isto é, com o caráter de males coletivos. Estudar-se-ão as suas causas, as suas manifestações, os horizontes de sua propagação, os processos de debelá-los. Outra função do Instituto Nacional de Saúde Pública, de grande utilidade para a administração sanitária, será a de receber, nos seus laboratórios e demais instalações, ou nos cursos de alta especialização que deve manter, os médicos e demais funcionários dos serviços de saúde pública dos estados e municípios” (Inventário Capanema, 1937, *apud* Santos e Faria, 2006, p.303).

Evandro Chagas era contrário à criação do INSP e defendia a criação de serviços de pesquisa independentes, concentrando as investigações sobre as grandes endemias num instituto especial. Nesse contexto de discussões sobre os rumos dos serviços de saúde pública do país, o cientista sugeriu ao ministro “desdobrar” o IOC, transformando o SEGE num instituto de pesquisa separado de Mangueiras – o Instituto de Endemias Rurais<sup>443</sup>. Evandro Chagas parecia confiante de que sua proposta seria aceita pelo ministro, conforme relatou em carta a Bichat de Almeida Rodrigues, do IPEN:

“Há aqui neste momento uma série grande de projetos de reforma nos nossos serviços de saúde e nesta reforma cogita-se de incluir nosso Serviço. Todos os planos anteriores da reforma do IOC estão a bem dizer, abandonados e pensa o Governo em dar a tudo uma nova orientação. Tenho estado atento e também tenho tomado um grande número de conversações com o Ministério e as pessoas que estão encarregadas da elaboração das reformas, e acredito poder defender com vantagem tanto os interesses do Serviço como os do nosso pessoal”<sup>444</sup>.

As expectativas do cientista seriam, de fato, concretizadas. Sem grandes discussões ou divergências de proposições, o ministro decidiu transformar o SEGE em um Instituto Nacional de Doenças Tropicais (INDT), desligado do IOC, seguindo a lógica de criação de institutos especializados de pesquisa, em detrimento do projeto de criação do INSP. O futuro INDT funcionaria como um órgão encarregado de realizar pesquisas aplicadas para o DNS e ficaria diretamente subordinado ao MES. Quanto ao IOC, o ministro planejava transferi-lo para a gerência da divisão de Ensino Superior do

---

<sup>443</sup> Diário de Evandro Chagas, dias 13, 15 e 18 de julho de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>444</sup> Carta de Evandro Chagas a Bichat de Almeida Rodrigues, em 17.07.1940 (BR RJCOE EC 04.012).

MES<sup>445</sup>. Isso indica que, novamente, a identidade de Manguinhos como um instituto vinculado às demandas da saúde pública era questionada.

Evandro Chagas foi incumbido pelo ministro de elaborar a organização do INDT, apresentar um cronograma de trabalho para os próximos três anos (1940-1943) e preparar um decreto autorizando sua imediata criação. Tudo deveria ser feito com a máxima urgência, pois o ministro tencionava sancionar sua instalação ainda em 1940, para que suas despesas pudessem ser incluídas no orçamento federal do ano seguinte<sup>446</sup>. O decreto redigido pelo cientista estabelecia que no corrente ano o INDT manteria a mesma organização do SEGE, e toda a verba aplicada atualmente pelo IOC no Serviço (referente a pagamento de pessoal, material e instalações) seria transferida para o novo instituto, bem como os convênios firmados com os outros estados. Evandro Chagas justificava ao ministro que o SEGE estava em plenas condições de ser transformado imediatamente no INDT, posto que as pesquisas realizadas em seu Serviço em nada se diferenciavam das atividades e dos objetivos a serem cumpridos pela nova instituição. O cientista acrescentava ainda que o SEGE já possuía um sistema de trabalho perfeitamente organizado e pessoal absolutamente treinado, além de verba suficiente para o fechamento do ano de 1940. O cronograma por ele traçado previa a ampliação dos serviços e de pessoal em 1941, a construção da sede do INDT em 1942 e a criação de uma Escola de Doenças Tropicais em 1943<sup>447</sup>. Dois meses depois, em outubro, Evandro Chagas receberia de Gustavo Capanema a confirmação de que estava “plenamente assentada” a criação do INDT<sup>448</sup>.

Em 07 de novembro de 1940, entretanto, o cientista seria informado por Carlos Drummond de Andrade que o ministro, diante de dificuldades expostas pelo Dasp ao projeto de reforma, estava com novos planos. Gustavo Capanema estava cogitando a possibilidade de incorporar o trabalho de todos os institutos de pesquisa que pretendia criar (o Instituto Nacional de Saúde Pública, de Doenças Tropicais, Tuberculose, entre outros) ao IOC, dando a ele, Evandro Chagas, a direção de todos os trabalhos. O cientista procurou imediatamente o ministro, “a fim de convencê-lo do absurdo do projeto e da impossibilidade de ser o Instituto Oswaldo Cruz transformado em tal organização”. No entanto, como registrou em seu diário: “Não nos foi possível falar

---

<sup>445</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 19 de julho de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>446</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 15 de agosto de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

<sup>447</sup> Ver os seguintes documentos: Diário de Evandro Chagas, dia 15 de agosto de 1940 (BR RJCOE EC 04.026) e Carta de Evandro Chagas a Gustavo Capanema, em 19.08.1940 (GC 1935.05.27, rolo 60, fotograma 294). A mesma carta encontra-se em BR RJCOE EC 06.007.

<sup>448</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 24 de outubro de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

hoje com o Ministro”<sup>449</sup>. No dia seguinte, 08 de novembro de 1940, Evandro Chagas faleceria, vítima de um trágico acidente aéreo.

Embora Evandro Chagas tenha se empenhado, ao longo de sua trajetória profissional, em dar continuidade à tradição de pesquisa do IOC no campo da saúde pública, sua atitude final parecia contradizer frontalmente este propósito, por ele encarado como um compromisso com a memória de seu pai. Esta iniciativa suscita as seguintes indagações: por que Evandro Chagas decidiu retirar o SEGE do IOC e transformá-lo num instituto federal de pesquisa com o mesmo perfil institucional de Manguinhos? Considerando-se que o projeto científico do SEGE ‘encarnava’ a tradição de pesquisa e o modelo de ciência historicamente praticado no IOC, por que esvaziá-lo em sua própria missão institucional e com ele ‘rivalizar’ em sua função e imagem pública? Por que ‘disputar’ com Manguinhos a primazia sobre os estudos relacionados aos problemas sanitários do país? Por que, ao contrário, Evandro Chagas não pleiteou junto a Capanema a direção de Manguinhos, uma vez que o ministro havia sinalizado para a possibilidade de entregar-lhe a direção da instituição caso decidisse incorporar os novos institutos de pesquisa que pretendia criar ao IOC? Em seus registros, não há nenhuma explicação ou justificativa formal para esta reviravolta. No entanto, uma análise mais apurada de sua própria trajetória pode fornecer elementos que nos auxiliem a compreender essa decisão, aparentemente contraditória.

Se avaliarmos esta ação sob o ponto de vista da construção de sua carreira, sem dúvida ela representaria um grande salto: com a criação do INDT Evandro Chagas teria a oportunidade de dirigir um órgão federal de saúde, ou seja, se tornaria um dirigente estatal, com maior poder de barganha junto aos outros agentes estatais e, sobretudo, conquistaria o poder de decisão sobre a formulação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento das endemias rurais. Além do prestígio político inerente ao novo cargo que ocuparia, tal iniciativa significava a superação dos obstáculos e das barreiras enfrentadas ao longo de sua trajetória, em especial no trato com os agentes públicos. Um outro benefício era a garantia de condições financeiras para a execução de seus projetos científicos. Como vimos, o cientista precisou se desdobrar para adquirir os recursos materiais necessários para viabilizar suas pesquisas. O orçamento do SEGE era rigorosamente controlado por Evandro Chagas, e a questão do financiamento seria sempre motivo de preocupação para ele. A falta de dinheiro foi um dos fatores a

---

<sup>449</sup> Diário de Evandro Chagas, dia 07 de novembro de 1940 (BR RJCOE EC 04.026).

explicar, por exemplo, seu interesse em estabelecer acordos de cooperação com os governos estaduais e instituições científicas. Conforme demonstramos, o que Evandro Chagas buscava nesses acordos não era parceria para a realização das investigações científicas (aliás, ele faria questão, na medida do possível, de assegurar essa prerrogativa exclusivamente para o SEGE), mas sim fontes seguras de financiamento. Em carta à mãe, escrita em 1937, Evandro Chagas já dava sinais do quão cansativo era, para ele, ter sempre que pensar em novos e atraentes meios para conquistar apoios financeiros. A constante necessidade de negociação permaneceria inalterada durante toda a existência do SEGE. Diz ele à mãe:

“É preciso, de fato, ter uma dose enorme de resignação e vontade para manter o mesmo espírito sempre e conservar e conservar o pessoal que trabalha com a gente ignorante das dificuldades do sul para que não se encha de desânimo. E depois, quando se vê como tudo é instável e pode ser interrompido de um momento a outro, vem o medo de ter de abandonar toda essa gente, deixando-os completamente ao Deus dará. Também, para se conseguir a boa vontade dos poderes públicos daqui [Pará] e daí [Rio de Janeiro], é preciso sacar sobre o futuro, ter sempre novos planos e fazer sempre novas promessas de realizações. Uma falha é bastante para transformar todo o ambiente e tornar tudo impossível”<sup>450</sup>.

Em contrapartida, para o IOC, o desligamento do SEGE poderia resultar em perdas irreparáveis: significava retirar do instituto a prerrogativa das pesquisas sobre vários dos principais problemas sanitários do país. Nesse novo contexto de reforma e de redefinição do campo da saúde pública, a proposta de Evandro Chagas representava por em xeque, novamente, a identidade institucional de Manguinhos, sobretudo porque a ideia de incorporar o IOC à divisão de ensino do MES também voltou a ser debatida. Se antes a indefinição quanto à função institucional de Manguinhos foi um movimento externo, vindo do MES, agora a ação de Evandro Chagas vinha corroborar a visão de que o IOC não deveria mais comportar as investigações dos problemas de saúde pública do país. O mais sugestivo é que tal movimento viria de alguém ‘de dentro’ e, simbolicamente, de um dos filhos de Carlos Chagas e destacado discípulo da ‘casa de Oswaldo Cruz’.

Uma outra interpretação para a decisão de Evandro Chagas de retirar o SEGE do IOC era a percepção de que sua organização científica não tinha ‘espaço’ no IOC. O tipo de organização dada por Evandro Chagas ao SEGE e a dimensão adquirida por seus empreendimentos faziam de sua seção de pesquisa quase uma estrutura à parte no IOC.

---

<sup>450</sup> Carta de Evandro Chagas a Íris Lobo Chagas, em 06.10.1937 (BR RJCOE EC 01.003).



Era como se o IOC abrigasse em si uma outra instituição científica. Há de se considerar ainda a conflituosa relação do cientista com seu diretor, Cardoso Fontes. Em seus diários, há registros de que Evandro Chagas pretendia, já há algum tempo, dotar o SEGE de instalações próprias, fora do IOC. Em dezembro de 1938, o cientista conversou com Guilherme Guinle a respeito da possibilidade de transferir o seu serviço para a sede da antiga Fundação Oswaldo Cruz, que era presidida por Salles Guerra. Segundo Evandro Chagas, Guinle se dispôs a custear a instalação dos serviços, e ponderou que por meio do ministro Capanema seria mais fácil conseguir a seção dos prédios e do terreno. Capanema, no entanto, pretendia utilizar o terreno da Fundação como *campus* universitário, declarando ainda que as construções existentes seriam demolidas para adaptar-se a este fim<sup>451</sup>. Diferentemente das épocas anteriores, a atual conjuntura apresentava-se favorável a este antigo projeto do cientista.

A morte brusca de Evandro Chagas deixa uma lacuna intransponível sobre essa grande ‘cartada’ por ele lançada, que poderia representar um divisor de águas na sua trajetória profissional e pessoal. Lamentavelmente, o cientista teve sua vida interrompida exatamente em um momento decisivo para sua carreira. Encerramos nossa pesquisa com perguntas que jamais serão respondidas: será que Evandro Chagas conseguiria, de fato, transformar o SEGE no INDT? E o que isso representaria para o futuro do IOC? Quais as possíveis consequências que a criação do INDT teria para a história da saúde pública brasileira? Permito-me seguir aqui a indicação de Sabina Loriga, quando diz que

“podemos às vezes ir além dos fatos consumados (a face explorada, consumida, do destino histórico) e nos interrogar sobre o que foi possível ou, ao menos, sobre a tensão entre o que ficou e o que foi imaginado. Esse é um passo essencial mesmo no plano narrativo” (Loriga, 1998, p.249).

Considero que a principal tensão, no caso de Evandro Chagas, decorreu dos limites que lhe foram impostos pela própria fatalidade de seu destino. Ainda que o cientista tivesse encontrado alguns obstáculos e negativas no encaminhamento de suas propostas, a morte – ou melhor, o caráter súbito e inesperado dessa morte – selou qualquer possibilidade de reverter tais impedimentos.

---

<sup>451</sup> Diário de Evandro Chagas, dias 18 e 20 de dezembro de 1939 (BR RJCOC EC 04.026).

#### 5.4 - O SEGE após a morte de Evandro Chagas

Com a morte de Evandro Chagas, a situação do SEGE se tornaria bastante frágil. Como vimos, suas atividades, apesar de encampadas como um projeto institucional do IOC, dependiam essencialmente da liderança do cientista para serem viabilizadas e executadas. A incógnita que cercava o futuro da organização científica era se ela sobreviveria à morte de Evandro Chagas, num questionamento típico de instituições que trazem a marca de uma forte personalização.

Poucos dias após o acidente de Evandro Chagas, Bichat de Almeida Rodrigues, que supervisionava as atividades científicas do IPEN, enviou a Antônio Souza Castro, diretor deste instituto, uma carta narrando suas apreensões quanto ao futuro das pesquisas de Evandro Chagas:

“Peço que mantenha o maior sigilo sobre tudo o que vamos referir nessa carta. (...) Neste meio tempo ferve Manguinhos. A situação é ainda bastante nebulosa. Fomos a princípio encarregados pelo dr. Leocádio [Chaves], do Hospital. Logo no dia imediato soubemos porém que o Dr. Eurico Villela aceitaria a diretoria interina do serviço, designação esta feita aqui diretamente por Manguinhos e à revelia do Ministro. (...). Esteve no Hospital do Dr. Villela, dizendo-nos que prosseguíssemos todas as atividades do SEGE como se a situação atual não passasse de uma viagem mais demorada de Evandro. Disse que mantivéssemos todos os trabalhos em andamento, com a mesma orientação que vinham tendo. Há agora uma questão desagradável que procurarei solucionar se estiver dentro das minhas possibilidades: peço que o senhor comunique aos assistentes que no momento de incerteza que atravessamos, deverão ficar suspensas as gratificações que eram fornecidas pela verba ‘especial’. Farei o possível para manter, mas no momento, deverão ser consideradas cortadas” (Carta de Bichat de Almeida Rodrigues a Antônio Souza Castro, em 14.11.1940 *apud* Andrade, 2007, p.81-82).

Por solicitação do próprio presidente da República, Getúlio Vargas, Carlos Chagas Filho foi nomeado interinamente para substituir o irmão na superintendência do SEGE. Em depoimento, o cientista explica que seu nome foi cotado para o cargo porque o SEGE era um “serviço oficioso e não oficial” dentro do IOC, e o presidente temia que, com a morte de Evandro Chagas, ele pudesse se extinguir (Chagas Filho, 1987, fita 5, lado A, p.64). Além de expressar uma certa mobilização por parte do governo federal para assegurar a continuidade das pesquisas de Evandro Chagas no IOC, a nomeação de Carlos Chagas Filho expressa, conforme observa Simone Kropf, que o SEGE era identificado como um empreendimento associado diretamente à família Chagas, à qual esteve vinculada sua existência, e agora, sua permanência. Carlos Chagas Filho, professor catedrático de física biológica da Faculdade de Medicina da Universidade do

Brasil, não tinha nenhuma experiência com pesquisas sobre endemias rurais, mas assumiria o lugar do irmão no IOC com o compromisso de dar continuidade ao seu trabalho e aos seus planos (Kropf, 2009a).

Na direção do SEGE, a principal preocupação de Carlos Chagas Filho seria a de garantir a sobrevivência do ‘legado científico’ de Evandro Chagas. Por isso, ele passou a reivindicar, junto ao ministro Capanema, sua incorporação formal na estrutura do IOC, por meio de sua transformação em um departamento de pesquisa. Um mês e meio após a sua nomeação, Carlos Chagas Filho explicitaria, em carta ao ministro, seu temor sobre a possibilidade de “desaparecimento” do SEGE, exaltando que o Serviço, apesar de não possuir uma situação regularizada no IOC, tinha uma organização técnica perfeita e recursos financeiros suficientes para a manutenção de suas atividades:

“O Serviço de Estudo das Grandes Endemias que não tem regulamentação oficial, tem-na, no entanto, não só na ‘disciplina de seus membros de qualquer categoria e no devotamento com que todos se dedicam aos seus trabalhos’, mas principalmente no conceito e no respeito em que é tido em toda a parte; no apoio oficial dos interventores e governadores de vários estados; no apoio de todos os auxiliares de V. Excia, na disposição com que o Dr. Guilherme Guinle se prontificou a auxiliar o serviço, mesmo sem a presença de Evandro, até a sua oficialização; na facilidade com que a Comissão de Orçamentos manteve o crédito de 400 contos para o próximo ano. Pude observar também que o Serviço está perfeitamente organizado tecnicamente e que cada um de seus membros sabe exatamente qual o seu mister e que todos sabem obedecer. Tudo isto ainda mais me convence que o SEGE não deve de modo algum desaparecer”<sup>452</sup>.

Carlos Chagas Filho permaneceu na superintendência do SEGE até 1942, quando foi aprovado, sob a gestão de Henrique Aragão (1942-1949), um novo regimento para o IOC, que estabeleceu, entre outras medidas, a reorganização das antigas seções em novas divisões de pesquisa (Brasil, 1942). O SEGE foi transformado na Divisão de Estudos de Endemias (DEE), e continuaria a funcionar no hospital da instituição, que passou a se chamar, por designação deste decreto, Hospital Evandro Chagas (atual Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas). A nova denominação dada ao antigo Hospital Oswaldo Cruz foi uma sugestão apresentada pelo próprio ministro Capanema, que contou com o apoio e a anuência dos descendentes de Oswaldo Cruz. Para Walter Oswaldo Cruz, esta iniciativa era uma “homenagem extremamente justa a quem em constante dedicação aí exerceu suas funções de diretor do Serviço de

---

<sup>452</sup> Carta de Carlos Chagas Filho a Gustavo Capanema, em 31.12.1940. GC 1935.05.27, rolo 60, fotograma 303-304.

Grandes Endemias”. Para ele, não havia nesta mudança “nada de depreciativo” para com a memória de seu pai<sup>453</sup>.

As atribuições da DEE mantinham o mesmo sistema de pesquisa e de trabalho implementado por Evandro Chagas no SEGE. À DEE competia: “realizar estudos sobre as doenças endêmicas e endemo-epidêmicas que grassam no país, para esclarecimento de problemas da etiopatologia, da profilaxia e do tratamento respectivo”; “organizar e manter, por si ou com a colaboração de outros órgãos técnico-científicos, em particular do DNS, centros regionais de pesquisas, neles realizando os necessários reconhecimentos, inquéritos e investigações”; “colaborar na confecção do mapa nosográfico brasileiro, na parte referente às endemias que grassam no país” (Brasil, 1942)<sup>454</sup>. Já o Hospital Evandro Chagas seria encarregado de realizar estudos clínicos e de experimentar os métodos terapêuticos preconizados para o combate às endemias rurais. A DEE era formada ainda pela Seção de Estatística e Epidemiologia e pela Seção de Inquéritos e Trabalhos de Campo.

Pelas mãos de seu irmão, seria este o caminho pelo qual o ‘legado científico’ de Evandro Chagas, que por sua vez foi produto do legado de seu pai, sobreviveria em Manguinhos, reconhecido e formamente incorporado à estrutura organizacional do Instituto Oswaldo Cruz.

---

<sup>453</sup> Carta de Carlos Chagas Filho a Gustavo Capanema, em 14.12.1941. GC 1935.05.27.

<sup>454</sup> Uma das principais contribuições do DEE seria justamente no campo da pesquisa sobre a doença de Chagas, em especial em Minas Gerais, remontando às atividades implementadas pelo SEGE em 1939. A atuação do Centro de Estudos e Profilaxia da Moléstia de Chagas (CEPMC), criado em 1943 na cidade mineira de Bambuí e dirigido por Emmanuel Dias, afilhado de batismo de Carlos Chagas, seria decisiva para o reconhecimento científico e social da doença nas décadas de 1940-50 (Kropf, 2009a).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carlos Chagas Filho, pouco tempo depois de assumir a superintendência do SEGE, pronunciou uma conferência na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil para apresentar o andamento das investigações científicas que dirigia no lugar de Evandro Chagas. Em suas palavras introdutórias, ele qualificaria o SEGE como o “grande sonho” de seu irmão, e retomaria o exemplo e os esforços de seu pai na ‘redenção sanitária do homem dos campos’ para melhor exemplificar o caminho “lógico” seguido por Evandro Chagas em sua trajetória profissional:

“O Serviço de Estudo das Grandes Endemias representa a realização do grande sonho do Evandro. Iniciado como simples Comissão quando de seus estudos sobre a leishmaniose visceral americana, Evandro o ampliou à medida que melhor conhecia o *hinterland* brasileiro, seus flagelos endêmicos e as suas necessidades sanitárias. Não fora em vão que nosso pai relatara as dificuldades da vida do homem do campo, a sua luta cotidiana contra a natureza indômita e o seu embate permanente contra as doenças que lhe minam o organismo. Carlos Chagas vivera essa luta, nela tomara parte e soubera resolver uma de suas maiores incógnitas. Seria lógico que o filho lhe seguisse o caminho e procurasse ampliar nos altos desígnios de sua missão a obra do pai”<sup>455</sup>.

O que chama a atenção na exposição de Carlos Chagas Filho é exatamente o sentido “lógico” que ele confere à trajetória de Evandro Chagas, como se o filho mais velho de Carlos Chagas, simplesmente por sua filiação, fosse predestinado a dar continuidade aos “altos desígnios” da obra de seu pai. Conforme vimos ao longo desse trabalho, Evandro Chagas de fato tomou para si a incumbência de perpetuar o legado científico de Carlos Chagas e muito se empenhou para por em prática os ideais sanitaristas por ele defendidos. O SEGE, assunto da conferência de Carlos Chagas Filho, representa a expressão mais visível da “missão” familiar de Evandro Chagas, por ele aludida, e talvez (ou justamente) por isso sua fala se inicie a partir da aproximação da imagem de pai e filho. A figura paterna e a do renomado cientista Carlos Chagas seriam as duas principais referências da vida de Evandro Chagas, e sua dedicação em zelar pela memória do pai ganhava, nessa ocasião, o reconhecimento público de sua própria família.

No entanto, acompanhamos que a trajetória profissional de Evandro Chagas, ao invés de um caminho “lógico” para um filho de Carlos Chagas, foi, sobretudo, resultado

---

<sup>455</sup> Serviço de Estudo das Grandes Endemias e a obra de Evandro Chagas – Conferência realizada na sala da Congregação da Faculdade Nacional de Medicina a 18 de dezembro de 1940, por Carlos Chagas Filho (GC 1935.05.27, rolo 60, fotograma 308).

de decisões e escolhas. Ainda que seu irmão mais novo assim o considere, é oportuno lembrar que ele próprio decidiu romper com a trajetória familiar de carreira científica no IOC ao optar pela cátedra de física biológica na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil. Ambos tiveram sua formação médica orientada dentro dos princípios e valores do modelo de ciência praticado no IOC, instituição dirigida por Carlos Chagas, mas foi Evandro Chagas quem decidiu se tornar discípulo do pai e seguir a tradição de pesquisa de Manguinhos. Evandro Chagas colaboraria com o pai em seus estudos sobre a doença de Chagas e o acompanharia, como assistente e depois docente, na regência da cátedra de doenças tropicais e infecciosas da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Com a morte de Carlos Chagas, seu filho mais velho procurou ocupar o seu lugar na cátedra, mas o resultado do concurso o impediu. Temos aqui uma escolha importante: se a disciplina seria ministrada por um outro professor catedrático (que não ele), Evandro Chagas decidiu que deveria abandonar suas pretensões à docência na universidade e continuar o legado do pai no IOC, instituição onde Carlos Chagas havia dedicado a maior parte de sua vida profissional, como pesquisador e diretor.

A morte do pai representou, como vimos, um momento importante na vida de Evandro Chagas, pois determinou a redefinição de seu percurso profissional. Este acontecimento deu ensejo a um processo de singularização de sua carreira, separada da atuação conjunta com seu pai. Entretanto, esse processo seria marcado justamente por uma forte referência à memória e ao legado científico de Carlos Chagas, de quem passou a se auto-proclamar herdeiro natural, na condição de filho e discípulo. Evandro Chagas buscava, de diferentes modos, associar a todas as suas iniciativas profissionais a imagem de seu pai e a ‘marca’ da família Chagas. É bastante exemplar, nesse sentido, a representação social por ele dada aos resultados de suas pesquisas sobre a leishmaniose visceral americana, anunciando-a como uma nova doença originária do continente americano, numa perspectiva bastante semelhante à descoberta realizada por seu pai. A identificação com a trajetória profissional de Carlos Chagas, que constitui um aspecto inseparável da construção de sua própria carreira, guardava também motivações essencialmente afetivas, como o desejo de dar ‘vida’ aos sonhos e aos anseios de seu pai. Era dessa forma que ele avaliava, por exemplo, o projeto de criação de uma instituição científica na região amazônica, o Instituto de Patologia Experimental do Norte, que atualmente se chama Instituto Evandro Chagas. De igual modo, seu inquérito sobre a malária no vale amazônico era uma proposta em muito inspirada nos relatos de

viagem e no plano de saneamento recomendado por Carlos Chagas quando visitou a região, em 1912-1913.

Para Evandro Chagas, a fundação de centros de pesquisa científica em diversas regiões do país constituía um passo fundamental em direção ao saneamento rural. Sua concepção tinha como base as ideias preconizadas pelo movimento sanitaria, cuja principal bandeira era a melhoria das condições de vida e de saúde das populações rurais. A doença descoberta por Carlos Chagas seria um dos principais emblemas desse movimento, e seu pai se destacaria como uma importante liderança na defesa da “redenção sanitária” dos sertões. Evandro Chagas se posicionaria como um herdeiro desse movimento, e defenderia que qualquer medida ou ação sanitária de combate às endemias rurais deveria ser orientada por um detalhado estudo das condições epidemiológicas locais, em razão das especificidades das patologias tropicais. O SEGE seria concebido como uma organização científica cuja principal finalidade era fornecer aos órgãos sanitários do governo dados e informações que pudessem subsidiar as políticas públicas de combate às endemias rurais. Nesse sentido, destacamos que o SEGE pode ser considerado como uma experiência indicativa da ressignificação ou das novas demandas que a agenda sanitaria adquiriu no novo contexto político da década de 1930, particularmente durante Estado Novo, quando foram criadas novas estruturas administrativas e diretrizes políticas para a área da saúde, implementadas pela reforma Capanema.

Vimos que, embora o governo federal trouxesse para a sua alçada a prerrogativa sobre a execução das ações sanitárias, Evandro Chagas tentaria assegurar para o IOC a primazia sobre a condução das pesquisas científicas que embasariam as políticas federais de saúde. O projeto institucional de Evandro Chagas revela muito claramente sua intenção em centralizar, por meio do SEGE, todas as pesquisas sobre endemias rurais a serem realizadas no país. Neste sentido, a criação do SEGE representou também uma iniciativa estratégica face às mudanças institucionais pelas quais passava Manguinhos, em razão da implementação da reforma Capanema. Diante desse quadro de instabilidade no IOC, Evandro Chagas procurou dar visibilidade às suas pesquisas científicas, na tentativa de recuperar o prestígio político e social de que gozava Manguinhos nos ‘áureos tempos’ dos ‘grandes mestres’, Oswaldo Cruz e Carlos Chagas. Procuramos demonstrar, partir dos argumentos de Kropf (2009a), que seu o empenho e esforço pessoal para criar o SEGE possibilitaram ao IOC recriar sua tradição de pesquisa e reafirmar o papel histórico que desempenhava no campo da saúde pública.

O projeto científico de Evandro Chagas se tornaria a expressão da identidade institucional de Manguinhos, ainda que representasse, sobretudo, um projeto pessoal do filho de Carlos Chagas, e que dependeria de sua liderança para ser viabilizado e executado.

Um aspecto importante que procuramos ressaltar foi que, embora o SEGE tenha sido encampado como um projeto institucional de Manguinhos, Evandro Chagas não teve inicialmente o apoio da direção do IOC, conseguindo, por meio de suas redes de sociabilidade, o financiamento necessário para a consecução de suas pesquisas. Foi graças ao patrocínio de Guilherme Guinle, amigo da família Chagas, e da verba que posteriormente seria destinada pelo governo federal exclusivamente à sua seção de pesquisa no IOC, que o cientista pode ampliar suas atividades. A aproximação entre Evandro Chagas e Antônio Cardoso Fontes seria pautada pela convergência de interesses comuns, e não propriamente pela existência de um bom entendimento entre ambos. Por isso, nossa visão é a de que o espaço conquistado por Evandro Chagas no IOC esteve diretamente relacionado à repercussão pública de suas investigações científicas, na medida em que conquistava reconhecimento e valorização por parte do governo federal da importância do tema das endemias rurais na agenda do MES. Por outro lado, embora contasse com o auxílio e o apoio do ministério Capanema, Evandro Chagas manteve com os agentes estatais relações conflituosas, e que exigiram negociações constantes. Nesse jogo de forças, o cientista encontraria alguns limites que também balizaram algumas de suas escolhas profissionais.

A participação de Evandro Chagas na formulação e execução de políticas de saúde, conforme apontamos, é bastante ilustrativa do ‘lugar’ ocupado pelos cientistas no novo contexto da saúde brasileira na década de 1930 – mais especificamente, do lugar e do papel que o IOC desempenharia face a essas mudanças que marcaram o campo da saúde pública nesse período. Ainda que o projeto institucional de Evandro Chagas se associasse aos interesses do MES, pois o tema do saneamento rural permaneceria como uma diretriz política do Estado Novo, a relação entre o cientista e os agentes estatais seria marcada, fundamentalmente, por tensões, onde prevaleceria a autoridade governamental na resolução do tipo de política sanitária a ser implementada na área da saúde. Consideramos que as divergências enfrentadas pelo cientista expressavam, sobretudo, as posições sociais distintas desses atores. Por isso, Evandro Chagas procuraria sempre afirmar sua identidade como um cientista, o único profissional capacitado a realizar as pesquisas científicas necessárias para embasar as políticas



sanitárias. Ao assumir essa postura, Evandro Chagas buscava se diferenciar dos dirigentes estatais, médicos sanitaristas como ele, mas que não possuíam o conhecimento e a experiência de campo por ele acumulada ao longo de sua trajetória pelo interior do país. Nosso ponto de vista é de que o último projeto de Evandro Chagas junto ao ministro Capanema, o de retirar o SEGE do IOC, transformando-o numa instituição federal, o Instituto Nacional de Doenças Tropicais, correspondeu, principalmente, a uma tentativa de contornar os limites que ele encontrou para viabilizar seus planos de pesquisa. Tal decisão representava, sem dúvida, um meio de ascender em sua carreira, mas, em contrapartida, significava abandonar a ‘obra’ de Carlos Chagas no IOC. É possível supor que fosse uma conquista com bônus e ônus quase equivalentes.

A trajetória profissional de Evandro Chagas exprime o compromisso de um discípulo em dar continuidade ao legado científico de seu mestre e, simultaneamente, o desejo de um filho em realizar os sonhos e ideais do pai. O seu senso de ‘dever’ para com a memória de seu pai envolvia, além dos sentimentos de afeto e de admiração, as angústias íntimas de um filho que se sentia culpado em relação à família. Continuar a obra do pai e se aproximar de sua imagem pública foi um dos caminhos escolhidos por Evandro Chagas para se ‘redimir’ dessa culpa que o atormentava. De todo modo, mesmo com várias perguntas em aberto sobre qual teria sido o rumo da trajetória de Evandro Chagas, se ela não tivesse sido interrompida inesperadamente, consideramos que este é um caso que evidencia a complexidade e a multiplicidade de fatores que modelam as trajetórias e as biografias, numa intrincada rede de possibilidades que conforma a relação entre indivíduo e sociedade.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES PRIMÁRIAS

#### **I – Fontes arquivísticas:**

Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

- Fundo Evandro Chagas

Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/  
Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)

- Arquivo Gustavo Capanema

Arquivo do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro  
(CSS/UFRJ)

- Arquivo da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro

Arquivo Público do Estado do Pará

- Diários Oficiais do Estado do Pará, 1º novembro a 31 dezembro de 1936, n. 12418-12464.

#### **II – Fontes impressas:**

A TARDE. Evandro Chagas. *Jornal A Tarde*, 09 de novembro de 1940.

ADLER, S. Notas sobre *Leishmania chagasi*. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v.35, n.1, 1940. p.173-175

Disponível em

[http://www.scielo.br/pdf/mioc/v35n1/tomo35\(f1\)\\_173-175.pdf](http://www.scielo.br/pdf/mioc/v35n1/tomo35(f1)_173-175.pdf). Acesso em 28.12.2009

ARAGÃO, H. *et al.* Homenagem à memória de Carlos Chagas e Evandro Chagas, em 22-V-1945. Rio de Janeiro: Est. Gráfico Canton e Reile, 1946. *Separata do Boletim de Higiene e Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.4, n.6, janeiro de 1946. p.1-13.

BRASIL. Coleção de Leis do Brasil, Decreto n.4250, de 06 de janeiro de 1921. Autoriza o Presidente da República a promover o estabelecimento de hospitais e pavilhões que alojem 400 enfermos dos dois sexos, necessitados de tratamento médico e cirúrgico. Atos do Poder Legislativo, 1921, v.1, p.182.

Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=44502&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. Acesso em 27.03.2012.

BRASIL. Coleção de leis do Brasil. Decreto n.15.799, de 10 de novembro de 1922. Aprova o regulamento do Hospital Geral de Assistência do Departamento Nacional de Saúde Pública. Atos do Poder Executivo, 1922, v.4, p.392.

Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=48530&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. Acesso em 27.03.2012.

BRASIL. Coleção de Leis do Brasil, Decreto-lei n.583, de 01 de agosto de 1938. Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito suplementar de 300.000:000, à verba que especifica. Atos do Poder Executivo, 1938, v.3, p.1.

Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=100654&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>. Acesso em 06.04.2012.

BRASIL. Coleção de leis do Brasil. Decreto n.1.042, de 11 de janeiro de 1939. Cria, no Ministério da Educação e Saúde, o Serviço de Malária do Nordeste. Atos do Poder Executivo, 1939, v.2, p.21.

Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=6126&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>. Acesso em 20.09.2011.

BRASIL. Coleção de Leis do Brasil, Decreto n.10.252, de 14 de agosto de 1942. Aprova o Regimento do Instituto Oswaldo Cruz. Atos do Poder Executivo, 1942, v.6, p.359.

Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=38394>.

Acesso em 11.03.2012.

BRASIL-MÉDICO. Comentários – A nossa geografia médica e a ação do Instituto Oswaldo Cruz. *Brasil-Médico*, Rio de Janeiro, n.14, 01 de abril de 1939, p.429-430.

BRASIL-MÉDICO. A morte de Evandro Chagas. *Brasil-Médico*, Rio de Janeiro, n. 46, 16 de novembro de 1940, p.769.

BRASIL-MÉDICO. Necrologia – Dr. Evandro Serafim Lobo Chagas. *Brasil-Médico*, Rio de Janeiro, n. 49, 07 de dezembro de 1940, p.820.

CHAGAS, C. Aula inaugural da Cadeira de Medicina Tropical – 14 de setembro de 1926. In: CHAGAS, C. *Discursos e conferências*. Rio de Janeiro, A Noite, 1935a. p.137-166.

CHAGAS, C. Lição de abertura dos cursos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – 1928. In: CHAGAS, C. *Discursos e conferências*. Rio de Janeiro, A Noite, 1935b. p.167-189.

CHAGAS, C. e CHAGAS, E. *Manual de Doenças Tropicais e Infecciosas*. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas da Empresa Almanak Laemert, 1935 (v. 1).

CHAGAS, E. Forma cardíaca da Tripanossomíase Americana. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v.24, n.3, 1930, p.89-125.

Disponível em:

[http://memorias.ioc.fiocruz.br/pdf/Tomo24/tomo24\(f3\)\\_89-125.pdf](http://memorias.ioc.fiocruz.br/pdf/Tomo24/tomo24(f3)_89-125.pdf). Acesso em 31.03.2012.

CHAGAS, E. A vida e a obra de Carlos Chagas. *A Folha Médica*, Rio, ano 15, n.31, 1935, p.507.

CHAGAS, E. Primeira verificação em indivíduo vivo da leishmaniose visceral do Brasil (nota prévia). *Brazil-Médico*, Rio de Janeiro, ano I, n.11, 11 de março de 1936, p.221 (1936a).

CHAGAS, E. Determinação de um novo foco de tripanossomíase humana no Brasil (nota prévia). *Brazil- Médico*, Rio de Janeiro, ano I, n.11, 11 de março de 1936, p.222-223 (1936b).

CHAGAS, E. Endemias Rurais na América. *O Hospital São Francisco de Assis*, n.8, v.1, 1936. p.127-134.

CHAGAS, E. Leishmaniose Visceral Americana. Nota prévia, *O Hospital*, Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1937.

CHAGAS, E. e CUNHA, A. M. da. Nova espécie de protozoário do gênero *Leishmania*, patogênico para o homem. Nota prévia, *O Hospital*, Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1937.

CHAGAS, E.; CUNHA, A. M. da; CASTRO, G. de O.; FERREIRA, L. C. Leishmaniose Visceral Americana (Nova entidade mórbida do homem na America do Sul): Relatório dos trabalhos realizados pela Comissão Encarregada do Estudo da Leishmaniose Visceral Americana em 1936. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v.32, n.3, 1937, p.321-389.

Disponível em

[http://www.scielo.br/pdf/mioc/v32n3/tomo32\(f3\)\\_321-389.pdf](http://www.scielo.br/pdf/mioc/v32n3/tomo32(f3)_321-389.pdf). Acesso em 28.12.2009.

CHAGAS, E.; CUNHA, A. M. da; FERREIRA, L. C.; DEANE, L.; DEANE, G.; GUIMARÃES, F. N.; PAUMGARTTEN, M. J. von.; SÁ, B. Leishmaniose Visceral Americana: (Relatório dos trabalhos realizados pela comissão encarregada do estudo da Leishmaniose Visceral Americana em 1937). *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v.33, n.1, 1938, p.89-229.

Disponível em

[http://www.scielo.br/pdf/mioc/v33n1/tomo33\(f1\)\\_89-229.pdf](http://www.scielo.br/pdf/mioc/v33n1/tomo33(f1)_89-229.pdf). Acesso em 28.12.2009.

CHAGAS, E. Estudo sobre as grandes endemias do Brasil. *O Hospital*, Rio de Janeiro, .14, v.6, 1938. p.1323-1353.

CHAGAS FILHO, C. Prefácio: Um perfil de Evandro Chagas. In: *Instituto Evandro Chagas – 50 anos de contribuição às ciências biológicas e à medicina tropical*. Belém: Fundação Serviços de Saúde Pública, 1986, s.p.

CHAGAS FILHO, C. *Meu pai*. Rio de Janeiro: COC/Fiocruz. 1993.

CHAGAS FILHO, C. *Um aprendiz de ciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000.

CORREIO DA NOITE. Em torno do concurso para catedráticos: O *Correio da Noite* entrevista o Dr. Evandro Chagas, a mais impressionante figura do concurso para catedrático de Medicina Tropical. *Jornal Correio da Noite*, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1935.

CORREIO DA NOITE. Sobre os concursos para catedráticos: ‘tal como está se realizando entre nós, não é o processo ideal’, declara o professor Olympio da Fonseca Filho. *Jornal Correio da Noite*, Rio de Janeiro, 24 de julho de 1935.

CORREIO DA NOITE. Em torno do concurso de Medicina Tropical: ‘O que disse o candidato estava certo; tudo que disse a comissão examinadora estava errado!’ – declara o Dr. Heraldo Maciel. *Jornal Correio da Noite*, Rio de Janeiro, 29 de julho de 1935.

CRUZ, O. *Relatório sobre as Condições Médico-Sociais do Vale do Amazonas, apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Pedro de Toledo, Ministro da Agricultura, Indústria Comércio*. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Comércio, 1913.

CRUZ, W. O. Hemoglobinometria e nível de vida das populações – I Região Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco). *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v.34, n.2, jul-ago 1939. p.261-282

CUNHA, A. M. Infecções experimentais na Leishmaniose Visceral Americana. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v.33, n.4, 1938. p.581-598.

Disponível em

[http://www.scielo.br/pdf/mioc/v33n4/tomo33\(f4\)\\_581-598.pdf](http://www.scielo.br/pdf/mioc/v33n4/tomo33(f4)_581-598.pdf). Acesso em 28.12.2011.

DEANE, L. “A malária no Brasil”. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 1(1): 74 (III), jan/mar, p. 86-94. 1985.

DEANE, L. M. Histórico do Instituto Evandro Chagas – período 1936-1949. *Instituto Evandro Chagas – 50 anos de contribuição às ciências biológicas e à medicina tropical*. Belém: Fundação Serviços de Saúde Pública, 1986. p. 53-67.

Disponível em:

[http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/pc/monografias/iec/iec50anos/vol1/cap02\(53-67\).pdf](http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/pc/monografias/iec/iec50anos/vol1/cap02(53-67).pdf). Acesso em 04/11/2009.

DEANE, L. Leônidas Deane: Aventuras na pesquisa (Depoimento). *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, jul.-out. 1994. p.153-171.

ESTADO DO PARÁ. Lei n. 59, de 10 de novembro de 1936. *Cria o Instituto de Patologia Experimental do Norte e define suas atribuições*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto “Lauro Sodré” – Escola Profissional do Estado, s.p. 1936a.

Disponível em:

<http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/legislacao/LeiN5911nov1936.pdf>.

Acesso em 04/11/2009.

ESTADO DO PARÁ. Decreto n. 2346, de 11 de novembro de 1936. *Aprova, para todos os efeitos legais, o Regulamento anexo ao Instituto de Patologia Experimental do Norte*. Belém, Oficinas Gráficas do Instituto “Lauro Sodré” – Escola Profissional do Estado, s.p. 1936b.

Disponível em:

<http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/legislacao/LeiN5911nov1936.pdf>.

Acesso em 04/11/2009.

LINTZ, Z. Evandro Chagas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 1940.

JANSEN, G. Contribuição ao estudo do mal das cadeiras na Ilha de Marajó. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v.36, n.3, 1941. p.347-362.

Disponível em

[http://memorias.ioc.fiocruz.br/pdf/Tomo36/tomo36\(f3\)\\_347-362.pdf](http://memorias.ioc.fiocruz.br/pdf/Tomo36/tomo36(f3)_347-362.pdf).

Acesso em 08.01.2012

JORNAL DO COMÉRCIO. Carlos Chagas: discurso proferido na solenidade de posse, em 23 de maio de 1925, como professor catedrático de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 28 de maio de 1925.

JORNAL DO COMÉRCIO. Novas perspectivas para a solução dos problemas médicos do Vale Amazônico – Descoberta de uma nova doença humana na América do Sul (Conferência realizada na Academia de Medicina pelo Dr. Evandro Chagas, a 13 do corrente). *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1937.

JORNAL DO COMÉRCIO. Sociedade Brasileira de Higiene – Homenagem ao cientista Evandro Chagas – os discursos pronunciados. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1945.

MAGALHÃES, A.; COUTINHO, B.; GOUVÊA, L.; LUCENA, D.; IGNACIO L. Estudos sobre a Esquistossomose em Pernambuco, Brasil. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v.35, n.1, 1940. p.205-283.

Disponível em

[http://www.scielo.br/pdf/mioc/v35n1/tomo35\(f1\)\\_205-283.pdf](http://www.scielo.br/pdf/mioc/v35n1/tomo35(f1)_205-283.pdf). Acesso em 28.12.2009.

PARAENSE, W. L. Evandro Chagas e as Grandes Endemias – Conferência inaugural. In: XIX Congresso Brasileiro de Parasitologia, Porto Alegre, 1-4 de novembro, 2005.

Disponível em:

[www.iptsp.ufg.br/download/2005\\_34\(2\)editorial.pdf](http://www.iptsp.ufg.br/download/2005_34(2)editorial.pdf). Acesso em 04/11/2009.

PEIXOTO, A. Clima e salubridade: as chamadas “doenças tropicais”. *Clima e saúde. Introdução bio-geográfica à civilização brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia Editora Nacional, 1938 (Coleção Brasileira, v. 129).



PÓVOA, H. A epopéia dos dois Chagas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 08 de novembro de 1941.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA. Necrológio – Dr. Evandro Serafim Lobo Chagas. Palavras proferidas pelo Dr. João Alves Meira na sessão solene realizada em 18 de dezembro de 1940, na Associação Paulista de Medicina e promovida pela seção de Higiene, Moléstias Tropicais e Infecciosas em homenagem à memória desse ilustre cientista”. *Revista da Associação Paulista de Medicina* (separata), São Paulo, v.XVIII, n.3, março de 1941. p.191-198.

VILLELA, E. de A. Evandro Serafim Lobo Chagas: 1905-1940. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v.36 n.1, p.33-43, 1941.

Disponível em:

[www.scielo.br/pdf/mioc/v36n1/tomo36\(f1\)\\_XXXIII-XLIII.pdf](http://www.scielo.br/pdf/mioc/v36n1/tomo36(f1)_XXXIII-XLIII.pdf). Acesso em 28/12/2009

### **III – Fontes orais:**

CHAGAS FILHO, Carlos. *Depoimento*. Projeto Memória de Manguinhos. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, 1987.

PARAENSE, Wladimir Lobato. *Depoimento*. Projeto Memória de Manguinhos. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, 1987-1989.

### **IV – Fontes eletrônicas:**

Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio Janeiro. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Online. Disponível em:

[www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br](http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br). Acesso em 04/02/2010.

Faculdade de Medicina Homeopática do Rio de Janeiro. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Online. Disponível em:

[www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br](http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br). Acesso em 04/02/2010.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, A. A (org). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

AGUINAGA, H. *Hospital São Francisco de Assis – História. Centenário de Lançamento da Pedra Fundamental (1876-1976)*. Rio de Janeiro: Oficina da Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1997.

ALMEIDA, D. F. A opção de Carlos Chagas Filho pela física biológica: razões e motivações. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.2, abr-jun. 2008. p.261-275.

ALMEIDA, M. A criação da cátedra de medicina tropical no Brasil e no Peru. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.2, abr-jun 2011. p.355-373.

ALMEIDA, M. E. G. G. e PINHO, L. V. Adolescência, família e escolhas: implicações na orientação profissional. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v.20, n.2, 2008. p.173-184.

ANDRADE, R. P. *A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia durante o Primeiro Governo Vargas (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2007.

ANDRADE, R. P. e HOCHMAN, G. O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942). *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, dez. 2007. p.257-277.

ARNOLD, D (Ed). *Warm Climates and Western Medicine: the emergence of Tropical Medicine, 1500-1900*. Amsterdam, Atlanta: Rodopi, 1996.

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.11, n.21,1998. p.20-34.

BENCHIMOL, J. L. (coord). *Manguinhos, do sonho à vida. A ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. 1990a.

BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990b.

BENCHIMOL, J. L. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/UFRJ, 1999.

BENCHIMOL, J. L. O combate ao *Anopheles gambiae*. In: BENCHIMOL, J. L. (coord). *Febre Amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Biomanguinhos, 2001. p.168-173.

BENCHIMOL, J. L. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (orgs). *O Tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano, v.1)

BENCHIMOL, J. L e SILVA, A. F. C. Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.3, jul.-set. 2008. p.719-762.

BENCHIMOL, J. L. e TEIXEIRA, L. A. *Cobras, Lagartos e Outros Bichos: uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantan*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1993.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: BOURDIEU, P. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p.122-155.

BOURDIEU, P. Por uma ciência das obras. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996a. p.53-73.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996b. p.74-82.

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência – por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2003.

BOMENY, Helena (org). *Constelação Capanema*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. *Manual de vigilância e controle da leishmaniose visceral*. Brasília, Ministério da Saúde, 2006.

Disponível em:

[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual\\_leish\\_visceral2006.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual_leish_visceral2006.pdf). Acesso em 04.04.2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. *Manual de Vigilância da Leishmaniose Tegumentar Americana*. 2ª ed., Brasília, Ministério da Saúde, 2007.

Disponível em:

[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual\\_lta\\_2ed.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual_lta_2ed.pdf). Acesso em 04.04.2012.

BRENNA, Giovanna Rosso del (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985.

BRITTO, N. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995.

CALLON, M. e LATOUR, B. (eds). *La Science Telle Qu'elle se Fait*. Paris: La Découverte, 1991.

CAMARGO, L. M. A e BARCINSKI, M. A. Leishmanioses, feridas bravas e kalazar. *Revista de Ciência e Cultura*, vol. 55, n.1, janeiro 2003. p.34-37.

CAMPOS, A. L. V. de. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CASTRO, J. *Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço*. 10ª edição, Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CASTRO-SANTOS, L. A. O pensamento sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção de nacionalidade. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 28, n.2, 1985. p.193-210.

CASTRO-SANTOS, L. A. e FARIA, L. O ensino da saúde pública no Brasil: os primeiros tempos no Rio de Janeiro. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, 2006. p.291-324,

CORADINI, O. L. Grandes famílias e elite ‘profissional’ na medicina brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.III, n.3, 1997. 425-463.

CUNHA, V. S. *Centro Internacional de Leprologia: ciência, saúde e cooperação internacional no Brasil do entre guerras (1923-1939)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2011.

D’ARAÚJO, M. C. (org.) *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Eduerj/Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DANTES, M. A. M (org). Introdução. In: *Espaços da ciência no Brasil. 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. p.13-22.

DERRIDA, J. De que amanhã... diálogo: Jacques Derrida e Elisabeth Roudinesco. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

DIAS, J. C. P. Cecílio Romãna, o Sinal de Romãna e a Doença de Chagas. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, v.30, n.5, set-out, 1997. p. 407-413.

DINIZ, E. O Estado Novo: Estrutura de Poder e Relações de Classes. In: FAUSTO, B et al. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano, V. 3: Sociedade e Política (1930-1964)*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.79-120.

DOSSE, F. *O Desafio biográfico*. São Paulo: Editora Edusp, 2009

*Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998.

EDLER, F. C. *Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

FARIA, L. Os primeiros anos da reforma sanitária no Brasil e a atuação da Fundação Rockefeller (1915-1920). *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, v. 5, n.1, 1995. p. 109-127.

FARIA, L. *Saúde e Política: a Fundação Rockefeller e seus parceiros em São Paulo*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

*Fazimentos – Tatiana Chagas Memória*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, caderno 5, s.d.

FIGUEIRÔA, S. F. de M. O cientificismo e a ampliação dos espaços institucionais (1870-1905). In: *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p. 103-184.

FIGUEIRÔA, S. F. de M. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil. *Asclépio*, v. L, n.2, 1998. p.107-126.

FIGUEIRÔA, S. F de M. A propósito dos estudos biográficos na história das ciências e das tecnologias. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 4, ano IV, n.3, julho.- setembro 2007.

FONSECA, C. M. O. Trabalhando em saúde pública pelo interior do Brasil: lembranças de uma geração de sanitaristas (1939-1970). *Ciência e Saúde Coletiva*, v.5, n.2, 2000. p.393-411.

FONSECA, C. M. O. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

FONSECA FILHO, O da. *A Escola de Manguinhos: contribuição para o estudo do desenvolvimento da medicina experimental no Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1974. (Separata do Tomo II de “Oswaldo Cruz monumenta histórica”)

GALVÃO, W. N. A voga do biografismo nativo. *Revista Estudos Avançados*, v.19, n.55, 2005. p.351-366.

GIFFONI, R. T e TORRES, R. M. Breve história da eletrocardiografia. *Revista Médica de Minas Gerais*, v. 20, n.2, 2010. p.263-270.

GOMES, A. M. de C. (org). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.

GOMES, A. M. de C. (org). *Escrita de si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

GOMES, A. M. de C. *A invenção do trabalhismo*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

GONÇALVES, M. S., GUIMARÃES, P. M., PEIXOTO, P. A. *Os Arquivos de Família – Organização e Descrição*. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/ Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1996.

GUIMARÃES, M. R. C. *Hospital de Manguinhos: 90 anos de pesquisa clínica*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipec, 2009.

HOCHMAN, G. *A Era do Saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

HOCHMAN, G. A saúde pública em tempos de Capanema: continuidades e inovações. In: BOMENY, H (org). *Constelação Capanema*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 127-151. 2001.

HOCHMAN, G e FONSECA, C. M. O. O que há de novo? Políticas de Saúde Pública e Previdência, 1937-1945. In: PANDOLFI, D. (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1999.

HOCHMAN, G e FONSECA, C. M. O. A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo. In: GOMES, A. de C. G (org). *Capanema: o ministro e seus ministérios*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 2000.

HOCHMAN, G., MELLO, M. T. B e SANTOS, P. R. E. A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.3, jul.-set. 2002. p.233-273.

*Instituto Evandro Chagas (Ananindeua): Conhecendo o IEC*. 4ª Ed., Ananindeua, 2009.

KROPF, S. P. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1962)*. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2009a.

KROPF, S. P. Carlos Chagas e os debates e controvérsias sobre a doença do Brasil (1909-1923). *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, n.16 (suplemento), p.205-227. 2009b.

KROPF, S. P. A descoberta da doença dos sertões: ciência e saúde nos trópicos brasileiros no início do século XX. In: Alda Heize; Antonio Augusto Passos Videira (Org.). *Ciência, civilização e República nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2010 (v.1). p.57-79.

KROPF, S. P., AZEVEDO, N. e FERREIRA, L. O. Doença de Chagas: construção de um fato científico e de um problema de saúde pública no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.5, n.2, p.347-394. 2000.



KROPF, S. P. e HOCHMAN, G. From the Beginnings: Debates on the History of Science in Brazil. *The Hispanic American Historical Review*, v. 91, 2011. p. 391-408.

KROPF, S. P. e LACERDA, A. L. de. *Carlos Chagas, um cientista do Brasil = Carlos Chagas, scientist of Brazil*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2009.

KROPF, S. P.; SÁ, M. R. The Discovery of *Tripanossoma cruzi* and Chagas disease (1908-1909): tropical medicine in Brazil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, n.16 (suplemento), p.13-34. 2009.

LAISON, R. “Espécies neotropicais de *Leishmania*: uma breve revisão histórica sobre a sua descoberta, ecologia e taxonomia. *Revista Pan-Amazônica*, v.1, n.2, 2010. p. 13-32.

LATOUR, B. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afóra*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LATOUR, B. e WOOLGAR, S. *A Vida de Laboratório: a construção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1997.

LIMA, A. L. G. S. de. *Ciência e política no Brasil: Carlos Chagas Filho e o Instituto de Biofísica (1931-1951)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2009.

LIMA, N. T. Missões civilizatórias da República e a interpretação do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 5, supl., 1998. p.163-193.

LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e a representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, Iuperj. 1999.

LIMA, N. T. Viagem científica ao coração do Brasil: nota sobre o relatório da expedição de Arthur Neiva e Belisário Penna à Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás. *Revista da Fundação do Homem Americano*, n. 1, v.3, 2003. p.185-215.

LIMA, N. T e FONSECA, C. M. O. História da especialização em saúde pública no Brasil. In: LIMA, N. T, FONSECA, C. M. O. e SANTOS, P. R. E. (orgs). *Uma Escola para a Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2004.

LIMA, N. T. e HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, M. C. e SANTOS, R. V. (orgs). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996. p. 23-40.

LIMA, N. T e HOCHMAN, G. Pouca saúde e muita saúde: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCHMAN, G. e ARMUS, D. (orgs). *Cuidar, Controlar, Cuidar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p.493-534.

LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, J. (org). *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 225-249.

MOREIRA, M. C. N. A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na Primeira República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, n.5, v.3, 1999. p.621-645.

OLIVEIRA, J. B. A. *Ilhas de Competência: carreiras científicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, L. L., VELOSO, M. P. e GOMES, A. M. de C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PACKARD, R. M. e GADELHA, P. A land filled with mosquitos: Fred L. Soper, the Rockefeller Foundation and the *Anopheles gambiae* invasion of Brazil. *Parassitologia*, n.36, 1994. p.197-213.

PACKARD, R. M. e GADELHA, P. Uma terra invadida por mosquitos: Fred L. Soper, a Fundação Rockefeller e a invasão do *Anopheles gambiae* no Brasil. *História de*

*doenças: ponto de encontros e dispersões*. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, vol. II, março de 1995.

PANDOLFI, D. (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1999.

PAIVA, C. H. A. Samuel Pessoa: uma trajetória científica no contexto do sanitarismo campanhista e desenvolvimentista no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro n.1, v.1, 2006. p.795-831.

PAULA, S. G. de (org). *Fred L. Soper e D. Bruce Wilson: Anopheles gambiae no Brasil – 1930 a 1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

PEREIRA, N. G. *Evolução do ensino de graduação na disciplina de Doenças Infecciosas e Parasitárias na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro no período de 1963 ao primeiro semestre de 2006*. Tese (Doutorado) em Medicina Tropical – Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

REVEL, J. (org). *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROS, G. O. de. De las vidas ejemplares a las biografias colectivas de los médicos. Una perspectiva crítica. *Asclépio*, v. LVII, n.1, 2005. p.135-148.

SÁ, D. M. de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o “imenso hospital”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro v.16, suplemento 1, julho 2009a. p.333-348.

SÁ, D. M. de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.16, suplemento n.1, julho 2009b. p.183-203.

SANTOS, P. R. E. *Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*. São Paulo, Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005.

SALDAÑA, J. J. Ciência e identidade cultural: história da ciência na América Latina. In: FIGUEIRÔA, S. F. de M. (org). *Um olhar sobre o passado*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2000. p.11-31.

SANGLARD, G. P. *Entre os Salões e o Laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

SANJAD, N. *Emílio Goeldi (1859-1917): A ventura de um naturalista entre a Europa e o Brasil*. Rio de Janeiro: EMC Edições, 2009.

SCHWARTZMAN, S. *A Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Nacional/Finep, 1984.

SCHWARTZMAN, S., BOMENY, H. e COSTA, V. M. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

SCHWEICKARDT, J. C. *Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

SCHWEICKARDT, J. C. e LIMA, N. T. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, n.14, supl., 2007. p. 15-50.

SEVCENKO, N. *A Revolta da Vacina – Mentis insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.

SILVA, A. F. C. da. *A Trajetória de Henrique da Rocha Lima e as relações Brasil-Alemanha (1901-1956)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, G. C. A. O beijo mortífero do *gambiae*: a epidemia de Malária no Baixo Jaguaribe – CE. In: NASCIMENTO, D. R.; CARVALHO, D. M.; MARQUES, R. C (orgs). *Uma história brasileira das doenças* (v.2). Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. p.37-

63.

SILVEIRA, S. T e COLBETT, C. E. P. *Leishmania chagasi* Cunha & Chagas 1937: indigenous or introduced? A brief review. *Revista Pan-Amazônica*, v.1, n.2, 2010. p.143-147.

SOARES, Manoel do Carmo Pereira. O doutor Evandro Chagas na Amazônia: entre a epopéia e a tragédia. *Revista Pan-Amazônica*, v.1, n.1, 2010. p. 13-18.

SOPER, F. e WILSON, D. B. *Campanha sobre o Anopheles gambiae no Brasil, 1939-1942*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

STEPAN, N. L. *Gênese e evolução da Ciência Brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Artenova/Fundação Oswaldo Cruz, 1976.

STEPAN, N. L. *Picturing Tropical Nature*. London: Reaktion Books, 2001.

THIELEN, E. et al. *A ciência a caminho da roça: as expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1992.

ZARUR, G. C. L. *A arena científica*. São Paulo: FLASCO/Editora Autores Associados, 1994.

WORBOYS, M. Tropical diseases. In: BYNUM, W. F e PORTER, R. (Eds). *Companion Encyclopedia of the History of Medicine*. London, New York: Routledge, 1997.

## ANEXO



Evandro Chagas (ao centro) com a mãe, Íris Lobo Chagas, e o irmão, Carlos Chagas Filho. Rio de Janeiro, s.d.

(Acervo da Casa de Oswaldo Cruz / Departamento de Arquivo e Documentação)



Evandro Chagas (à esq.) com o pai, Carlos Chagas, e o irmão, Carlos Chagas Filho, em uma das varandas do Pavilhão Mourisco do Instituto Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 1917.

(Acervo da Casa de Oswaldo Cruz / Departamento de Arquivo e Documentação)



Evandro Chagas aos 22 anos. Rio de Janeiro, 1927.  
(Acervo da Casa de Oswaldo Cruz / Departamento de Arquivo e Documentação)



Evandro Chagas durante a IX Reunión de la Misión de Estudios de Patología Regional da  
Argentina, na cidade de Mendoza, 1935.  
(Acervo da Casa de Oswaldo Cruz / Departamento de Arquivo e Documentação)